

Organizador
Joaquim Tavares da Conceição

 **GEPHED**
Grupo de Pesquisa em História da Educação:
Memórias, Saberes e Práticas Educativas

**PESQUISAS
E REFLEXÕES
DE UM GRUPO
DE PESQUISA:
História da
Educação em Foco**



PESQUISAS E REFLEXÕES DE UM GRUPO DE PESQUISA:
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM FOCO

ORGANIZADOR

Joaquim Tavares da Conceição

ISBN:

978-85-8413-614-8



Criação Editora

CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes
Christina Bielinski Ramalho
Fábio Alves dos Santos
Gilvan Rodrigues dos Santos
Ítalo de Melo Ramalho
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

ORGANIZADOR
Joaquim Tavares da Conceição

**PESQUISAS E REFLEXÕES
DE UM GRUPO DE PESQUISA:
História da Educação em Foco**



Criação Editora

Aracaju (SE) | 2025

Copyright 2025 by
Joaquim Tavares da Conceição

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, com finalidade de comercialização ou aproveitamento de lucros ou vantagens, com observância da Lei de regência. Poderá ser reproduzido texto, entre aspas, desde que haja expressa marcação do nome do autor, título da obra, editora, edição e paginação.

Grafia atualizada segundo acordo ortográfico
da Língua Portuguesa, em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto gráfico e capa
Adilma Menezes

Imagens da capa. Acervo do Centro de Pesquisa, Documentação
e Memória do Colégio de Aplicação da UFS (Cemdap)

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Isadora Pelosi CRB-5/2059

E96	Pesquisas e reflexões de um grupo de pesquisa: História da educação em foco / Organizador: Joaquim Tavares da Conceição. – Aracaju: Criação Editora, 2025. 304p. figs; fotografias. E-book ISBN 978-85-8413-614-8 1. História da educação. 2. Arquivos. 3. Repositórios. I. Conceição, Joaquim Tavares da (org.) II. Título. CDU: 37(091)
-----	--

Este livro foi financiado com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq), por meio do Edital Chamada Universal CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 (Processo: 407717/2021-8) e por meio da Chamada CNPq nº 09/2022 –Bolsas de Produtividade em Pesquisa - PQ (Processo: 307430/2022-7).

PREFÁCIO

As reflexões e os resultados da atuação do Grupo de Pesquisa em História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/CNPq/UFS) organizadas neste livro por Joaquim Tavares da Conceição são bem vindas por várias razões. Primeiro, a publicação merece atenção detida porque reúne contribuições originais acerca da história da educação em Sergipe. Depois, trata-se de iniciativa que mostra os resultados acadêmicos de uma dedicada atividade de formação na graduação e na pós-graduação. Em seguida, é preciso destacar o diálogo entre as pesquisas desenvolvidas no GEPHED e, assim, presta conta de um esforço coletivo de reflexão. Por fim, no trabalho de análise das fontes, notam-se as contribuições que o grupo deu à organização do acervo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS (Cemdap).

Acerca da história da educação em Sergipe, esta coletânea soma à historiografia um amplo trabalho de pesquisa no acervo do Colégio de Aplicação da UFS e uma série de estudos da trajetória e da prática docente em Sergipe. As análises que Joaquim Tavares da Conceição reuniu aqui informam sobre a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, o Colégio de Aplicação da UFS, o Grupo Escolar Rural José Rollemberg Leite, o Colégio Agrícola Benjamin Constant, a Academia Sergipana de Letras, o Centro de Economia Rural Doméstica São José e o Centro de Cultura e Arte da UFS. Em valiosa amostragem das protagonistas locais da história da educação também são dedicados estudos à Maria Conceição Ouro Reis, Rosália Bispo dos Santos e Aglaé Fontes, além de referências ao Monsenhor Luciano Cabral Duarte e às professoras Etelvina Amália Siqueira, Leonor Telles de Menezes, Norma Reis, Quintina Diniz e Penélope Magalhães dos Santos.

Os capítulos resultam das pesquisas realizadas para o mestrado, no doutoramento ou na iniciação científica de integrantes do grupo. Essa situação indica a regularidade e a continuidade do trabalho de formação realizado no âmbito do GEPHED. De fato, na sua composição, o livro demonstra que o GEPHED articula a produção de pesquisa à formação acadêmica de graduandos e pós-graduandos. Trata-se de um movimento esperado dos grupos de pesquisa, mas um tanto difícil de realizar. Nesse sentido, a presença de graduandos na iniciação científica e de mestrandos e o predomínio de reflexões conduzidas durante o doutorado de seus integrantes atesta a maturidade do grupo que já é capaz de articular as pesquisas em todos os níveis de formação.

Os capítulos reunidos nesta coletânea dialogam entre si de modo a fazer do colégio de aplicação, do ensino agrícola profissional, do patrimônio educativo escolar, das trajetórias docentes e da história intelectual núcleos temáticos nos quais a produção do GEPHED se articula. Assim, de forma geral, a história institucional e, mais especificamente, a história do Colégio de Aplicação são exploradas a partir de perspectivas variadas, mas complementares. Análises de trajetórias docentes, práticas de ensino ou serviços educacionais deixam ver os múltiplos processos que tanto as instituições educativas quanto a docência organizam no cotidiano escolar. Em comum, as abordagens apresentam uma criteriosa pesquisa com fontes e um método de pesquisa atento às exigências do trabalho em e com arquivos.

Por fim, há no conjunto de pesquisas reunidas aqui um acúmulo de experiência sobre a organização de acervos em arquivo. No capítulo de abertura, Joaquim Tavares da Conceição explica que as compreensões históricas sobre o Colégio de Aplicação resultaram de um projeto de organização e preservação de documentos no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação - UFS (Cemdap). As marcas deste trabalho

podem ser vistas em cada capítulo deste livro. Seja no estudo das espécies e tipos documentais de que trata Cabral, na reflexão sobre a digitalização dos dossiês de estudantes realizado por Bezerra, seja na investigação de Vieira sobre as práticas de preservação e difusão da memória ou na utilização que Almeida faz dos dossiês dos estudantes digitalizados por Bezerra, o acervo do Cemdap é protagonista de uma produção também preocupada com o legado deixado pelo trabalho de preservação histórica.

Portanto, o volume organizado por Joaquim Tavares da Conceição é contribuição de pesquisa para a história e a historiografia da educação. Não só pela originalidade dos resultados aqui apresentados, mas, também, pelas searas de trabalho que frequente e compartilha, propõe um diálogo profícuo com o campo de pesquisas do qual se origina. Ocupando-se da história local da educação sergipana, o grupo alcança questões centrais da historiografia praticada atualmente no país. Assim, a organização das fontes em arquivos, a compreensão da história cultural da escola e a problematização da memória beneficiam-se enormemente desta publicação. Além da leitura especializada, também uma leitura atenta beneficiar-se-á do diligente trabalho de preservação e interpretação que o GEPHED realiza no Cemdap. Ao compartilhá-lo com os leitores neste livro o grupo nos introduz no delicado artesanato que é o trabalho da memória.

André Paulilo

Março de 2025

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresento a coletânea *Pesquisas e Reflexões de um Grupo de Pesquisa: História da Educação em Foco*, que reúne estudos resultantes de investigações desenvolvidas por membros do Grupo de Pesquisa em História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/CNPq/UFS), no âmbito de formações de iniciação científica, mestrado e doutorado, sob minha orientação.

Organizada em duas partes, a obra inicia-se com pesquisas vinculadas ao projeto *Identidade e Responsabilidade Histórica: Organização e Preservação de Documentos no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS (Cemdap)*¹, que tomam como objeto o Colégio de Aplicação da UFS em diferentes enfoques. Essa primeira parte aborda a memória institucional, a organização documental e o patrimônio histórico-escolar. A segunda parte amplia o escopo das investigações ao contemplar estudos sobre instituições educativas, trajetórias de professoras intelectuais e sobre a pesquisa historiográfica, contribuindo para a compreensão da história da educação em múltiplas perspectivas.

O capítulo que abre a coletânea, de minha autoria, intitula-se *Identidade e responsabilidade histórica: preservação, pesquisa e difusão do patrimônio histórico educativo do Colégio de Aplicação da UFS*. Nele, apresento as atividades que resultaram na organização da documentação histórica do Colégio de Aplicação da UFS, na produção e difusão de conhecimento histórico sobre colégios de aplicação e temas correlatos, na formação de recursos humanos especializados e na realização de ações educativas

¹ Projeto de pesquisa financiado por meio da Chamada Universal CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021 e Edital Chamada CNPq N° 09/2022 - Bolsas de Produtividade em Pesquisa - PQ.

com a utilização do patrimônio escolar preservado. Dessa forma, exponho parte das atividades desenvolvidas e dos resultados alcançados pelo referido projeto.

O capítulo intitulado *Um jeito de ser e escrever outros mundos: a condição literária da professora Conceição Ouro (1975-2016)*, de autoria de Alfredo Bezerra dos Santos, investiga a produção literária da professora Maria da Conceição Ouro Reis, que dedicou sua carreira ao ensino da Língua Portuguesa no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe. O estudo analisa como sua trajetória perpassou instituições privadas e públicas, enfatizando o impacto de sua atuação pedagógica e sua relação com a escrita, que refletia sua visão sobre o magistério e a educação.

No capítulo *Espécies e tipos documentais presentes no acervo documental do Colégio de Aplicação da UFS*, Anne Emilie Souza de Almeida Cabral apresenta parte dos resultados de sua pesquisa de doutorado, na qual realizou a classificação e organização dos documentos custodiados pelo Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS (Cemdap). A partir desse estudo, foi desenvolvido um inventário que possibilitou a compreensão da dinâmica institucional e das tipologias documentais geradas desde a fundação do Colégio em 1959. A autora discute a relevância da preservação desses registros para a pesquisa histórica e a formulação de políticas arquivísticas.

Jeane Gabriely Alves Bezerra, no capítulo *Digitalização dos dossiês dos estudantes: Uma ação preservacionista do patrimônio documental do Colégio de Aplicação da UFS*, analisa a importância do processo de digitalização como estratégia de conservação documental. A pesquisa, financiada por meio de bolsa de iniciação científica do CNPq, integra os esforços de organização e preservação do acervo do Cemdap, destacando avanços na implementação de ações voltadas à digitalização preservacionista da documentação histórica do Colégio de Aplicação da UFS.

Juselice Alves Araujo de Alencar, no capítulo *A primeira diretora do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe*, traça um perfil biográfico da professora Rosália Bispo dos Santos, que dirigiu a instituição entre 1959 e 1964. O estudo percorre a trajetória da docente desde sua atuação no magistério até sua contribuição para a consolidação do Ginásio de Aplicação. Com base em fontes documentais, o texto enfatiza a relevância de sua gestão e seu papel na formação de professores e estudantes.

Paulo Mateus Silva Vieira, no capítulo *Práticas de preservação e difusão da memória e do patrimônio histórico-escolar em Colégios de Aplicação*, investiga as ações desenvolvidas por essas instituições para resguardar sua história e identidade. O autor analisa iniciativas de preservação tanto nos ambientes físicos quanto digitais, discutindo o impacto dessas práticas na valorização do patrimônio escolar e na construção da memória coletiva. Além disso, o capítulo destaca diferentes formas de preservação da documentação histórica do Colégio de Aplicação da UFS, desenvolvidas no Cemdap.

Renilfran Cardoso de Souza, no capítulo *Sementeiras de cultivar talentos: Criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e do Ginásio de Aplicação*, contextualiza a fundação dessas instituições educacionais, ressaltando seus objetivos e estrutura. Com base em documentação preservada no Cemdap, o estudo destaca a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe como uma instituição estratégica para a formação de professores para o ensino secundário e o Ginásio de Aplicação como espaço de prática pedagógica para alunos do Curso de Didática da mencionada Faculdade.

A análise do *Perfil socioeconômico dos estudantes do Colégio de Aplicação da UFS (1969-1981)*, realizada por Sayonara do Espírito Santo Almeida, evidencia as transformações no público discente

ao longo do período em questão. Utilizando como fonte principal os dossiês de estudantes preservados no acervo do Cemdap, o estudo investiga as mudanças no perfil dos alunos e suas relações com as mudanças na forma de ingresso no Colégio, além de impactos de reformas educacionais.

Thalya Emanuelle da Rocha Antão, no capítulo intitulado *Funcionamento e legitimidade: revisitando os debates educacionais sobre os Colégios de Aplicação*, analisa os debates educacionais em torno do funcionamento e das finalidades dos Colégios de Aplicação no Brasil, com foco no período de transição entre as décadas de 1970 e 1980. A autora explora as dicotomias que marcaram essas instituições, identificando os principais questionamentos sobre seu papel e examinando as finalidades atribuídas ao Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe.

No capítulo *Facetas do Serviço de Orientação Educacional no Colégio de Aplicação da UFS (1966-1981)*, Walna Patrícia de Oliveira Andrade aborda a atuação desse serviço na instituição, analisando documentos pedagógicos e relatos de professores e estudantes. O estudo contextualiza as concepções de orientação educacional postas em circulação no Brasil, demonstrando como as práticas de orientação escolar foram moldadas por concepções “adaptacionistas” em torno do “aluno-problema”.

A segunda parte do livro amplia a discussão para outros eixos temáticos da história da educação, incluindo estudos sobre instituições, modelos de ensino e trajetórias de professoras intelectuais.

Andreza Cristina da Silva Andrade, no capítulo *O Fracasso escolar do ensino primário brasileiro reproduzido no Grupo Escolar Rural José Rollemberg Leite (1954-1964)*, examina os desafios enfrentados por alunos dessa instituição sergipana. A partir de registros escolares, a autora analisa os índices de reprovação e os fatores que influenciaram o rendimento dos estudantes.

Aristela Arestides Lima, em *Investimentos para a implantação do modelo escola-fazenda no Colégio Agrícola Benjamin Constant (1967-1985)*, discute a adoção desse modelo educacional no ensino agrícola sergipano. A pesquisa se baseia na análise de fontes documentais e relatos orais para compreender os investimentos realizados para a implantação do modelo escola-fazenda no antigo Colégio Agrícola Benjamin Constant, no período de 1967 a 1985, com ênfase nos financiamentos decorrentes de acordos e convênios internacionais firmados pelo governo brasileiro.

No capítulo *Participação das mulheres no processo de criação da Academia Sergipana de Letras*, José Genivaldo Martires investiga o papel feminino na constituição dessa instituição cultural. A pesquisa evidencia as dificuldades enfrentadas pelas intelectuais sergipanas para ingressar neste espaço de consagração literária, trazendo à tona debates sobre exclusão e reconhecimento das mulheres.

Janyne Rossana Barbosa Pereira, em *Memórias da educação feminina: Vozes de ex-alunas do Centro de Economia Rural Doméstica São José (1954-1973)*, analisa as experiências de mulheres que frequentaram essa instituição. O estudo examina a formação ofertada e os impactos desse ensino na vida das ex-alunas, evidenciando as relações entre gênero e educação.

Rísia Rodrigues Silva Monteiro, no capítulo *Aglaré Fontes e a valorização da arte no processo educativo (1977-1982)*, apresenta a trajetória dessa intelectual sergipana, que teve papel fundamental na promoção da cultura e das artes em Sergipe. A autora analisa sua atuação no Centro de Cultura e Arte da UFS (Cultart), destacando suas contribuições para a formação de artistas e pesquisadores e sua influência na valorização da cultura popular.

Por fim, no capítulo intitulado *A ciência moderna e os caminhos para a pesquisa histórica*, Marlaine Lopes de Almeida propõe uma reflexão sobre a pesquisa histórica educacional enquanto

prática científica, examinando os paradigmas que orientaram os métodos de investigação e atribuíram legitimidade aos objetos de estudo, ao emprego das fontes e à confiabilidade dos resultados. A partir do surgimento da Ciência Moderna, a autora discute a emergência de paradigmas que, ao se oporem ao pensamento dominante, formularam métodos científicos adaptados às especificidades das Ciências Sociais, com ênfase nos estudos historiográficos em educação.

A coletânea, portanto, pretende divulgar as pesquisas recentes desenvolvidas no âmbito do GEPHED e contribuir com os estudos em História da Educação, oferecendo reflexões sobre colégios de aplicação e outras instituições educativas, a preservação do patrimônio histórico-educativo, as trajetórias de professoras intelectuais e o ensino agrícola profissional. Almejo que os leitores encontrem nesta coletânea uma fonte de inspiração e conhecimento, contribuindo para os diálogos acadêmicos em prol do fortalecimento das pesquisas da área da História da Educação.

Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição

Líder do Grupo de Pesquisa em História da Educação: Memórias, Sujeitos, Saberes e Práticas Educativas (GEPHED/CNPq/UFS)

SUMÁRIO

PREFÁCIO <i>André Luiz Paulilo</i>	5
--	---

APRESENTAÇÃO <i>Joaquim Tavares da Conceição</i>	8
--	---

PARTE I - COLÉGIO DE APLICAÇÃO EM PAUTA

IDENTIDADE E RESPONSABILIDADE HISTÓRICA: PRESERVAÇÃO, PESQUISA E DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDUCATIVO DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS <i>Joaquim Tavares da Conceição</i>	17
---	----

UM JEITO DE SER E ESCREVER OUTROS MUNDOS: A CONDIÇÃO LITERÁRIA DA PROFESSORA CONCEIÇÃO OURO (1975-2016) <i>Alfredo Bezerra dos Santos</i>	41
---	----

ESPÉCIES E TIPOS DOCUMENTAIS PRESENTES NO ACERVO DOCUMENTAL DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS <i>Anne Emilie Souza de Almeida Cabral</i>	58
---	----

DIGITALIZAÇÃO DOS DOSSIÊS DOS ESTUDANTES. UMA AÇÃO PRESERVACIONISTA DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS <i>Jeane Gabriely Alves Bezerra</i>	75
---	----

A PRIMEIRA DIRETORA DO GINÁSIO DE APLICAÇÃO DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE <i>Juselice Alves Araujo de Alencar</i>	86
---	----

PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-ESCOLAR EM COLÉGIOS DE APLICAÇÃO <i>Paulo Mateus Silva Vieira</i>	103
--	-----

“SEMENTEIRAS DE CULTIVAR TALENTOS”: CRIAÇÃO DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE E DO GINÁSIO DE APLICAÇÃO <i>Renilfran Cardoso de Souza</i>	121
---	-----

**PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES DO COLÉGIO DE
APLICAÇÃO DA UFS (1969-1981)** 136
Sayonara do Espírito Santo Almeida

**FUNCIONAMENTO E LEGITIMIDADE: REVISITANDO OS DEBATES
EDUCACIONAIS SOBRE OS COLÉGIOS DE APLICAÇÃO** 156
Thalya Emanuelle da Rocha Antão

**FACETAS DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO COLÉGIO DE
APLICAÇÃO DA UFS (1966-1981)** 173
Walna Patrícia de Oliveira Andrade

**PARTE II - OUTROS TEMAS: INSTITUIÇÕES, MODELOS
EDUCACIONAIS, TRAJETÓRIAS DE PROFESSORAS INTELLECTUAIS
E REFLEXÕES SOBRE A PESQUISA HISTÓRICA**

**O FRACASSO ESCOLAR DO ENSINO PRIMÁRIO BRASILEIRO REPRODUZIDO NO
GRUPO ESCOLAR RURAL JOSÉ ROLLEMBERG LEITE (1954 - 1964)** 190
Andreza Cristina da Silva Andrade

**INVESTIMENTOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO MODELO ESCOLA-FAZENDA NO
COLÉGIO AGRÍCOLA BENJAMIN CONSTANT (1967 - 1985)** 207
Aristela Arestides Lima

**A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DA ACADEMIA
SERGIPANA DE LETRAS** 223
José Genivaldo Martires

**MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO FEMININA: VOZES DE EX-ALUNAS DO CENTRO DE
ECONOMIA RURAL DOMÉSTICA SÃO JOSÉ (1954-1973)** 241
Janyne Rossana Barbosa Pereira

**AGLAÉ FONTES E A VALORIZAÇÃO DA ARTE NO PROCESSO
EDUCATIVO (1977-1982)** 256
Rísia Rodrigues Silva Monteiro

A CIÊNCIA MODERNA E OS CAMINHOS PARA A PESQUISA HISTÓRICA 282
Marlaine Lopes de Almeida

SOBRE OS AUTORES 298

PARTE I

COLÉGIO
DE APLICAÇÃO
EM PAUTA



IDENTIDADE E RESPONSABILIDADE HISTÓRICA: PRESERVAÇÃO, PESQUISA E DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDUCATIVO DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS¹

JOAQUIM TAVARES DA CONCEIÇÃO

INTRODUÇÃO

No ano de 2021, iniciei as primeiras ações do projeto “Identidade e responsabilidade histórica: organização e preservação de documentos no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação - UFS (Cemdap)”. O projeto tem como objetivo ampliar os processos de produção, organização e preservação da massa documental histórica sob a custódia do Cemdap, bem como produzir compreensões históricas sobre o Colégio de Aplicação, seus agentes educativos e a Universidade. Para alcançar essa finalidade, o projeto integrou subprojetos desenvolvidos por estudantes de mestrado e doutorado, além de planos de trabalho de iniciação científica (Pibic/CNPq/UFS, PibicEM/CNPq/UFS), contando com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)². As atividades realizadas resultaram na organização da documentação histórica do Colégio de Aplicação da UFS, na produção e difusão

¹ Conforme dados apresentados no Relatórios Técnico do Projeto ao CNPq, Conceição (2025).

² Editais: Chamada/Edital: PDS 2020-Pós-Doutorado Sênior - PDS 2020, Chamada Universal CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021, Chamada CNPq n° 09/2022. Bolsas de Produtividade em Pesquisa - PQ.

de conhecimento histórico sobre colégios de aplicação e temas correlatos, na formação de recursos humanos especializados e na realização de ações educativas. Assim, este capítulo apresenta parte das atividades e resultados do mencionado projeto.

Em consonância com o escopo do projeto, foram mapeadas produções na área da História da Educação que abordam a salvaguarda, custódia, pesquisa, valorização e difusão do patrimônio histórico educacional, incluindo arquivos escolares, acervos institucionais ou pessoais de educadores, publicados em revistas (Conceição, Paulilo, 2023) e anais de eventos científicos (Cabral, 2023). Além disso, foi realizada uma revisão bibliográfica de teses e dissertações que tratam da história de colégios de aplicação (Santos, 2022; Souza, 2024; Vieira, 2023).

O projeto também explorou novas abordagens para a organização e análise de documentos de acervos escolares, destacando suas dimensões históricas, educacionais e patrimoniais, bem como as intersecções entre Arquivologia e História da Educação (Cabral, 2023; Cabral *et al.*, 2024). Quanto às investigações historiográficas, foram objetos de pesquisas o perfil estudantil, funções e configurações e as práticas pedagógicas e culturais características dos colégios de aplicação, além de estudos sobre trajetórias de professoras e orientação educacional, ampliando assim o conhecimento histórico sobre esse modelo escolar.

O capítulo também ressalta as inovações em produtos e processos, destacando a elaboração de um inventário³ detalhado da documentação histórica do Colégio de Aplicação da UFS, estruturado a partir de um plano de classificação funcional dos documentos. Outro resultado significativo foi a criação do “Banco de Dados dos Dossiês de Estudantes do Colégio de Aplicação da UFS (1959-2009)” e a expansão do “Banco de Histórias do Colé-

³ Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/17597/3/ANNE_EMILIE_SOUZA_ALMEIDA_CABRAL-Inventario.pdf. Acesso em: 26 mai. 2023.

gio de Aplicação: Identidade e pertencimento nas memórias de professores e estudantes”, com a produção de trinta e cinco novas entrevistas audiovisuais, que se somam às cinquenta e seis já existentes no acervo. Essas iniciativas contribuem para a preservação da memória institucional e para a produção de conhecimento histórico, reforçando a importância da documentação e das narrativas orais na construção da identidade da instituição.

No decorrer do desenvolvimento do projeto e subprojetos integrados, foram realizados levantamentos de fontes a respeito de colégios de aplicação e assuntos correlatos, nos seguintes acervos físicos:

- Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação (Cemdap) – São Cristóvão/SE;
- Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe – São Cristóvão/SE;
- Arquivo do Centro de Educação e Ciências Humanas da UFS (CECH/UFS) – São Cristóvão/SE;
- Biblioteca da Faculdade de Educação da UNICAMP – Campinas/SP;
- Programa de Estudos e Documentação, Educação e Sociedade (PROEDES/UFRJ) – Rio de Janeiro;
- Biblioteca da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro;
- Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (CME/FEUSP) – São Paulo;
- Biblioteca da Faculdade de Educação da USP – São Paulo.

Os levantamentos realizados foram essenciais para elucidar as questões propostas tanto no projeto principal quanto nos subprojetos vinculados, os quais visavam compreender a trajetória histórica do Colégio de Aplicação da UFS, suas práticas

educativas e sua relação com a própria Universidade e mesmo as configurações do modelo “colégio de aplicação”. Deste modo, a consulta a esses acervos permitiu a identificação e análise de documentos, tais como relatórios, fotografias, materiais didáticos, livros, cadernos de orientação educacional e jornais, os quais contribuíram para a produção de interpretações históricas do papel desempenhado pelos colégios de aplicação na história da educação brasileira.

O projeto desempenhou um papel relevante na formação de mestres e doutores vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFS, os quais desenvolveram subprojetos voltados à pesquisa histórica e à preservação documental. Essa ação também envolveu estudantes de graduação e da educação básica por meio de planos de trabalho em iniciação científica. A disseminação dos resultados foi efetivada por meio de publicações em periódicos especializados, capítulos de livros, participação em eventos científicos e divulgação em redes sociais, o que ampliou o alcance das discussões e favoreceu a transferência do conhecimento histórico produzido.

As atividades de organização documental foram realizadas no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação (Cemdap), centro de memória dedicado à reunião, organização e preservação de documentação permanente, objetos de cultura material e outros acervos de valor histórico, científico ou cultural, com fins pedagógicos e de pesquisa. Em consonância com as diretrizes que orientam os centros de memória (Camargo; Goulart, 2019), o Cemdap também se configura como um espaço de produção de novos conhecimentos relacionados à memória e à história da instituição, além de temas afins (Conceição, 2022a, 2022b).

O acervo documental do Cemdap abrange diversos gêneros, como documentação textual, material bibliográfico, acervos au-

diovisuais, iconográficos e objetos tridimensionais. Entre esses, predominam os documentos textuais, em especial os vinculados à escrituração escolar e aos dossiês de estudantes. Essa documentação foi descrita e catalogada no instrumento de pesquisa denominado “Inventário de Acervo Documental do Colégio de Aplicação da UFS” (Cabral, 2023), que organiza a classificação dos documentos e suas respectivas séries documentais, conforme a função de cada um.

Além desta introdução, o capítulo está organizado em cinco partes. A primeira, intitulada Organização e digitalização de documentos históricos do Colégio de Aplicação da UFS, aborda as atividades relacionadas à organização e digitalização do acervo do Cemdap. A segunda parte, Produção de documentação audiovisual – entrevistas, descreve a elaboração de entrevistas para o banco de histórias do Cemdap. Na terceira parte, Difusão de conhecimento histórico e a formação de recursos humanos, são discutidas as produções acadêmicas e a formação de mestres e doutores vinculados ao projeto. A quarta parte, Didática do patrimônio histórico educativo no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS, concentra-se nas ações pedagógicas desenvolvidas a partir dos resultados do projeto. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

ORGANIZAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS

Com a finalidade de preservar a documentação e garantir o acesso racional às informações, realizou-se a organização intelectual e física dos documentos textuais do acervo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação, bem como a digitalização de parte desse material. Dessa forma, foram executadas atividades de identificação, higienização e

acondicionamento preliminar dos documentos, seguindo-se a transferência de todo o acervo histórico (permanente) do Arquivo Escolar para o Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. Essa iniciativa teve como objetivo viabilizar um acondicionamento adequado da documentação, além de facilitar as etapas subsequentes voltadas à organização do conjunto documental.

Para a organização intelectual⁴ da documentação de gênero textual, foram primeiro identificados os documentos e suas respectivas funções e atividades. Essa ação visou a produção de um instrumento de pesquisa, na modalidade de inventário. Neste sentido, o trabalho de organização documental consistiu nas seguintes etapas: identificação da massa documental, classificação dos documentos, descrição dos documentos, criação de instrumento de pesquisa - inventário. Considerando-se a história do Colégio de Aplicação da UFS, com as mudanças de organização e vinculações ao longo da história definiu-se um plano de classificação funcional. Para tanto, foram estabelecidas as seguintes funções: administração, pedagógico-científico, pedagógico-cultural, ensino e aprendizagem (Cabral, 2023; Cabral *et al.*, 2024).

A organização física⁵ consistiu no acondicionamento dos documentos inventariados em pacotilhas e caixas de arquivo devidamente identificadas, dispostas em armários conforme a ordenação estabelecida no inventário. Paralelamente, procedeu-se à

⁴ Atividade do subprojeto vinculado ao projeto objeto deste relatório, que resultou na produção da tese intitulada: **Organização do arquivo escolar do Colégio de Aplicação da UFS: preservação do patrimônio histórico e educacional e potencialidades para a escrita da história da educação**, defendida em 2023, pela autora Anne Emílie de Almeida Cabral, membro e bolsista de Apoio Técnico do projeto. Tese orientada pelo coordenador do projeto: Joaquim Tavares da Conceição.

⁵ Atividade supervisionada por Anne Emílie de Almeida Cabral, membro e bolsista de Apoio Técnico do projeto, com a colaboração de estudantes bolsistas de iniciação científica, mestrado e doutorado.

organização física dos dossiês dos estudantes, assegurando a sua adequada preservação e acesso.

Os dossiês de estudantes foram catalogados em um banco de dados digital específico intitulado “Banco de dados dos dossiês de estudantes do Colégio de Aplicação da UFS⁶”, garantindo a preservação e o acesso eficiente às informações. Cada dossiê consiste em um conjunto de folhas avulsas organizadas em pastas individuais para cada aluno, contendo informações sobre a trajetória escolar. Entre os documentos comumente encontrados nesses dossiês estão autorizações para inscrição no exame de admissão, certificados de aprovação, históricos escolares anteriores, registros de matrícula, certidões de nascimento, fichas individuais com disciplinas cursadas, comprovantes de casamento, registros de pagamentos e atestados de vacinação, entre outros (Almeida, 2021; Melo; Conceição, 2021; Cabral, 2023).

Cada dossiê foi identificado e acondicionado individualmente em envelopes, os quais foram, posteriormente, armazenados em caixas de arquivo etiquetadas e organizadas em armários, com as respectivas identificações, garantindo assim a preservação e a facilidade de acesso às informações contidas nestes registros.

Além da organização intelectual e física, foram digitalizados⁷ 2.230 dossiês de estudantes, abrangendo o período de 1959 a 1999. Cada dossiê foi salvo em um arquivo individual no formato PDF e organizado em pastas específicas, armazenadas em um HD externo, garantindo sua preservação e facilitando o acesso ao acervo digitalizado. Essa iniciativa não apenas assegura a integridade dos documentos originais, mas também amplia as pos-

⁶ Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/17597/3/ANNE_EMILIE_SOUZA_ALMEIDA_CABRAL-Inventario.pdf Acesso em: 20 Jan. 2025

⁷ Atividade desenvolvida na execução de plano de trabalho pela bolsista Jeanne Gabriely Alves Bezerra (Pibic/CNPq/UFS).

sibilidades de consulta, alinhando-se à perspectiva de Freitas e Knauss (2009, p. 10), ao destacarem que:

O processo de digitalização de documentos se coloca, ao mesmo tempo, entre a promoção da preservação e a promoção do acesso à informação e se instala no horizonte dos usos eletrônicos do passado no âmbito dos arquivos. A digitalização completa o trabalho de preservação ao permitir um processo de reprodução dos documentos para um suporte alternativo, poupando o uso constante dos originais. Mas importa frisar que ela abre também novas possibilidades de consulta, pois, considerando a sua base informatizada, a digitalização de documentos se relaciona com a consulta à distância pela internet.

O projeto também levantou, higienizou e registrou os objetos da cultura material escolar preservados no acervo do Cemdap. Essa materialidade da cultura escolar se integra naquilo que Agustín Escolano Benito (2017) denomina de “cultura empírica da escola”. No caso do acervo do Cemdap, o que restou de “equipamento ergológico” é representado, em sua maioria, por objetos tridimensionais, como troféus, bandeiras, placas comemorativas e antigos equipamentos de laboratório e ensino. Esses objetos materiais, “[...] integrados nas estratégias empíricas do trabalho escolar de alunos e professores, são um reflexo funcional e simbólico das formas de entender e governar a prática” (Escolano Benito, 2017, p. 120).

PRODUÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL - ENTREVISTAS

O desenvolvimento do projeto também incluiu a produção de documentação audiovisual, por meio de entrevistas, com o objetivo de compor o “Banco de Histórias do Colégio de Aplicação: Identidade e pertencimento nas memórias de estudantes e professores”. Para a realização desse trabalho, foi adotada a metodologia da “história oral instrumental”, que, conforme Meihy e Ribeiro (2021, p. 15):

[...] cumpre suas funções no registro, trabalho de captação das entrevistas e da passagem do oral para o escrito, no arquivamento e disponibilidade pública, de acordo com acertos prévios entre as partes. [...] A história oral instrumental deve ser entendida como uma parte independente de futuras investidas. Estas podem ou não ocorrer dependendo das possibilidades complementares ou de projetos feitos por outras pessoas usando essa base.

Os relatos coletados por meio de entrevistas dirigidas, com roteiros elaborados a partir de evidências históricas identificadas previamente em documentos escritos ou relatos orais, destacam-se por sua potencialidade como fontes para pesquisas e atividades pedagógicas. A pesquisa considerou os aspectos característicos da memória, entendida como um fenômeno seletivo, construído social e individualmente, e como elemento constitutivo do sentimento de identidade. Além disso, levou-se em conta que memória e identidade são valores em constante disputa entre indivíduos e/ou grupos, bem como a função do “não-dito”, os esquecimentos e o papel da rememoração na formação de identidades (Bosi, 1994; Pollak, 1989; Nora, 1993).

Os levantamentos foram realizados com estudantes⁸ egressos do Colégio de Aplicação que estudaram no Colégio entre os anos de 1960, ano da primeira turma matriculada no Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe até o ano de 2008, ano em que ocorreu a mudança de seleção de ingresso para sorteio público de vagas. Desta forma, foram desenvolvidas as seguintes atividades para a produção da documentação oral em formato audiovisual:

- Produção de informações a respeito da história e perfil estudantil do Colégio de Aplicação;
- Produção de roteiros de entrevistas levando em conta as informações coletadas na documentação do Cemdap e referências bibliográficas;
- Identificação e construção de uma amostra de estudantes egressos como potenciais entrevistados (narradores/colaboradores);
- Realização das entrevistas;
- Tratamento do material coletado - edição técnica das entrevistas.

De modo geral, o roteiro das entrevistas explorou temáticas recorrentes na “memória coletiva” da instituição, com questões gerais e específicas relacionadas com a “geração” e a carreira estudantil do entrevistado no Colégio. Deste modo, resultantes desses questionamentos, as entrevistas produzidas apresentam informações a respeito da forma de ingresso e perfil socioeconômico dos alunos; impressões a respeito de agentes educativos que atuaram no colégio (diretores, professores, funcionários); configurações e espaços físicos ocupados pelo colégio; atividades es-

⁸ Das 35 entrevistas realizadas, 32 foram com ex-estudantes. As três restantes incluíram duas entrevistas com ex-professoras e uma com uma ex-estagiária.

colares e extra-escolares; as práticas de estágio docente, dentre outras informações.

Das trinta e cinco entrevistas realizadas, vinte e seis foram gravadas no Estúdio de Gravação do Núcleo de Editoração e Audiovisual da UFS, três nas residências dos entrevistados, duas no espaço do Cemdap e quatro no formato online. Todas as entrevistas foram registradas em formato audiovisual, editadas com a inclusão de videografismo e armazenadas em um HD externo, onde estão disponíveis para consulta no Cemdap.

DIFUSÃO DE CONHECIMENTO HISTÓRICO E A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

No âmbito da história da educação, pesquisadores ressaltam o perigo da incompletude do trabalho de organização documental caso não se efetive a problematização e investigação histórica dos materiais organizados. A esse respeito, Frago (2011, p. 50) ressaltou a necessidade do empreendimento de estudo adequado dos materiais catalogados e preservados, a fim de evitar o “[...] anti-cuariado, el fetichismo de los objetos, la crónica entendida como mera yuxtaposición de información o el museísmo pedagógico más simple”. Agustín Escolano Benito (2020) também enfatiza a necessidade de avançar nas investigações historiográficas a fim de empreender uma hermenêutica da cultura criptografada na materialidade da cultura escolar (Escolano, 2020). Portanto, além do trabalho de organização documental, foram produzidos artigos científicos, organizados livros e publicado capítulos de livros, tomando a documentação preservada como fonte, conforme indicados nos quadros a seguir.

Quadro 1 – Relação de artigos publicados relacionados com o projeto Identidade e responsabilidade [...]

Nº	Título	Autoria	Periódico
1	Cadernos de Orientação Educacional. Constituição, conteúdos e difusão de modelos para a formação do orientador educacional (1960-1962)	Walna Patricia de Oliveira Andrade Joaquim Tavares da Conceição	Revista Brasileira de História da Educação, v. 1, 2025.
2	Organização do Arquivo Colégio de Aplicação da UFS: intersecções entre Arquivologia e História da Educação	Anne Emílie de Almeida Cabral Joaquim Tavares da Conceição Lorena de Oliveira Souza Campello	Cadernos do CEOM, v. 37, 2024.
3	Intersecções entre preservação documental, pesquisas e atividades pedagógicas no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS Cemdap	Joaquim Tavares da Conceição Paulo Mateus Silva Vieira	Momento - Diálogos em Educação, v. 33, 2024.
4	“Arquivarás tua vida”. Práticas e sentidos do arquivamento do eu de uma professora (1924-2021)	Joaquim Tavares da Conceição	Revista Cocar, v. 21, 2024.
5	Preservação do patrimônio histórico educacional do Colégio de Aplicação da UFS e o incremento da produção do conhecimento historiográfico da educação	Joaquim Tavares da Conceição Anne Emílie de Almeida Cabral	RIDPHE - Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo, v. 9, 2023.
6	Veredas do Patrimônio Histórico Educacional: historiografia e memória	Joaquim Tavares da Conceição André Luiz Paulilo	Resgate - Revista Interdisciplinar de Cultura, v. 31, 2023.
7	Formas de seleção de ingresso no Colégio de Aplicação da UFS. A busca por um perfil estudantil “ideal”?	Sayonara do Espírito Santo Almeida Joaquim Tavares da Conceição	História da Educação, v. 27, 2023.
8	Intersecção entre produção literária e ensino na trajetória da professora e escritora Conceição Ouro Reis no Colégio de Aplicação da UFS (1973-1991)	Alfredo Bezerra dos Santos Joaquim Tavares da Conceição	Revista de Estudos de Cultura, v. 8, 2022.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Quadro 2 – Capítulos de livros publicados

Nº	Título do capítulo	Autoria	Título Livro
1	Formas de ingresso e perspectivas do perfil discente do Colégio de Aplicação da UFS (1960-2008)	Joaquim Tavares da Conceição	Questões para (re)pensar o patrimônio educativo: acervos, espaços de memória e impressos escolares. Criação Editora, 2024.
2	O jornal estudantil Genesis. Uma experiência de criação literária e artística no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1975-1981)	Alfredo Bezerra dos Santos Joaquim Tavares da Conceição	Escritas estudantis na imprensa periódica da educação (séculos XIX e XX). Paco Editorial, 2024.
3	A classe secundária experimental do Ginásio de Aplicação da Universidade do Recife: Indícios de uma prática pedagógica inovadora	Walna Patrícia de Oliveira Andrade Joaquim Tavares da Conceição	Brechas no monolítico educacional. Classes secundárias experimentais e inovação do ensino secundário nos anos de 1950 e 1960. Appris, 2023.
4	Aspectos da fundação e do processo de “reconhecimento” do Ginásio de Aplicação revelados em remanescentes documentais no acervo do Cemdap	Joaquim Tavares da Conceição	A Pesquisa em acervos da escola e da educação. Mercado de Letras, 2023.
5	A preservação do acervo documental do Colégio de Aplicação da UFS e a produção de pesquisas em História da Educação	Joaquim Tavares da Conceição	Compreensões Historiográficas da Educação Brasileira. Criação Editora, 2022.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

O trabalho de organização documental do acervo do Cemdap igualmente contribuiu para a formação de recursos humanos

(mestres e doutores) e a inserção na iniciação científica de estudantes graduandos e do ensino médio. O quadro a seguir apresenta a relação de mestres e doutores formados ou em andamento, vinculados ao projeto.

Quadro 3 – Formação de mestres e doutores

Nº	Nome	Título do Trabalho	Nível / Conclusão
1	Sayonara do Espírito Santo Almeida	Cartografia estudantil no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1969-1981)	Doutorado/ 2022
2	Anne Emilie de Almeida Cabral	Organização do arquivo escolar do Colégio Aplicação da UFS: preservação do patrimônio histórico educacional e potencialidades para a escrita da História da Educação (1959-1998)	Doutorado/ 2023
3	Renilfran Cardoso de Souza	“Viveiro dos futuros professores”: modelo escolar Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1959-1981)	Doutorado/ 2024
4	Paulo Mateus Silva Vieira	Preservação, sentidos e usos da memória e história. O patrimônio histórico-escolar em cena no Colégio de Aplicação da UFS (2000-2022)	Mestrado/ 2023
5	Alfredo Bezerra dos Santos	Educação, ensino e literatura: a trajetória da professora Maria da Conceição Ouro Reis no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1973-1991)	Mestrado/ 2023
6	Andreza Cristina da Silva Andrade	O Grupo Escolar Rural José Rollemberg Leite e o movimento de expansão do ensino primário no Brasil (1953-1974)	Doutorado/ 2025
7	Walna Patricia de Oliveira Andrade	Caminhos da Orientação Educacional: O papel do SOE no Colégio de Aplicação da UFS (1959-1996)	Doutorado/ 2025
8	Janyne Rossana Barbosa Pereira	Entrelaçando caminhos: ações educativas da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José (1949-1973)	Mestrado/ 2025

Nº	Nome	Título do Trabalho	Nível / Conclusão
9	Thalya Emannelle Da Rocha Antão	Escola laboratório? Um estudo sobre as práticas de estágio no Colégio de Aplicação da UFS (1970-1980)	Mestrado/ 2025
10	Juselice Alves Araujo de Alencar	Lindalva Cardoso Dantas: trajetória de uma professora no Ginásio de Aplicação e no Conselho Estadual de Educação de Sergipe	Doutorado/ 2026
11	Mário Kempes Sá Costa	Entre o <i>Geneses</i> e a <i>Forja</i> : Um estudo cruzado de jornais estudantis em Colégios de Aplicação	Mestrado/ 2026
12	Alfredo Bezerra dos Santos	Escrita docente, representações e produção intelectual: Um estudo sobre professoras escritoras do Colégio de Aplicação da UFS	Doutorado/ 2027
13	Paulo Mateus Silva Vieira	Juventude em movimento: Um estudo comparado de movimentos e organizações estudantis em Colégios de Aplicação	Doutorado/ 2027

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Como evidenciado no quadro anterior, foram defendidas três teses de doutorado e duas dissertações de mestrado, todas tendo como objeto de estudo o Colégio de Aplicação da UFS. Esses trabalhos problematizaram questões específicas relacionadas à instituição, como seu patrimônio documental, o perfil discente e o próprio modelo de “colégio de aplicação”. Ainda no mesmo quadro, observa-se que estão em andamento cinco teses e três dissertações, todas vinculadas ao projeto e a maior parte tomando como fonte principal os documentos do acervo do Cemdap. Ao final das orientações indicadas no quadro, terão sido formados oito doutores e cinco mestres.

Além da divulgação dos resultados do projeto por meio de artigos e/ou capítulos de livros, os membros do projeto se envolveram com a organização de evento científico (II Encontro Sergi-

pano de História da Educação. Patrimônio Histórico Educacional e os Desafios Contemporâneos da Pesquisa em História da Educação⁹), participações em eventos com apresentações de comunicações e em mesas-redondas (CBHE-2022, CBHE-2024), entre outras ações acadêmicas.

DIDÁTICA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDUCACIONAL NO CENTRO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS

O pesquisador espanhol Pablo Álvarez Domínguez (2018) destaca a crescente relevância da pesquisa e da utilização do patrimônio educativo em práticas pedagógicas, o que tem impulsionado o surgimento de uma linha de investigação dedicada a essa temática na Espanha. Segundo o autor, o patrimônio histórico-educativo tem sido incorporado como conteúdo específico na formação de futuros profissionais da educação, resultando em uma ampla oferta curricular relacionada a essa disciplina nas Faculdades de Educação espanholas. Domínguez (2018, p. 296) define essa abordagem como uma “Didáctica del Patrimonio Educativo”, cujo objetivo é “[...] sensibilizar a la ciudadanía en la necesidad de estudiar y recuperar el patrimonio educativo”. Na mesma linha, Escolano (2020, p. 3) ressalta o valor do patrimônio educativo como “um elemento cultural, com fortes valências formativas”. Vidal (2017, p. 250) também enfatiza o “[...] papel educativo do patrimônio material e imaterial” no contexto escolar.

⁹ Organizado pelos grupos de pesquisa História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/CNPq/UFS), liderado pelo coordenador do projeto, e História da Educação do Nordeste (GPHEN/CNPq/Unit) em parceria com os Programas de Pós-graduação em Educação da Universidade Tiradentes-Unit e Universidade Federal de Sergipe-UFS e o Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação.

As ações pedagógicas a partir do patrimônio conservado, ou a “pedagogia do patrimônio histórico-educativo”, como proposto por Roberto Sani (Bastos; Barausse, 2016), foram igualmente impulsionadas pelos resultados do projeto no Cemdap. Dessa forma, as iniciativas do projeto não se restringiram à preservação documental, mas também promoveram atividades pedagógicas voltadas para estudantes do colégio, da graduação e demais visitantes. Essas atividades têm como objetivo difundir o conhecimento sobre a cultura educacional brasileira e promover a educação patrimonial por meio da exposição e análise de diferentes gêneros documentais presentes no acervo.

Durante as visitas, os estudantes entram em contato com documentos textuais, iconográficos, tridimensionais, bibliográficos e audiovisuais, sendo incentivados a refletir sobre os significados das informações registradas e seu valor para a compreensão da história institucional e da cultura educacional. Essas visitas são organizadas por professores, estagiários e bolsistas vinculados ao Programa Institucional de Residência Pedagógica (RP) e ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), integrando-se aos projetos de ensino e planos de estágio desses programas de formação de professores.

As atividades pedagógicas abrangem diversos cursos e disciplinas, evidenciando o caráter interdisciplinar do Cemdap, uma vez que a documentação pode ser explorada em múltiplas áreas do conhecimento. O objetivo principal é despertar nos estudantes noções de memória, educação patrimonial e consciência histórica, contribuindo para o entendimento da trajetória do Colégio e da Universidade. Tais iniciativas reforçam a importância do patrimônio educativo como ferramenta pedagógica e de pesquisa, contribuindo para a formação crítica e reflexiva dos futuros educadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto representou um avanço significativo no estado da escrita da História da Educação, ao integrar a preservação documental com a produção do conhecimento historiográfico sobre colégios de aplicação, gerando impactos tanto em escala local quanto nacional. Por meio de suas atividades, foram exploradas abordagens inovadoras para a organização e análise de acervos escolares, destacando as dimensões históricas, educacionais e patrimoniais desses documentos. A produção bibliográfica resultante, composta por livros, capítulos e artigos, investigou temas como o estado da produção sobre patrimônio histórico educativo, os significados dos arquivos pessoais de professoras, as articulações entre Arquivologia e História da Educação na organização do acervo do Colégio de Aplicação da UFS, além de aspectos fundacionais e processos de reconhecimento dessa instituição.

Além disso, o projeto ampliou a compreensão sobre os significados, configurações e funções dos colégios de aplicação em âmbito nacional, com ênfase nos debates educacionais que fundamentaram sua criação. Estudos específicos sobre jornais estudantis, organizações estudantis, serviços de orientação educacional e classes experimentais trouxeram novos elementos para a análise das práticas pedagógicas e culturais características dessas instituições. Esses resultados enriqueceram os estudos históricos sobre esse modelo institucional no campo da História da Educação.

A diversidade da produção gerada pelo projeto não apenas inovou e expandiu os estudos sobre colégios de aplicação, mas também consolidou a relação entre a preservação do patrimônio educacional e a produção do conhecimento histórico. Além disso, estabeleceu um modelo replicável para a investigação de outras instituições similares, fortalecendo o campo da História da Educação e impulsionando a produção historiográfica na área.

No âmbito da preservação documental, o projeto inovou ao desenvolver produtos e processos voltados à organização e conservação de acervos educacionais, com potencial aplicação na gestão do patrimônio histórico educativo. As atividades direcionadas à organização do acervo do Colégio de Aplicação da UFS, custodiado no Cemdap, resultaram na criação de um inventário baseado em um plano de classificação funcional, dividido nas categorias administrativa, ensino-aprendizagem, pedagógico-científica e pedagógico-cultural. A construção do inventário, realizada com base em princípios e técnicas arquivísticas em diálogo com a História da Educação, pode ser replicada em outras instituições, ampliando seu impacto.

Outra contribuição relevante foi o fortalecimento do “Banco de Histórias do Colégio de Aplicação”, um acervo audiovisual composto por noventa entrevistas com estudantes e professores, sendo trinta e quatro produzidas diretamente pelo projeto. Esse material não apenas preserva a memória institucional, mas também fortalece o senso de identidade e pertencimento da comunidade escolar e universitária, além de servir como potenciais fontes para futuras pesquisas.

O projeto também promoveu a formação de recursos humanos, com a conclusão de dois mestrados e três doutorados vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Atualmente, cinco doutorandos e dois mestrados desenvolvem pesquisas relacionadas à História da Educação e à preservação do patrimônio histórico educativo, com foco em colégios de aplicação vinculados a universidades brasileiras. Além disso, a participação de estudantes de graduação e da educação básica em atividades de iniciação científica introduziu esses jovens a metodologias de pesquisa histórica e à preservação do patrimônio educativo, ampliando sua formação acadêmica e escolar.

A integração entre educação básica, graduação e pós-graduação foi uma marca distintiva do projeto, fortalecendo a formação de pesquisadores e profissionais e incentivando a disseminação de práticas de preservação da memória educacional. Visitas pedagógicas ao Cemdap, envolvendo turmas de graduação e da educação básica, promoveram a educação patrimonial e a difusão do conhecimento histórico produzido, aproximando os estudantes dos temas abordados.

Em síntese, o projeto não apenas preservou e organizou o patrimônio histórico educativo, mas igualmente difundiu seu valor cultural, histórico e científico, promovendo a transferência do conhecimento produzido e utilizando a documentação escolar como fonte primária para a construção de novas narrativas históricas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sayonara do Espírito Santo. **Cartografia estudantil no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1969-1981)**. 2021. 202 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14876>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BASTOS, Maria Helena Câmara; BARAUSSE, Alberto. A pesquisa em história da educação na Itália testemunho de um autor: entrevista com Roberto Sani. **Revista História da Educação** (Online) Porto Alegre v. 20 n. 49, p. 5-32, maio/ago., 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/64260>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CABRAL, Anne Emilie Almeida. **Organização do arquivo escolar do Colégio de Aplicação da UFS: preservação do patrimônio histórico e educacional e potencialidades para a escrita da história da educação**. 2023. 178 f. (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de

Sergipe, São Cristóvão. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/17597> Acesso em: 26 mai. 2024.

CABRAL, Anne Emilie Almeida. **Inventário do acervo documental permanente do Colégio de Aplicação da UFS**. São Cristóvão: UFS, 2023. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/17597/3/ANNE_EMILIE_SOUZA_ALMEIDA_CABRAL-Inventario.pdf Acesso em: 26 mai. 2023.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **Relatório Técnico**. Atividades e resultados do projeto Identidade e responsabilidade histórica: organização e preservação de documentos no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação - UFS (Cemdap). Financiamento: Chamada Universal CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021, 2025.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares; PAULILO, André Luis. Veredas do Patrimônio Histórico Educacional: historiografia e memória. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas**, SP, v. 31, n. 00, p. e023008, 2023. DOI: 10.20396/resgate.v31i00.8670473. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8670473>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. A preservação do acervo documental do Colégio de Aplicação da UFS e a produção de pesquisas em História da Educação. In: FERRONATO, Cristiano; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares. **Compreensões Historiográficas da Educação Brasileira**. Aracaju, SE: Criação Editora, 2022a. Disponível em: <https://editoracriacao.com.br/compreensoes-historiograficas-da-educacao-brasileira/>. Acesso em: 16 dez. 2022.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da: [Entrevista concedida a Isabela Cristina Salgado] Archivos. 2021. Disponível em: www.archivosmagazine.org/pt/entrevistacom-joaquim-tavares-da-conceicao/ Acesso em: 16 dez 2022b.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. Aspectos da fundação e do processo de “reconhecimento” do Ginásio de Aplicação revelados em remanescentes documentais no acervo do CEMDAP. In: PAULILO, André Luiz; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares; CAMPELLO, Lorena Oliveira Souza. **Pesquisa em acervos da escola e da educação**. Campinas, SP: Mercado

de Letras, p.139-168. Disponível em: <https://www.mercado-de-letras.com.br/resumos/pdf-28-04-23-18-30-02.pdf> Acesso em: 30 dez. 2023.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da; CABRAL, Anne Emilie Souza de Almeida. Preservação do patrimônio histórico educacional do Colégio de Aplicação da UFS e o incremento da produção do conhecimento historiográfico da educação. **RIDPHE_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, Campinas, SP, v. 9, n. 00, p. e023017, 2023. DOI: 10.20888/ridphe_r.v9i00.18274. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/18274>. Acesso em: 4 jul. 2024.

CABRAL, Anne Emilie Souza de Almeida; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da; CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. Organização do Arquivo Colégio de Aplicação da UFS: intersecções entre Arquivologia e História da Educação. **Cadernos do CEOM**, Chapecó (SC), v. 37, n. 60, p.104-116, jun. 2024. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/7933>. Acesso em: 15 set. 2024.

DOMÍNGUEZ, Pablo Álvarez. Mapeo de la museología de la Educación en España: Aproximación al estado de la cuestión. **Hist. Educ.** (Online) Porto Alegre v. 22 n. 55, p. 293-313, maio/ago. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/75395>.

ESCOLANO BENITO, Augustin. Invitación a repensar la cultura material de la escuela. **RIDPHE_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, Campinas, SP, v. 6, n. 00, p. e020023, 2020. DOI: 10.20888/ridpher.v6i00.14819. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/14819> . Acesso em: 17 nov. 2021.

ESCOLANO BENITO, Augustin. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Campinas: Alínea, 2017.

FRAGO, Antonio Viñao. Memoria, patrimonio y educación. **História da Educação**, 15(33), 31-62, 2011. Recuperado de: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/20100>. Acesso em: 15 nov. 2022.

FREITAS, Carla Regina; KNAUSS, Paulo. Usos eletrônicos do passado: Digitalização de documentos e política de arquivos. **Patrimônio e Memória**. UNESP - FCLAs - CEDAP, v.4, n. 2, p. 3-16, jun. 2009. p. 1-15.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzano L. Salgado. **Guia prático de história oral**: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2021.

MELO, Rafaela Cravo de.; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. O perfil estudantil do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1959-1968). Uma investigação de fontes seriais do arquivo escolar. **Boletim Historiar**, vol. 08, n. 04. out./dez. 2021, p. 69-92. Disponível em: <http://seer.ufs.br/index.php/historiar>. Acesso em: 19 jun. 2024.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Houry. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101> . Acesso em: 01 fev. 2025.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 02 dez. 2024.

SANTOS, Alfredo Bezerra dos. **Educação, ensino e literatura**: a trajetória da professora Maria da Conceição Ouro Reis no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1973-1991). 2016. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2022. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/16900>.

SOUZA, Renilfran Cardoso de. “Viveiro dos futuros professores”: “modelo escolar” do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1959-1981). 2024. 167 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024.

VIDAL, Diana. História da Educação como Arqueologia: cultura material escolar e escolarização. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 251 - 272, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818362017251> . Acesso em: 31 jan. 2022.

VIEIRA, Paulo Mateus Silva. Preservação, sentidos e usos da memória e história. O patrimônio histórico-escolar em cena no Colégio de Aplicação da UFS (2000-2022). 2023. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2023. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/18313>. Acesso em: 18 out. 2023.

UM JEITO DE SER E ESCREVER OUTROS MUNDOS: A CONDIÇÃO LITERÁRIA DA PROFESSORA CONCEIÇÃO OURO (1975-2016)¹

ALFREDO BEZERRA DOS SANTOS

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como finalidade compreender aspectos da produção literária de Maria da Conceição Ouro Reis, professora, que se dedicou, principalmente, ao ensino da Língua Portuguesa no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe, fato que se conta a partir do ano de 1973. Ela cultivou o magistério em três diferentes segmentos institucionais, ensinando em escolas da iniciativa privada, tanto particulares laicos quanto particulares religiosas e escolas públicas. O referido colégio, entre os estabelecimentos de ensino aos quais pertenceu, deixa registro de seu estilo pedagógico, por exemplo.

A professora Maria da Conceição Ouro Reis nasceu em Aracaju em 1929. Cursou Letras Neolatinas em 1953, na Faculdade Católica de Filosofia da Bahia, como também concluiu o curso de

¹ O estudo aqui apresentado reflete resultados dispostos na dissertação *Educação, ensino e literatura: a trajetória da professora Maria da Conceição Ouro Reis no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1973-1991)* e está integrado ao projeto *Identidade e responsabilidade histórica. Organização e preservação de documentos no centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação - UFS (CEMDAP)*, coordenado pelo Dr. Joaquim Tavares da Conceição, financiado por meio de recurso financeiro da Chamada Universal CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021 e Chamada CNPq n° 09/2022 - Bolsas de Produtividade em Pesquisa - PQ.

especialização em francês e italiano na mesma faculdade. Realizou curso de extensão em Psicologia, em 1954, ainda na Faculdade Católica de Filosofia da Bahia e pós-graduação em Metodologia do Ensino na Universidade Federal de Sergipe (UFS), em 1973. Também cursou especialização em Psicanálise e Teoria Psicanalítica pela UFS, em 1994 (Reis, 2016) e, no decorrer do tempo, investiu em mais formas de obtenção de conhecimento.

Não é finalidade, porém, deste capítulo descrever o cotidiano social literário da professora, embora a ele se refira, mas se procura manter aproximação com suas obras, verificando dados de sua elaboração. Este é, de certo modo, um texto para dar ciência à arte da escrita praticada pela professora no campo literário. Entre as atividades às quais a professora se dedicou, a escrita assume alta conta, pois produziu diversas obras literárias, além de escrever textos técnicos e científicos. Ela, partindo de sua autoria, convoca a literatura para o centro de sua escrita e comunica lições a partir de sua experiência de escritora.

O estudo sobre a professora reflete o trabalho impulsionado pelas atividades do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação (Cemdap) da Universidade Federal de Sergipe. Quanto à importância de centros de pesquisa e memória, é possível alegar a contribuição deles na difusão científica e no ato de viabilização do conhecimento e da preservação de memórias (Conceição; Paulilo, 2023; Conceição; Vieira, 2024; Paulilo, 2019).

Define-se como marco temporal para este estudo o ano de 1975, ano da publicação do livro de poesia *A lagoa do Fauno*, e 2016, ano de publicação do livro de contos e de crônicas *Os executores*. Entretanto, vale acrescentar duas advertências: as primeiras publicações da professora Conceição Ouro são da década de 1950, quando se registram poesias e crônicas da professora na revista *Unica*, e sobre a última data (2016), acrescenta-se que a obra *Os executores*, por exemplo, foi escrita em 1947, mas somen-

te com a comemoração dos 80 anos de existência da professora é que foi publicada.

O título deste estudo se explica primeiro pela importância que a professora Conceição Ouro deu à atividade criadora vinculada a práticas literárias, valorizando “a escrita de outros mundos”, como aqueles retratados em sua obra, e depois pela crença neste fato como um canal de aperfeiçoamento da cultura do estudante. Assim, o jeito de ser, a que se refere o título, é a maneira que remete à professora Conceição Ouro, o jeito de ser em sua literatura, a conversar pelo texto, criando outras realidades, o que se levará em conta neste estudo. Quanto a contribuições teóricas, relacionadas aos estudos literários, é preciso destacar autores, conceitos e categorias que se referem a princípio à questão literária (Eagleton, 2006; Candido, 1993, 2011); ao campo literário (Bourdieu, 1983) e à literatura como fonte em pesquisas (Pesavento, 2006, 2012).

A PRODUÇÃO LITERÁRIA DA PROFESSORA CONCEIÇÃO OURO REIS

Os registros da produção escrita, no caso da professora Conceição Ouro, com mais ou menos ênfase, estão dispersos na imprensa, em bibliotecas sergipanas, na Academia Literária de Vida, no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (Cemdap/UFS), entre outros campos de registro e difusão cultural. É vasta a produção de escrita atribuída à professora, há registros de escritos técnicos, científicos, didáticos, jornalísticos e literários, entretanto, neste estudo o destaque recairá sobre a sua produção no campo literário. Assim, este trabalho acadêmico trata da literatura da professora Conceição Ouro, elegendo sua obra como fonte, tecendo considerações de ordem teórica e partindo do jornal A

Tarde até fixar parte de seus compêndios literários como objeto de estudo, tais como os livros de poesia *À sombra das acácias* (Reis, 2014), *A lagoa do fauno* (Reis, 1975), o livro de contos e crônicas *Os executores* (Reis, 2016) e o romance *Evelina* (Reis, 2014).

Grosso modo, a literatura entendida aqui na concepção de Eagleton (2006) está para uma forma particular de tratamento com a linguagem, ou ainda como a entende Antônio Candido, literatura como uma forma difusa que pode se valer de dados do inconsciente enquanto forma um conhecimento (Candido, 2011), ou mesmo literatura como um resultado das práticas sociais (Candido, 1993). Partindo desta esfera do ambiente social para a literatura, Bourdieu (1993) a vê como uma instância do capital simbólico e matéria de disputa de poder.

Assim, as noções de campo e de campo literário de Bourdieu (1983) parecem conceitos fundamentais com os quais é preciso lidar, primeiro porque um campo é um espaço de lutas, onde os agentes definirão suas relações, e isso inclui diversos agentes, como professores e seus posicionamentos; e depois porque um campo mais específico, o campo literário, que também é arena de lutas, e possui regras próprias, dá margem em sua constituição a posicionamentos de agentes que de alguma forma possuem um determinado capital. Se um capital é artístico, nas letras, por exemplo, envolve literatos, poetas, editores, livrarias, impressoras, escritores, enfim, agentes típicos representantes da literatura. Na própria trajetória da professora Conceição Ouro, por exemplo, esses capitais são importantes, estão em jogo, primeiro em sua afirmação na área profissional, como mulher em conquista de espaço social, e depois na sua produção literária, que se depara com a questão da circulação de obras.

Ademais, a literatura, ainda coloca Pesavento (2006), mantém sua voz de forma indireta e metafórica abordando o mundo pelo mito, pela poesia e pelo romance, admitindo que dela

pode se valer o historiador para considerar o seu objeto de análise. A literatura, para ela, não é o documento tradicional, mas permite possibilidades verossímeis, revelando ações, temores e desejos humanos. Assim, para insistir na literatura, ela deve ser vista não apenas como uma passagem ao simbólico, para inovar e entreter. Ela é um registro do seu tempo, consagrando valores e visão de mundo, e, a partir daí, difunde obras de escritoras e escritores que podem questionar ou serem questionados.

No jornal *A Tarde*², por exemplo, a questão literária está presente e inclui o discurso da professora Conceição Ouro. Em publicações de 1989 e 1991, com alguns textos ou fragmentos preservados no Cemdap, a professora por vezes fez referência a sua própria obra, destacando título, informando conteúdo ou publicando parte dela. O quadro 1, que segue, reúne algumas referências a obras literárias ou textos produzidos pela professora nesse jornal, como o disposto na síntese a seguir.

Quadro 1 – Publicações literárias, relação de textos ou obras da professora Conceição Ouro mencionados no jornal *A Tarde*

Título da obra³	Gênero textual	Ano de menção no jornal <i>A Tarde</i>
Pensão Lilás	Conto	1981
24 para 70	Conto	1981

² Nesta pesquisa foram utilizadas edições do jornal *A Tarde* que eram publicadas às segundas-feiras, com vista à circulação ao estado de Sergipe, englobando as décadas de 1970 e 1980, referente ao período em que a professora Conceição Ouro foi colaboradora deste importante periódico. No estudo, os textos selecionados divulgam as produções da professora de fascículos dos anos 1981, 1989, 1990. Levou-se em consideração textos do jornal coletados no acervo do Cemdap.

³ Os títulos dos textos são mantidos com a grafia adotada no jornal *A Tarde*, que registra o nome das obras empregando iniciais maiúsculas para os termos principais.

Título da obra ⁴	Gênero textual	Ano de menção no jornal <i>A Tarde</i>
Os Executores	Contos	1981
Consciência	Romance	1981
Fênix	Romance	1981
Revanche	Romance	1981
À Sombra das Acácias	Poesia	1989

Fonte: Jornal A Tarde, 1981 e 1989.

O quadro se refere a obras concluídas ou em andamento, considerando a época em que a professora esteve publicando no jornal e, naquele período, fazendo a divulgação de seus livros. As duas primeiras indicações, na parte superior, são títulos de contos da obra *Os executores*, as demais se referem a livros de sua produção. Nesse processo, ela dava conhecimento aos leitores de pelo menos um capítulo de livro ou texto da sua vasta produção. Estas publicações exemplificam parte de suas obras, exibem, às vezes, fragmentos delas no jornal, ao se reproduzir poesia, conto ou crônica. Para alguns destes textos, uma breve explanação será destacada.

Uma das referências à literatura da professora Conceição Ouro no jornal *A Tarde* diz respeito à obra *Os executores* (A Tarde, 1981). O livro possui 151 páginas, e, apesar de ter sido escrito na juventude da professora, foi publicado em 2016 pela Empresa Gráfica da Bahia, por iniciativa da família da professora. Sobre ele o editor comenta que se trata de uma coletânea de contos e crônicas, cuja narrativa revela parte da natureza do ser humano, expondo a complexidade de suas relações. Um de seus contos, publicado no jornal *A Tarde*, conforme o quadro mencionado, recebe o título

⁴ Os títulos dos textos são mantidos com a grafia adotada no jornal *A Tarde*, que registra o nome das obras empregando iniciais maiúsculas para os termos principais.

de “24 para 70”, cujo texto não será reproduzido literalmente, mas retomado, por meio de suas ideias e pela recepção de sua leitura. É um conto de pouca extensão, ocupando apenas uma página do jornal, lembrando em certa medida o miniconto. O texto coloca como centro a mulher afetada pela curva da aparência.

O conto se passa com ênfase em um dia de chuva, tônica que vai se misturando à crise existencial da personagem principal, processo em que se realiza uma reflexão sobre o período da juventude e o passar dos anos, num profundo vagar entre o ontem que se vivenciou e o retorno a si mesmo, no presente. A personagem principal, uma senhora anônima, com cerca de quarenta e seis anos, enfrentando o tempo adverso, muito chuvoso, dirigia-se a um Instituto de Beleza, para sua turma de ginástica, e revivia consigo mesma suas angústias, sua falta de aceitação com a modificação da aparência, elaborada tempo a fora. Enfrentava incertezas, percebendo o término da juventude e não se pacificava com esse fato, consciente de que estava sofrendo a passagem do tempo, que a deixava cada vez mais imersa em dúvidas, enfrentando uma crise psicológica, acentuada, principalmente, pela passagem dos anos dos “24 para 70”.

Os laços familiares se fizeram sentir em torno do envolvimento cultural e produtivo da professora Conceição Ouro. Algumas de suas obras só foram publicadas há pouco tempo, com o apoio da família. A publicação delas se deu com a intervenção do sobrinho da professora, Lucas de Ouro, que reconheceu a importância de tornar pública a memória cultural a partir da escrita de sua avó. Ele a homenageou com a publicação de obras como *Evelina*, *À sombra das acácias*, *Os executores*, entre outras, quando ela se tornou octogenária.

À sombra das acácias, por exemplo, é um livro de poesia da professora Conceição Ouro produzido em 1950, quando a auto-

ra, jovem estudante de faculdade, contava com 21 anos de idade. Teve versão impressa em 2016 pela Empresa Gráfica da Bahia (EGBA), em celebração a sua existência. Abre a parte introdutória do livro de poemas um prefácio em que a autora estabelece conexão com os escritos da “Poética” de Aristóteles, notando o papel da verossimilhança na literatura, na poesia, e, nesta perspectiva, a literatura não reproduz o real, mas não o desautoriza, pois parte em busca da imitação desse real, não se alimentando apenas de confronto.

É um volume de 118 páginas, com alguns títulos dados a poemas que prenunciam facetas e dramas, parecendo ensaiar uma série de profundos questionamentos perante a vida, voltados à questão da existência, uma preocupação capital que envolve a vida e seus significados, inscrevendo-se nesta linha alguns poemas: *A vingança*; *O fim da tarde*; *O cadáver e a rosa*; *A metamorfose*; *A bailarina*; *O desencanto*; *O louco*; *A cruz da estrada*; *A estelionatária*; *Três dias: a vida humana*, entre outros.

O literato é o mentor de um conjunto de significados, permitindo observar a arte pela ótica de múltiplos sentidos. O texto de Conceição Ouro Reis não só é um típico exemplo desse fato, mas também é um retorno à sensibilidade e à arte que interpreta e realiza a leitura de mundo sob o foco de sua particular subjetividade, como artista envolvida pelas letras. Tomemos como exemplo de sua poética um dos textos do livro acima mencionado, *À sombra das acácias*, como o poema que narra o destino ou a sorte da última acácia, para pelo menos contemplar a arte da professora.

...e o inverno levou a última acácia.

O inverno chegara para levar a acácia, mas suas folhas permanecerão verdes e belas.

Quando causticamente o veneno do tempo corroer o presente,
num futuro distante ainda estaremos unidos.
As nuvens formam arabescos persas e castelos feudais.
Tem a cor acinzentada.
Aqueles fontes incrustadas na praça triangular,
Reflete em suas águas paradas todo o espetáculo do céu.
As acácias ao cair, agitam a superfície tranquila da massa líquida.
O silêncio completo
...e o inverno levou a última acácia.
(Reis, 2014, p. 91).

Uma impressão que se pode alegar sobre o livro *À sombra das acácias* é que a professora Conceição Ouro por ele revelou tal apreço que mesmo o tendo produzido aos 21 anos de idade o manteve ao longo de sua trajetória, deixando-se publicar em 2016, conservando a forma de escrita ora inaugurada em suas produções iniciais, isto é, ela sustentou o estilo que empregou quando o concluiu pela primeira vez. Quem sabe numa tentativa de manter vivos e atuais os gratos sentimentos de chegada ao mundo poético com sua primeira obra, tentando preservar percepções juvenis.

Outra produção literária da professora é a obra *A lagoa do fauno*. É um livro de poesias, constituído de 109 poemas, escrito em 234 páginas. O livro, observado do índice, reflete uma divisão em três partes: a primeira na qual os poemas aparecem intitulados, composta por 68 poesias; a segunda, na qual os poemas deixam de ser intitulados, pois em lugar do título habitual surgem termos que o substitui, de acordo com o seguinte modelo: “Poema zero”, “Poema I”, “Poema II”, e assim por diante até se chegar ao “Poema XXXIX”; e a terceira parte, com apenas dois poemas, que mais lembram uma conclusão pela mensagem já enfatizada na

temática, cujos títulos assim se definem: “A Morte do Fauno” e “O último canto”.

No decorrer de atividades escolares do Colégio de Aplicação, escritos da professora Conceição Ouro são explorados em ações culturais ou projetos de ensino (Santos; Conceição, 2022). A este respeito, é ilustrativa a decisão do Conselho de Professores do Colégio, gerido pela diretora Therezinha Belém, em promover o lançamento da obra *A lagoa do fauno* como atividade do Colégio:

[...] a professora Therezinha falou da programação de encerramento das Atividades Escolares do Colégio de Aplicação que terão como ponto culminante o lançamento do livro *A lagoa do Fauno* da professora Maria da Conceição Ouro Reis, que se realizará nos dias nove e dez de dezembro de 1975 (Cemdap, 1975).

A obra foi publicada em 1975 pela editora Beneditina, em Salvador, e não só movimentava uma variedade temática, dando preferência bem mais a questões intimistas, dramas que envolvem uma reflexão interior, que a dilemas que fotografam contradições sociais. O livro poético, *A lagoa do fauno*, também revela um amadurecimento de estilo, especialmente com a mudança de tom na escrita, comparado ao livro de poesias *À sombra das acácias*, elaborado na fase juvenil da escritora, este, portanto, menos formal que aquele.

No livro *A lagoa do fauno*, a construção da linguagem se mostra mais técnica, as palavras são escolhidas em processos que parecem de maior preocupação estilística, na obra são empregados termos eruditos ou rebuscados, percebe-se um tom declamatório, com ritmo regular, buscando-se nos versos uma harmonia persistente. Em *À sombra das Acácias*, apesar das competências de linguagem e estilo, não se reflete o mesmo equilíbrio da obra do amadurecimento, esta última que se obstina em buscar a perfeição, também formal.

Assim inicia a escritora Conceição Ouro com notas de esclarecimento sobre a sua obra (Reis, 1975, p. 13): “Leitor, na sua vida há uma lagoa?”. Com esta indagação, ela aponta direcionamentos que antecedem os poemas de sua obra. Uma das referências presentes em suas composições reflete o sentimento clássico pelo apelo à mitologia. O livro inicia com uma espécie de nota explicativa, texto em prosa, no qual se descreve a figura do *Fauno*, que, segundo se declara, “[...] personificava a fecundidade da natureza”. O fauno é traçado como um ser barbudo a perambular sem destino com a flauta umedecida, virtuoso, do qual o próprio Júlio César, anuncia-se, era descendente. Logo de início, o eu lírico admite que silenciará o seu canto, isto é, irá ocultar do leitor o que teme declarar, porque *A lagoa do fauno* será “uma história triste que não contarei”. Ao final, o eu lírico conclui nestes termos: “LEITOR, em sua vida existe uma lagoa?”; e, a seguir, traduz em versos a sua fala que se estende ao longo de toda a obra.

Entre as ideias que se evocam na obra se encontram temas os mais diversos, como a poesia (referência ao processo criador desta arte ou técnica)⁵, a felicidade, os anseios, a virtude, o pecado, o tédio, a melancolia, a sabedoria, a ideia, o mundo, a guerra (cuja atenção se dirige ao cenário de desenvolvimento de batalha), em que se sobressaem descrições, lembrando chacinas, dor, cerca de arame, cadáver, com o eu lírico não se furtando em descrever o cenário da luta e da guerra. Segue como exemplo do texto poético desta obra o poema intitulado “Quem Sou”:

Quem sou?
Há quem procura amor, sonho, felicidade
Há quem vista de ouro os sonhos que tem.

⁵ O processo criador, processo de criação literária, é uma das preocupações dos estudos que a professora deixaria como uma das características de suas produções.

Há o sádico, torpe, apóstolo do mal.
Indiferente parvo existe também.
Há os conquistadores que desvendam mundos.
Há o pobre vassalo, autômato mandado.
Há hipócritas vis engendrando maldade.
No universo inteiro há virtude e pecado.
Não acho para mim a classificação
Que exprime o estado em que vive o meu ser.
Aspiro ao que é bom sem desprezar ninguém.
Procuro decifrar o drama de viver.
Não me abato, porém, se tal empresa é vã.
Não desdenho da sorte nem da minha sina.
Talvez seja poeta, pois o meu encargo,
É transformar a dor, a lágrima, em rima.
(Reis, 1975, p. 15)

Com versos de extensão regulares entre si, constituído por única estrofe, o poema é comedido no emprego de rima, deixando predominar certa diversidade rítmica. Apesar disso, assume condições que deixam verter musicalidade pela cadência e harmonia que envolve os versos, ou se poderá dizer pela indução a um determinado teor psicológico. O eu lírico é o centro temático e motivo desta poesia, e, ao tempo que ele reflete análise de uma leitura de si mesmo, dá justificativas em função de sua identidade. Em “Quem sou ?” o “eu representado na mensagem poética parte em busca do autoentendimento, tendo por espelho a si mesmo, indagando sobre o ser em busca da sua identidade, investindo no próprio sentido diante da existência.

O eu lírico descarta o que não está na alçada de seus anseios, da sua busca, e, portanto, não o definiria aquilo que ele não espera alimentar em si mesmo; assim ele não se conta entre os que procuram amor, sonho ou felicidade, nem deseja dourar seus sonhos. O sádico, o torpe, o propagador do mal não devem ser seus

representantes. Também descarta outros perfis como alvo para a sua identidade, deixando à margem o indiferente parvo, os conquistadores, o autômato, o vassalo ou o hipócrita. Nada disso é o que pensa ser, pois em todos estes casos não adere a realidades a que certos indivíduos se apegam.

Na definição do seu perfil, o eu lírico tem apenas uma certeza: não encontrar para si mesmo uma classificação, porém ele está convicto de aspirar ao que é bom e não praticar o desprezo. Também consegue atingir algum sucesso como não se abater na busca pela descoberta da identidade, embora admitindo que “tal empresa seja vã”. Enfim, no entremeio das reflexões e autoanálise, o eu lírico pondera e admite a possibilidade de ser poeta porque seu objetivo é mudar a dor em rima, ou seja, transformar dificuldades em poesia.

O livro *Evelina* foi mais uma obra fruto do trabalho da professora Conceição Ouro, outro resultado de sua prática literária. É uma narrativa que conta os dissabores vividos por uma jovem que a família abandonou, cujo nome era Evelina. A obra foi escrita pela então aluna Conceição Ouro aos 17 anos de idade, contendo 159 páginas. No romance, os dramas humanos foram traduzidos, como o ódio, a sede de vingança, o preconceito, a loucura, a guerra, a desilusão amorosa, enfim. O editor adianta uma síntese de fatos envolvidos, com as seguintes declarações, na contracapa do livro:

Evelina foi rejeitada ao nascer, teve uma infância sofrida e foi dada para ser amante de um homem que não conhecia. Apaixonou-se, mas teve o amor interrompido por desencontros e tragédias. A vida sempre trouxe surpresas agradáveis, mas Evelina nunca deixou que tirassem seu amor pela vida ou manchassem o seu caráter impecável. A menina que passou por alegrias e dramas, surpresas e sofrimento, fracasso e sucesso, é a prova de que o caráter

é o bem mais precioso de uma pessoa. Esta é uma história que vai te fazer refletir sobre os valores mais preciosos da vida (Reis, 2014).

Esta obra, indo além, participou dos planos didáticos da professora, tal escrito se estendeu além do espaço literário habitual, pois serviu de objeto de interação em sala de aula. Há, por exemplo, uma menção sobre a professora envolvendo direcionamentos didáticos. Vê-se, então, no jornal *A Tarde*, referência a “Um caderno de exercícios fundamentado no romance *EVELINA*” (*A Tarde*, 1990), que veiculava com a primeira parte da obra em trânsito, é o que nota a professora ao registrar esta informação no citado jornal, onde frequentemente publicava. Isso é um dos fatos que evidenciam a relação direta do ensino da professora na sala de aula com a literatura. Outro fato que corrobora esta afirmação é que em uma das reuniões de professores do Colégio de Aplicação, o romance *Evelina* é citado, não só como um objeto de natureza literária, mas também como uma obra paradidática, empregada como um recurso de provocação da aprendizagem.

Um fato que chama atenção quanto à existência do livro *Evelina* é que Ofenísia Freire, professora de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, quando Conceição Ouro fora sua aluna no Colégio Atheneu Sergipense, orientou a elaboração do romance da futura escritora, uma obra concluída em 1947. Entretanto, sua publicação se dá primeiro em 2014 e depois em 2016 (Caldas, 2015). Essa obra da juventude, de estilo marcante, revela uma escritora apoiada na tradição do texto clássico, almejando regularidade na extensão dos períodos e apego ao purismo linguístico, predominantemente, além de uma seleção vocabular culta; entretanto, lança mão, também, do linguajar corriqueiro, cotidiano, evidenciando contradições linguísticas advindas de estratos sociais divergentes, traduzidos em variantes linguísticas. Em geral,

o romance, na linguagem, revela o modo de fala da gente bem educada de Sergipe, o que reflete a escolarização de parte de suas personagens, afinal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática da escrita tornou-se um dos procedimentos almejados pela professora Conceição Ouro, que pela literatura inaugurou seu jeito de ser e de escrever outros mundos. Acrescenta-se que, antes da formação da professora, a escritora já estava presente na participação cultural, seus primeiros textos com publicação antecedem o grau alcançado com a sua formação superior. Isto é um fato distintivo porque a escrita como uma prática pessoal marca e influencia outras atividades de Conceição Ouro, quer seja na passagem pela imprensa, pela escola, ensinando, ou no campo da cultura.

Realizadas as considerações acima, entende-se que a literatura em Conceição Ouro é importante como um produto do conhecimento e como opção para a sua prática social, então como escritora. É uma literatura que em dado momento fala com a educação, ainda que em aspectos pontuais, e estende licenças e práticas pelo campo literário em uma perspectiva mais acentuada. De certo modo, toda essa produção cultural, cujo ponto de partida está na literatura, harmoniza-se com procedimentos em que a docência associa à sua prática no mundo um diálogo aproveitado para a educação e a pedagogia.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. Renato Ortiz (org.). São Paulo: Ática, 1983.

CALDAS, Maria Hermínia. **Vultos da História da Educação em Sergipe**. Aracaju: Infographics, 2015.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. Remate de Males: **Revista do Departamento de Teoria Literária**, Campinas, v. 19, n. esp., 1993, p. 81-89, 1993.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011, p. 169-191.

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação. **A Tarde**, Aracaju, segunda-feira, 07 de setembro de 1981, ed. n° 52.

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação. **A Tarde**, Aracaju, segunda-feira, 23 de outubro de 1990.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares; PAULILO, André Luis. Veredas do Patrimônio Histórico Educacional: historiografia e memória. Resgate: **Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 31, n. 00, p. e023008, 2023. DOI: 10.20396/resgate.v31i00.8670473. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8670473>. Acesso em: 21 set. 2023.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da; VIEIRA, Paulo Mateus silva . Intersecções entre preservação documental, pesquisas e atividades pedagógicas no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS – CEMDAP. **Momento - Diálogos em Educação**, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 48–68, 2024. DOI: 10.14295/momento.v33i1.16224. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/16224> . Acesso em: 7 jan. 2025.

PAULILO, André Luis. (2019). A cultura material da escola: apontamentos a partir da história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, 19. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e065>.

PESAVENTO, Sandra Jathay. História e literatura: uma velha-nova história. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Thomaz (org.). **História e Literatura: identidades e fronteiras**. Uberlândia: EDUFU, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História & História Cultural**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

REIS, Maria da Conceição Ouro. **A lagoa do fauno: poemas**. Salvador, BA: Benedictina, 1975.

REIS, Maria da Conceição Ouro. *À sombra das acácias*. Salvador: EGBA, 2016.

REIS, Maria da Conceição Ouro. **Evelina**. Salvador: EGBA, 2014.

REIS, Maria da Conceição Ouro. **Os executores**. Salvador: EGBA, 2014.

SANTOS, Alfredo Bezerra dos. **Educação, ensino e literatura**: a trajetória da professora Maria da Conceição Ouro Reis no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1973-1991). Orientador: Joaquim Tavares da Conceição. 2016. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2022.

SANTOS, Alfredo Bezerra dos; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. Intersecção entre produção literária e ensino na trajetória da professora e escritora conceição ouro reis no colégio de aplicação da UFS (1973-1991). **Revista de Estudos de Cultura**, São Cristóvão, v. 8, n. 21, p. 115-125, 2022. DOI: 10.32748/revec.v8i21.18511. Disponível em: <https://ufsemnuvens.com.br/revec/article/view/18511> . Acesso em: 23 jan. 2025.

ESPÉCIES E TIPOS DOCUMENTAIS PRESENTES NO ACERVO DOCUMENTAL DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS

ANNE EMILIE SOUZA DE ALMEIDA CABRAL

INTRODUÇÃO

No decorrer da realização de pesquisa de doutorado (Cabral, 2023), os documentos presentes no arquivo do Colégio de Aplicação da UFS foram identificados e classificados. Essa classificação foi realizada concomitantemente à criação do Plano de Classificação dos Documentos custodiados no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. Em seguida, foi elaborado um instrumento de pesquisa intitulado *Inventário de Acervo Documental Permanente do Colégio de Aplicação da UFS*.

A produção do inventário possibilitou a compreensão da dinâmica institucional e dos documentos gerados ao longo dos anos pelo Colégio de Aplicação da UFS. A organização abrangeu documentos produzidos desde a criação do Colégio, em 1959, até o ano de 2000.

Este capítulo, portanto, apresenta um diagnóstico das espécies e tipos documentais mais recorrentes em cada função estabelecida no Plano de Classificação (Cabral, 2023; Cabral; Conceição, 2024). A espécie, conforme definição do Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 85), é a “divisão de gênero documental que reúne tipos documentais por seu formato. São exemplos de espécies documentais: ata, carta, decreto, disco, filme, folheto, fotografia, memorando, ofício, planta, relatório”. De acordo com Be-

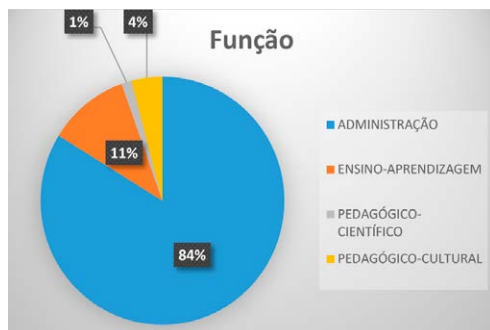
lotto (2006, p. 61), a espécie documental “[...] é a configuração que o documento assume de acordo com sua disposição e a natureza da sua informação”. Assim, o tipo documental resulta da combinação da espécie documental com a função que lhe é atribuída (Belotto, 2006).

No referido plano, foram definidas as seguintes funções e respectivas subfunções para os documentos de valor histórico do Colégio de Aplicação da UFS: Administração (Diretivo, Educacional e Técnico-docentes); Ensino-aprendizagem (Técnico-pedagógico, Didático-pedagógico); Pedagógico-científico (Estágio, Extensão, Pesquisa); e Pedagógico-cultural (Cultural, Esportivo).

TIPOS E AS ESPÉCIES DOCUMENTAIS PRESENTES NO INVENTÁRIO DE ACERVO DOCUMENTAL PERMANENTE DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS

A figura adiante apresenta a quantidade de documentos por cada função do Inventário. Nela é possível observar que a função Administração é a que apresenta uma maior quantidade de documentos cadastrados, seguida da função Ensino-Aprendizagem, Pedagógico-Cultural e Pedagógico-Científico. A função Administração corresponde a 84% dos documentos classificados, totalizando 6.877; a função Ensino-Aprendizagem corresponde a 11%, perfazendo 883 documentos; já a função Pedagógico-Cultural tem 4%, totalizando 337 documentos; e por fim o Pedagógico-Científico, que perfaz o percentual de 1% dos documentos, completando os 8.208, com um total de 111 documentos catalogados.

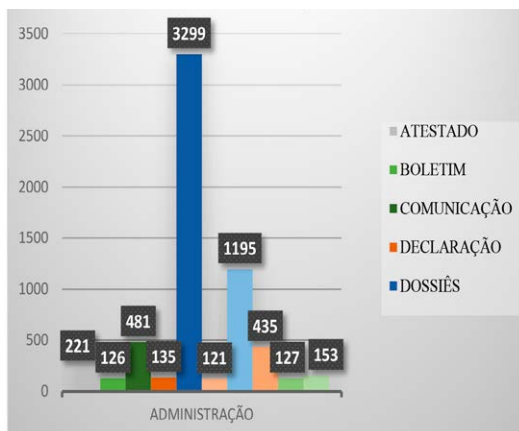
Gráfico 1 – Quantidade de documentos por função. Inventário de Acervo Documental do Colégio de Aplicação da UFS



Fonte: Banco de dados do Inventário de Acervo Documental Permanente do Colégio de Aplicação da UFS.

As “espécies” de documentos com maior quantidade na função Administração são dossiês concernentes a 3.299. Já ofícios constam no total de 1.195; comunicação, 481; ofício-circular, 435; atestado, 221; solicitação, 153; declaração, 135; portaria, 127; boletim, 126 e ficha, 121.

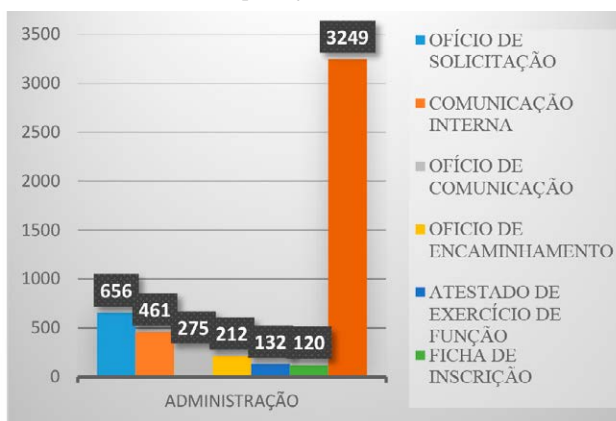
Gráfico 2 – Quantidade de documentos por espécie na função Administração. Inventário de Acervo Documental do Colégio de Aplicação da UFS



Fonte: Banco de dados do Inventário de Acervo Documental Permanente do Colégio de Aplicação da UFS.

Com relação à espécie dossiê, há os dossiês de alunos e os dossiês de professores. Os dossiês de alunos são no seu total 3.249; quanto aos dossiês de professores, foram catalogados 50 (professores substitutos). Em relação à “espécie” ofício, é possível verificar 656 ofícios de solicitação, 275 ofícios de comunicação e 212 ofícios de encaminhamento.

Gráfico 3 – Quantidade de documentos por tipo documental na função Administração. Inventário de Acervo Documental Permanente do Colégio de Aplicação da UFS



Fonte: Banco de dados do Inventário de Acervo Documental Permanente do Colégio de Aplicação da UFS.

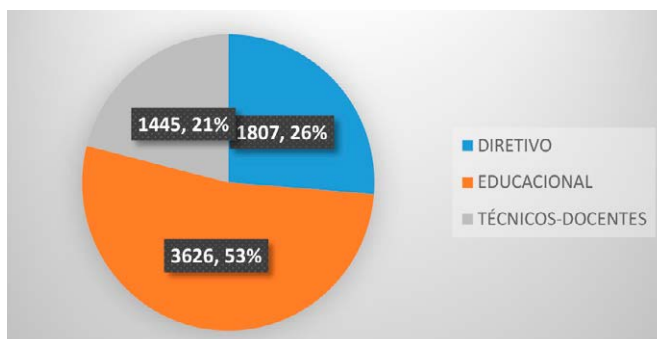
O ofício de comunicação tinha uma relação maior com as atividades de comunicação com órgãos parceiros para o desenvolvimento das atividades do Colégio. O tipo documental denominado “Atestado de exercício de função” encontrava-se mais na subfunção Técnico Docente, pois esses documentos são atestados de ex-funcionários que trabalharam na instituição.

O outro tipo documental, “fichas de inscrição”, eram os documentos presentes na função administração porque se tratava das inscrições para as pessoas que prestaram concurso para o Colégio, e por isso a presença dessas fichas mais especificamente na

subfunção diretiva dentro da atividade: “planejar e divulgar para a comunidade os editais de concursos para o corpo docente”.

Ao analisar a quantidade de documento das três subfunções da função Diretivo, verifica-se que a função Educacional tem uma maior quantidade, porém esses documentos, em sua maioria, são os dossiês de alunos (3.249). Ao retirar esse quantitativo, o número de tipos documentais da subfunção Educacional cai para 377, ou seja, ele passa a ter um menor quantitativo de tipos documentais. As subfunções Diretivo e Técnico Docente têm o maior quantitativo de documentos porque muitos dos documentos estavam relacionados à questão burocrática.

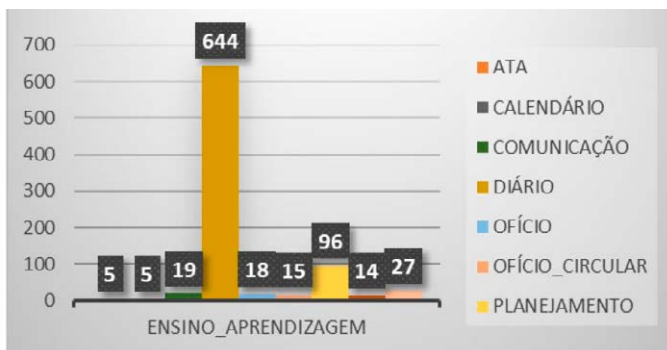
Gráfico 4 – Quantidade de documentos por subfunção da função Administração. Inventário de Acervo Documental Permanente do Colégio de Aplicação da UFS



Fonte: Banco de dados do Inventário de Acervo Documental Permanente do Colégio de Aplicação da UFS

Na função Ensino-Aprendizagem, que tem como subfunções o Técnico Pedagógico e o Didático-Pedagógico, a espécie que mais se apresenta são os diários (644), seguida dos planejamentos (96), relatório (27), comunicação (19), ofício (18), ofício circular (15), programa (14), calendário (5) e ata (5).

Gráfico 5 – Quantidade dos documentos por “espécie” na função Ensino-Aprendizagem. Inventário de Acervo Documental Permanente do Colégio de Aplicação da UFS.



Fonte: Banco de dados do Inventário de Acervo Documental Permanente do Colégio de Aplicação da UFS.

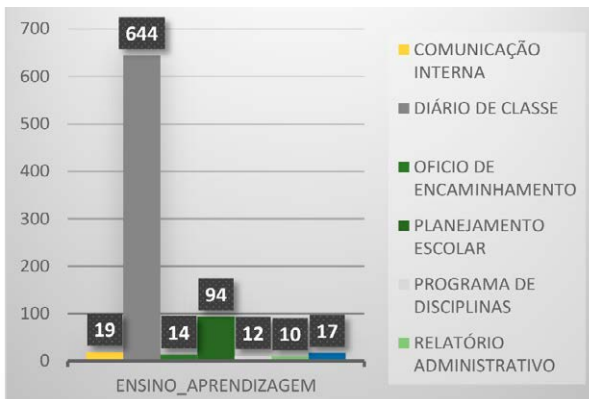
Os tipos documentais das “espécies” diários foram os diários de classe, nos quais os professores registram as aulas ministradas e a frequência dos alunos na instituição. O diário de classe mais antigo na instituição é do ano de 1981. Os diários de classe anteriores a essa data não foram encontrados no Arquivo Escolar. Sabendo que a escola foi fundada em 1959, provavelmente os diários produzidos entre os anos 1960 (primeiro ano letivo) e 1981 foram descartados. Ressalte-se que, mesmo dos anos de 1980 em diante, boa parte dos diários de classe também não foram encontrados.

De acordo com a Tabela de Temporalidade dos IFES, os diários de classe estão incluídos no Registro de conteúdo programático ministrado¹. Esses registros ficam na fase intermediária guardados durante dez anos e em seguida podem ser eliminados. No

¹ A Tabela de Temporalidade do IFES menciona que compõem o registro de conteúdo programático ministrado os diários de classe, listas de frequência ou presença, relação de conceitos e notas, resumo semestral, mapa de apuração de frequência e notas. Brasil, 2013.

entanto, esse tipo documental tem uma potencialidade de fonte de pesquisa porque ajuda a compreender alguns aspectos correspondentes à história das disciplinas escolares. Os outros tipos documentais que constam na função Ensino-Aprendizagem são: planejamento escolar (94), comunicação interna (19), relatório pedagógico (17), ofício de encaminhamento (14), programa de disciplinas (12) e relatório administrativo (10).

Gráfico 6 - Quantidade de documentos por tipo documental na função Ensino-Aprendizagem. Inventário de Acervo Documental Permanente do Colégio de Aplicação da UFS

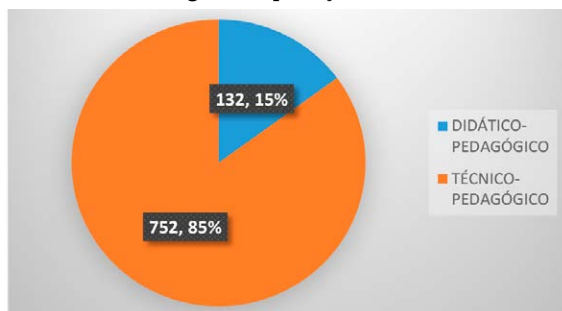


Fonte: Banco de dados do Inventário do Acervo Documental do Codap/UFS.

Em sua maioria, os relatórios pedagógicos eram documentos produzidos para registrar as ações dos professores, a fim de demonstrar as atividades anuais aos órgãos competentes (isso corresponderia a uma atividade específica da subfunção Técnico-Pedagógico), com o objetivo de demonstrar a execução das atividades que foram desenvolvidas durante o ensino das disciplinas escolares (que corresponderiam à subfunção Didático-Pedagógico), ou eram relatórios que serviam para elaborar projetos de ensino no intuito de aplicabilidade da aprendizagem (também referente à subfunção Didático-Pedagógico).

Já os relatórios administrativos presentes na subfunção Didático-Pedagógico atendiam às seguintes atividades: elaborar projetos de ensino no intuito de aplicabilidade da aprendizagem e demonstrar a execução das atividades que foram desenvolvidas durante o ensino das disciplinas escolares. Os ofícios de encaminhamentos são documentos por meio dos quais se encaminhavam os relatórios, pois estes eram anexados a tais ofícios. Os relatórios administrativos na subfunção Técnico-Pedagógico atendiam às ações de demonstrar as atividades anuais aos órgãos competentes, como no documento do Relatório das atividades documentais (Cemdap, pacotilha origem nº 43, doc nº 115) e a atividade de exercer medidas educacionais, a qual envolve o processo de desenvolvimento escolar. Um dos documentos que corresponde a essa atividade é o Registro Geral (Cemdap, pacotilha origem nº 45, doc nº 1). Os programas de disciplinas correspondem à subfunção Didático-Pedagógica e estão relacionados à atividade de preparar os planos de aula dos professores das disciplinas do Colégio, como se pode verificar no documento denominado Plano de curso por unidade da disciplina Desenho (Cemdap, pacotilha origem nº 11, doc nº 39).

Gráfico 7 - Quantidade de documentos em cada uma das subfunções da função Ensino- Aprendizagem. Inventário de Acervo Documental Permanente do Colégio de Aplicação da UFS



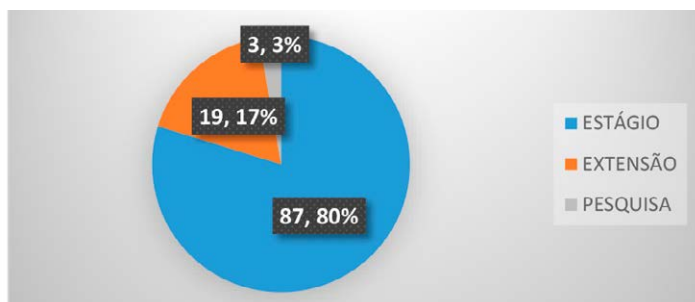
Fonte: Banco de dados do Inventário de Acervo Documental Permanente do Colégio de Aplicação da UFS.

O quantitativo de documentos encontra-se mais na subfunção técnico- pedagógico, pois são documentos voltados para atender às ordens administrativas da instituição. Esses documentos, como serviam de comprovação, ficavam guardados no arquivo do Colégio; já a subfunção Didático-Pedagógica estava relacionada aos aspectos do cotidiano da sala de aula.

Na função Pedagógico-Científico tem-se como subfunções o Estágio, a Extensão e a Pesquisa. Convém salientar que Pesquisa é uma função recente no Colégio de Aplicação e está registrada no Regimento de 2008. Atualmente a instituição desenvolve pesquisas com o envolvimento de estudantes da pós-graduação, graduação e ensino médio. Dentro da Função Pedagógico-Científico o maior número de documentos está na subfunção Estágio, o que pode ser explicado porque desde a criação do Colégio de Aplicação esta foi uma das atividades dessa escola: desenvolver práticas de estágios dos alunos de graduação. Essa documentação apresenta um valor histórico importante para a compreensão das funções e mesmo finalidades do Colégio de Aplicação na estrutura da Universidade.

Em seguida tem-se a subfunção Extensão, que nem sempre era constituída de atividades oferecidas pelo Colégio, mas sim de divulgações de atividades realizadas por outros departamentos da Universidade ou de outras instituições. Conforme já foi elencado, a subfunção pesquisa tem menos documentos; porém, no decorrer dos anos, esse número tende a aumentar.

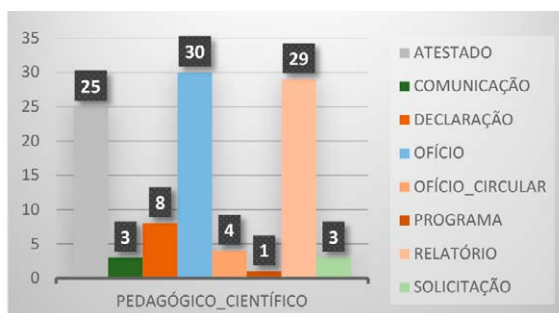
Gráfico 8 – Quantidade de documentos nas subfunções da função Pedagógico-Científico. Inventário de Acervo Documental Permanente do Colégio de Aplicação da UFS



Fonte: Banco de dados do Inventário de Acervo Documental Permanente do Colégio de Aplicação da UFS.

No que concerne à Função Pedagógico-Científico, as espécies que mais estão catalogadas no inventário são: ofício (30), relatório (29), atestado (25), declaração (08), ofício-circular (4), solicitação (03), comunicação (03) e programa (01). É importante lembrar que as suas subfunções são: Extensão, Estágio e Pesquisa. Com isso, os tipos documentais foram catalogados de acordo com cada atividade executada em uma dessas subfunções.

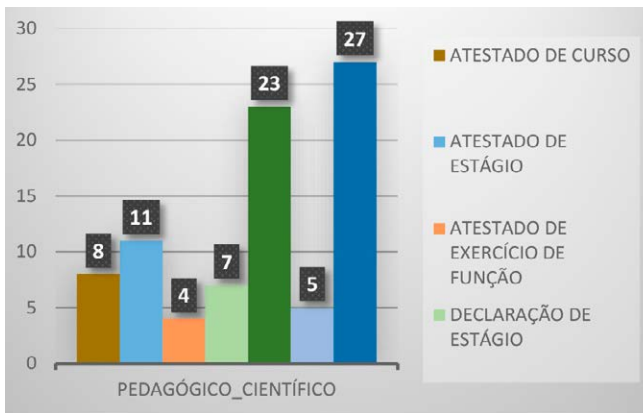
Gráfico 9 – Quantidade de documentos por “espécie” na função Pedagógico-Científico. Inventário de Acervo Documental Permanente do Colégio de Aplicação da UFS



Fonte: Banco de dados do Inventário de Acervo Documental Permanente do Colégio de Aplicação da UFS.

No tocante aos tipos documentais, pode-se perceber a catalogação dos seguintes tipos : relatório pedagógico, relatório administrativo, ofício de encaminhamento, ofício de solicitação, atestado de curso, atestado de exercício de função, declaração de estágio, solicitação para os professores e projeto de pesquisa. Dentre os tipos documentais elencados, é possível perceber que os de maior número catalogado foram os relatórios pedagógicos (27), ofício de encaminhamento (23), atestado de estágio (11), atestado de curso (11), declaração de estágio (7), ofício de solicitação (5) e atestado de exercício de função (4).

Gráfico 10 – Quantidade de documentos por “tipo” na função Pedagógico-Científico. Inventário de Acervo Documental Permanente do Colégio de Aplicação da UFS



Fonte: Banco de dados do Inventário de Acervo Documental Permanente do Colégio de Aplicação da UFS.

Os relatórios pedagógicos consistem em relatos dos estagiários que atuaram na prática pedagógica de estágio no Colégio de Aplicação. Já os relatórios administrativos são os acompanhamentos que os professores realizaram com os estagiários, e nesses relatórios constam a presença e as atividades desenvolvidas por eles.

Os ofícios de encaminhamento na função Pedagógico-Científico, em sua maioria, são os documentos por meio dos quais os departamentos de licenciatura encaminhavam os estudantes de curso para o Colégio com o intuito de desenvolver as atividades de estágio escolar. Havia também ofícios de encaminhamento para divulgar sobre algum curso de extensão da escola ou da Universidade.

Os ofícios de solicitações irão aparecer nas subfunções Estágio e Pesquisa. Na subfunção Estágio, as solicitações são para estagiar no Colégio, e a subfunção Pesquisa são ofícios que solicitam que se faça pesquisa na instituição. Vale salientar que há ofício de solicitação e ofício de encaminhamento relacionados ao bolsista de extensão, e algumas dessas correspondências eram expedidas e enviadas pela Coordenadoria de Extensão², porém os contratos dos bolsistas tinham a característica de contrato de trabalho, por isso algumas informações sobre eles estão na função Administração, subfunção técnicos docentes.

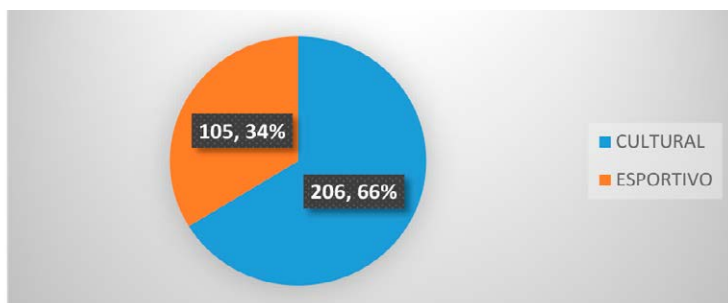
Os atestados de curso são de alunos ou professores que participaram dos cursos de extensão, e os atestados de exercício de função, assim como as declarações de estágio, foram de pessoas que estagiaram no Colégio de Aplicação da UFS. Quanto ao projeto de pesquisa, há somente um no ano de 2000, cujo título é Dificuldades cotidianas da população de Barreiros (São Cristóvão): Uma análise geoambiental das suas imediações (Cemdap, pacotilha origem nº 19, doc nº 01).

Nessa subfunção há menos documentos. Já as solicitações, assim como os ofícios de solicitações, são os pedidos para visita de estudantes ou para a realização de estágio no Codap. A diferença dos ofícios de solicitação e das solicitações por si é somente na sua estrutura documental, mas as funções são semelhantes.

² Órgão da Universidade responsável, na época, por coordenar as atividades de extensão da instituição.

A função Pedagógico-Cultural tem documentos voltados para o planejamento e para a realização de eventos da escola ou fora da escola. Muitos deles foram classificados como atividade de planejamento desses eventos, sejam estes esportivos ou culturais. Faziam parte do cotidiano da escola as festividades religiosas, esportivas e celebrações de datas; e o maior número de documentos está na subfunção esportiva e em menor número na subfunção cultural.

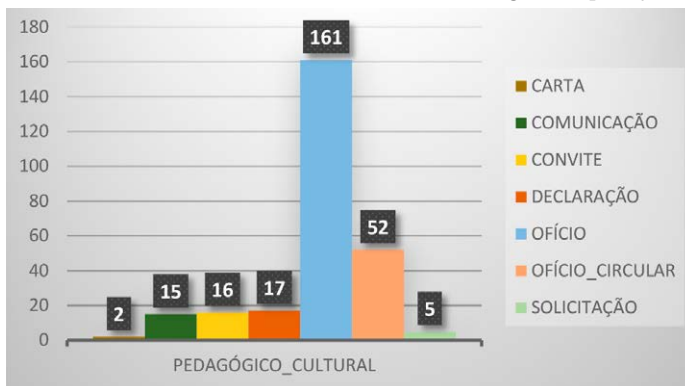
Gráfico 11 – Quantidade de documentos na função Pedagógico-Cultural.
Inventário de Acervo Documental Permanente do Colégio de Aplicação da UFS



Fonte: Banco de dados do Inventário de Acervo Documental Permanente do Colégio de Aplicação da UFS.

Nessa função, as espécies que mais se apresentam são ofícios (161), ofício- circular (52), declaração (17), convite (16), comunicação (15), solicitação (05) e carta (02). Muitas das espécies têm como propósito planejar os eventos e as ações culturais do Colégio.

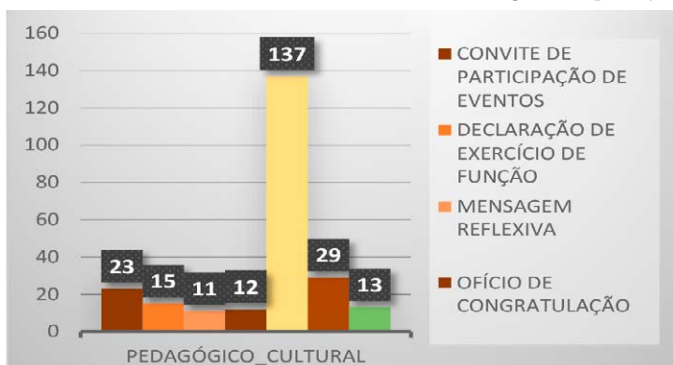
Gráfico 12 – Quantidade de documentos por espécie na função Pedagógico-Cultural. Inventário de Acervo Documental Permanente do Colégio de Aplicação da UFS



Fonte: Banco de dados do Inventário de Acervo Documental Permanente do Colégio de Aplicação da UFS.

Os ofícios de solicitação foram os tipos documentais que mais se destacaram nessa função, pois há características nesses documentos que são pedidos de algum material, inscrição de evento e liberação de espaço para a realização de alguma atividade cultural ou esportiva.

Gráfico 13 – Quantidade de documentos por tipo na função Pedagógico-Cultural. Inventário de Acervo Documental Permanente do Colégio de Aplicação da UFS



Fonte: Banco de dados do Inventário de Acervo Documental Permanente do Colégio de Aplicação da UFS.

De acordo com esse gráfico, os tipos documentais que predominam são: Ofício de solicitação (137), ofício-circular de convite (29), convite de participação de evento (23), declaração de exercício de função (15), ofício-circular de solicitação (13) e ofício de congratulação (12). Os ofícios de congratulação têm como especificidade ser uma forma que o Colégio de Aplicação utilizou para agradecer às pessoas que organizaram os eventos.

O ofício-circular de convite tinha como característica o fato de o Colégio de Aplicação convidar alguém ou instituição ou ser convidado para alguma atividade cultural ou esportiva. Os ofícios-circulares de solicitação tinham a mesma função que os ofícios de solicitação; a diferença é que esses ofícios consistiam em pedidos de patrocínio para a realização de tais atividades. As declarações de exercício de função foram para as pessoas que atuaram nos eventos. Os convites tinham a mesma função que os ofícios-circulares de convite, e também as comunicações de eventos tinham o mesmo papel que os ofícios de comunicações, a diferença estava em sua diplomacia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Inventário de Acervo Documental Permanente do Colégio de Aplicação da UFS, desenvolvido com base nos critérios estabelecidos pelo Plano de Classificação, permitiu observar a dinâmica institucional e as séries documentais produzidas ao longo dos anos pelo Colégio. Esse instrumento facilita a compreensão da forma como os documentos foram criados e utilizados no desenvolvimento das atividades institucionais. Como se observa, as espécies e tipos documentais se repetem em diferentes funções do Plano de Classificação, diferenciando-se pelos motivos que levaram à sua elaboração, isto é, pelas atividades para as quais foram criados.

O inventário produzido contribui de maneira significativa para a escrita da História da Educação, uma vez que a documentação analisada apresenta uma ampla gama de informações relevantes. Esses registros permitem investigar aspectos da cultura escolar de um colégio de aplicação vinculado a uma universidade, assim como da cultura educacional brasileira em um contexto mais amplo.

A produção do inventário revelou que a documentação reúne informações que possibilitam a problematização de diversos temas, como intelectuais da educação, práticas educativas, disciplinas escolares, história da instituição, profissão e práticas docentes, além da trajetória estudantil.

Assim, o trabalho de organização da massa documental acumulada, a elaboração de um plano de classificação e a construção do inventário, aliados às reflexões sobre os documentos escolares como patrimônio histórico educacional, contribuem tanto para evidenciar as potencialidades da escrita da História da Educação quanto para preservar a memória institucional e os agentes da ação educativa.

REFERÊNCIAS

BELLOTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Publicações Técnicas; n° 51.

BRASIL, Portaria n° 1.261, de 23 de dezembro de 2013.

CABRAL, Anne Emílie Almeida. **Organização do arquivo escolar do Colégio de Aplicação da UFS**: preservação do patrimônio histórico e educacional e potencialidades para a escrita da história da educação. 2023. 178f. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/17597>
Acesso em: 26 mai. 2024.

CABRAL, Anne Emílie Almeida. Inventário do acervo documental permanente do Colégio de Aplicação da UFS. São Cristóvão: UFS, 2023. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/17597/3/ANNE_EMILIE_SOUZA_ALMEIDA_CABRAL-Inventario.pdf Acesso em: 26 mai. 2024.

CABRAL, Anne Emílie Souza de Almeida; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da; CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. Organização do Arquivo Colégio de Aplicação da UFS. Intersecções entre Arquivologia e História da Educação. **Cadernos do CEOM**, Chapecó (SC), v. 37, n. 60, p. 104-116, jun./2024. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/7933>

DIGITALIZAÇÃO DOS DOSSIÊS DOS ESTUDANTES. UMA AÇÃO PRESERVACIONISTA DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS

JEANE GABRIELY ALVES BEZERRA

INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta os resultados obtidos através da execução do plano de trabalho intitulado Identificação e catalogação de espécies e tipos de documentais do arquivo permanente do Codap/UFS, que integra o projeto de pesquisa “Identidade e responsabilidade histórica. Organização e preservação de documentos no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação - UFS (Cemdap)”. O plano de trabalho se insere dentro do objetivo geral do projeto de ampliar os processos de produção e a organização e preservação da massa documental histórica custodiada no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória, do Colégio de Aplicação - UFS (Cemdap), e produzir compreensões históricas sobre o Colégio e/ou de seus agentes educativos e da Universidade.

O plano de trabalho foi desenvolvido com o financiamento de bolsa de iniciação científica do CNPq e as atividades foram desenvolvidas no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS (Cemdap), localizado na Ala B do prédio do Colégio, no Campus de São Cristóvão. O Cemdap é um centro de memória localizado no espaço escolar e tem como finalidade reunir, preservar e divulgar a documentação e/ou patrimônio material e imaterial acerca da memória institucional,

além de atuar como espaço de referência para a realização de pesquisas e de atividades pedagógicas dentro da própria instituição (Conceição, 2021, 2022).

Com a finalidade de contribuir com a organização intelectual e física do inventário de acervo documental permanente do Colégio de Aplicação da UFS, foram realizadas atividades de classificação e organização de documentos. Assim, foram catalogados diversos tipos documentais, organizados em pacotilhas numeradas e acondicionados em caixas.

No transcorrer dessas atividades, o plano focou no processo de digitalização de dossiês dos estudantes, como uma ação preservacionista da documentação permanente (histórica) do Colégio de Aplicação da UFS. Qual o significado do termo dossiê de estudantes? O dossiê de estudante “[...] é um conjunto de folhas avulsas organizadas em pastas individuais para cada estudante, nas quais está registrada, em diferentes formas de escrituração, a vida escolar do estudante” (Melo; Conceição, 2021, p. 2) no Colégio de Aplicação da UFS.

O desenvolvimento das etapas ou procedimentos da pesquisa foi realizado por meio de atividades ou procedimentos técnicos aplicáveis na catalogação, manuseio e preservação documental (Almeida, 2022; Bellotto, 1991). Assim, foram realizadas as seguintes atividades ou procedimentos metodológicos para a execução do plano de trabalho: a) Levantamento bibliográfico relacionado com o tema da pesquisa: leituras de referências visando ao conhecimento a respeito da história do Colégio de Aplicação e da noção de patrimônio histórico educacional e temas correlatos (Almeida, 2022; Cabral, 2023; Conceição; Paulilo, 2023) e o b) Processo de digitalização dos dossiês de estudantes: o processo consistiu em identificar os dados de localização dos dossiês no Banco de dados dos dossiês de estudantes do Colégio de Aplicação da UFS e a realização do processo de digitalização.

PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO DOS DOSSIÊS DE ESTUDANTES DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS

O processo visando a digitalização dos dossiês consistiu em identificar os dados de localização dos dossiês no Banco de dados de dossiês de estudantes do Colégio de Aplicação da UFS (Figura 1), e, com os dados de localização física, levantar os dossiês nas caixas (Figura 2) e respectivos envelopes (Figura 3) onde estão acondicionados os dossiês.

Figura 1 - Banco de dados dos dossiês de estudantes do Colégio de Aplicação da UFS

Nome	Ano de entrada	Ano de saída	Admissão/saída	Cargo
Jussara Fontes Aragão		1959		ACODAP: 435.43.1959.01
Sônia Maria Timponi	1960	1960		ACODAP: 435.43.1960.01
Adler Willians Rodrigues	1961	1961		ACODAP: 435.43.1961.01
Ana Maria Mesquita Teixeira	1960	1961		ACODAP: 435.43.1961.02
Edgar D'Ávila Melo Silveira	1960	1961	1959	ACODAP: 435.43.1961.03
Ruy Carvalho Filho	1960	1961		ACODAP: 435.43.1961.04
Wilma Dantas Mangueria Marques	1961	1961		ACODAP: 435.43.1961.05
Wilson Dória Sobral	1961	1961		ACODAP: 435.43.1961.06
Telma Falcão Carvalho	1961	1961	1960	ACODAP: 435.43.1961.07
Ana Maria Lacerda Barreto	1962	1962		ACODAP: 435.43.1962.01
Antônio Cabral Neto	1961	1962		ACODAP: 435.43.1962.02

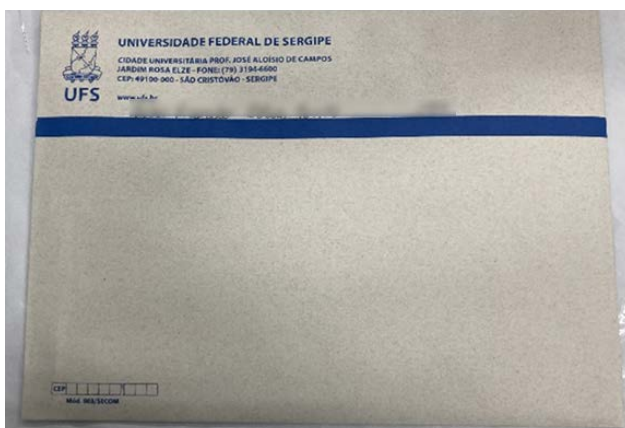
Fonte: Cabral (2023).

Figura 2 – Caixas de dossiês de estudantes do Colégio de Aplicação da UFS



Fonte: Acervo do Cemdap

Figura 3 – Acondicionamento de dossiê de estudante em envelopes



Fonte: Acervo do Cemdap.

Optou-se pela digitalização dos dossiês levando em conta o ano de matrícula do estudante no Colégio. Assim, o processo de digitalização foi iniciado a partir do ano de 1959, ano de fundação da escola e do primeiro dossiê identificado, seguindo em ordem crescente.

A técnica de digitalização de documentos colabora na ação de preservação e facilitação do acesso à documentação. O processo consistiu em transferir um documento de seu suporte original (papel) para a forma de uma imagem digital (Cavalcanti, 2017). Nesse sentido, para realizar a digitalização foi utilizado o equipamento denominado *FUJITSU Image Scanner ScanSnap SV600*³⁰. Com a utilização deste equipamento foi realizada a captura das imagens dos documentos por um sensor, as informações contidas no documento físico posicionado no *scanner* foram transformadas em suporte digital. As figuras a seguir apresentam aspectos da atividade de digitalização dos documentos.

Figuras 4 e 5: Aspecto do processo de digitalização dos dossiês de estudantes do Colégio de Aplicação da UFS.

Figura 4



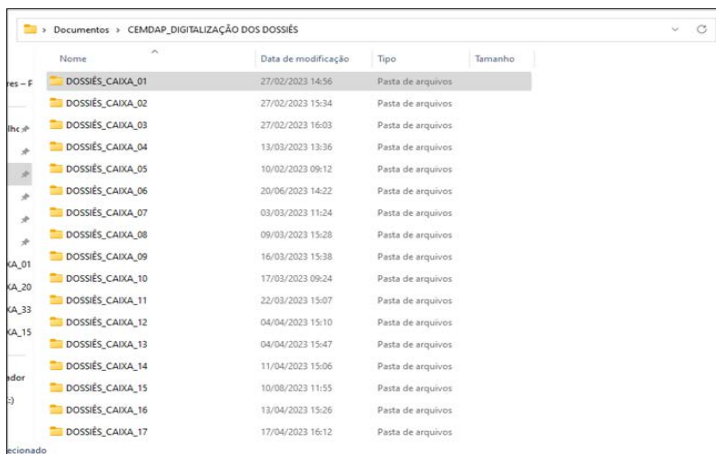
Figura 5



Fonte: Acervo do Cemdap.

Os dossiês digitalizados foram salvos em arquivos individuais para cada unidade de dossiê, em formato de arquivo PDF único, e organizados em pastas salvas em HD Externo. Cada pasta digital (Figura 6) ficou correspondente a uma caixa-arquivo em que se encontram acondicionados os dossiês físicos. Na pasta digital, com a mesma designação da caixa, foram inseridos todos os dossiês digitalizados correspondentes.

Figura 6: Aspecto das pastas digitais com os dossiês digitalizados.



Fonte: Elaborado pela autora. Acervo do Cemdap.

RESULTADOS DO PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO DOS DOSSIÊS DE ESTUDANTES DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS

O processo de digitalização dos dossiês resultou na preservação em suporte digital da documentação relacionada com a carreira dos estudantes no Colégio de Aplicação, além de garantir um acesso racionalizado à documentação por parte da administração e de pesquisadores.

Ressalte-se que esta documentação já contribuiu para a produção de artigos, relatórios de pesquisa e tese que versam a respeito do perfil discente do Colégio de Aplicação, no período de 1959, ano de fundação, até os anos de 1980 (Almeida, 2022; Conceição, 2024; Melo; Conceição, 2021).

No decorrer da execução deste plano de trabalho foram digitalizados 2230 dossiês de estudantes, compreendidos entre os anos de 1959-1999. Na sequência, o quadro apresenta o total de dossiês digitalizados e a média de folhas avulsas em cada um deles.

Quadro 1: Período dos dossiês digitalizados e média de folhas em cada um deles.

Período de Dossiês digitalizados	1959-1999
Média de folhas por dossiê	20 folhas
Total de dossiês digitalizados	2230 dossiês

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Cada dossiê apresenta uma quantidade de folhas avulsas que varia de 10 a 50 folhas, em geral contendo os seguintes documentos: ficha de matrícula, certidão de nascimento, ficha individual do aluno, histórico escolar anterior, certificado de aprovação nos exames de admissão.

Figura 7 - Aspecto de um dossiê estudantil dos anos 1960.



Fonte: Elaborada pela autora a partir dos documentos encontrados no dossiê de estudante do acervo do Cemdap.

Observou-se que a quantidade de documentos, e também o tipo deles, estava relacionado com as exigências de documentação para matrícula na instituição e também decorrente das exigências da legislação educacional vigente (Almeida, 2022; Melo; Conceição, 2021). O quadro a seguir apresenta um rol dos tipos documentais identificados no conjunto dos dossiês digitalizados.

Quadro 2 – Tipos documentais identificados nos dossiês de estudantes do Colégio de Aplicação da UFS (1959-1987).

Nº	Tipos documentais identificados
01	Requerimento de inscrição em Exame de Admissão
02	Atestado de saúde geral
03	Atestado de vacinação antivaricelosa
04	Atestado de saúde mental
05	Certidão de nascimento
06	Histórico escolar anterior
07	Certificado de aprovação no Exame de Admissão
08	Ficha de matrícula
09	Comprovante de matrícula
10	Ficha individual do aluno
11	Histórico de nota escolar
12	Comprovante de exame abreugráfico
13	Declaração de pagamento da anuidade institucional
14	Certificado de Conclusão do Curso Ginasial
15	Solicitação de comparecimento dos pais
16	Comprovante de quitação com a biblioteca institucional
17	Atestado médico
18	Declaração de frequência nas disciplinas
19	Recibo de recebimento de documentos
20	Advertência
21	Autorização de matrícula em disciplinas
22	Ficha de Transferência
23	Declaração de alteração de sobrenome
24	Certificado de alistamento
25	Avaliações
26	Resultado das Avaliações

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de digitalização dos dossiês dos estudantes do Colégio de Aplicação da UFS (1959-1999) resultou na preservação em suporte digital de documentos essenciais relacionados à trajetória escolar dos alunos. Essa iniciativa garantiu não apenas

a conservação do acervo, mas também o acesso racionalizado e controlado às informações, beneficiando tanto a administração da instituição quanto pesquisadores interessados em explorar a memória e a história educacional.

Essa documentação, respeitando os princípios éticos de proteção de dados pessoais, já tem sido utilizada como fonte para a produção de conhecimento na área da História da Educação. Sua relevância é evidenciada pela contribuição para artigos, relatórios de pesquisa e teses que analisam o perfil discente do Colégio de Aplicação, particularmente no período de sua fundação até os anos 1980 (Almeida, 2021; Cabral, 2023; Melo; Conceição, 2021; Conceição, 2024).

Ao minimizar o contato físico com os documentos originais, a digitalização não apenas protege o acervo contra desgaste, mas também facilita sua análise e manuseio por parte dos pesquisadores. Essa técnica preservacionista se revela indispensável para a conservação do patrimônio documental e para a democratização do acesso às fontes históricas.

Os dossiês digitalizados permitem a construção de novas interpretações sobre o perfil estudantil e aspectos da cultura escolar, evidenciando as funções realizadas pelo Colégio de Aplicação ao longo de sua história. A preservação e a organização sistemática dessa documentação no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória fortalecem o papel da instituição como guardião de um patrimônio histórico educativo significativo.

A catalogação e o inventário racional desses documentos otimizam as atividades administrativas do Colégio e fomentam o desenvolvimento de pesquisas baseadas em fontes confiáveis e acessíveis. Assim, o processo de digitalização consolida-se como uma ação indispensável para a preservação e a valorização da memória institucional, garantindo sua permanência para futuras gerações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sayonara do Espírito Santo. **Cartografia estudantil no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1969-1981)**. 2021. 202 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14876>. Acesso em: 12 set. 2024.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

CABRAL, Anne Emile de Almeida. **Organização do arquivo escolar do Colégio de Aplicação da UFS: preservação do patrimônio histórico e educacional e potencialidades para a escrita da história da educação**. 2023. 178 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/17597>. Acesso em: 12 set. 2024.

CAVALCANTI, Marcia Teixeira. Os websites dos centros de documentação e a pesquisa

histórica: uso de fontes digitais. **Revista Observatório**, Palmas, v. 3, n. 5, p. 169-190, ago. 2017.

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. **Dossiês de Estudantes (1959-1999)**.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares: [Entrevista concedida a Isabela Cristina Salgado] *Archivos*. 2021. Disponível em: <https://www.archivosmagazine.org/pt/entrevistacom-joaquim-tavares-da-conceicao/>. Acesso em: 12 set. 2024.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares. A preservação do acervo documental do Colégio de Aplicação da UFS e a produção de pesquisas em História da Educação. In: FERRONATO, Cristiano; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **Compreensões Historiográficas da Educação Brasileira**. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2022. p. 143-159.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares. Aspectos da fundação e do progresso de “reconhecimento” do Ginásio de Aplicação revelados em remanescentes documentais no acervo do Cemdap. In: PAULILO, André Luiz; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da; CAMPELLO, Lorena de Oliveira

Souza (org.). **A pesquisa em acervos da escola e da educação**. 1. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2023.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares. Formas de ingresso e perspectivas do perfil discente do Colégio de Aplicação da UFS (1959-2008). In: OLIVEIRA, João Paulo Gama. **Questões para (re)pensar o patrimônio educativo: acervos, espaços de memória e impressos escolares**. Aracaju: Criação Editora, 2024, p. 61-78.

MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. **Proposições**, Campinas, v. 16, n. 46, p. 103-116, jan./abr. 2005.

MELO, Rafaela Cravo; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares. O perfil estudantil do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1959-1968). Uma investigação de fontes seriais do arquivo escolar. **Boletim Historiar**, vol. 08, n. 04. out./dez. 2021, p. 69-92. Disponível em: <http://seer.ufs.br/index.php/historiar>. Acesso em: 19 jun. 2023.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa F.; VALDEMARIN, Vera T. (org.). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005, p. 3-30.

A PRIMEIRA DIRETORA DO GINÁSIO DE APLICAÇÃO DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE

JUSELICE ALVES ARAUJO DE ALENCAR

INTRODUÇÃO

Este capítulo, resultado de pesquisa desenvolvida no âmbito do doutorado em História da Educação na Universidade Federal de Sergipe, tem como objetivo apresentar traços biográficos da primeira diretora do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, a professora Rosália Bispo dos Santos, que dirigiu a instituição de 1959 a 1964.

A discussão parte da fundação da referida Faculdade, percorre uma breve retrospectiva histórica sobre a fundação dos Ginásios de Aplicação no Brasil, em específico o Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e, por fim, destaca a trajetória, com foco nas experiências acadêmicas e profissionais, da primeira diretora do Ginásio de Aplicação.

A pesquisa documental teve início com o levantamento de fontes no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação (Cemdap), a partir da lista de pacotilhas que apresentam documentos como livros de atas de reuniões de professores, livro de atas das reuniões do conselho de professores, livros de atas de presença das reuniões de pais e mestres.

Considerando o que foi observado nos documentos, e as experiências vivenciadas pela professora Rosália enquanto diretora fundadora do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, faço uso do aporte teórico metodológico

dos conceitos de rede de sociabilidade de Jean-François Sirinelli (1996); da teoria de Pierre Bourdieu (1979) a partir da noção da teoria de campo, e as respectivas categorias como capital social, capital cultural e intelectual, bem como por meio dos pressupostos da metodologia da história oral de Meihy (2011), segundo quem “História oral é um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e que continua com a definição de um grupo de pessoas a serem entrevistadas” (Meihy, 2011). Dessa forma, a fundamentação teórico-metodológica me permitiu ampliar a compreensão sobre a trajetória de vida e profissional da professora.

Além da introdução, o capítulo está estruturado em quatro partes. A primeira é intitulada A Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe; a segunda, O Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe; a terceira, Traços biográficos da primeira diretora do Ginásio de Aplicação da FCFS e a quarta, Considerações finais.

A FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE

No estado de Sergipe, a fundação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe remonta a setembro de 1950, inserindo-se no contexto da criação das Faculdades de Filosofia no Brasil, um movimento que ocorreu em vários estados brasileiros. O acordo estabelecido entre o governador José Rollemberg Leite, que exerceu seu mandato de 1947 a 1951, e o bispo diocesano de Aracaju, Dom Fernandes Gomes, objetivava a formação de professores para exercerem o magistério, uma vez que os que atuavam eram leigos, ou seja, sem nenhuma formação acadêmica. Por conta dessa realidade, fazia-se urgente a criação de uma faculdade com o objetivo de atender à necessidade dos professores que não tinham a devida formação para atuar como

tal, uma vez que, à época, a formação de professores se dava quase que exclusivamente no Instituto Rui Barbosa, onde era ofertado o ensino normal, com vista à formação de professores primários. Sendo assim, “a Faculdade Católica de Filosofia (FAFI) representou a primeira unidade de formação docente de nível superior de Sergipe” (Oliveira, 2017, p. 31).

Segundo Oliveira (2011), a FCFS não tinha outra função a não ser formar professores, conforme seu regimento interno.

1-Promover o desenvolvimento da cultura do espírito, como meio de formação integral do homem e da elevação moral da sociedade; 2-Estimular a investigação científica; 3-Preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal (Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Regimento Interno, s/d).

De acordo com Oliveira (2017), a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe passou a ser administrada pela Entidade Mantenedora Sociedade Sergipana de Cultura, com a autorização de funcionamento concedida pelo governo federal e publicada no *Diário Oficial da União* no dia 2 de março de 1951, com data retroativa de 28 de fevereiro de 1951. Nesse contexto, no dia 26 de junho de 1959, por meio de procuração, a mesma entidade concedeu plenos poderes ao Mons. Luciano José Cabral Duarte¹ para fundar o Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Sergipe. Eis o texto da procuração:

¹ Homem dedicado à educação e à cultura sergipana; foi ordenado padre em 1948 e monsenhor entre os anos de 1958 a 1965. Em 1966, foi consagrado bispo auxiliar da diocese de Aracaju, passando a ser chamado de Dom Luciano José Cabral Duarte (Nunes, 2008). Foi presidente do Conselho Diretor da Fundação da UFS e membro do CFE. Idealizou e organizou (com a colaboração do Governo do Estado e da Universidade Federal de Sergipe) o Museu de Arte Sacra de São Cristóvão. Caderno Memórias. 25 anos (1967-1992). Jubileu de Prata da Universidade Federal de Sergipe.

A SOCIEDADE SERGIPANA DE CULTURA, com sede nesta capital, representada neste ato pelo seu Presidente Dom José Vicente Távora, que também assina Dom José Távora, Bispo da Diocese de Aracaju, nomeia e constitui seu bastante procurador o Mons. Doutor Luciano José Cabral Duarte, brasileiro, sacerdote, residente e domiciliado nesta capital, para fundar em nome da Outorgante, o Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, podendo requerer no Ministério de Educação e Cultura e em qualquer repartição pública federal, estadual e municipal, o que se tornar mister à fundação do dito Ginásio, requerendo e assinando tudo que for, podendo inclusive substabelecer, com ou sem reserva de poderes. Aracaju, 26 de junho de 1959 (Brasil, 1959).

Essa autorização oficial para a criação do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe marca um momento de institucionalização do projeto educacional que visava articular o ensino, a pesquisa e a prática pedagógica. Este marco legal não só refletia os ideais educacionais da época, mas também possibilitou a extensão prática da formação acadêmica e o fortalecimento do ensino secundário em parceria com as Faculdades de Filosofia. A imagem da fachada do Ginásio, apresentada a seguir, evidencia a materialização desse projeto, simbolizando não apenas a estrutura física, mas também o legado histórico de uma instituição pioneira na formação educacional de Sergipe.

Como se pode observar na Figura 1, a imagem da fachada da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, acompanhada pela presença dos alunos que chegam e aguardam o início das atividades, simboliza o marco inicial de uma história que se consolidou a partir de sua criação. Desse modo, tanto o registro documental quanto o visual não apenas evidenciam a materialização de um projeto educacional que se iniciava, mas também destacam

sua contribuição histórica para o fortalecimento da educação em Sergipe. A seguir, discorre-se acerca dos documentos de criação dos Ginásios de Aplicação para seu funcionamento, além da estrutura física e das alterações em sua denominação.

Figura 1 – Fachada da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe



Fonte: Acervo do Cemdap.

O GINÁSIO DE APLICAÇÃO DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE

Os Ginásios de Aplicação surgiram na década de 1940 e emergiram das ideias progressistas, em contraponto às práticas pedagógicas tradicionais (Mártires, 2016), e foram criados por meio do Decreto-Lei nº 9.053, de 12 de março de 1946 (Brasil, 1946), nas Faculdades Católicas de Filosofia no Brasil, com o seguinte objetivo: servir de campo de estágio para os alunos da faculdade, uma vez que, de acordo com o artigo 1º desse Decreto-Lei, “As Faculdades de Filosofia federais, reconhecidas ou autorizadas a funcionar no território nacional, ficam obrigadas a manter um ginásio de aplicação destinado à prática docente dos alunos matriculados no curso de didática” (Brasil, 1946).

No ano de 1968, já havia quinze Ginásios de Aplicação criados em vários estados brasileiros, a partir da publicação do Decreto

de Criação de 1946 (Santos, 2019). No ano de 1960, o Ginásio de Aplicação do estado de Sergipe começou o seu efetivo funcionamento, localizado à Rua de Campos, nº 177, no bairro São José, em Aracaju.

Segundo Conceição (2023), o Ginásio de Aplicação, do ano de 1959 até 1981, funcionou no próprio prédio da Faculdade, na capital, Aracaju. Em 1981, passou a funcionar no prédio da Didática III, na Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, localizada no município de São Cristóvão/SE. Em 1995, foi para um prédio próprio, no campus universitário, onde funciona até hoje (Conceição, 2023). Ademais, segundo Conceição (2022), em 1965 o Ginásio de Aplicação passou a receber a denominação de “Colégio” em virtude da autorização para ministrar o curso colegial.

Quando o Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe foi fundado, em 1959, havia uma oferta limitada de ensino ginásial no estado, composta apenas por três ginásios estaduais e seis particulares. Dos estaduais, um estava localizado no interior, na cidade de Itabaiana, o Ginásio Murilo Braga, enquanto os outros dois estavam na capital, o Instituto de Educação Rui Barbosa e o Colégio Estadual de Sergipe, sendo este o mais tradicional (Santos, 2003). De acordo com Santos (2003), no final da década de 1950 e início dos anos 60, houve duas importantes iniciativas para ampliar o acesso da população ao ensino secundário: a criação do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e a oferta de cursos primário e ginásial pelo SESI (Santos, 2003).

No seu primeiro Regimento Interno, o Ginásio de Aplicação da FCFS já expunha no Capítulo I as suas Finalidades.

Art.1º O Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia fundada e mantida por Sociedade Sergipana de Cultura - Aracaju Estado de Sergipe, tem por objeto ministrar o Ensino Secundário dentro dos planos, leis e normas

estabelecidos pela legislação federal em vigor, dentro dos princípios dos ideais de solidariedade humana. Art. 2º- Em sua organização interna reger-se-á pelo presente regulamento (Cemdap, Regimento..., 1960).

No Capítulo II, apresentava a sua Organização nos artigos terceiro e quarto.

Art.3º-O Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia, manterá, sob regime de externato, para ambos os sexos, em turnos diurnos, inicialmente o curso ginásial, regido pela legislação inerente, quanto à seriação, programas e demais aspectos de sua atividade educacional. Art.4º- O estabelecimento terá a seguinte organização administrativa: Direção- Secretaria- Tesouraria- Auxiliares de administração e Disciplinas- Corpo Docente- Orientação Educacional-Corpo discente (Cemdap, Regimento..., 1960).

No momento da sua fundação, o Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe ofertou somente o primeiro ciclo, ou seja, o ginásial, com duração de quatro anos, respeitando a legislação vigente, e os seus alunos foram selecionados através do exame de admissão². Neste processo, “dos alunos aprovados que realizaram o primeiro exame do Ginásio de Aplicação foram aprovados 25 alunos, selecionados conforme ordem decrescente” (Nunes, 2008, p. 52). No ano de 1961, foram aprovados 30 alunos, de acordo com o que estabelecia o Art. 9º, do Decreto-Lei nº 9.053/46, pois “A matrícula nos ginásios de aplicação será limitada a uma turma, no máximo de trinta alunos, em cada série” (Brasil, 1946, art. 9º).

² Exame de Admissão: determinado pela Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, estabelecia que as turmas iniciais dos alunos deveriam ser submetidas a uma prova escrita.

A imprensa sergipana, através do *Jornal A Cruzada*, noticia o fato no dia 24 de outubro de 1959.

[...] efetivamente começará a funcionar em março de 1960, o Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. [...] O Ginásio estará sob a supervisão do Diretor e do Conselho Técnico da Faculdade, e terá como diretora a profa. Rosália Bispo dos Santos. A profa. Rosália, que no ano passado conseguiu distinta classificação no curso de Literatura Francesa para o qual fora contemplada com uma bolsa de estudos, no Rio, durante 1958, se encontra atualmente na capital da República, a serviço da Faculdade. Durante o mês de agosto, a futura diretora do Ginásio de Aplicação está estagiando no Ginásio de Aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia, e durante o mês de setembro vai seguir um curso de Orientação Educacional, em Friburgo, promovido pelo Ministério da Educação. O Ginásio de Aplicação vai seguir com a primeira série, desdobrada em duas turmas, uma para meninos e outra para meninas, e com matrícula de 25 alunos por turma (Funcionará [...], 1959. s/p).

A arquitetura do projeto do G.A. foi de responsabilidade dos engenheiros José Rollemberg Leite e Fernando de Figueiredo Porto. O edifício apresentava dois andares, com onze salas: seis no lado norte-sul e cinco no lado leste-oeste. Também foram projetadas salas de desenho, de ciências, de línguas vivas, biblioteca, secretaria, sala de professores e instalações sanitárias (Cemdap, Estudo ..., 1959-1966).

Portanto, o G.A. sergipano, sob a responsabilidade de um dos mais intelectualizados e, talvez, o religioso mais influente da Igreja Católica do estado de Sergipe, o padre Luciano José Cabral Duarte, viu-se com a incumbência de escolher quem dirigiria os destinos educacionais do ginásio. Dentre as alunas de desta-

que da Faculdade Católica de Filosofia, foi escolhido o nome da primeira diretora do Ginásio de Aplicação da FCFS, a professora Rosália Bispo dos Santos. O próximo tópico busca apresentar a biografia dessa pioneira, cuja trajetória a reflete como referência educacional em Sergipe.

TRAÇOS BIOGRÁFICOS DA PRIMEIRA DIRETORA DO GINÁSIO DA FCFS - ROSÁLIA BISPO DOS SANTOS

Filha de Artur Bispo dos Santos e de Rosa Pereira dos Santos, nasceu no dia 13 de abril de 1924, na comunidade chamada de Estivo da Raposa, no município de Pacatuba/Sergipe, e faleceu no dia 25 de dezembro de 2021, em Aracaju. Descendente de família simples e numerosa, teve 10 irmãos, 5 homens e 5 mulheres. Foi a quarta filha do casal. O pai era lavrador e a mãe cuidava dos afazeres domésticos. Não contraiu matrimônio. E esse fato, de acordo com Conceição (2024, p. 9):

parece ter sido uma sombra constante na vida de Rosália. Em diversas reportagens de jornal em que ela era mencionada, mais do que suas conquistas educacionais e realizações profissionais, o foco recaía sobre seu porte físico, descrita como “um tipão de mulher”, mas que permaneceu solteira. A ênfase no fato de ela ter permanecido solteira revela o quanto as expectativas sociais restringiam o reconhecimento pleno das mulheres que, como Rosália, dedicaram suas vidas a carreiras e causas, que muitas vezes desafiaram essas normas.

O matrimônio figurava como uma conquista social e de garantia financeira para as mulheres no contexto social do início do século XX, e fugir desse padrão se configurava como quebra de normas sociais fundamentadas em valores morais; a professo-

ra Rosália quebrou esses preceitos e conseguiu o reconhecimento social e sua liberdade financeira fazendo uso de sua profissão.

Fez seus primeiros estudos em sua terra natal, com a professora Marina Nabuco que, em vários depoimentos, a professora Rosália dizia ter sido uma grande influência na escolha de sua profissão.

Citando Dantas (2004) e Sousa (2011), Conceição (2024) evidencia que a família da professora, ao migrar para a capital do Estado na década de 1930, encontra “uma cidade em processo de modernização urbana, impulsionado desde décadas anteriores” [...] “No campo educacional, o governo estadual havia construído imponentes “palacetes” para abrigar a Escola Normal e grupos escolares (Santos, 2013), proporcionando espaços escolares planejados e estruturados (Conceição, 2024, p. 4).

Iniciou seus estudos em Aracaju, no Grupo Escolar General Siqueira, onde funcionou a Faculdade de Direito. Em 1938, aos 14 anos de idade, fez o exame de admissão para estudar na Escola Normal/Instituto Rui Barbosa, ambos localizados na área central de Aracaju, uma das regiões mais valorizadas da cidade (Conceição, 2024), sob a orientação de uma equipe de professores eficientes, dedicados e cultos (segundo a própria), que despertaram nela interesse pelas artes em geral, um gosto particular pelo saber e pelo estudo de línguas, especialmente da língua francesa. Ao concluir o curso, começou a lecionar aos 19 anos no interior do estado, em uma comunidade chamada Marcação, no município de Rosário, atualmente a cidade de General Maynard, no ano de 1943.

Em 1944, fez o Curso de Aperfeiçoamento para Professores Primários, tendo como professor Acrísio Cruz. Como aluna que já demonstrava diferenciais, foi indicada para cursar Educação Física na Escola Nacional de Educação Física e Desporto da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, onde adquiriu o diploma de nível superior.

Em 1952, prestou vestibular em Línguas Neolatinas na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e, em 1955, diplomou-se como professora licenciada de língua estrangeira pela referida faculdade. No ano de 1958, no Centro de Estudos Superiores de Francês, na Maison de France, no Rio de Janeiro, fez especialização em Língua e Literatura Francesa. Em 1959, retornou ao Rio de Janeiro para fazer o Curso de Aperfeiçoamento em Orientação Educacional no Centro de Estudos Pedagógicos da Fundação Getúlio Vargas, em Nova Friburgo, objetivando a preparação para o exercício da função de diretora do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.

Em 1966, participou, em Brasília (capital federal), de um treinamento para ser orientadora no estado de Sergipe da CADES (Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário), com apoio do MEC (Ministério da Educação e Cultura). No ano de 1968, foi contemplada com uma bolsa de estudos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), em parceria com a Embaixada Francesa no Brasil, para estudar Língua e Literatura Francesa na Universidade Sorbonne, em Paris. A dedicação nos estudos e o conhecimento da língua francesa impulsionaram a ascensão da sua carreira profissional como professora de língua estrangeira da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e na Universidade Federal de Sergipe (Conceição, 2024).

Foi professora de várias instituições renomadas em Aracaju. Entre aproximadamente 1945 e 1947, trabalhou no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, no Colégio Patrocínio São José, no Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus e no Colégio Jackson de Figueiredo. No ano de 1948, ao retornar do Rio de Janeiro, assumiu a cadeira de Educação Física no Instituto de Educação Rui Barbosa, antiga Escola Normal. Também foi professora licenciada de Francês e Português no Ginásio de Aplicação da Faculdade

Católica de Filosofia de Sergipe e professora catedrática de Educação Física da mesma faculdade. Lecionou na Aliança Francesa e foi professora titular de Língua e Literatura Francesa do Instituto de Letras, Artes e Comunicação da Universidade Federal de Sergipe. Trabalhou também para a CNEC (Campanha Nacional de Escola da Comunidade).

Logo após sua formatura em Línguas Neolatinas (Francês), passou a ser professora da cadeira no Instituto de Educação Rui Barbosa. No ano de 1957, foi indicada como professora substituta de Língua e Literatura Francesa da professora Madame Monique Rolland, da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, apenas dois anos após sua formatura na mesma instituição que a formou.

Entre os anos de 1957 e 1959, a professora Rosália Bispo dos Santos também lecionou no Colégio Estadual de Sergipe (atualmente Centro de Excelência Atheneu Sergipense), como assistente de ensino da disciplina de Francês. No ano de 1970, atuou também como professora de Francês e Português do curso ginásial do mesmo colégio.

Em 1959, recebeu o convite de Dom Luciano José Cabral Duarte para ser diretora fundadora do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, atualmente denominado Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP/UFS). Assumiu a direção no início do ano de 1960 e dirigiu os destinos da instituição até o ano de 1965. Foi a primeira diretora do Ginásio de Aplicação.

Após deixar a direção do Ginásio de Aplicação, a professora Rosália foi convidada pela Secretaria Estadual de Educação e a Inspeção Seccional de Sergipe para ministrar aulas de Português para professores(as) leigos(as) que pretendiam ser professores do Ensino Secundário. Segundo o jornal Gazeta de Sergipe, na edição de nº 2.908, o curso contou com 280 inscritos, era ministrado através de um programa de rádio chamado “Colégio do

Ar”, da Rádio Difusora do Estado de Sergipe. Em 1º de outubro de 1965, foi nomeada diretora do Colégio Estadual de Sergipe pelo então governador do Estado, Sebastião Celso de Carvalho, exercendo a função até meados do ano de 1967.

Figura 2 - Rosália Bispo dos Santos - colação de grau em Letras Neolatinas (1955)



Fonte: Acervo do Cemdap.

O Brasil fundou, em 1933, a Federação dos Professores de Francês. No Estado de Sergipe, coube à Aliança Francesa, com um grupo de professores vinculados à instituição, fundar, no dia 9 de novembro de 1965, o Clube de Professores de Aracaju. Realizada uma eleição entre os pares, a professora Rosália Bispo dos Santos foi eleita a primeira presidente do clube. Antes, no ano de 1960, tinha sido eleita a segunda secretária da Aliança Francesa de Aracaju.

Ao retornar de sua ida à capital francesa, Paris, onde passou um ano estudando na Universidade Sorbonne, em 1969, assumiu o cargo de professora titular de Língua e Literatura Francesa do Instituto de Letras, Artes e Comunicação da recém-criada Fundação Universidade Federal de Sergipe. Permaneceu na função de

professora até março de 1991, quando requereu aposentadoria. Contribuiu com a PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação –, integrando o Colegiado de Professores da Universidade. No ano de 1974, participou como membro da Comissão Central de Vestibular (CCV) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Os caminhos da professora Rosália Bispo dos Santos mais uma vez se cruzaram com D. Luciano José Cabral Duarte, quando foi convidada por ele para dirigir o Museu de Arte Sacra de São Cristóvão (MASC) em 1975 (Santos, 2020). Tornou-se, assim, diretora dessa instituição. Permaneceu dirigindo o museu por mais de quatro anos, contribuindo com iniciativas como a produção do primeiro catálogo de divulgação do Museu de Arte Sacra de São Cristóvão e, em 1976, coordenou os cursos do V FASC – Festival de Arte de São Cristóvão.

Rosália Bispo também atuou como conselheira suplente, completando o mandato do conselheiro Francisco José Costa no Conselho Estadual de Cultura de Sergipe, a partir de 2 de maio de 1977 até o dia 8 de abril de 1978, por nomeação do governador do Estado José Rollemberg Leite. A partir do dia 9 de abril de 1978, tornou-se membro titular para um mandato de seis anos. Produziu vários pareceres para a Câmara de Ciências, Patrimônio Histórico e Artístico do Conselho Estadual de Cultura (CEC), dentre eles o Parecer nº 006/79, solicitado pelo conselheiro presidente Luiz Fernando Ribeiro Soutelo, cujo assunto versa sobre “Comemorações do Noventaário da Proclamação da República”. Em 1977, representou o Instituto de Letras, Artes e Comunicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS) no III Congresso Nacional de Professores Universitários de Francês, realizado na PUC-Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, coordenou os cursos da CULTART – Cursos de Cultura e Arte da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Rosália Bispo dos Santos, primeira diretora do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, exemplifica a dedicação e o pioneirismo de mulheres na direção e fundação de instituições educacionais. Sua vida e carreira refletem a importância da formação acadêmica e do compromisso com a educação de qualidade.

A atuação de Rosália como professora e diretora, bem como suas diversas especializações e participações em instituições renomadas, consolidaram seu legado como uma referência no cenário educacional sergipano. A criação do Ginásio de Aplicação, sob sua liderança, marcou um avanço importante na formação de professores e no fortalecimento do ensino secundário em Sergipe, evidenciando a relevância das Faculdades de Filosofia no cenário educacional brasileiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Decreto-Lei nº 9.053**, de 12 de março de 1946. Cria um ginásio de aplicação nas Faculdades de Filosofia do País. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1946.

CADERNO DE MEMÓRIAS. **25 anos (1967-1992)**. Jubileu de Prata da Universidade Federal de Sergipe. Colégio de Aplicação. UFS, 1992. (Acervo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS).

CEMDAP. **Procuração habilitando o pe. Luciano José Cabral Duarte para o processo de fundação do GA da FCFS**. Aracaju/SE, 26 jun. 1959-1966 (Acervo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS). (Pacotilha 23).

CEMDAP. **Regimento Interno do Ginásio de Aplicação**. Documentos da década de 1960. (Acervo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS). (Pacotilha 91).

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. A preservação do acervo documental do Colégio de Aplicação da UFS e a produção de pesquisas em História da Educação. In: FERRONATO, Cristiano; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. (org.). **Compreensões Historiográficas da Educação Brasileira**. Aracaju: Criação Editora, 2022. Disponível em: <https://editoracriacao.com.br/compreensoes-historiograficas-da-educacao-brasileira/>. Acesso em 27 jul. 2024

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. Aspectos da fundação e do processo de “Reconhecimento” do Ginásio de Aplicação revelados em remanescentes documentais no acervo do Cemdap. In: PAULILO, André Luiz; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da; CAMPELO, Lorena de Oliveria Souza (org.). **A pesquisa em Acervos da Escola e da Educação**. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2023. p.139-168.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. “Arquivarás tua vida”. Práticas e sentidos do arquivamento do eu de uma professora (1924-2021): “Archivarás tu vida”. Prácticas y sentidos archivísticas del yo de una profesora (1924-2021). **Revista Cocar**, [S. l.], v. 21, n. 39, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9548> . Acesso em: 11 jan. 2025.

FACULDADE Católica de Filosofia de Sergipe. **A Cruzada**, Aracaju, Ano XV, nº 1.109, 19 de setembro de 1959. Disponível em: <http://jornaisde-sergipe.ufs.br/handle/123456789/804> . Acesso em 10 jan. 2024.

MARTIRES, José Genivaldo. **Flagrando a vida**: Trajetória de Lídia Pina – Professora, Literata e Acadêmica (1925-2014). Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, UFS. São Cristóvão, 2016.

NUNES, Martha Suzana Cabral. **O Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1959-1968)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, UFS, São Cristóvão, 2008.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. **Disciplinas, docentes e conteúdo**: itinerários da história na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1951-1962). Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, UFS, São Cristóvão, 2011.

SANTOS, Betisabel Vilar de Jesus. **Luzes e blecautes em cidades adormecidas**: a campanha nacional de educandários gratuitos no cenário sergipano (1953/1957). São Cristóvão: Editora da UFS, 2003.

SANTOS, Joelza Oliveira de. **Memórias de Estudantes egressos do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1960-1968)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, UFS, São Cristóvão, 2019.

SANTOS, Ricardo Costa dos. **Ecos de um Brasil francófono**: a língua francesa no Colégio de Aplicação da Universidade de Sergipe (1960-2013). 2020. 227 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14900> Acesso em: 15 jan. 2025.

PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-ESCOLAR EM COLÉGIOS DE APLICAÇÃO¹

PAULO MATEUS SILVA VIEIRA

INTRODUÇÃO

Os colégios de aplicação foram criados a partir do Decreto-Lei nº 9.053, de 12 de março de 1946 (Brasil, 1946), pelo então presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, como ferramenta para a prática docente dos alunos matriculados nos cursos de licenciatura das faculdades de filosofia, além de servirem como meio para a investigação científica. O contexto no qual os colégios de aplicação foram criados está marcado pela forte influência dos ideais do movimento da Escola Nova, conhecido também como Escola Ativa ou Progressiva, afastando-se dos princípios tradicionais da educação. Por esse motivo, foram atribuídos aos colégios de aplicação diversos objetivos: ensinar; exercer a inovação do trabalho pedagógico; promover a educação básica; experimentar novas práticas de ensino e capacitar os docentes. Funcionavam como um “[...] verdadeiro laboratório onde se examinaria a validade da teoria a ser aplicada e as medidas corretivas para a melhoria do sistema de ensino” (Sena, 1987, p. 1, 2).

É importante salientar que os colégios de aplicação são instituições de referência no ensino brasileiro e, portanto, são insti-

¹ O presente capítulo é baseado nos resultados da dissertação de mestrado intitulada “Preservação, sentidos e usos da memória e história. O patrimônio histórico-escolar em cena no Colégio de Aplicação da UFS (2000-2022)”, defendida pelo autor em 2023, no Programa de Pós-graduação em Educação, com financiamento de bolsa Capes.

tuições escolares com possíveis potencialidades a serem investigadas em torno da preservação do patrimônio histórico. Assim, o objetivo do estudo baseou-se em investigar as ações de preservação e difusão da memória institucional e do patrimônio histórico-escolar em colégios de aplicação de universidades federais do Brasil, com foco nos seguintes pontos: identificar as ações disponíveis nos espaços digitais que tratam da memória institucional e da preservação do patrimônio histórico-escolar; analisar a influência dessas ações na vida dos agentes envolvidos nos processos de preservação; apresentar as contribuições das respectivas ações preservacionistas para o campo da História da Educação.

Desse modo, o ponto de partida foi o levantamento dos colégios de aplicação existentes nas instituições federais, bem como a identificação na internet ou acervos digitais de ações de preservação do patrimônio histórico-escolar desenvolvidas nos mesmos. Também foram feitos levantamentos no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS – Cemdap, com observações acerca dos aspectos relacionados ao espaço no qual o centro de memória está inserido; às diferentes formas de preservação da documentação histórica do colégio e aos projetos desenvolvidos, bem como às suas contribuições para o respectivo centro.

Também foram analisados os diferentes tipos documentais que estão salvaguardados no acervo, as atividades desenvolvidas e as pesquisas já realizadas com os documentos lá preservados. Assim, após o levantamento, em sites da internet e em trabalhos já concluídos, acerca desses colégios, constatou-se um total de 17 instituições existentes em universidades federais brasileiras.² No

² Em 2021, quando a pesquisa foi iniciada, o Brasil contava com 17 colégios de aplicação em universidades federais. No entanto, por meio da Portaria nº 694, de 23 de setembro de 2022, mais sete instituições foram reconhecidas como colégios de aplicação. Levando em consideração que na época da publicação da mencionada portaria o trabalho já se encontrava em processo avançado, preferiu-se abordar questões relacionadas apenas às 17 instituições reconhecidas em 2021.

quadro a seguir é apresentada a relação dos colégios de aplicação, o ano de fundação e a instituição federal a que cada um deles está vinculado.

Quadro 1 – Relação dos colégios de aplicação das universidades federais do Brasil

Nº	Colégio	Ano de fundação	Vinculação
1	Colégio de Aplicação - UFRJ	1948	Universidade Federal do Rio de Janeiro
2	Centro Pedagógico / CP - UFMG	1954	Universidade Federal de Minas Gerais
3	Colégio de Aplicação - UFRGS	1954	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
4	Colégio de Aplicação - UFPE	1958	Universidade Federal de Pernambuco
5	Colégio de Aplicação/ CODAP - UFS	1959	Universidade Federal de Sergipe
6	Colégio de Aplicação - UFSC	1961	Universidade Federal de Santa Catarina
7	Escola de Aplicação - UFPA	1963	Universidade Federal do Pará
8	Colégio de Aplicação João XXIII - UFJF	1965	Universidade Federal de Juiz de Fora
9	Colégio de Aplicação/ COLUNI - UFV	1965	Universidade Federal de Viçosa
10	CEPAE - UFG	1968	Universidade Federal de Goiás
11	Colégio Universitário / COLUN - UFMA	1968	Universidade Federal do Maranhão
12	Escola de Educação Básica / ESEBA - UFU	1977	Universidade Federal de Uberlândia
13	NEI - Núcleo de Educação da Infância da UFRN	1979	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
14	Núcleo de Desenvolvimento Infantil - NDI	1980	Universidade Federal de Santa Catarina
15	Colégio de Aplicação - UFAC	1981	Universidade Federal do Acre
16	Colégio de Aplicação - UFRR	1995	Universidade Federal de Roraima
17	Colégio Universitário Geraldo Reis/COLUNI - UFF	2006	Universidade Federal Fluminense

Fonte: Vieira (2023).

Realizada a identificação das instituições, foi feito um levantamento no âmbito digital por práticas de preservação e difusão da memória institucional e sua relação com o patrimônio histórico-escolar dos colégios de aplicação. Com esse levantamento foi possível identificar seis ações de preservação e/ou difusão da memória institucional e do patrimônio histórico-escolar dos colégios. A divisão das ações foi organizada em grupos, da seguinte forma: 1) sites e/ou redes sociais; 2) projetos (com ênfase na história do colégio); 3) sites históricos; 4) publicação de livros (com aspectos históricos da instituição); 5) centros de memória; e 6) trabalhos acadêmicos (teses e dissertações sobre a história dos colégios pesquisados). Cabe destacar que nem todas as ações de preservação e/ou difusão da memória institucional e do patrimônio histórico-escolar estiveram presentes em todas as escolas; porém, cada colégio manifestou a presença de pelo menos uma das ações citadas.

No entanto, apesar de se entrelaçarem em preservação/difusão, foi necessário defini-las entre uma e outra para melhor compreensão dos resultados. Neste caso, levando-se em consideração que uma ação de intervenção que visa a preservar o patrimônio histórico-escolar é entendida como uma atividade destinada a “[...] reunir, organizar, higienizar, inventariar e pesquisar o patrimônio no campo da educação” (Souza, 2013, p. 216), apenas duas vão se enquadrar nessa função: os centros de memória e os projetos. Tais projetos são colocados nessa função preservacionista pelo fato de alguns terem finalidades relacionadas à preservação do patrimônio histórico-escolar e até mesmo por terem como objetivo a criação de um espaço de memória. Em relação às ações de difusão (sites/redes sociais; sites históricos; publicações de livros e trabalhos acadêmicos), essas são caracterizadas, de acordo com o Arquivo Público do Estado de São Paulo (s/d), como “[...] o meio pelo qual a instituição viabiliza o desenvolvimento de ações e

produtos que contribuem para a democratização de seu acervo”. Em sequência, um infográfico da divisão das ações preservacionistas e difusoras exemplifica o que foi abordado:

Figura 1 - Infográfico da divisão das ações de preservação e/ou difusão da memória institucional e do patrimônio histórico-escolar dos colégios de aplicação das universidades federais do Brasil



Fonte: Vieira (2023)

Ao analisar as ações ilustradas na Figura 1, foi possível perceber que a maioria delas não estiveram diretamente relacionadas com o interesse na preservação do patrimônio histórico-escolar em sua forma física (objetos, mobília, carteiras, textos, troféus, uniformes, fotografias, livros etc.), nem sempre resultaram em atividades permanentes de salvaguarda de tal patrimônio. Neste caso, por meio dos resultados obtidos, compreende-se que as ações, em sua maioria, estiveram relacionadas à preservação da memória institucional e não do patrimônio histórico-escolar; ou seja, a preservação e difusão não tiveram como foco a conservação dos objetos físicos da instituição, mas sim dos registros sobre a história do colégio, sejam eles escritos ou iconográficos.

Cabe destacar também que nem todas as ações de preservação e/ou difusão da memória institucional e do patrimônio his-

tórico-escolar estiveram presentes em todas as escolas; porém, cada colégio manifestou a presença de pelo menos uma das ações citadas. Os estabelecimentos de ensino com maior número de ações de preservação e/ou difusão da memória institucional e do patrimônio histórico escolar são o Colégio de Aplicação da UFRJ, o Colégio de Aplicação da UFS e o colégio de Aplicação da UFSC. Estas três instituições contêm quatro das seis ações correspondentes. Os demais colégios têm de uma a três ações, o que indica que, mesmo contendo poucas intervenções para a preservação do patrimônio histórico-escolar e da memória institucional, houve a preocupação de explorar, mesmo que sucintamente, aspectos históricos da instituição.

AÇÕES E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL E DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-ESCOLAR NOS COLÉGIOS DE APLICAÇÃO

Como já mencionado, dentre as ações identificadas, duas se enquadram como ação de preservação, pois elas possuem características relacionadas à reunião, organização, higienização, inventariação e pesquisa do patrimônio histórico-escolar (Souza, 2013). São elas: centros de memória e alguns projetos desenvolvidos nas instituições de ensino.

Iniciando pelos centros de memória, dois colégios com respectivos centros foram identificados na pesquisa feita no âmbito digital: o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (CAp/UFSC) e o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP/UFS). Em relação ao acervo do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina, intitulado Centro de Memória Permanente da Instituição, é possível destacar que sua criação surgiu a partir do projeto “Acervo documental: memória educacional e formação de professores”,

entre os anos de 2006 e 2008 (França, 2014). No site da UFSC há uma notícia datada de 2009 informando que o respectivo centro de memória, inicialmente chamado de “Acervo de Memória Educacional (AME)”, foi inaugurado no dia 26 de agosto de 2009. De acordo com a notícia, a documentação salvaguardada era composta de relatórios, atas, boletins, diários de classe, carteiras estudantis, acervo fotográfico esportivo e festivo, publicações didáticas e trabalhos de alunos. Além disso, o acervo também salvaguardava “[...] documentos sobre a cultura escolar da instituição, sobre a formação de professores na UFSC e sobre os projetos realizados pela instituição”. (França, 2011, p. 14). O intuito era que a documentação pudesse ser utilizada como fonte por pesquisadores e estimulasse a interação entre a universidade e o colégio, por meio da preservação da memória (França, 2014).

O segundo espaço físico é o Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS – Cemdap. Teve sua criação aprovada em 2016, após atividades desenvolvidas em projetos de pesquisa coordenados pelo professor Dr. Joaquim Tavares da Conceição, entre 2013 e 2015 (Conceição; Cabral, 2023). O Cemdap tem como objetivos a captação, organização, preservação, disponibilização e difusão de acervos documentais relacionados com o Colégio de Aplicação da UFS e a produção de pesquisas (Conceição, 2023; Conceição; Vieira, 2024). O espaço reúne parte considerável da documentação da mencionada instituição de ensino e seu acervo é constituído de diferentes tipos de documentos, sendo atualmente fonte de informações para pesquisadores de diferentes níveis acadêmicos (iniciação científica – educação básica e graduação – mestrado e doutorado).

Além dos centros de memória, a segunda ação de intervenção para a preservação da memória institucional e do patrimônio histórico-escolar nos CAPs diz respeito aos projetos desenvolvidos em determinadas instituições. Foram levantados nove pro-

jetos em três instituições de ensino – CODAP/UFS; Cap/UFSC e Coluni/UFF –, apontados no quadro em sequência.

Quadro 2 – Projetos que tratam da preservação da memória institucional e do patrimônio histórico-escolar dos colégios de aplicação das universidades federais do Brasil

Nº	Projetos	Instituição
1	Constituição de acervo documental do Colégio de Aplicação. Organização de documentação escolar permanente (Pibic/CNPq/UFS)	CODAP – UFS
2	Organização do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação (Pibic/CNPq/UFS)	CODAP – UFS
3	Composição de “banco de histórias” do Colégio de Aplicação (UFS). Combater “silêncios” e “esquecimentos” e preservar a memória institucional (Pibic/CNPq/UFS)	CODAP – UFS
4	Percepções da realidade. Memórias de estudantes egressos do Colégio de Aplicação da UFS (1960-1995)	CODAP – UFS
5	“Identidade e responsabilidade histórica. Organização e preservação de documentos no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação – UFS (Cemdap) – (Pibic/CNPq/UFS)	CODAP – UFS
6	Patrimônio histórico educacional: organização do acervo escolar do Colégio de Aplicação da UFS e potencialidades de escrita para a História da Educação (CNPq/UFS)	CODAP – UFS
7	Acervo documental: memória educacional e formação de professores	Colégio de Aplicação – Cap/UFSC
8	Memórias da Educação Infantil e Vivências no Ensino Fundamental: Travessias do Coluni/UFF (PIBIQUINHO)	COLUNI – UFF
9	Pibiquinho Memórias em Construção (PIBIQUINHO)	COLUNI – UFF

Fonte: Vieira (2023).

Analisando o que motivou a elaboração dos respectivos projetos, pode-se afirmar que esses tinham como objetivo estimular práticas que garantissem a preservação do patrimônio histórico-escolar ou da história dessas instituições de ensino. Tais práticas estão relacionadas à gravação e à edição de vídeo, seleção de fotos, criação de legendas de fotos, entrevistas gravadas com ex-alunos e professores, bem como à organização de espaços físicos para salvaguardar documentos e materiais que pertenceram à escola.

Constatou-se que parte considerável dos projetos foi desenvolvida no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe - CODAP/UFS. Outra consideração é a respeito da relação com programas de iniciação científica, a exemplo do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC e do Programa de Pré Iniciação Científica Júnior - Pibiquinho, que representa uma iniciativa do Colégio Universitário Geraldo Reis da Universidade Federal Fluminense, cujo objetivo é “[...] orientar e formar estudantes do Ensino Fundamental e Ensino Médio na pesquisa, estimulando o pensamento científico e a descoberta de novos olhares e/ou aptidões” (SILVA *et al.*, 2020, p. 2).

Dessa forma, conclui-se com ênfase na importância que os projetos tiveram no processo de preservação da memória institucional e do patrimônio histórico-escolar dos citados colégios. É preciso, no entanto, destacar o fato de que os projetos, apesar de apresentarem como finalidade a preservação da memória e do patrimônio, foram além, pois contribuíram não só para a consolidação de centros de memória, mas também para o desenvolvimento de pesquisas que colaboraram com o ensino e fizeram dos estudantes protagonistas, tanto do nível superior, quanto da educação básica.

AÇÕES DE DIFUSÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL E DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-ESCOLAR NOS COLÉGIOS DE APLICAÇÃO

As ações caracterizadas como difusoras são: *sites*/redes sociais; *sites* históricos; publicações de livros e trabalhos acadêmicos. Apesar de também manterem características preservacionistas, as ações foram identificadas como difusoras devido à grande inclinação em democratizar e dar visibilidade ao que muitos ainda não conhecem: a história das instituições. Nesse caso, elas não garantem a preservação do patrimônio histórico em sua forma física, como acontece nos centros de memória; elas vão garantir apenas a preservação e divulgação da história da instituição.

Os resultados da busca constataram que todos os colégios têm *sites*, sejam independentes ou ligados às respectivas universidades. Também foram encontradas algumas redes sociais – *Instagram*, *Facebook* e *YouTube* – sendo utilizadas, por vezes, para divulgar *lives* ou projetos ligados às ações de preservação. No entanto, cabe ressaltar que a maioria dos *sites* encontrados e acessados estão sob domínio dos *sites* das universidades nas quais fazem parte. Além disso, eles não tratam especificamente da memória da instituição, mas são apresentados em sua estrutura aspectos históricos relacionados à criação e à trajetória do colégio, bem como outras datas comemorativas. Portanto, mesmo os *sites* e as redes sociais não tendo como único intuito a salvaguarda da história e memória das instituições, eles trazem em seus conteúdos aspectos históricos que os classificam como potenciais locais de preservação e difusão da memória institucional.

Também foram identificados os *sites* históricos utilizados, exclusivamente, para a salvaguarda e divulgação da história da instituição. Cabe destacar que os *sites* apresentados no parágrafo anterior se diferenciam dos *sites* históricos, uma vez que o pri-

meiro apresenta um conteúdo geral sobre a instituição, e o segundo apresenta informações específicas sobre a história e memória dos colégios. Desse modo, apesar de alguns desses colégios não possuírem um centro de memória físico organizado, preservam e difundem parte do conteúdo histórico por meio digital. Esse modelo de preservação e difusão ganhou espaço a partir das transformações ocorridas por causa dos avanços tecnológicos e o acesso à *internet*, que faz com que as instituições que trabalham com a guarda de documentos, incluindo os centros de memória, cheguem ao ciberespaço (Cavalcanti, 2017).

Os CAPs que têm *sites* históricos organizados, ainda que em fase de desenvolvimento, são: Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – CAP/UFRJ; o Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – CAP/UFRGS e o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa – CAP-COLUNI/UFV. De modo geral, os *sites* históricos apresentados têm fotografias antigas, documentos, projetos desenvolvidos pelas instituições, nomes de ex-alunos e até mesmo vídeos com ex-professores narrando um pouco da história do colégio, ressaltando aspectos culturais dessas instituições de ensino. E apesar das poucas atualizações³, esses sites demonstraram ser uma nova forma de preservar e difundir a história dos colégios, um meio que ainda precisa ser mais estudado e levado em consideração, pelo alto poder de difusão de conteúdos e pela possibilidade de atualização instantânea, acessível a qualquer um com acesso à *internet* (Andrade, 2022).

Além das duas ações de difusão da história dos colégios de aplicação – *sites/redes sociais* e *sites* históricos – descritas ante-

³ Os sites foram observados entre os anos de 2021 e 2022, e nesse período foi constatado que eles passaram por algumas atualizações, mesmo que mínimas. Porém, as iniciativas, embora importantes para a preservação e difusão da história dos colégios, não foram levadas adiante pelos organizadores.

riormente, a terceira a ser abordada é a publicação de livros. Foram encontradas 32 publicações que tratam, direta ou indiretamente, da história dos colégios. De acordo com o levantamento digital, essa é uma das ações mais comuns. Camargo e Goulart (2015) definem os livros institucionais como

[...] o produto editorial clássico de toda organização [...] tais obras costumam aliar rigor acadêmico e linguagem despretensiosa, a fim de garantir proximidade com um público mais amplo. Alguns centros de memória também editam livros temáticos que são comercializados (Camargo; Goulart, 2015, p. 75).

Os estabelecimentos que optaram por essa forma de difundir a memória do colégio fizeram-no, principalmente, em datas comemorativas, com a ajuda de alunos, ex-alunos, professores, pais e outros profissionais que, de alguma forma, fizeram parte da história dessas instituições. A imagem abaixo (Figura 2) exemplifica algumas das diferentes obras encontradas.

Em diferentes formatos – livros, capítulos de livros e memoriais – os autores buscaram registrar variados temas sobre as instituições: participação política dos alunos no regime militar; história de funcionários e professores; memórias de alunos e ex-alunos; narrativas do tempo presente; a criação de centros de memória e a importância dessa ação para a preservação do patrimônio escolar; registros fotográficos, entre tantos outros assuntos que são abordados naquelas páginas. Essa ação, apesar de não ser destinada à salvaguarda do patrimônio físico da escola – como os centros de memória, por exemplo –, contribuiu significativamente para a salvaguarda da memória institucional.

Figura 2 – Livros que abordam aspectos históricos e memorialísticos dos colégios de aplicação das universidades federais do Brasil (levantamento digital)



Fonte: Imagem adaptada pelo autor com base em Vieira (2023).

Por fim, a última ação de difusão da memória institucional e do patrimônio histórico escolar diz respeito aos trabalhos acadêmicos (teses e dissertações). As pesquisas ocupam esta função por abordarem aspectos históricos dos colégios e servirem como fontes para estudos sobre tais estabelecimentos. Além disso, os trabalhos estão disponíveis para o público, principalmente no meio digital.

Deste modo, foi feito um levantamento de 29 pesquisas realizadas entre 1975 e 2023, com relação à história dos colégios de aplicação das universidades federais do Brasil. Embora a lista seja extensa, os trabalhos são referentes a apenas sete das 17 institui-

ções pesquisadas neste estudo, demonstrando que a devida ação de preservação e difusão não abarcou a todos. Esse dado comprova a urgência na realização de pesquisas sobre os colégios, haja vista que estas servem, principalmente, como base para outras investigações. A hipótese que se tem é que essa escassez de trabalhos sobre a memória dos demais colégios pode estar atrelada à falta de interesse pela área, ou até mesmo às dificuldades em pesquisar na área da história, isto porque a maioria das instituições não possuem centros de memória ou outros espaços de salvaguarda documental organizados, como foi constatado no presente estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho atesta que alguns colégios de aplicação demonstram interesse na preservação e difusão da memória institucional e do patrimônio histórico-escolar, por meio de ações que se manifestam de diferentes formas, podendo ser classificadas em: preservação (centros de memória e projetos – com ênfase na história do colégio) e difusão (sites e/ou redes sociais; sites históricos; publicação de livros – com aspectos históricos da instituição – ; e trabalhos acadêmicos – teses e dissertações sobre a história dos colégios pesquisados). Como foi observado, essas ações exploram aspectos e/ou atividades da pesquisa, ensino e extensão.

Um ponto a ser considerado a respeito das ações de preservação e difusão da memória e do patrimônio histórico-escolar é que, embora ocorram ações vinculadas às discussões no âmbito da noção de patrimônio, a maior parte dos resultados levantados apontam para a inexistência dessa associação. Ou seja, parte considerável das práticas está direcionada à preservação da memória institucional, mas não do patrimônio histórico-escolar.

A respeito das ações voltadas ao meio digital, embora ainda estejam em fase inicial, representam potenciais locais de sal-

vaguarda de fontes históricas, uma vez que é por meio dessas ferramentas que a sociedade vem registrando diversos acontecimentos relacionados à manifestação humana e sua interação no mundo. Entretanto, por sofrerem atualizações constantes em seus sistemas, diversas redes e sites tornam-se obsoletos e logo são substituídos por outras redes e outros sites. Assim, a necessidade do momento é que os pesquisadores envolvidos consigam pensar em meios para preservar os dados, antes que estes sejam excluídos ou perdidos nas plataformas digitais, devendo salvá-los para a posteridade.

Sobre as publicações de livros, foi constatado que alguns motivos impulsionaram o ato de publicar obras relacionadas à história e à memória da instituição: datas comemorativas, assuntos relacionados às vivências no período de afastamento social durante a pandemia da covid-19 e a divulgação de artigos. Os livros se mostraram uma das ações de difusão mais comuns sobre a história e memória dos colégios. Muitas dessas obras, e até mesmo alguns sites citados nesta pesquisa, foram pensados para evidenciar uma data comemorativa ou o fim de um ciclo. Trata-se de uma espécie de registro dos anos de existência das instituições, uma maneira de guardar as memórias e as diversas experiências que os colégios proporcionaram aos que por eles passaram ao longo do tempo.

Em relação às demais ações de preservação e difusão da memória e do patrimônio histórico-escolar, cabe citar as que desenvolveram e/ou desenvolvem atividades com as próprias crianças da instituição, como é o caso do Colégio Universitário Geraldo Reis – Coluni/UFF, com o projeto Pibiquinho, e o do Núcleo de Educação da Infância – NEI/UFRN, com as produções escritas dos memoriais. No Projeto Pibiquinho, como foi observado, as crianças tiveram grande protagonismo no processo de aprendizagem direcionado à pesquisa. Este é um ponto importante a ser

considerado, uma vez que demonstra como estão sendo trabalhados os temas relacionados à memória nessas instituições de ensino, bem como o incentivo à pesquisa ainda na infância.

Desse modo, todas as ações supracitadas têm o potencial de contribuir com a escrita no campo historiográfico. No entanto, é preciso investir esforços maiores para o fortalecimento dessas ações, visando as potencialidades dessas ferramentas para a pesquisa em História da Educação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Débora El-Jaick. Redes sociais digitais: um novo horizonte de pesquisas para a História do tempo presente. In: BARROS, José D'Assunção (org.). **História Digital: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

BRASIL, **Decreto-lei nº 9.053**, de 12 de março de 1946. Cria um ginásio de aplicação nas Faculdades Filosofia do País. Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-9053-12-marco1946-417016-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 03 mai. 2022.

BRASIL, **Portaria nº 694**, de 23 de setembro de 2022. Altera a Portaria MEC nº 959, de 27 de setembro de 2013, que trata sobre os Colégios de Aplicação vinculados às Universidades Federais. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-694-de-23-de-setembro-de-2022-431649298>. Acesso em: 13 jan. 2022.

CAMARGO, Ana Maria.; GOULART, Silvana. **Centros de memória: uma proposta de definição**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015. 112p.

CAVALCANTI, Marcia Teixeira. Os websites dos centros de documentação e a pesquisa histórica: uso de fontes digitais. **Revista Observatório**, Palmas, v. 3, n. 5, p. 169-190, ago. 2017.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. A preservação do acervo documental do Colégio de Aplicação da UFS e a produção de pesquisas em História da Educação. In: Ferronato, Cristiano & Conceição, Joaquim Tavares. **Compreensões Historiográficas da Educação Brasileira**. Aracaju, SE: Criação Editora, 2022. Disponível em: <https://editoracriacao.com.br/>

[compreensoes-historiograficas-da-educacao-brasileira/](#) .Acesso em: 16 dez. 2022.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da; CABRAL, Anne Emilie Souza de Almeida. Preservação do patrimônio histórico educacional do Colégio de Aplicação da UFS e o incremento da produção do conhecimento historiográfico da educação. **RIDPHE_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, Campinas, SP, v. 9, n. 00, p. e023017, 2023. DOI: 10.20888/ridphe_r.v9i00.18274. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/18274> . Acesso em: 4 jul. 2024.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares.; VIEIRA, Paulo Mateus Silva. Interseções entre preservação documental, pesquisas e atividades pedagógicas no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS – Cemdap. **Momento – Diálogos em Educação**. v. 33, n. 1, p. 48-68. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/16224> . Acesso em: 23 jan. 2025.

FRANÇA, Ronald. **Cultura escolar e as representações sobre a América Latina no Colégio de Aplicação da UFSC**. 2011. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC, 2011.

FRANÇA, Ronald. Memória e arquivos escolares: A organização do acervo escolar do Colégio de Aplicação da UFSC. In: DIAS, Maria de Fátima Sabino *et al.* (org.). **História, memória e práticas escolares**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2014, p. 78-97.

SENA, Guiomar Osorio de. **O colégio de aplicação no contexto das universidades brasileiras**. 1987. 144 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 1987.

SILVA, Natália Barbosa.; SANTOS, Wilson Lúcio Silva dos.; FERREIRA, Taíssa Gonçalves Paz. **Crianças pesquisadoras: um relato de experiência de (pré) iniciação científica**. Conedu – VII Congresso Nacional de Educação. Centro Cultural de Exposições Ruth Cardoso – Maceió-AL, 2020.

SOUZA, Rosa Fátima de. Preservação do Patrimônio Histórico-Escolar no Brasil: notas para um debate. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 14, nº 26, jan./jun. 2013, p. 199-221.

VIEIRA, Paulo Mateus Silva. Preservação, sentidos e usos da memória e história. O patrimônio histórico-escolar em cena no Colégio de Aplicação da UFS (2000-2022). 2023. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2023. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/18313> . Acesso em: 18 out. 2023

“SEMENTEIRAS DE CULTIVAR TALENTOS”: CRIAÇÃO DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE E DO GINÁSIO DE APLICAÇÃO

RENILFRAN CARDOSO DE SOUZA

INTRODUÇÃO

Este capítulo aborda a fundação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, criada em 1950, e do Ginásio de Aplicação, inaugurado em 1959, contextualizando seus objetivos e estrutura organizacional.

A metodologia adotada fundamenta-se na pesquisa documental, com a análise de fontes preservadas no acervo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS (Cemdap). Os documentos analisados incluem relatórios, regimentos, artigos de jornal, pareceres e fotografias, complementados por referências bibliográficas acadêmicas.

Além da introdução, o capítulo está estruturado em três partes. Na primeira, discute-se a criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, seus objetivos e organização inicial, destacando o protagonismo do Monsenhor Luciano Cabral Duarte. Em seguida, é abordado o estabelecimento do Ginásio de Aplicação, detalhando sua estrutura e corpo docente. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

A FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE

Em Sergipe, a primeira escola de ensino superior foi implantada em 1913, por meio da Diocese de Aracaju. O Seminário de

Sergipe iniciou-se com duas modalidades de ensino: o Seminário Menor, que pertencia aos estudos preparatórios, e o Seminário Maior, que fornecia todo o arcabouço para a formação de sacerdote. O Seminário representou a ampliação da formação de novos clérigos, mas também contribuiu para a construção educacional de muitos sergipanos. Conforme Barreto (2004), enquanto não tinha sede própria, o seminário funcionava no edifício da residência episcopal, que estava localizada na Praça Camerino, na cidade de Aracaju. Ainda de acordo com essa autora, as áreas de concentração para os estudos eram as ciências humanas, a filosofia cristã e a teologia. Para esse objetivo, o seminário ofertava os cursos preparatórios filosófico e teológico, estrutura que manteve até 1933 quando foi fechado pelo Visitador Apostólico dos Seminários do Brasil, Mons. Alberto Pequeno, por determinação da Santa Sé (Barreto, 2004).

Com a expansão dos cursos superiores no Brasil, no fim dos anos 1940, surgiram as primeiras escolas isoladas de ensino superior de Sergipe: Faculdade de Ciência Econômica (1948), Faculdade de Química (1950) e Faculdade de Direito (1950). Diante desse cenário, foi fundada a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1950), cujo objetivo era formar cidadãos para exercerem a profissão do magistério nos ensinos secundário e normal (Souza, 2014).

Em publicação no jornal *A Cruzada* (edição de 19 de novembro de 1950), o então Padre Luciano Cabral Duarte¹ explica em seu discurso a importância da formação das faculdades e universi-

¹ Dom Luciano José Cabral Duarte nasceu em 21 de janeiro de 1925, na cidade de Aracaju. Iniciou a formação para o sacerdócio, mas prosseguiu seus estudos no Seminário Provincial de Olinda, Pernambuco, e no Seminário Central de São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Em 04 de agosto de 1947, tornou-se diácono. Depois de um ano foi ordenado padre da Catedral Metropolitana de Aracaju. Bacharelou-se em Teologia em 1954. No mesmo ano fez especialização na Universidade da Sorbonne (Paris). Consultar Lima (2009).

dades para preparar cidadãos de moral e fé, e anuncia a criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, sob a proteção da Igreja. Para o Pe. Luciano Cabral Duarte, “[...] não existe uma filosofia para católicos e outra para os que o não são, mas existe uma filosofia humana e outra anti-humana. É a serviço da primeira que nos colocamos” (Duarte, 1950). Com esse discurso, Pe. Luciano anuncia à sociedade sergipana a criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.

Com o decreto nº 29.311, de 28 de fevereiro de 1951, é concedida a autorização do funcionamento de cursos na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (Brasil, 1951). No artigo único, fica determinado o funcionamento dos cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras anglo-germânicas, Pedagogia e Matemática. A Faculdade era mantida pela Sociedade Sergipana de Cultura, sociedade civil ligada à Arquidiocese de Aracaju. No mesmo ano, foram ofertados os cursos de Filosofia, Geografia e História e Matemática, com início das aulas previsto para o dia 28 de março de 1951 (A Cruzada, 11 de março de 1951).

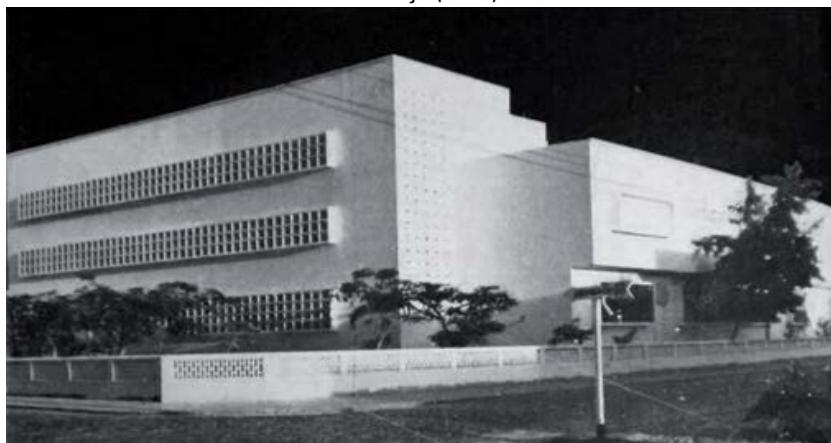
Foi registrada com destaque no jornal *A Cruzada*, edição de 1º de abril de 1951, a solenidade de inauguração dos cursos da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, nas dependências do Ginásio Nossa Senhora de Lourdes. Estavam presentes o bispo diocesano D. Fernando Gomes, o governador do Estado de Sergipe, Arnaldo Rollemberg Garcez; autoridades políticas, religiosas, o corpo docente, discente, intelectuais e a seleta sociedade sergipana. Naquela ocasião, o Pe. Luciano Cabral Duarte, diretor da Faculdade, proferiu o pronunciamento da aula magna.

Segundo Oliveira (2013), para o funcionamento das atividades da faculdade Católica no Colégio Nossa Senhora de Lourdes foram disponibilizadas 15 salas a fim de acomodar os cursos de Filosofia, Matemática, Geografia e História. Estes cursos estavam inseridos em quatro seções fundamentais: seção de Filosofia, se-

ção de Ciências, seção de Letras, seção de Pedagogia e uma seção especial de Didática. Os cursos “ordinários” contribuíam apenas para obtenção do diploma. Já os cursos “extraordinários” seriam para o aperfeiçoamento de determinada cadeira, que daria conta do “curso ordinário” em outro curso.

Na estruturação e organização da faculdade, após um ano de funcionamento, essa instituição contava com uma equipe técnica formada por: Gonçalo Rollemberg Leite, Felte Bezerra, Lucilo da Costa Pinto, Manuel Cabral, Gentil Tavares e Pe. Euvaldo Andrade. Segundo o Pe. Luciano Cabral (Duarte, 1952), o corpo docente era formado por: José Rollemberg Leite, Petru Stefan, José Barreto Fontes, Fernando Porto, Felte Bezerra, Gonçalo Rollemberg, professora Maria Thetis Nunes, Costa Pinto, Fraga Lima, Garcia Moreno, Manoel Cabral, José Silvério Fontes e professora Maria Aurélia Fonseca. A posteriori, compuseram o quadro docente: José Bonifácio Fortes Neto, Cônego Domingos Fonseca, Dr. Lourival Bonfim, Cleonice Xavier de Oliveira e Armando Rollemberg Leite (A Cruzada, 25 de dezembro de 1952).

Figura 1 – Vista parcial do prédio da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Aracaju (1970)



Fonte: Fotografia do Acervo do CEMDAR, 2022.

Novos movimentos foram surgindo no início da década de 1960 para a efetivação de uma universidade em Sergipe. Segundo Eliana Souza (2013), houve várias discussões nas quais diversos grupos de estudantes, liderados pelo Pe. Dom Luciano Cabral Duarte, debatiam sobre a criação da Universidade Federal de Sergipe. A pressão entre posições se acirrava e a influência do religioso prevalecia nas redes de sociabilidade das quais fazia parte.

Encabeçado por Dom Luciano Cabral Duarte, o movimento para a elaboração de um anteprojeto destinado à implantação da Universidade Federal tomou corpo, levando à sua aprovação pelo Conselho da Educação, em 1966 (Souza, 2014). Finalmente, com o Decreto-lei de 28 de fevereiro de 1967, o presidente da República, no uso de suas atribuições, instituiu a fundação da Universidade Federal de Sergipe (Brasil, 1967). Em abril de 1968, em solenidade no Palácio do Governo, foi assinada a escritura de incorporação das seis faculdades existentes em Aracaju à fundação Universidade Federal de Sergipe.

Somente em 15 de maio de 1968, numa festa realizada no Instituto Histórico e Geográfico, a sociedade sergipana assiste à posse do reitor, Dr. João Cardoso do Nascimento Junior, e dos vice-reitores, Dr. Valdemar Fortuna de Castro e o Padre José de Araújo Mendonça. Dom Luciano Cabral Duarte destaca no jornal *A Cruzada* seus anseios de vitória e a consagração de conseguir implantar uma universidade em Sergipe. Ainda mostra a importância de efetuar o progresso no Estado, chamando a atenção das opiniões públicas pelo bom senso de acreditarem e aplaudirem a conquista. Seu alerta e preocupação foram a urgência da formação docente para atuar na universidade, indicando cursos de pós-graduação dentro e fora do país (Duarte, 1968).

O GINÁSIO DE APLICAÇÃO DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE

O Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe foi fundado no dia 30 de junho de 1959, por meio da entidade mantenedora Sociedade de Cultura de Sergipe, tendo como presidente Dom José Vicente Távora, bispo da Diocese da capital sergipana, que delegou poderes ao Mons. Luciano José Cabral Duarte para fundar a instituição escolar. O Ginásio de Aplicação começou a funcionar em 1960, no mesmo endereço da Faculdade Católica, na rua Campos, nº 177, bairro São José, na cidade de Aracaju (Cemdap Documento da fundação, 1959).

As informações gerais do Relatório do futuro Ginásio de Aplicação (1959), extraídas da documentação disponível no acervo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS, relatam as condições necessárias para o funcionamento do ginásio, mencionando o nome da professora Rosália Bispo dos Santos na direção da escola, e como secretária a professora Elze do Prado Barreto. Inicialmente foi cobrada uma mensalidade, e as aulas seriam ministradas no turno da tarde (das 13h às 17h), no regime misto e na condição de externato. No relatório elaborado pela inspetora Celina Oliveira Lima, que designava a ordem de serviço, conclui-se que a instalação desse ginásio era uma necessidade que vinha se fazendo cada vez mais presente, porque o treinamento didático dos professores se realizava de forma contundente e consciente, desenvolvendo cada vez mais o rendimento da obra educativa em Sergipe. Com o melhor professorado do Estado, o magistério estaria com profissionais capacitados para ministrar melhor o ensino secundário de Sergipe, porque eles estariam em condições pedagógicas satisfatórias. “Diante do exposto, opino que seja concedido ao Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe funcionamento con-

dicional nos termos do artigo 128 da port. 501.152, do Parecer do inspetor seccional” (Cemdap, Verificação prévia, 1959).

Após a divulgação do parecer assinado por Rosilda Barreto, inspetora do ensino secundário de Sergipe, em 14 de novembro de 1959, foi publicado no jornal *A Cruzada* o edital nº 1 para os exames de admissão na 1ª série ginásial. No edital constam alguns requisitos básicos para a realização da inscrição: 1º) – requerimento firmado pelo candidato ou responsável, que não se inscreveu e nem se inscreverá em exames de outros estabelecimentos na mesma época, 2ª) – prova de idade, 11 anos completos ou até dia 31 de julho seguinte; 3º) – comprovante de sanidade física e mental (imunização antivariólica), 4º) – certificado de conclusão do curso primário. A divulgação do resultado dos exames foi feita no jornal *A Cruzada*, em 12 de dezembro de 1959, que informou ainda que a primeira turma do Ginásio de Aplicação iniciaria suas atividades com 24 alunos².

Ainda conforme o relatório final, foi atestado que a escola serviria de treinamento didático dos professores, dentro das condições satisfatórias e acompanhado de professores do ginásio. A inspetora Celina Oliveira Lima conclui que a situação do prédio para o funcionamento da escola tinha as seguintes características: prédio novo e recuado, isolado dos vizinhos, distante de linha de ônibus, distante de pregões de anúncios; sala satisfatória e iluminada; de alvenaria e pedra vestida como massa e cimento; portas e paredes em cor creme-claro; piso de taco; e hall de entrada ampla para a circulação dos alunos (Cemdap, Documento de fundação, 1959).

² Os candidatos aprovados no exame de admissão do Ginásio de Aplicação tinham feito seus estudos primários no Educandário Brasília, Educandário Modelo, Colégio Menino Jesus, Colégio Nossa Senhora Menina e no curso particular da professora Rosilda Teixeira. Consultar em *A Cruzada*, 14 de novembro de 1959.

A equipe docente do Ginásio de Aplicação era selecionada pelo diretor e ouvida pelo conselho técnico-administrativo da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Nas disposições gerais do primeiro regimento do Ginásio de Aplicação (Cemdap, Regimento, 1960) aponta-se que a supervisão de ensino do colégio era de responsabilidade do conselho técnico da faculdade, por meio dos professores de Didática geral e espacial da instituição. Sendo assim, os alunos que faziam parte do Curso de Didática desenvolveriam a prática de ensino nas classes do ginásio, assistidos pelos professores do estabelecimento. Segue adiante a relação inicial do corpo docente do Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia de Sergipe, em 1960.

Quadro 1 - Relação do corpo docente do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe - 1960

Nº	Matérias	Professores/ras
1	Português	Rosália Bispo dos Santos
2	Francês	Rosália Bispo dos Santos
3	Matemática	José Rollemberg Leite
4	Geografia	Josefina Sampaio Leite
5	História do Brasil	Gonçalo Rollemberg Leite
6	Latim	José de Araújo Machado
7	Desenho	Olga Andrade Barreto
8	Trabalhos manuais	Cecília Teixeira
9	Canto orfeônico	Cândida Viana Ribeiro
10	Educação física	Rosália Bispo dos Santos

Fonte: Cemdap. Documento de fundação, 1959.

Nesse quadro podemos observar que a diretora do Ginásio de Aplicação, Rosália Bispo dos Santos, além de desenvolver suas atividades na direção da escola, assumia as cadeiras de português, francês e educação física. É importante destacar que o primeiro ano de implantação do Ginásio de Aplicação serviu para firmar-se no conceito da sociedade sergipana. Como afirma Dom

Luciano José Cabral Duarte, “[...] a escola se consolida como um estabelecimento de alto nível de estudo, ampliando novas e eficientes técnicas de ensino, dando uma formação cristã a seus alunos” (Duarte, 1960). Sob influência católica, o Ginásio de Aplicação seguia com a maior parte de seus professores composta de ex-alunos da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, criando séries à medida que as turmas iam avançando. A partir de 1966 foi autorizado e passou a oferecer também o curso colegial.

Em seu artigo intitulado “O ensino que se renova”, publicado no jornal *A Cruzada*, edição de 10 de dezembro de 1960, Celina Oliveira Lima, a inspetora federal que havia avaliado o Ginásio de Aplicação antes de ser autorizado o seu funcionamento em 1959, faz uma análise do ensino sergipano naquela ocasião, destacando que a chegada do ginásio de aplicação em Aracaju é uma renovação para o Estado, e certamente uma influência para outras instituições de ensino. Avaliando o ensino secundário, essa inspetora observa que conheceu vários diretores e várias instituições de ensino que vêm tendo a preocupação de acompanhar as mudanças do ensino brasileiro. Ainda reforça que a quantidade dos professores vem aumentando em virtude da formação nas faculdades de filosofia, e que a multiplicação vai elevar ainda mais o magistério de Sergipe (Lima, 1960).

A inspetora Celina Oliveira Lima informou ainda que, apesar de o ginásio de aplicação ter apenas um ano de implantação, o rendimento escolar era considerado extraordinário, sobretudo porque tinha um número menor que 30 alunos em sala de aula, e que a instituição de ensino adotou o estudo dirigido como metodologia de trabalho, colaborando para um melhor rendimento do alunado. Ao acompanhar de perto o primeiro ano de funcionamento do ginásio de aplicação, Celina destacou que os pais dos alunos pediram que não houvesse a necessidade de buscar “bancas de estudo ou explicadores de aula”, incentivando assim que

a escola acompanhasse os alunos, quinzenalmente, com orientação educacional, visando ao melhor rendimento e que contribuisse para sua formação intelectual (Lima, 1960).

A inspetora Celina Oliveira Lima também se aproveitou da ocasião para demonstrar a satisfação com o resultado obtido no primeiro ano de funcionamento do Ginásio de Aplicação, e destacou os esforços dos diretores, professores, secretária e alunos do curso de Didática da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe que fizeram parte da prática de ensino. Ao mencionar a participação de toda a equipe nesse primeiro ano de funcionamento do GA, a inspetora evidenciou que a vitória da criação da instituição de ensino deu-se também pelo entendimento que os pais dos alunos tiveram ao acreditarem numa educação renovadora no Estado.

De acordo com Conceição e Melo, as instituições escolares anteriores dos alunos que ingressaram no Ginásio de Aplicação entre 1959 e 1968 foram estabelecimentos particulares de ensino de forte presença católica e fundados na primeira metade do século XX. São elas: Educandário Brasília (156), Educandário Menino Jesus (36), Colégio Salvador (33), Educandário Imaculada Conceição (29), Colégio Jackson de Figueiredo (19), Colégio Nossa Senhora de Lourdes (17), Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus (11), Curso Maria da Anunciação (11), Colégio Patrocínio São José (11), Educandário Nossa Senhora Menina (10), Ginásio Atheneu Sergipense (10), Ginásio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora (8) e Colégio Pio Décimo (8). Igualmente podemos encontrar a presença de estudantes que vieram de instituições fora do Estado de Sergipe, a exemplo do Colégio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, Ginásio Salesiano do Salvador, Colégio Marista de Salvador, Ginásio do Instituto Nossa Senhora da Salette e o Colégio Militar de Salvador; Colégio Salesiano Nossa Senhora da Vitória, no Espírito Santo; o Colégio

Pedro II, no Rio de Janeiro – Externato; Colégio Municipal Paulo de Frontin e Colégio Sacré Coeur de Jesus. Além destes, há também estudantes dos estados de Alagoas, Rio Grande do Norte e Brasília, no Distrito Federal (Conceição; Melo, 2021, p. 12).

A partir dos dados apresentados anteriormente, evidenciamos indícios significativos do perfil socioeconômico dos estudantes matriculados no Ginásio de Aplicação, em quase sua totalidade de escolas particulares, exceto o Ginásio Atheneu Sergipense, que era um estabelecimento público de ensino secundário. A imagem adiante ressalta a primeira turma do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Sergipe, fotografia do acervo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação (Cemdap).

Figura 2 – Primeira turma do Ginásio de Aplicação de Sergipe da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1960).



Fonte: Acervo do Cemdap.

Em comemoração à formatura dos alunos da primeira turma do ginásio de aplicação, o jornal *A Cruzada*, edição de 7 de dezembro de 1963, convidava toda a comunidade aracajuana para

a celebração de uma missa em Ação de Graças, na Igreja de São Salvador, às 8 horas do dia 10 de dezembro de 1963, em Aracaju. À noite foram entregues, no salão nobre da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, certificados de conclusão aos alunos do curso ginasial do colégio: 1 – Álvaro José Paes Moreira; 2 – Cecília Maria de Freitas Barreto; 3 – Eduardo Silveira Leite; 4 – Eliana Andrade Porto; 5 – Eliana Costa Lima Rezende; 6 – Ênio Lima de Araújo Góis; 7 – Heloísa Rezende Machado; 8 – Heráclito Diniz Gonçalves; 9 – João Conrado Guerra; 10 – José Valter Nunes Siqueira; 11 – Josenildo Fontes Santos; 12 – Maria das Graças Melo Garcez; 13 – Mércia Alves da Silva; 14 – Osvaldo Gilson Fonseca Costa; 15 – Roberto Moraes de Almeida Mesquita; 16 – Sérgio Peterson Botto de Barros (Jornal a Cruzada, 10 de dezembro de 1960, p. 3). A figura anterior evidencia a presença de 24 alunos da primeira turma do Ginásio de Aplicação, mas no Jornal A Cruzada, mencionado anteriormente, constam os nomes de apenas 16 formandos que foram receber os certificados de conclusão do ginasial em 1963.

Por meio do Decreto-lei nº 269, de 28 de fevereiro de 1967, a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe foi incorporada à Universidade Federal de Sergipe, assim como o Ginásio de Aplicação também foi incorporado a essa universidade (Brasil, 1967). Posteriormente, por meio da Portaria nº 147, de 04 de julho de 1969, do Ensino Secundário, foi autorizado o funcionamento do segundo ciclo, e assim o Ginásio de Aplicação passou a se chamar Colégio de Aplicação (Cemdap. Caderno de Memórias, 1992). Conforme Conceição (2023), com a federalização da Faculdade Católica e do Colégio, em 1968, quando passaram a fazer parte da Universidade Federal de Sergipe, muitos professores do Colégio vieram a compor o quadro funcional da Universidade, alguns enquadrados como professores do Colégio de Aplicação e outros alocados nos departamentos (Conceição, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe revelou-se uma instituição estratégica para a formação de professores para o ensino secundário sergipano. Além disso, o seu Ginásio de Aplicação, vinculado à Faculdade, serviu como espaço de prática pedagógica para alunos do Curso de Didática e também como modelo de ensino secundário.

Com a incorporação dessas instituições à Universidade Federal de Sergipe, e diante das novas discussões educacionais, elas tiveram que repensar suas novas funções na estrutura universitária.

Por meio da análise das fontes documentais e bibliográficas preservadas, esta pesquisa contribui para ampliar a compreensão sobre o papel dessas instituições na modernização do ensino em Sergipe, oferecendo subsídios para debates historiográficos mais amplos sobre a história da educação no Brasil.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro (2004). Os padres de Dom José: o Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933). **Revista Educação em Questão**. v. 21, n. 7. p. 136-160, 2004.

BRASIL. **As Faculdades de Filosofia e a formação do magistério**. III Conferência Nacional de Educação. Anais -1967. INEP, 1968.

BRASIL. **Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Sergipe e dá outras providências**. Legislação informatizada – Decreto-lei, nº 269, de 7 fevereiro de 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: 25 de abril de 2021.

CAMPOS, Ernesto de Souza. Colégio de Aplicação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Vol. XXVIII, jun./set. n. 67, 1957.

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. **Relatório de observação sobre ensino de 1º e 2º**

graus (1974), do Colégio de Aplicação de Sergipe no Centro de Recursos Humanos João Pinheiro e Centro Pedagógico da UFMG (1974). (Pacotilha 12).

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. **“Posicionamento do Colégio de Aplicação em relação às normas e funções na Faculdade de Educação”**. 1976. (Pacotilha 29).

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. **Documentos da Fundação do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Sergipe, 1959** (pacotilha 94).

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. **Regimento interno do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Sergipe, 1960**. (pacotilha 25).

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da; CABRAL, Anne Emilie Souza de Almeida. Preservação do patrimônio histórico educacional do Colégio de Aplicação da UFS e o incremento da produção do conhecimento historiográfico da educação. **RIDPHE_R. Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, Campinas, SP, v. 9, n. 00, p. e023017, 2023. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/18274>. Acesso em: 17 abr. 2024.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. Aspectos da fundação e do processo de “reconhecimento” do Ginásio de Aplicação revelados em remanescentes documentais no acervo do CEMDAP. In: PAULILO, André Luiz; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares; CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. **A Pesquisa em acervos da escola e da educação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2023. p.139-168.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da; MELO, Rafaela Cravo de. O perfil estudantil do ginásio de aplicação da faculdade católica de filosofia de Sergipe (1959-1968): uma investigação de fontes seriais do arquivo escolar. **Boletim historiar**, vol. 08, n. 04, p. 69-92, out./dez. 2021.

DUARTE, Pe. João Cabral Duarte. Missão de Ação de Graças. **A Cruzada**. 7 de dezembro de 1963. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

DUARTE, Pe. João Cabral. **A Cruzada**. Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Aracaju/SE, 19 de novembro de 1950. Ano XVI, nº 677. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 08 abr. 2021.

DUARTE, Pe. João Cabral. **A Cruzada**. Implantação da Universidade Federal de Sergipe. Aracaju, 15 maio de 1968.

Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. **A Cruzada**. Aracaju/SE, 11 de março de 1951, ano XVII, nº 692. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 02 abr. 2021.

Faculdade de Filosofia: prédio inaugura-se amanhã. Missão da Faculdade - conduzir a inteligência humana até Deus. **A Cruzada**. Aracaju/SE, 30 de março de 1959, ano XXIV, nº 1085. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 02 abr. 2021.

LIMA, Celina Oliveira. **A Cruzada**. Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia. Ano XXV, nº 1.170 de 17 de dezembro de 1960. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 05 abr. 2021.

LIMA, Fernanda Maria Vieira de Andrade. **Contribuições de Dom Luciano José Cabral Duarte ao ensino superior sergipano (1950-1968)**. 2009. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. **A formação do professor de história da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe: entre disciplinas, docentes e conteúdos (1951-1962)**. Editora UFS, 2013.

SOUZA, Josefa Eliana. **História e memória**: Universidade Federal de Sergipe. 1968-2013. São Cristóvão: Editora UFS. 2014.

PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS (1969-1981)¹

SAYONARA DO ESPÍRITO SANTO ALMEIDA

INTRODUÇÃO

Em 1969, com a incorporação do Colégio de Aplicação - considerado um estabelecimento de ensino elitizado desde a sua fundação em 1959 - à Universidade Federal de Sergipe (UFS), modifica-se a natureza jurídica de escola de particular para uma instituição pública. Nesse sentido, buscou-se analisar o perfil socioeconômico dos estudantes entre os anos de 1969 - primeiro ingresso de estudantes na fase de colégio de aplicação universitário - até o ano 1981, quando da transferência do espaço de funcionamento do colégio para o Campus Universitário, inaugurado nesse mesmo ano, e a aprovação de um novo regimento escolar que implementou uma fase de novas mudanças².

A pesquisa documental selecionou e utilizou como fontes documentos da escrituração escolar, especialmente contidos nos dossiês de estudantes (Cemdap. Dossiês de..., 1969-1981), tratados como fonte serial, considerada a homogeneidade, o que possibi-

¹ Parte resultante da tese intitulada Cartografia estudantil no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1969-1981), defendida pela autora em 2021, no Programa de Pós-graduação em Educação da UFS.

² As discussões e resultados apresentados neste texto integram o projeto intitulado Identidade e responsabilidade histórica. Organização e preservação de documentos no Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Colégio de Aplicação - UFS (Cemdap) - Chamada Universal CNPq/ MCTI/ FNDCT N° 18/2021.

litou “[...] quantificar ou de serializar as informações ali perceptíveis no intuito de identificar regularidades, variações, mudanças tendenciais e discrepância reveladoras (Barros, 2012, p. 206), além da utilização de fontes orais, coletadas no Banco de Histórias do Colégio de Aplicação da UFS.

O levantamento e coleta dos dados ocorreram no acervo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS (Cemdap)³. Cabe destacar que mesmo que as transformações (no decorrer do período analisado) na forma de ingresso dos estudantes no Colégio de Aplicação também tenham contribuído para a alteração socioeconômica do perfil discente, as variáveis localizadas nas fontes e utilizadas para análise desse estudo estão relacionadas às procedências escolar e residencial dos alunos(as). A escrita dialogou com outros estudos a respeito de instituições educacionais, notadamente aqueles referentes ao Estado de Sergipe (Anjos, 2006; Beger, 2012; Almeida, 2017; Santos, 2019; Silva, 2016).

FEDERALIZAÇÃO DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS E SUAS IMPLICAÇÕES NO PERFIL DISCENTE

Com a federalização (1968) – incorporação do antigo Colégio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia à Universidade Federal de Sergipe – o Colégio de Aplicação da UFS atravessou algumas mudanças de natureza jurídica, deixando de ser uma instituição de ensino particular para tornar-se pública, com o seu corpo docente vinculado administrativa e pedagogicamente à Faculdade de Educação da UFS, além de o cargo de diretor dessa

³ Localizado na Ala B do prédio do Colégio de Aplicação da UFS. Teve sua criação aprovada pelo Conselho do Colégio de Aplicação em 2016, e tem como objetivo geral “Captação, organização, preservação, disponibilização e difusão do patrimônio histórico educativo do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe” (Conceição, 2021, 2022).

escola ser escolhido entre os professores da mencionada Faculdade (UFS/CONSU, 1975). Posteriormente, o Regimento Geral da UFS modificou o lugar do Colégio na estrutura da universidade, transformando-o em órgão suplementar vinculado diretamente à Reitoria (UFS/CONSU, 1979).

Com essa mudança, o Colégio passou a ter autonomia em relação à Faculdade de Educação. No ano de 1981, um novo regimento interno foi aprovado e passou a indicar essa nova condição da escola no organograma da UFS (UFS/CONSU, 1981). Com a incorporação à UFS, o Colégio de Aplicação continuou funcionando no antigo prédio da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, localizado no bairro São José, região da capital Aracaju que concentrava, nas décadas de 60 e 70 do século XX, estratos sociais com renda média ou alta (Almeida, 2021B; Melo; Conceição, 2021; Sergipe, 1979). Somente em 1981, com a inauguração da Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, o Colégio de Aplicação passou a ocupar o pavimento superior do prédio da Didática III desse campus, localizado no município de São Cristóvão, limítrofe à capital.

Os estudos de Melo (2020) e Santos (2019) denotam que, no período de 1959 a 1968, as instituições de onde eram provenientes os estudantes que se matriculavam no Colégio de Aplicação da UFS eram predominantemente particulares, tradicionalmente formadoras dos estratos médios e altos da sociedade sergipana. Conforme o comentário da ex-aluna Tânia Maria Sarmiento Melo, “[...] era um padrão de classe média para alta, porque eu acho que quase todos vieram de colégios particulares e que também na época fizeram o primário em escola particular” (Melo, 2020).

Na busca por elementos que colaborassem na construção do perfil socioeconômico discente que se configurava no Colégio de Aplicação da UFS após sua federalização, tomou-se como variável a procedência escolar e residencial dos(as) dos estudantes,

utilizando-se históricos escolares, guias de transferências escolares, declarações de procedência escolar e/ou fichas de solicitação de matrículas como fontes primordiais nesse processo.

DO PRIMÁRIO AO GINÁSIO: A PROCEDÊNCIA ESCOLAR DOS ESTUDANTES

No período que corresponde ao recorte desta pesquisa, houve o registro das escolas de origem dos estudantes em 682 dossiês, sendo possível identificar que 454 estudantes eram procedentes de escolas privadas e 228 de escolas públicas. Dito de outro modo, mesmo com a predominância de estudantes provenientes de instituições de natureza privada, houve também crescimento – embora ainda tímido – do número de estudantes de escolas públicas no Colégio de Aplicação da UFS, uma instituição até então caracterizada por possuir alunos (as) egressos de escolas consideradas elitizadas (Santos, 2019).

Mesmo após a federalização do Colégio de Aplicação da UFS, o quantitativo de estudantes oriundos de estabelecimentos públicos era menor que os privados. A pesquisa demonstrou que essa realidade foi se modificando no decorrer dos anos, inclusive quase ocorreu equiparação no ano de 1975 e, enfim, em 1977, pode ser identificada uma sobreposição da procedência pública em relação à privada. Em 1975 foi o momento em que o Colégio de Aplicação da UFS implementou novo Regimento Interno (1975), a maioria dos estudantes ingressaram por meio de sorteio público entre alunos(as) de 1º e 2º lugares de escolas públicas e privadas e estas eram estabelecimentos de ensino relevantes (no período) na educação sergipana.

Cabe destacar que, no ano de 1977, um convênio assinado entre a UFS e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado possibilitou que 40% das vagas do sorteio fossem destinadas para estu-

dantes da rede estadual de ensino. Esse fator justifica o aumento significativo do número de estudantes provenientes de escolas públicas, de modo que o Colégio de Aplicação da UFS passou a ter alunado mais diversificado, característica que pode ser notada até 1980, embora com menor intensidade em relação ao ano de 1977. Em 1981, uma queda significativa do número de estudantes procedentes da rede pública pode estar relacionada, dentre outros fatores, a modificação na forma de ingresso na instituição a qual retomou a seleção por provas de conhecimento e à mudança de localização do Colégio de Aplicação da UFS, que passou a funcionar no município de São Cristóvão. A considerável distância entre o *campus* do centro de Aracaju, associada às dificuldades de acesso a transporte, possivelmente trouxe desvantagens para estudantes em situações socioeconômicas desfavoráveis. O relato do ex-aluno Carlos Wagner Santos corrobora essa inferência:

[...] aqui perto do Siqueira, se eu não me engano, tinha um ônibus que passava e a gente ia e vinha pra cá no ônibus direto, depois veio o terminal de integração (D.I.A.) eu não lembro bem a época, mas, ele começou ajudar bastante nessa questão do transporte [...] (Santos, 2018).

Ainda no tocante à variável procedência escolar, buscou-se identificar as escolas públicas e privadas que mais se destacaram nos dossiês de estudantes do Colégio de Aplicação da UFS. Dos 682 dossiês em que constava a identificação das escolas, foram computadas 174 escolas. O Colégio de Aplicação da UFS recebeu, no período de 1969 a 1981, estudantes de escolas da capital aracajuana, tais como: Colégio Tobias Barreto, Educandário “Menino Jesus”, Colégio “D. José Tomaz”, Centro Educacional Adventista de Aracaju, Colégio Nossa Sra. de Lourdes, Colégio Nossa Sra. Menina, Colégio Pio Décimo, Colégio de 1º grau “Olavo Bilac”, Colégio Dinâmico, Colégio Estadual “Presidente Castelo Branco”, Colégio

Estadual Presidente Costa e Silva, etc. Também recebeu estudantes provenientes de escolas do interior do Estado, a saber: Colégio “Carvalho Neto” (Simão Dias), Colégio Sagrado Coração de Jesus (Estância), Educandário “Imaculada Conceição” (Maruim), etc; e ainda, de escolas de outras unidades federativas, como: Colégio Alfred Nobel (Brasília/DF), Colégio Andrews (RJ), Colégio Diocesano de Garanhuns (PE), Colégio Amado (PA), Colégio Dom Bosco (GO), Colégio Militar de Manaus (AM), Colégio Dom Amado (PE), Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (RS), Colégio Pe. Ovídio (BA), dentre outras.

Importante frisar as diferenças nas nomenclaturas das escolas: “Educandário”, “Colégio”, “Instituto”, “Grupo Escolar”, “Escola de 1º grau”, “Escola de 1º e 2º graus”. Essa diversidade de denominações está relacionada a alterações legislativas do sistema educacional, e dificultou consideravelmente o levantamento desses dados, porque quando os(as) discentes (e também a própria secretaria da instituição de origem) registravam a sua procedência escolar, por vezes permaneciam utilizando a denominação anterior à atualização, algo que foi percebido, por exemplo, nas guias de transferência. Isto é, quando se inferia a existência de duas escolas diferentes, na verdade se tratava de uma mesma instituição, com nomenclaturas diversificadas.

No levantamento das escolas que mais se destacaram nos dossiês, e que estão como procedência escolar dos estudantes que ingressaram no Colégio de Aplicação da UFS, consideraram-se apenas aquelas que figuraram o mínimo de 11 ocorrências para compor a análise.

Nesse sentido, destaca-se o Colégio Brasília como a instituição de onde provinha a maior parte dos alunos (86), seguido do Colégio Estadual Atheneu Sergipense (60), Colégio “Jackson de Figueiredo” (36), Colégio Salesiano “Nossa Senhora Auxiliadora” (31), Colégio Arquidiocesano “Sagrado Coração de Jesus” e Edu-

candário “Imaculada Conceição” (21), Colégio do Salvador (19), Grêmio Escolar Graccho Cardoso e Educandário “Nossa Senhora da Purificação” (15), Instituto Sagrado Coração de Jesus (12) e, por fim, Educandário “Murilo Braga”, Educandário “Nossa Senhora Menina” e Colégio Americano Batista (11).

Das instituições elencadas no parágrafo anterior, figura a presença de uma escola pública⁴ – o Colégio Estadual Atheneu Sergipense –, entretanto, os dossiês de estudantes revelaram outras, como: Escola de 1º Grau “José Rollemberg Leite”, Escola de 1º Grau Presidente Médici, Escola de 1º Grau General Valadão, Escola de 1º Grau Santos Dumont, Escola de 1º Grau Senador Leite Neto, Colégio Estadual Presidente Costa e Silva etc.

O Colégio Brasília, que formou a maior quantidade de estudantes que ingressaram no Colégio de Aplicação (1969-1981), mantinha alguns pontos em comum com esta instituição: ambas estavam localizadas no mesmo bairro, foram administradas por católicos e tinham redes de relações familiares próximas. Acerca do Colégio Brasília, o ex-aluno Rubens Ribeiro Cardoso Filho relata:

[...] um colégio maravilhoso, [...] naquela época. Nesse primeiro grau, existiam poucos colégios aqui em Sergipe e ele era um dos que se destacava, juntamente com o Colégio Salvador, o Colégio Arquidiocesano e outros. Esse casamento entre o Brasília e o Ginásio de Aplicação era feito de uma forma natural, os dois eram escolas, digamos assim, de um bom nível [...] O Brasília procurava nos preparar dentro de uma orientação natural do que seria esperado lá no Ginásio de Aplicação, razão pela qual eles tinham um sucesso no meu ponto de vista, acima do normal (Cardoso Filho, 2018).

⁴ Cabe salientar que o Colégio Jackson Figueiredo, até o ano 1980, possuía dependência administrativa particular.

O elevado quantitativo de alunos oriundos do Colégio Brasília já ocorria desde o período em que a instituição era Ginásio de Aplicação (Melo; Conceição, 2021; Santos, 2019). Santos (2019) menciona que as diretoras do Colégio Brasília indicavam o Ginásio de Aplicação como a melhor opção para os(as) discentes realizarem seus estudos secundários, por se tratar de um estabelecimento vinculado à Faculdade de Filosofia e com boa qualidade de ensino. A partir de 1974, quando a forma de ingresso consistia em sorteio público, o número de estudantes egressos(as) daquela instituição escolar diminuiu significativamente.

O Colégio do Salvador, por exemplo, existente até os dias atuais, foi fundado em Aracaju, no ano de 1935, por mulheres católicas. Silva (2016) comenta que o colégio ofereceu o ensino primário até o curso ginásial e seus princípios educacionais eram pautados em uma rígida educação religiosa e cívica. Os(as) alunos dessa instituição mostravam-se bastante competitivos quando participavam dos exames de admissão. O Colégio Salvador sempre contou com apoio de membros influentes da sociedade sergipana, como políticos, empresários e representantes da igreja católica. Estava localizado numa região de prestígio⁵ o que colaborou para mantê-lo valorizado por várias décadas.

Em um momento de declínio do ensino católico, o Colégio do Salvador era visto, sobretudo pelo clero, como uma forma de difundir e fortalecer a fé católica. Embora com raros casos de matrículas de alunos menos favorecidos, a instituição servia a uma camada mais abastada da sociedade composta por comerciantes (profissão próspera na época) (Silva, 2016).

Outra instituição de destaque é o Colégio Americano Batista, o qual trouxe o modelo norte-americano de ensino, com princípios

⁵ Inicialmente, funcionava na Rua São Cristóvão; depois mudou-se para a Avenida Ivo do Prado, 182. Atualmente, encontra-se na Avenida Ministro Geraldo Barreto Sobral, s/n, no Bairro Jardins.

protestantes, mas permitiu a entrada de alunos (as) com diversas crenças. Fundado por professores brasileiros em 1952, a instituição localizou-se no centro de Aracaju, a maioria do seu alunado era composto por indivíduos filhos(as) da elite sergipana da época. Teve seu período áureo quando foi dirigido por mulheres da religião batista que contribuíram para solidificar e expandir os princípios protestantes educacionais em Sergipe (Anjos, 2006).

Sobre o Colégio Jackson de Figueiredo, inicialmente funcionou como uma escola particular não confessional desde o ano de sua fundação, de 1938 até 1980, momento em que passou a ser patrimônio do Estado de Sergipe, pois seus proprietários não possuíam mais condições de exercer a direção do Colégio, por motivos de idade e saúde. Mas, “[...] durante quarenta e dois anos de funcionamento o Colégio formou um contingente de jovens muitos dos quais exerceram cargos de destaque na política, comércio e como profissionais liberais” (Berger, 2012, p. 100).

Localizado na Praça Olímpio Campos, o Colégio Jackson de Figueiredo possuía lugar de destaque no cenário educacional sergipano, sendo considerado um estabelecimento elitizado. Abrigava alunos das camadas sociais altas e médias, no entanto, chegou a oferecer vagas, gratuitamente, a estudantes provenientes de famílias de baixa renda, porém em regime de externato. A maioria dos estudantes internos vinham do interior de Sergipe ou de estados circunvizinhos, e eram de famílias de posse que enviavam os(as) filhos(as) para estudar em Aracaju porque não tinham acesso a escolas nas localidades de origem (Berger, 2012).

Fundado em 1870, o Colégio Estadual Atheneu Sergipense era composto por uma grande maioria de estudantes provenientes da elite do estado. Diferentes pesquisas (Almeida, 2017; Santos, 2012; Souza, 2016) apontam o Colégio Estadual Atheneu Sergipense como a primeira instituição de ensino secundário de Sergipe, cujo ingresso ocorria mediante exames de admissão.

Pertencente à rede pública de ensino, o Atheneu Sergipense foi responsável pela formação de personalidades notórias na política, cultura e educação do Estado de Sergipe.

O Colégio de Aplicação da UFS também recebeu estudantes oriundos de estabelecimentos de ensino de outros estados do Brasil, o maior quantitativo de estudantes oriundos de outros estados está concentrado em instituições de ensino da Bahia (14), provavelmente por ser o estado mais próximo de Sergipe. O Colégio de Aplicação também recebeu alunos de instituições dos seguintes estados: Rio de Janeiro (12), Brasília (8), Pernambuco (6), São Paulo (4), Rio Grande do Sul (3), Pará (2), Amazonas (1), Goiânia (1), Paraíba (1), Minas Gerais (1) e Paraná (1).

Sergipe apresentou um total de 105 escolas que se configuram como procedência escolar de estudantes que ingressaram no Colégio de Aplicação da UFS, sendo 98 delas localizadas na capital, Aracaju. Em Estância, duas instituições se destacaram: o Colégio Sagrado Coração de Jesus, instituição particular, fundada desde 1936, por iniciativa do Cônego Antônio de Freitas, vigário da paróquia, mantido pela congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição e que serviu a várias gerações da sociedade estanciana e o Colégio Instituto Diocesano de Estância, instituição católica que serviu à elite comercial da época.

Em Itaporanga, destacou-se o Ginásio N. Sra. de Fátima (particular); em Japoatã, a Escola de 1º Grau Josino Menezes (pública); em Propriá, o Ginásio N. Sra. das Graças (particular), que, fundado em 1915, manteve os cursos primário, ginásial, normal, e técnico em contabilidade em regime de internato, externato e semi-internato conforme a orientação confessional católica da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, cuja finalidade era atender à educação feminina pelos preceitos morais e cristãos de moças de família, esposas exemplares e mães dedicadas; por fim, o Colégio Carvalho Neto em Simão Dias (pública).

Cabe salientar que a maioria das escolas de Aracaju estava localizada próxima ao Ginásio/Colégio de Aplicação quando este se situava no bairro São José, região que concentrava a população de alta e média renda. Sendo assim, a fim de traçar o perfil socioeconômico dos(as) estudantes que ingressaram no Colégio de Aplicação no período de 1969 a 1981, foi imprescindível saber onde eles(as) residiam.

A PROCEDÊNCIA RESIDENCIAL COMO UMA CARACTERÍSTICA DO PERFIL DISCENTE

Em 1969, o então Ginásio de Aplicação localizava-se na Rua de Campos, no bairro São José, o “coração” da cidade de Aracaju, onde residia grande parte da alta sociedade sergipana, pelo menos até o início da década de 1970, quando a capital passou por um processo de urbanização, deslocando médicos, advogados, arquitetos e outros estratos sociais para outras localidades de prestígio, como os bairros 13 de julho, Atalaia, Grageru e Inácio Barbosa (Ramalho, 2016).

No levantamento da procedência residencial dos estudantes, considerou-se o endereço registrado, no ano de ingresso do(a) discente, nas folhas de matrículas, nas folhas de “características” ou fichas individuais. Significa dizer que as atualizações de endereço não estão contempladas no levantamento, entretanto, todos os registros se encontram no banco de dados construído ao longo da pesquisa, bem como estão disponíveis no acervo do Cemdap.

Dada a diversificação dos logradouros – que tornaria a análise prolixa – e, sobretudo, tendo em vista que o intuito era identificar indícios do perfil socioeconômico dos(as) discentes, consideraram-se apenas os bairros como parâmetro de análise. Cabe ressaltar que o nome do bairro nem sempre estava especificado nos

documentos, possivelmente por uma razão de descuido no ato do preenchimento. A fim de resolver esse problema, recorreu-se a um serviço de busca na Internet, onde foi possível verificar o bairro residencial a partir do endereço completo que constava na documentação.

A análise aponta uma diversificação na procedência residencial dos(as) estudantes, ratificando o que foi mencionado, em entrevista, por ex-alunas do Colégio de Aplicação da UFS: “[...] Tinha aluno que morava no Siqueira Campos, tinha aluno que morava no Bugio, tinha alunos que moravam no Santos do Dumont; a Rose, a minha mão direita, morava no Santos Dumont, outros moravam na zona sul” (Oliveira, 2018), lembrou Giovana Monteiro Melo de Oliveira. Do mesmo modo rememorou a ex-aluna Ana Valéria Mendonça: “Eu me recordo de alguns bairros onde eles moravam, uns moravam no centro; outros moravam no bairro América; eu lembro Santo Antônio, Bairro Industrial” (Mendonça, 2018). Essa diversidade também tem estreita relação com a implantação do Regimento Interno de 1975, que alterou a forma de ingresso no Colégio de Aplicação da UFS para sorteio público, ocasionando o aumento da presença de estudantes oriundos de instituições públicas.

Porém, os dados levantados revelam que a maioria dos estudantes residia nas proximidades do Colégio de Aplicação da UFS, no bairro São José, totalizando um número de 155 estudantes oriundos desse bairro. Outra parte considerável residia nas imediações: no Centro da cidade de Aracaju (141), no bairro Suíça (81), no Siqueira Campos (52), no Getúlio Vargas (49).

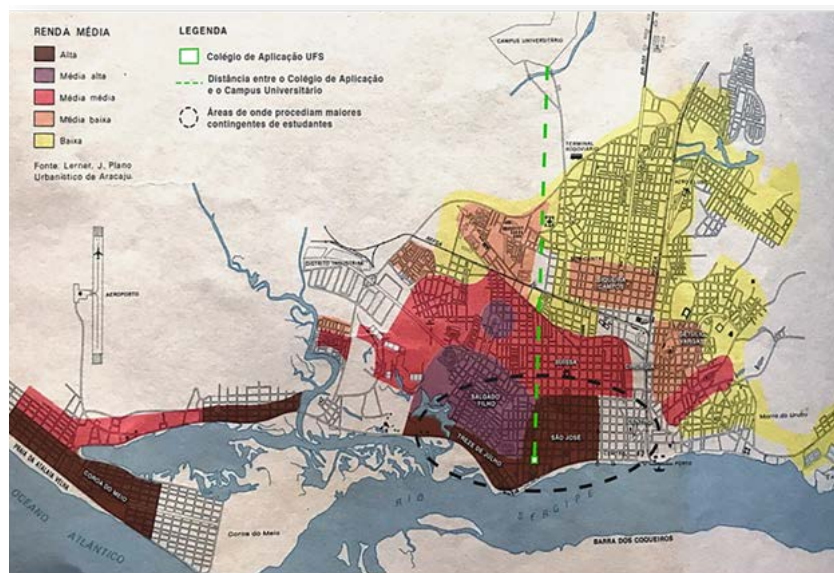
O bairro Santo Antônio (27) já se distanciava um pouco mais da localização do Colégio de Aplicação da UFS e os habitantes dessa região compreendiam pessoas com renda média baixa, contrariamente aos bairros Grageru (27), Salgado Filho (23), Treze de julho (23), Distrito Industrial (22), onde estava localizada uma

população com uma renda média alta. Os três últimos bairros, apesar de mais distanciados do Colégio de Aplicação da UFS, consistiam em zonas em expansão, mas já concentravam indivíduos de renda média alta (Atlas de Sergipe, 1979).

Ainda que em pouca quantidade, verifica-se a presença de estudantes oriundos de bairros mais distantes do Colégio de Aplicação da UFS e cuja renda média da população era baixa, como o bairro 18 do Forte (17), Bairro Industrial (7), Santos Dumont (6), Ponto Novo (5), Capucho (4), América (4), Conj. Lourival Fontes (3), São Conrado (3) etc.

A Figura 1, referente à cidade de Aracaju em 1979, permitiu visualizar, dentre outros elementos, a relação entre a procedência residencial dos estudantes e a renda econômica da família.

Figura 1 - Localização da população de Aracaju/SE por Renda (1979)



Fonte: Atlas de Sergipe, 1979. Acervo do CEMDAP, 2020. Adaptações realizadas pela autora.

A partir do mapa (figura 1), vê-se a antiga localização do Colégio de Aplicação da UFS, isto é, no bairro São José, onde residia grande parte dos estudantes, cuja renda média familiar era considerada alta. Em seu entorno, estão os bairros como Centro, Salgado Filho, Suíssa e Treze de Julho, que figuram a procedência residencial de outra parte considerável de estudantes, cuja renda média familiar também era alta.

Entretanto, como dito, os resultados apontaram também um quantitativo de estudantes residentes em bairros mais afastados do antigo endereço do Colégio de Aplicação da UFS, como os bairros Siqueira Campos, Santo Antônio e Getúlio Vargas, cuja camada social possuía renda média baixa. Algumas famílias, mesmo distantes da instituição, prezavam por matricular seus filhos em colégios considerados, na época, conceituados, conforme relatou o ex-aluno Arnaldo Dantas Barreto:

[...] era um colégio com certeza elitizado, não existiam pobres no Colégio de Aplicação da UFS, pelo menos que eu tenha conhecimento eram pessoas ou de classe média que os pais valorizavam o estudo e se esforçavam pra dar um estudo prévio as pessoas ou eram pessoas de classe alta [...] (Barreto, 2018).

Na década de 1970, a capital sergipana ganhou novos contornos econômicos e político-administrativos, sobretudo a partir das descobertas de poços petrolíferos no município (ainda em 1960) e da vinda da Petrobrás para o estado, motivos que possibilitaram um crescimento significativo das camadas de rendimento médio. O impulso econômico, o estímulo ao comércio, aos bancos, ao setor imobiliário e a necessidade de desenvolvimento de infraestrutura urbana (rede de esgotos e energia elétrica, por exemplo) promoveram alterações significativas na cidade de Aracaju, deslocando o eixo de concentração populacional e expandindo novas áreas (Ramalho, 2016).

Em 1971, o Governo do Estado, sob o comando de Lourival Baptista, promoveu a concessão de incentivos fiscais e investimentos diretos em infraestrutura e sistema viário, implantando o Distrito Industrial de Aracaju (DIA). Esse desenvolvimento econômico provocou o crescimento do custo de vida da população local, inclusive com o aumento dos impostos.

O crescimento das rodovias, em detrimento das ferrovias, permitiu maior movimento na Estação Rodoviária Luiz Garcia. Com isso, houve um aumento da mobilidade populacional nessa região, o que possibilitou a criação de novas ruas, a ampliação do comércio no seu entorno e a expansão do centro da cidade e das atividades econômicas.

Diante desse cenário, o Centro de Aracaju, a partir de 1980, começou a perder a tranquilidade para se morar, levando muitos habitantes, com renda média alta, a residirem em bairros próximos, como São José, Treze de Julho e Salgado Filho. Assim, o Centro de Aracaju foi deixando de ser o principal espaço residencial da cidade em virtude da reconfiguração urbana de Aracaju. Ademais, órgãos políticos administrativos, culturais, comerciais, atividades de lazer e ensino também foram deslocados para novos pontos.

Em 1981, quando ocorreu a mudança de localização do Colégio de Aplicação para sede da Universidade Federal de Sergipe, em São Cristóvão, constituindo um deslocamento de 11,9 km (ver o tracejado em verde no Mapa da Figura 1), houve uma queda considerável do número de estudantes provenientes de escolas públicas, muitos dos quais residiam em bairros distantes e não tinham fácil acesso a transportes. As palavras do ex-aluno Alexandre Belém Carvalho Teles rememoram esse momento da mudança de localização do Colégio de Aplicação da UFS:

[...] eu peguei essa mudança, então lá era mais próximo à minha casa porque era dentro de Aracaju e a minha mãe

sempre me acompanhava normal e depois de um tempo a gente começou a vir para cá, no início ela foi me trazendo, mas logo depois ela começou a ficar cansada dessa viagem toda e aí a gente teve que se desenrolar e começou a pegar ônibus. Não tinha muitas linhas para cá, se eu não me engano, era só o Rosa Elze que atendia nessa região, um ônibus que demorava bastante... não tinha esses terminais de integração ainda então, tínhamos que sair de casa, tinha que correr para pegar um ônibus pra poder chegar em algum outro local (Teles, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados analisados revelam que o Colégio de Aplicação da UFS, mesmo após a federalização, permaneceu treze anos localizado em uma região onde residia uma população com renda média alta e próximo a outras instituições de ensino consideradas de prestígio, como o Colégio Patrocínio São José, Colégio Estadual Atheneu Sergipense e Colégio do Salvador. Além disso, continuou oferecendo um ensino conceituado para a época e ganhou ainda a referência de ser um colégio universitário. Esses fatores colaboraram para que muitas famílias, mesmo com moradias mais distantes da instituição, continuassem a ter interesse em matricular seus filhos no Colégio de Aplicação da UFS.

Ademais, mesmo localizado em um bairro de renda média alta até 1980, o Colégio de Aplicação da UFS recebeu estudantes cuja renda média familiar era considerada baixa e residiam em localidades mais afastadas da instituição, como os bairros Getúlio Vargas, 18 do Forte e Siqueira Campos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sayonara do Espírito Santo. **Economia Doméstica: uma disciplina escolar no secundário ginásial sergipano do Atheneu Sergipense (1944-1954)**. 140 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

ALMEIDA, Sayonara do Espírito Santo. **Cartografia estudantil no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1969-1981)**. 2021. 203 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão, SE, 2021.

ALMEIDA, Sayonara do. E. S; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da; Formas de seleção de ingresso no Colégio de Aplicação da UFS. A busca por um perfil estudantil “ideal” (1969-1981). In: **Revista História da Educação**, v. 27, p. 1-21, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/126267/89000>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ANJOS, Maria de Lourdes Porfírio Ramos Trindade dos. **A presença missionária Norte- Americana no Educandário Americano Batista**. 2006. 299 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pos-Graduação em Educação da UFS. São Cristóvão, 2006.

BARRETO, Arnaldo Dantas. 2018. **Banco de histórias do Colégio de Aplicação da UFS: identidade e pertencimento nas memórias de estudantes e professores Entrevistadores: Genivaldo Martires e Walna Oliveira**. 12.09.2018. Aracaju/SE.

BARROS, Zilma Gomes Parente. **Redefinição Conceitual dos Colégios de Aplicação**. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.

BERGER, Miguel André. O Colégio Jackson de Figueiredo e suas contribuições na educação da juventude sergipana. In: **As Instituições Educativas para a juventude de Sergipe**. Maceió: EDUFAL, 2012. p. 121-148.

CARDOSO FILHO, Rubens Ribeiro. 2018. **Banco de histórias do Colégio de Aplicação da UFS: identidade e pertencimento nas memórias de estudantes e professores. Entrevistador: Joaquim Tavares da Conceição**. São Cristóvão/SE, 31/07/2018.

CEMDAP (1969-1981). Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. **Dossiês de Estudantes (1969-1981)**.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. A preservação do acervo documental do Colégio de Aplicação da UFS e a produção de pesquisas em História da Educação. In: FERRONATO, Cristiano; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. (org.). **Compreensões Historiográficas da Educação Brasileira. Aracaju**, SE: Criação Editora, 2022. Disponível em: <https://editoracriacao.com.br/compreensoes-historiograficas-da-educacao-brasileira/>. Acesso em 15 nov. 2024.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. Portal UFS - Histórico do Colégio de Aplicação da UFS. **CODAPUFS**, [s.d.]. Disponível em: <http://codap.ufs.br/pagina/21385-historico-do-colegio-de-aplicacao-da-ufs>. Acesso em: 6 abr. 2021.

LANDO, Janice Cassia. **Práticas, Inovações, Experimentações e Competências Pedagógicas das Professoras de Matemática no Colégio de Aplicação da Universidade da Bahia (1949-1976)**. 2012. 309 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia. Universidade Estadual de Feira de Santana, 2012.

MELO, Rafaela Cravo de; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. O perfil estudantil do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1959-1968). Uma investigação de fontes seriais do arquivo escolar. *Boletim Historiar*, vol. 08, n. 04. p. 69-92, out./dez. 2021. Disponível em: <http://seer.ufs.br/index.php/historiar>. Acesso em: 19 jun. 2023.

MENDONÇA, Ana Valéria. 2018. **Banco de histórias do Colégio de Aplicação da UFS: identidade e pertencimento nas memórias de estudantes e professores**. Entrevistadores: Rafaela Cravo e Risia Rodrigues. 20.09.2018. Aracaju/SE.

OLIVEIRA, Giovana Monteiro Melo. 2018. **Banco de histórias do Colégio de Aplicação da UFS: identidade e pertencimento nas memórias de estudantes e professores**. Entrevistadores: Rafaela Cravo e Risia Rodrigues. 27.09.2018. Aracaju/SE.

RAMALHO, Érika Laíse de Santana. **Origem e transformações: uma análise da morfologia urbana do Bairro América, Aracaju-SE**. 104 f.

2016. Monografia de Arquitetura e Urbanismo. Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2016.

SANTOS, Carlos Wagner de Oliveira. 2018. **Banco de histórias do Colégio de Aplicação da UFS**: identidade e pertencimento nas memórias de estudantes e professores. Entrevistadores: Aristela Aristides e Laisa Dias. 19.09.2018. Aracaju/SE.

SANTOS, Joelza de Oliveira. **Memórias de estudantes egressos do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1960-1968)**. 2019. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019.

SANTOS, Patrícia Batista dos. **Amai A Pátria**: O Ensino da disciplina escolar Educação Moral e Cívica no Atheneu Sergipense (década de 70 do século XX). 125 f. 2012. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

Sergipe. **Atlas de Sergipe**. Aracaju: Secretaria do Planejamento do Estado de Sergipe / Universidade Federal de Sergipe, 1979 (Acervo do Cemdap).

SILVA, France Robertson Pereira da Silva. **Educação e Preceitos da Fé**: o Colégio do Salvador (Aracaju 1935-1959). 162 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2016.

SOUZA, Renilfran Cardoso de. **“Mestra na Essência da Palavra”**: trajetória docente de Ofenísia Soares Freire (1941 - 1966). 130 f. 2016. Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2016.

TELES, Therezinha Carvalho. 2017. **Banco de histórias do Colégio de Aplicação da UFS**: identidade e pertencimento nas memórias de estudantes e professores. Entrevistador: Joaquim Tavares da Conceição. São Cristóvão/SE, 07/12/2017.

UFS/CONSU. (1975). Universidade Federal de Sergipe. Conselho Universitário. Resolução nº 15/75/CONSU, **Regimento do Colégio de Aplicação**, 23 de setembro de 1975. (Acervo do Cemdap).

UFS/CONSU. (1979). Universidade Federal de Sergipe. Conselho Universitário. Resolução nº 01/79/CONSU, **Regimento Geral da Universidade Federal de Sergipe**, 15 de janeiro de 1979.

UFS/CONSU. (1981). Universidade Federal de Sergipe. Conselho Universitário. Resolução nº 01/81/CONSU, **Regimento do Colégio de Aplicação**, 27 de janeiro de 1981.

FUNCIONAMENTO E LEGITIMIDADE: REVISITANDO OS DEBATES EDUCACIONAIS SOBRE OS COLÉGIOS DE APLICAÇÃO

THALYA EMANUELLE DA ROCHA ANTÃO

INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta uma análise das discussões estabelecidas em relação ao funcionamento e finalidades do modelo Colégio de Aplicação no momento de transição entre a década de 1970 e 1980. Considerando a dicotomia dos debates educacionais que atravessavam existência dos Colégios de Aplicação, os objetivos responsáveis por guiar esse estudo encontram-se divididos em dois tópicos: O primeiro busca **identificar** os principais debates que permearam o papel do Colégio de Aplicação no Brasil. O segundo visa **examinar** as finalidades atribuídas ao Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe.

Com a finalidade de servir como campo de estágio para os estudantes dos cursos de licenciatura das Faculdades de Filosofia, o Colégio de Aplicação surge no Brasil através do Decreto-Lei Nº 9.053 de 12 de março de 1946 (Brasil, 1946). Embora a sua finalidade de origem estivesse ligada à função de campo de estágio, ao longo do tempo foram incorporadas aos regimentos internos a finalidade de campo de experimentação pedagógica, objetivando dessa forma a efetivação de laboratórios de estudos pedagógicos onde fosse possível desenvolver novas metodologias de ensino e expandi-las para as escolas da comunidade.

Em conformidade com Barros (1988), a incorporação dessa funcionalidade tinha como objetivo a elevação da qualidade do

ensino secundário no país. Em relação ao Colégio de Aplicação da UFS, objeto de estudo responsável por impulsionar a pesquisa aqui apresentada, ainda que fundado no ano de 1959, somente no regimento interno de 1975 são acrescidos como umas das suas finalidades os termos “Estágio” e “Experimentação Pedagógica”.

Art. 1º - O Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe, com sede em Aracaju, capital do Estado de Sergipe, à rua Campos, 177, fundado como Ginásio em 30 de junho de 1959, é mantido pela Fundação Universidade Federal de Sergipe como órgão integrante da Faculdade de Educação, tendo por objetivos precípuos ensino de 1º e 2º graus, dentro dos princípios e normas estabelecidos pela legislação em vigor, e ser campo de experimentação e estágios para alunos da Faculdade de Educação (Cemdap, Regimento escolar, 1975).

Sob a ótica de Frangella (2000), os Colégios de Aplicação surgem no Brasil permeados dos discursos e ideias escolanovistas, tendo como foco a renovação da prática pedagógica, além disso, carregam em seu cerne o fomento à investigação científica especialmente no campo da pesquisa educacional. De acordo com a autora, antes do surgimento do modelo no Brasil já funcionavam instituições educacionais de forma semelhante em países como a Alemanha e o Estados Unidos. Em relação à concepção das primeiras ideias responsáveis pela implementação dos primeiros Colégios de Aplicação no Brasil, Frangella (2000) diz que:

A gestão da ideia desse colégio de demonstração é inspirada pelas proposições escolanovistas e pelo pragmatismo de Dewey, tendo como principal objetivo a criação de um espaço de formação docente que se desse através da própria experiência do trabalho, o que permitiria também a

experimentação de novas orientações técnicas e metodológicas (Frangella, 2000, p. 7).

Frangella (2000) afirma que a criação dos Colégios de Aplicação serviria como forma de suprir as necessidades do curso de Didática, possibilitando o melhor desempenho nas práticas de estágio. Diz ainda que, no período anterior ao surgimento do Colégio de Aplicação da UFRJ, quando desenvolvidas nas escolas da comunidade, as práticas de estágio ocorriam de forma dispersa, com uma carga horária insuficiente para a formação docente, além da pouca autonomia para usufruir de maneira total do ambiente no qual desenvolviam suas práticas de estágio.

Segundo Oliveira (2011), no que concerne à Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, a disciplina de Didática era responsável por prover conhecimentos básicos para o trabalho docente através de aulas práticas consideradas como estágio, as aulas que inicialmente eram ministradas para os próprios colegas de curso, subsequentemente, passam a ser desenvolvidas nos colégios da comunidade do município de Aracaju de forma não obrigatória. Somente após a criação do Colégio de Aplicação da UFS, as práticas de estágio passam a ser obrigatórias para formação, sendo desenvolvidas na Escola-Laboratório da Faculdade.

No entanto, inúmeras críticas e discussões permearam a existência e funcionalidade dos Colégios de Aplicação enquanto campo de estágio e de experimentação pedagógica. Conforme abordado por Kinpara (1997), na década de 1980 diversos professores da Faculdade de Educação da UNICAMP posicionaram-se contra a criação de um Colégio de Aplicação na instituição, estes alegaram que um modelo de “escola padrão” não seria capaz de demonstrar as condições humanas e materiais das escolas da comunidade de forma concreta, não sendo capaz de preparar esse futuro professor para a realidade da sala de aula. Além disso,

outros estudos revelam discussões acerca do papel dos CAp's na formação docente, dada a concepção de uma suposta “artificialidade” do ambiente. Almeida (2022) revela que:

Colocava-se em xeque a utilidade de um colégio feito especialmente para as práticas de ensino da faculdade. As ressalvas em relação ao colégio consistiam no fato de que um ambiente preparado para a prática de ensino não proporcionaria experiências análogas às futuras adversidades da prática educacional escolar. Havia, pois, um debate em relação à implantação de um Colégio de Aplicação e sobre as limitações do papel de um ambiente “artificial” na formação do futuro professor (Almeida, 2022, p. 67).

Embora a finalidade dos Colégios de Aplicação parta da necessidade de servir de campo de estágio, no que se refere ao contexto do Colégio de Aplicação da UFS, pode-se evidenciar incompreensões por parte dos pais dos alunos em relação ao modelo da instituição desde os anos iniciais do seu funcionamento, como pode-se ver na pauta levantada em reunião no ano de 1965, onde a professora Maria Lourdes Amaral Maciel comunica aos presentes sobre “[...] aborrecimentos por parte dos pais como se verificou neste ano, justificando que os filhos não se sentem à vontade em se submeterem a provas com estranhos [...]” (Cemdap, 1965b). De acordo com Almeida (2021), para alguns pais de alunos a função de campo de estágio e experimentação pedagógica não parecia ter sido compreendida, tendo em vista que muitos pedidos de transferência eram justificados pela presença de estagiários em sala de aula como um empecilho do tempo para a aprendizagem do aluno.

Para alcançar os objetivos deste estudo, a metodologia adotada nesta pesquisa consistiu na revisão bibliográfica conjugada com a pesquisa documental, ambas alinhadas com a perspecti-

va da história cultural. Ao passo em que se tenta compreender as discussões que permearam o processo de estrutura e funcionamento dos Colégios de Aplicação, faz-se necessário entender os contextos culturais responsáveis por interpretar e moldar as representações acerca dessas instituições. Nesse sentido, busca-se “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 1990, p. 17). Além disso, por se tratar de uma pesquisa no âmbito da História da Educação, foi utilizado como aporte teórico para a revisitação e análise dos debates educacionais, dos quais o colégio de aplicação esteve permeado ao longo da sua trajetória, a noção de memória de Le Goff (1990), considerando que a preservação da memória é um aspecto crucial para entender os processos sociais responsáveis por guiar a história.

Em contrapartida, as críticas ao modelo coexistiam com as discussões em defesa dessas instituições no cumprimento das suas funções. Como forma de fortalecer a identidade e discutir o destino dessas instituições, os Encontros Nacionais de Colégio de Aplicação iniciam-se no ano de 1977, onde se propunha desenvolver discussões continuadas com o foco na melhoria do funcionamento e cumprimento das suas finalidades primordiais. Naquele momento, foi proposto a continuidade das discussões em um novo encontro onde fosse discutido o estabelecimento do diálogo entre as Faculdades de Educação e os Colégios de Aplicação da rede federal¹. As fontes analisadas para essa discussão foram localizadas no acervo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS (Cemdap), se tratam de relatórios do terceiro e quarto Encontros Nacionais de Colégios de Aplicação, cuja intenção era discutir as finalidades dessas

¹ De acordo com o relatório do 3º Encontro Nacional de Colégios de Aplicação, essa proposição culminou no 1º Encontro Nacional de Dirigentes de Faculdades de Educação e de Colégios de Aplicação, ocorrido no ano de 1979.

instituições sob o prisma de Escola-Laboratório e destacar suas práticas no tocante à melhoria do ensino.

REFLEXÃO E ARTICULAÇÃO: O III ENCONTRO NACIONAL DE COLÉGIOS DE APLICAÇÃO

O primeiro documento aqui analisado refere-se aos debates estabelecidos no 3º Encontro Nacional de Colégios de Aplicação, desenvolvido na UFRGS, do dia 19 ao dia 22 de novembro no ano de 1979². Além de oferecer uma retrospectiva do surgimento e aprimoramento dos Colégios de Aplicação, buscava-se promover uma série de reflexões sobre as funções administrativas apreciáveis em uma Escola-Laboratório. Nesse encontro, foram discutidos três objetivos centrais, estes eram:

- Examinar o papel da pesquisa nos colégios de Aplicação como escola-laboratório.
- Destacar os processos de inovação e melhoria de ensino a partir das experiências como escola-laboratório.
- Estabelecer as possíveis relações entre os resultados da pesquisa na escola-laboratório e sua difusão na comunidade educacional (Cemdap. Relatório do 3º Encontro Nacional, 1979).

Sob responsabilidade das Universidades Federais de Goiás, Juiz de Fora e Rio Grande do Sul, foi elaborado um documento contendo três temas de estudos responsáveis por guiar o de-

² Estiveram presentes no Encontro sessenta e nove professores de diversas universidades do país, além de representantes das seguintes instituições: INEP, Centro de Recursos Humanos João Pinheiro (MG), Instituto de Educação General Flores da Cunha (PA), Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Porto Alegre, Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, Secretaria de Educação e Cultura de Sergipe (Cemdap, 1979).

envolvimento dessas discussões, esses giravam em torno de aspectos administrativos, curriculares e de investigação, sendo apresentados em dois tipos de seções, as de grande grupo pelas equipes responsáveis e retomados para estudos em pequenos grupos. Os temas eram:

- Funções Administrativas: Melhorias e Inovações na Estrutura e Dinâmica Escolar;
 - Funções Curriculares: Estratégias de Planejamento e Desenvolvimento do Currículo;
 - Funções de Investigação e a Escola-Laboratório.
- (Cemdap, Relatório do 3º Encontro Nacional, 1979).

Em proposição ao primeiro tema, destacam como primeiro tópico a necessidade de vinculação permanente, tanto estrutural quanto funcional ao departamento ou faculdade de educação, sem que haja prejuízo ao desenvolvimento de ações com outros departamentos e com a comunidade (Cemdap, 1979). Diante dessa proposição, faz-se necessário salientar os desafios encontrados pelo Colégio de Aplicação da UFS em relação à vinculação com o Departamento de Educação na década de 1970. Almeida (2021) revela que entre 1970 e 1976 o Colégio enfrentou algumas dificuldades de operacionais devido a insuficiência do corpo docente da Faculdade de Educação, comprometendo dessa forma o cumprimento das suas finalidades de Colégio de Aplicação, isto é, um espaço de observação, experimentação e demonstração pedagógica. De acordo com o relatório do 3º Encontro Nacional de Colégios de Aplicação, embora o intento fosse a implementação de um Ginásio de Aplicação para cada Faculdade de Filosofia, em alguns casos foi possível notar a extinção dessas instituições após alguns anos de funcionamento.

Outro ponto destacado refere-se às particularidades de cada instituição. Ainda que se movimentassem a partir das mesmas

finalidades, os Encontros de Colégios de Aplicação não tinham como objetivo a criação de um único padrão para o funcionamento dessas instituições, o objetivo era a construção de modelos variáveis a partir da realidade específica de cada colégio de forma alternativa. Seguindo essa linha de pensamento, considerando o contexto dos Colégios de Aplicação em conformidade com Sena (1987), é preciso compreender que essas instituições não se tratam de fábricas de soluções definitivas para a questão educacional, mas de um local de observação e criação de propostas. Ao pensar essas instituições, é preciso levar em consideração suas muitas faces, “Mesmo porque, na prática, a sua realidade complexa e heterogênea, face à sua tipicidade, exige a busca de valores explicativos para o seu entendimento (Sena, 1987, p. 9).

Nesse sentido, o ponto central do debate girava em torno da finalidade de Escola-Laboratório como elemento essencial de um Colégio de Aplicação. Ao passo em que se buscava a garantia do cumprimento das suas funções, pretendia-se que a instituição desempenhasse o papel de Escola-Laboratório, garantindo um clima favorável para o desenvolvimento de práticas educacionais inovadoras, que fossem capazes de contribuir com a melhoria do ensino nas escolas da comunidade. Diante disso, nesse encontro destacavam a necessidade da delimitação de políticas de ação que garantissem alcançar os objetivos de uma Escola-Laboratório.

Ao discutirem o papel administrativo de uma Escola-Laboratório, ressaltam o seu caráter integrador, de coordenação, de manutenção, de atualização e revitalização para uma escola, sendo esse um instrumento primordial no processo de estruturação e realização dos seus objetivos centrais. Nesse sentido, apontam o administrador como agente responsável por propiciar um clima favorável ao desenvolvimento de práticas pedagógicas construídas por diferentes matrizes focadas em alcançar o cumprimento

das suas finalidades institucionais. Contudo, no que se refere ao administrador de um Colégio de Aplicação, afirmam que é preciso estar ciente que essa se trata de uma função variável, tendo em vista as nuances dos diferentes estabelecimentos de ensino e as expectativas do seu meio.

Em razão disso, ao discutir Colégio de Aplicação, afirma-se que “nada mais lógico do que falar em modelos – alternativos e não num modelo único para o colégio de aplicação. Admite-se, pois, que não existem modelos aplicáveis a circunstâncias concretas, mas apenas abstrações enunciadas por teóricos e proclamadas por administradores e/ou estudiosos, cuja validade não foi comprovada” (Cemdap, 1979). Ao tratar do processo de ensino-aprendizagem, Tardif (2012), de forma semelhante, caracteriza a prática pedagógica como um conjunto de metodologias criadas e aplicadas por meio da interação entre seres humanos, configurando-a como uma tecnologia variável da natureza humana. Diante disso, o próprio processo de ensino-aprendizagem determina a natureza da pedagogia.

Nessa perspectiva, Sena (1987) afirma que, por se tratar de laboratórios onde cada educador pode examinar e repensar o sistema de ensino conforme cada contexto, é nesse processo em que reside o fundamento responsável por determinar as funções de um Colégio de Aplicação, isto retira a ideia de modelo padronizado e faz dele uma instituição diversificada onde suas funções se atualizam conforme se cumpre o seu papel de campo de experimentação pedagógica. Nesse sentido, tendo em vista a subjetividade de cada colégio de aplicação e a variável da dinâmica característica do seu contexto, buscava-se adequar o modelo à finalidade sem uma estrutura organizacional única e linear, mas pensando em superar as suas disfunções.

IV ENCONTRO NACIONAL DE COLÉGIOS DE APLICAÇÃO: O PANORAMA DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS

Com o intuito de discutir a realidade do Colégio de Aplicação da UFS no que se refere ao cumprimento das suas finalidades, foi analisado o relatório do IV Encontro Nacional de Colégios de Aplicação tendo como foco de discussão a situação local. Para isso, é essencial, primeiramente, elucidar o objeto em questão. Inicialmente denominado como Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, o Colégio de Aplicação nasce em Sergipe no ano de 1959, iniciando as suas atividades somente no ano de 1960. De acordo com Conceição (2023), somente no ano de 1968 a instituição é federalizada, tornando-se efetivamente parte da Universidade Federal de Sergipe, onde permanece até o presente momento.

Elaborado no ano de 1980 pelo Departamento de Educação e pelo Colégio de Aplicação da UFS, esse relatório buscava esboçar a sistematização das experiências de Estágios dos cursos de licenciatura em suas distintas habilitações. Embora o documento analisado também aborde as atividades realizadas nas escolas da comunidade, o foco desse estudo concentra-se no Colégio de Aplicação.

Diante da busca por avaliar e repensar a etapa do estágio no processo formativo, o Departamento de Educação da UFS apresenta como parte da fundamentação dessa discussão a perspectiva do estágio como o “ápice de conclusão do curso dos educadores” (Cemdap, 1980). Tal abordagem reforça a necessidade da reflexão e do posicionamento das pessoas envolvidas no processo formativo dos profissionais da educação e do trabalho docente em diversas esferas.

Ao discutir a função do estágio para a formação, entendia-se que é de responsabilidade da prática de estágio o fortalecimento

da conexão entre a prática e a teoria, tendo em vista que o seu objetivo é fornecer ao futuro educador a experiência de testar a viabilidade da teoria dentro da ação. Nesse sentido, é defendida a ideia de que o estágio não deve ser observado como uma etapa separada do curso, mas o resultado do conhecimento teórico adquirido durante todo o processo formativo. Para Barros (1988), nos cursos de licenciatura, o estágio está inserido como complementação das atividades de ensino, representando a última etapa no processo formativo, sendo realizado em uma situação real de classe sob supervisão de um docente, servindo de ensaio da sua atividade profissional.

No tocante ao Colégio de Aplicação como campo de estágio, em sua caracterização afirmam que “O Colégio tenta, através de sua ação, ser um campo de estágio e experimentação de inovações pedagógicas, as quais servirão de modelo para a comunidade” (Cemdap, 1980). Para o cumprimento dessa finalidade, o documento demonstra uma movimentação em prol da inovação do processo educativo, a estratégia adotada tratava-se da adoção de novas técnicas de ensino e a redução das aulas expositivas, tendo como objetivo inserir o aluno de maneira ativa no processo de ensino-aprendizagem, tornando-o um agente capaz de transformar o seu meio. Nunes (2008), ao abordar a função do Colégio de Aplicação da UFS como campo de estágio para os cursos de licenciatura, afirma que:

Essa função traçou marcadamente a consolidação desta instituição, pois as experiências lá realizadas produziram um ambiente de constante inovação, que contagiava alunos, professores e diretores para o desenvolvimento de diferentes habilidades em jovens a partir dos 11 anos de idade (Nunes, 2008, p. 113).

Apontado como seu principal objetivo desde a sua criação, no ano de 1980 o Colégio de Aplicação servia de campo de estágio

para o curso de Pedagogia nas habilitações em Administração Escolar, Orientação Educacional e Supervisão Escolar, além do magistério em Português, Matemática, História, Geografia, Estudos Sociais, Inglês, Francês e Biologia. De acordo com Cemdap (1980), as atividades desenvolvidas por esses estagiários giravam em torno de projetos de regência onde aplicavam e testavam técnicas e ferramentas de ensino aprendidas ao longo do curso de forma teórica.

Diferentemente das atividades de regência, nas habilitações do curso de pedagogia a prática de estágio ocorria através do desenvolvimento de Projetos elaborados com o intuito de identificar e resolver problemáticas reais da instituição. De acordo com Cemdap (1980), nesses projetos os estagiários elaboravam diagnósticos, levantavam problemas e necessidades, e planejavam ações. Inúmeros projetos foram destacados como resultados das práticas de estágio do curso de pedagogia, como a Reelaboração do organograma e elaboração do fluxograma da escola; Plano de sugestão de Recuperação, além do estudo da viabilidade do sistema de créditos para o Colégio de Aplicação.

Após a análise das distintas atividades de estágio desenvolvidas no Colégio de Aplicação, o Departamento de Educação da UFS reuniu neste documento pontos positivos e negativos referentes tanto aos recursos humanos quanto aos materiais que envolveram essas práticas. Diante do exposto, como pontos positivos foram elencados tópicos como a experiência do trabalho em equipe, a inovação dos estagiários em relação à elaboração das atividades e recursos, a adesão dos alunos às atividades propostas pelos estagiários, além da troca de conhecimentos entre o estagiário e a instituição. Em relação aos pontos negativos, foram identificados como questões interferentes: as classes numerosas, as limitações físicas do ambien-

te³, a carência de domínio do conteúdo por parte dos estagiários e a ausência do hábito do estudo por parte dos alunos da instituição.

Considerando que o Departamento de Educação se empenhou em fazer um estudo que pudesse delinear a prática de estágio no processo formativo e a ação dos agentes envolvidos, foi feito um comparativo entre o papel desempenhado pelo Colégio de Aplicação naquele momento e os demais colégios da comunidade que de forma paralela também exerciam função de campo de estágio. Por meio da observação da descrição das atividades de estágio desenvolvidas nessas instituições, o departamento de educação da UFS apontou que, embora permeado de interferências consideradas problemáticas no que se refere ao desenvolvimento dessas atividades, o Colégio de Aplicação continuava sendo o principal campo de estágio para os cursos de licenciatura; contudo, foi possível diagnosticar uma similaridade nos resultados obtidos pelos demais campos de estágio em relação ao cumprimento desse propósito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em escala nacional, a trajetória dos Colégios de Aplicação esteve permeada por diversos debates educacionais que englobavam desde as suas finalidades até a sua legitimidade. Esses debates ao mesmo tempo que refletem a sua relevância como espaços de integração e inovação educacional em diversas esferas, demonstram ainda os inúmeros desafios enfrentados em busca da permanência e do cumprimento das suas finalidades.

³ No momento em questão, o Colégio de Aplicação da UFS ainda estava instalado no prédio da antiga Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, localizado na Rua de Campos nº 177. Somente no ano de 1981, o Colégio passa a integrar a Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, funcionando inicialmente no prédio da Didática III juntamente com os alunos do ensino superior.

Em sua essência, os encontros nacionais de Colégios de Aplicação nascem pela necessidade de configurar e aprimorar essas instituições enquanto espaços favoráveis ao desenvolvimento de experiências pedagógicas inovadoras guiadas por valores de testagem científica, na tentativa da elevação da qualidade dos padrões educacionais em diferentes níveis, buscando reforçar nesse sentido o prisma que garante o diferencial do Colégio de Aplicação em relação às demais escolas da comunidade, isto é, a condição de Escola-Laboratório.

Sob essa ótica, ao alinhar suas ações às finalidades primordiais, presumia-se o estabelecimento de um espaço articulador entre a teoria e a prática, além de favorecer o desenvolvimento de pesquisas educacionais aplicadas por meio da experimentação pedagógica. Embora fundados com a mesma natureza, não existe um modelo estático de funcionamento, as funções de um Colégio de Aplicação se complementam e se modificam de acordo com a demanda do contexto educacional e conjuntural.

No contexto sergipano, considerando a natureza do Colégio de Aplicação e as problemáticas identificadas em relação ao cumprimento das suas finalidades, o Departamento de Educação manifestou naquele momento a insatisfação no que se refere ao atendimento básico das necessidades na condição de campo de estágio. Tal posicionamento decorreu de uma série de limitações estruturais e organizacionais, como as condições físicas; a ausência das quatro primeiras séries iniciais de ensino de primeiro grau para o estágio no magistério do curso de pedagogia; a existência de somente uma classe por série ocasionando a limitação do desenvolvimento pleno das atividades de estágio do departamento de educação; classes numerosas, além da má utilização dos recursos disponíveis na universidade.

Ademais, outro ponto destacado, possivelmente a maior problemática em relação ao cumprimento das atribuições do Colégio

de Aplicação da UFS, trata-se da baixa interação entre o Departamento de Educação e o Colégio de Aplicação, fator responsável por uma sucessão de disfunções, como a inadequação da carga horária das atividades de estágio do departamento de Educação, além do distanciamento entre os docentes de ambas as esferas. Em face disso, após diagnosticado o problema, o Departamento de Educação chega à conclusão de que é preciso buscar em conjunto com o Colégio de Aplicação, alternativas de articulação, o diálogo e ações que possibilitem além da melhoria da qualidade de ensino, o cumprimento das suas finalidades primordiais. A proposta era romper as fronteiras entre o colégio e a universidade, fortalecendo a ligação entre o departamento de educação e criando novos laços com os demais departamentos, propiciando dessa forma um verdadeiro clima favorável à inovação e interação entre o ensino básico e o ensino superior.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Natália Frizzo de. **A vitrine vista de dentro: A História da disputa e as disputas na História do Colégio de Aplicação da FFCL-USP (1955-1969)**. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação Cultura, Filosofia e História da Educação). – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2022.

ALMEIDA, Sayonara do Espírito Santo. **Cartografia estudantil no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1969-1981)**. 2021. 202 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

BARROS, Zilma Gomes Parente de. **Redefinição conceitual dos Colégios de Aplicação**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.053 de 12 de março de 1946. Cria um ginásio de aplicação nas Faculdades de Filosofia do País**. 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9053-12-marco-1946-417016-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 12 dez. 2024.

Cemdap. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. **IV Encontro Nacional de Colégios de Aplicação, 1980** (Pacotilha 185).

Cemdap. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. **Regimento Escolar do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Sergipe, 1975.** (Pacotilha 25).

Cemdap. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. **Relatório do 3º Encontro Nacional de Colégios de Aplicação, 1979** (Pacotilha 160).

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa, Portugal: Editora Difel; Rio de Janeiro, RS: Editora Bertrand Brasil S. A., 1990.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. Aspectos da fundação e do processo de “reconhecimento” do Ginásio de Aplicação revelados em remanescentes documentais no acervo do CEMDAP. In: PAULILO, André Luiz; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares; CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. **A Pesquisa em acervos da escola e da educação.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2023. p.139-168. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/16qQfEIWitX2VSqdFJS5FZOpsBKS6fZUQ/view?usp=sharing>. Acesso em 12 jan. 2024.

FRANGELLA, R. de C. P. Colégio de Aplicação e a instituição de uma nova lógica de formação de professores: um estudo histórico no Colégio de Aplicação da Universidade do Brasil. **Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação.** Rio de Janeiro. I Congresso Brasileiro de História da Educação. Rio de Janeiro, 2000.

KINPARA, Minoru M. **Colégio de aplicação e a prática de ensino: questões atuais.** 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Tradução: Bernardo Leitão *et al.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

NUNES, Martha Suzana Cabral. **O Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1959 1968).** 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. **Disciplinas, Docentes e Conteúdos: Itinerários da História da Faculdade Católica de Filosofia De Sergipe (1951-1962)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, 2011.

SENA, Guiomar Osório de. **O Colégio de Aplicação no contexto das Universidades brasileiras**. Florianópolis: UFSC, 1987. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, 1987.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 13. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

FACETAS DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS (1966-1981)

WALNA PATRÍCIA DE OLIVEIRA ANDRADE

INTRODUÇÃO

Este capítulo é fruto de uma pesquisa de doutoramento em fase de conclusão, de cunho histórico e documental. O objetivo foi discutir as ideias que circulavam sobre o Serviço de Orientação Educacional no Brasil e a sua prática no Colégio de Aplicação da UFS. Apoiado nas possibilidades geradas a partir da História Cultural, deixou de considerar apenas os documentos denominados oficiais como fonte de comprovação, considerando, desta forma, todo produto humano ou o seu vestígio, sua herança material e imaterial, que possa ser utilizada como base para se produzir conhecimento histórico (Chartier, 1988). Neste sentido, foram utilizados diversos tipos de documentos encontrados no acervo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação - Cemdap - como regimentos, projetos pedagógicos, fichas de alunos e planos de trabalho.

O período entre os anos de 1966 a 1981 foi marcado por profundas transformações políticas, econômicas e sociais no Brasil. A ditadura militar (1964-1985) teve um impacto significativo na educação, por meio de políticas que visavam tanto o controle ideológico quanto a modernização do sistema de educação brasileiro. A influência de ideias pedagógicas internacionais, como o movimento da Escola Nova e a psicologia humanista, também deixou marcas na orientação educacional. Nesse contexto,

os colégios de aplicação, criados com o objetivo de servir como espaços de formação prática para os futuros docentes, desempenharam um papel essencial na consolidação de práticas pedagógicas inovadoras no sistema educacional brasileiro. No cenário da ditadura militar, as reformas educacionais introduzidas pelo regime influenciaram diretamente as diretrizes e ações da orientação educacional nesses colégios. Nesse sentido, as práticas de orientação educacional realizadas no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe refletiam tanto as demandas políticas e econômicas da época quanto as tendências teóricas que emergiam no campo da educação no Brasil.

Devido ao tipo de documentação utilizada nessa pesquisa, foi empregado o conceito de Cultura Material Escolar. Esse conceito descortina dimensões que carecem de mais atenção e revela o quanto as coisas comuns, do cotidiano da escola, podem se mostrar relevantes tanto para conhecer, quanto para interpretar a história da educação (Souza, 2013). Além disso, esse estudo concebeu a educação como processos formativos que acontecem no meio social, nos quais as pessoas participam de forma necessária e inevitável por conviverem socialmente. Nesta perspectiva, de acordo com Libâneo (2013), as práticas pedagógicas são determinadas por obrigações sociais, políticas e ideológicas, configurando-se por meio de conhecimentos definidos que visam inculcar condutas e normas com o intuito de moldar os seres humanos de acordo com as intencionalidades educacionais de determinado período histórico-social.

A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL E SUA IMPLANTAÇÃO NOS COLÉGIOS DE APLICAÇÃO

Na década de 1930, o Liberalismo estava em crise, e se instalava no Brasil um momento de agitações e insatisfações populares. A

classe dirigente era composta pelos produtores agropecuários que apresentavam como solução para a crise a extensão da escolarização como forma de ascensão social. Essa extensão seria obtida por meio de uma escola pública, universal e gratuita. Para tanto, a pedagogia tradicional teria de dar lugar a uma mais moderna, e, para isso, deveriam ocorrer várias reformas no campo educacional, cujas intenções eram ampliar o número de escolas e o aparelho técnico-administrativo, reformular o currículo, profissionalizar o magistério e reorientar as práticas de ensino. O interesse da elite política brasileira era o de construir uma escola que contribuísse com a aceleração do tempo histórico, assim como para a modernização social, tornando-a “[...] abrangente, ágil, estruturada cineticamente, com pessoal formado, mas também barata, para receber suporte financeiro das elites que dominavam o aparelho de Estado” (Faria Filho, 2022, p. 23). Nesse momento, estava sendo constituído uma nova forma de pensar e compreender o papel da escola dentro da sociedade, tendo por embasamento o conceito de “capital humano” (Faria Filho, 2022; Grinspun, 2010).

O conceito de “capital humano” tem como ponto central a ideia de que esse capital é algo produzido deliberadamente por meio do investimento feito no indivíduo através da educação formal e do treinamento, sendo que a produtividade desse indivíduo resulta em uma maior ou menor quantidade de capital humano que venha a possuir. Traz, também, que na medida em que o nível de educação cresce, ocorre uma elevação de renda. Por conseguinte, as pessoas deveriam investir em si mesmas, como ativos humanos. Ao considerar que a educação amplia a produtividade e conseqüentemente a cota na participação da renda, se incorpora a esse conceito a concepção de que as habilidades humanas também seriam bens de produção, sendo esses capazes de produzir outros bens. Essa concepção é embasada pela teoria econômica neoclássica, na qual os fatores de produção seriam re-

munerados de acordo com a sua produtividade (Arapiraca, 1940). Todo esse contexto favoreceu a busca pela obrigatoriedade da Orientação Educacional nas instituições de ensino, pois esta era vista como um modo de garantir a qualidade da educação. Esta visão era importada de modelos educacionais advindos de outros países, a exemplo dos Estados Unidos e alguns países europeus, e que tinham relevante receptividade no Brasil.

Esse debate, sobre a importância e a necessidade da Orientação Educacional nas escolas brasileiras, ganhou força na década de 1940 com a implantação das Leis Orgânicas do Ensino. O aparecimento oficial da expressão Orientação Educacional ocorreu com a Lei Orgânica do Ensino Industrial (4.073/42), por meio da qual o orientador educacional tinha a função de dar assistência aos alunos, atentando para as individualidades de personalidades e dificuldades apresentadas por eles. De acordo com a citada lei, o objetivo da orientação era a adaptação profissional e social dos alunos, além de torná-los aptos a solucionar seus próprios problemas. Essa lei foi um passo importante para o estabelecimento da Orientação Educacional no sistema de educação brasileiro. Nesse mesmo ano - 1940 -, o Serviço de Orientação Educacional teve sua regulamentação nas escolas por meio da Lei Orgânica do Ensino Secundário (4.244/42), que trazia a seguinte determinação: "Far-se-á, nos estabelecimentos de ensino secundário, a Orientação Educacional" (Brasil, 1942, art. 80). Com essa lei, o SOE deveria orientar diretamente os alunos no tocante aos estudos e à escolha profissional, colaborando também, com esse mesmo objetivo, com o trabalho do corpo docente. Em sequência, ocorreram medidas com o intuito de implantar a Orientação Educacional no Ensino Comercial e no Ensino Agrícola (Brasil, 1942a; 1942b; 1943; 1946b).

No que se refere aos colégios de aplicação (CA) no Brasil, estes começaram a ser idealizados no ano de 1944, época em que

Lourenço Filho atuava como diretor do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa – INEP. Nesse período Lourenço Filho solicitou a Álvaro Neiva estudos para a implantação dos “Colégios de Demonstração”, que seriam vinculados às faculdades de filosofia (Frangella, 2000). Esses colégios foram criados por meio de Decreto Federal, que instituía o seguinte:

Art. 1º As Faculdades de Filosofia federais, reconhecidas ou autorizadas a funcionar no território nacional, ficam obrigadas a manter um ginásio de aplicação destinado à prática docente dos alunos matriculados no curso de didática.

Art. 2º Os ginásios de aplicação obedecerão em tudo ao disposto no artigo 72 da Lei Orgânica do Ensino Secundário e respectiva regulamentação, devendo funcionar na própria sede da Faculdade ou em local próximo.

Art. 3º Relativamente ao número de anos, à seriação das disciplinas, ao regime de provas e promoções e aos programas de ensino, os cursos ginásiais assim estabelecidos ficam sujeitos à Lei Orgânica do Ensino Secundário, promulgada pelo Decreto-lei número 4.244, de 9 de abril de 1942, e às suas modificações posteriores.

Art. 4º Nas Faculdades federais o cumprimento destes dispositivos ficará sob a responsabilidade do Diretor da Faculdade; nas Faculdades reconhecidas, sob a responsabilidade do Diretor e do Inspetor Federal junto à Faculdade (Brasil, 1946a).

As faculdades de filosofia, ciências e letras, ao regulamentarem seus colégios de aplicação, tiveram como atribuição outro encargo: ser campo de experimentação pedagógica. Esta função possibilitava a introdução de inovações no ensino e fazia com que a escola se tornasse um centro irradiador de uma visão educacional renovada. Esse caráter inovador perpassava por alguns

critérios comuns para o funcionamento dos primeiros colégios, como o número máximo de 25 a 30 alunos em cada sala, campo de estágio, formação de professores, acompanhamento pedagógico individualizado e desenvolvimento de propostas pedagógicas inovadoras (BARROS, 1988).

A implantação e a estruturação do SOE, nos ginásios de aplicação, deveriam obedecer à Lei Orgânica do Ensino Secundário. Contudo, a referida lei não definia qual seria a formação específica dos profissionais que atuariam no SOE das escolas de ensino secundário. Essa lei, de forma generalizada, indicava que tanto os orientadores educacionais quanto os demais professores deveriam receber uma formação conveniente, em cursos superiores apropriados. Em 1968 é promulgada a lei 5.564 que dispõe sobre a formação do orientador educacional, e, de acordo com a Lei, o profissional da OE deveria ter formação superior em Pedagogia, com habilitação em orientação escolar, e cumpriria os papéis de educador, de conselheiro pedagógico e de investigador das relações dos alunos no ambiente, tanto escolar quanto familiar (Brasil, 1942; 1968).

As reformas educacionais ocorridas no período analisado por esta pesquisa, eram de cunho tecnicista e ocorreram no momento em que o Brasil tinha por regime político uma ditadura militar (1964/1985). O objetivo dessas reformas era ajustar o modelo educacional ao modelo econômico capitalista de mercado. A ideologia política era configurada por uma economia de interdependência através de relações e trocas entre países, tanto nos aspectos econômicos, quanto nos tecnológicos e culturais. Nesse contexto, os acordos MEC – USAID (entre o Ministério da Educação e Cultura e a *United States Agency for International Development*), vieram para firmar contratos em todos os níveis de ensino, começaram a acontecer em 1964, por meio de cursos de aperfeiçoamento no ensino primário; em 1965, através de assessoria técnica

para o ensino médio; em 1966, no ensino técnico rural e após, nas reformas do ensino de 1º e 2º graus e ensino superior (Lira, 2010).

Os objetivos desses acordos eram o de consolidar a crença da ascensão social através da acumulação de capital humano individual e de criar um número suficiente de indivíduos treináveis, sempre além da capacidade de absorção pelo mercado de trabalho. Em correspondência, a educação brasileira adotou o modelo tecnicista, que se encaixava nas ideias de racionalismo, organização e eficiência e voltou-se para a formação de mão de obra. (Aranha, 1996; Arapiraca, 1940). Para tanto, a educação se configurou de modo conteudista, baseada na divisão de tarefas entre os técnicos de ensino, dentre esses, o orientador educacional, que se tornou um dos responsáveis pelo planejamento racional do trabalho educacional.

O SOE DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS

O Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe - FCFS - foi fundado pela Sociedade Sergipana de Cultura em 30 de junho de 1959. Um dos principais objetivos dessa instituição era servir como campo de estágio para os alunos do curso de didática. O ensino ofertado era pago, e os alunos que pretendiam frequentar a primeira série ginásial submetiam-se a um exame de admissão (Conceição, 2023).

O Serviço de Orientação Educacional foi implantado no ano de 1966. Nesse mesmo ano, foi implantado o Curso Colegial, que atenderia aos alunos que optassem pelo curso científico ou pelo curso clássico, segundo a Lei nº 4.024, passando sua denominação para Colégio de Aplicação. A partir de maio de 1968, tanto a Faculdade Católica de Filosofia como o Colégio de Aplicação foram incorporados à Fundação Universidade Federal de Sergipe. No colégio, o núcleo de Orientação Educacional foi criado em

1970 pela professora de prática de ensino da FAGED/UFS, Cacilda de Oliveira Barros, com o objetivo de tornar-se o centro de estágios da citada habilitação (Cemdap, 1992; Melo; Conceição, 2021; Oliveira, 2017).

De acordo com o primeiro regimento do Ginásio de Aplicação (1960), no seu capítulo VIII, artigo 20, competia ao orientador educacional:

- a) Organizar o fichário dos alunos do estabelecimento;
- b) Pesquisar as causas de insucesso dos alunos nos estudos, anotando os dados que puder recolher em visitas domiciliares à família em entendimento com os professores e só de sua observação;
- c) Auxiliar os alunos a conhecer as oportunidades educacionais da cidade, do estado e do país;
- d) Levar os alunos a conhecer as oportunidades educacionais da cidade, a conhecer as profissões e a compreender os problemas do trabalho de forma que possam preparar-se para a vida na comunidade;
- e) Auxiliar os alunos na consecução de seus objetivos educacionais;
- f) Cooperar com os professores, no sentido da boa execução dos trabalhos escolares, e com o diretor em sua orientação administrativa;
- g) Zelar para que o estudo, a recreação e o descanso dos alunos decorram em condições de mais convivência pedagógica;
- h) Organizar atividades extracurriculares que concorram para completar a educação dos alunos;
- i) Colaborar no preparo das comemorações cívicas e solenidades da escola, como parte integrante do processo educativo geral;
- j) Realizar palestras e promover reuniões de estudos em classe, principalmente na falta dos professores;

- k) Elaborar anualmente um relatório dos seus trabalhos, com conclusões que, das observações feitas, resultarem (Cemdap, 1960, art. 12).

Esse regimento traz as atribuições do orientador educacional, mas não menciona o Serviço de Orientação Educacional, visto que esse serviço só foi implantado no ano de 1966, conforme já mencionado. Os regimentos seguintes (1975 e 1981) já descrevem a constituição do SOE, que deveria ser composto por um orientador educacional, um assistente social e um psicólogo escolar. Quanto às atribuições, o regimento de 1975 traz o seguinte:

- a) Organizar o planejamento geral do Serviço de Orientação Educacional;
- b) Apresentar relatório semestral das atividades;
- c) Registrar dados e organizar o fichário referente aos alunos que estiverem sob sua orientação;
- d) Caracterizar a clientela escolar de modo a facilitar a flexibilidade nas atividades pedagógicas, possibilitando o atendimento às diferenças individuais;
- e) Possibilitar ao aluno o seu autoconhecimento pela percepção e análise de seus sucessos e fracassos e pela descoberta dos seus interesses e aptidões constatadas através da participação nas atividades programadas;
- f) Assessorar o professor na exploração da abertura vocacional que cada área pode oferecer ao aluno;
- g) Acompanhar o planejamento e realização de excursões, visitas, estudos do meio e entrevistas os quais possibilitará ao aluno uma visão das oportunidades que possam ser oferecidas;
- h) Entrosar com as famílias para que haja uma participação efetiva das mesmas no processo educativo (Cemdap, 1975, art. 12).

No que se refere ao regimento de 1981, assim são descritas as atribuições do SOE:

- a) Colaborar com a elaboração e execução do plano curricular da escola;
- b) Elaborar o planejamento das atividades do SOE, de acordo com o plano curricular da escola;
- c) Organizar o SOE de modo a garantir a orientação e a assistência aos alunos, no processo de ajustamento à escola, à família à comunidade;
- d) Conhecer a estrutura administrativa da escola;
- e) Promover a atuação do SOE, em harmonia com a direção, a supervisão escolar, o corpo docente, a família e a comunidade;
- f) Organizar e executar o programa de informações necessárias à sondagem de interesses e aptidões para a orientação vocacional e profissional;
- g) Coordenar e realizar estudos relativos à orientação educacional;
- h) Colaborar na seleção e organização de turmas;
- i) Planejar, executar e avaliar a ação educativa, juntamente com o corpo técnico, administrativo e docente da escola;
- j) Prever horário de atendimento ao aluno;
- k) Realizar conferências, palestras e cursos sobre assuntos ligados ao desenvolvimento do aluno, visando ao aperfeiçoamento do corpo docente e orientação aos pais;
- l) Organizar fichários e documentar informações a respeito de profissões, oportunidades educacionais e profissionais, mercado de trabalho local e regional;
- m) Organizar e manter atualizado o arquivo de documentação do serviço;
- n) Participar de treinamento realizado na escola;
- o) Orientar e assistir o aluno no encaminhamento de sua opção profissional;

- p) Realizar o aconselhamento e o acompanhamento;
- q) Encaminhar os alunos a outros especialistas, quando necessário;
- r) Orientar os professores na observação dos interesses, aptidões dos estudos de seus alunos;
- s) Fornecer aos professores subsídios que auxiliem na compreensão dos problemas dos alunos;
- t) Participar e acompanhar o processo de avaliação do aluno junto ao corpo docente;
- u) Montar esquema de contato permanente com a família;
- v) Promover integração entre escola - empresa - comunidade;
- w) Exercer as demais atribuições que implícita ou explicitamente se incluam no âmbito de sua competência (Cemdap, 1981, art. 10).

Apesar de, em uma leitura desatenta, parecer que as atribuições da orientação educacional, e posteriormente do SOE, terem aumentado com o passar do tempo, ao analisar os itens descritos, percebe-se que os objetivos principais permanecem os mesmos: orientação e acompanhamento dos alunos em suas atividades pedagógicas e interesses profissionais e auxílio aos professores junto às dificuldades no trato com os alunos e suas demandas. Contudo, o interesse pela participação da família nas questões escolares não se apresenta descrito no regimento de 1960 e o atendimento individual ao aluno só está presente no regimento de 1981, nos anteriores parece que não existia esse momento mais direcionado às necessidades individuais.

No acervo do Cemdap foram encontrados alguns projetos educacionais produzidos pelos orientadores educacionais, na década de 1980. Esses projetos tinham como metas melhorar o rendimento escolar dos alunos e os relacionamentos professor-

-aluno, aluno-aluno e família-aluno; organizar o trabalho intelectual dos discentes; atender os alunos que eram classificados como “alunos-problema” e prevenir a evasão escolar. Pelo que foi descrito como metas, pode-se perceber interesse tanto nas questões pedagógicas quanto nas comportamentais. Um dos projetos encontrados era direcionado apenas aos alunos das 5.^{as} séries, atual 6.^o ano do Ensino Fundamental. Essa escolha, segundo o documento, deveu-se ao fato de que o colégio começa a funcionar a partir dessa série, e porque alguns alunos chegam à 5.^a série sem ler e nem escrever corretamente e sem se relacionar com os demais colegas da turma.

No que se refere aos planos de trabalho, eram desenvolvidos mensalmente por meio de temas. Dentre os assuntos mais citados estão: divulgação do SOE quanto à sua finalidade e funcionamento, integração do SOE à comunidade escolar, orientação nos estudos, promoção da participação dos alunos nas atividades escolares por meio do Centro Cívico e do Conselho de Representantes, orientação nas relações interpessoais (aluno-aluno, aluno-professor e aluno-família). Importante ressaltar que a palavra ajustamento é descrita em dois planos consecutivos, com os objetivos de proporcionar ambiente favorável para o “ajustamento” do aluno na escola e auxiliar e orientar no seu “ajustamento” biopsicossocial, podendo, este termo utilizado, indicar algumas ideologias presentes na condução do trabalho pedagógico. Essas práticas configuravam-se a partir de uma concepção *adaptacionista*, que visa moldar os alunos a comportamentos considerados socialmente adequados e, para tanto, assumem as funções de avaliar e orientar os “alunos-problema”, visando à sua adaptação e ajustamento ao sistema escolar (Patto, 1987).

Esta percepção se consolida, com um embasamento maior, ao se constatar que apesar de em toda a documentação analisada as questões pedagógicas estarem sempre descritas, quando nos

detemos às fichas dos alunos encaminhados ao SOE, não é essa a compreensão que se tem. Pelo que foi observado a partir da documentação levantada, a maioria dos alunos encaminhados a esse serviço é devido a problemas de conduta comportamental. São encaminhamentos decorrentes de discussões entre colegas de classe, entre alunos e professores, assim como algum tipo de avaria ao patrimônio material escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se, por meio da pesquisa realizada no Cemdap, que o Serviço de Orientação Educacional presente nessa instituição provavelmente foi pautado na concepção educacional adaptacionista. Essa concepção está estreitamente relacionada a uma lógica biologizante, na qual os conceitos da biologia são transportados de modo que propiciem uma compreensão dos problemas sociais, por intermédio das ideias de adaptação ao meio, evolução e seleção.

Nesse contexto, discursos como o de competência escolar e inteligência seguem a mesma perspectiva dos processos biológicos, compreendidos como inatos e herdados, além de identificados como rapidez de execução relacionada às capacidades de adaptação (Patto, 1987).

Na prática, o objetivo era neutralizar toda ordem de problemas sociais, emocionais e cognitivos que pudessem interferir na atividade pedagógica e influenciarem a dinâmica escolar.

Nesta perspectiva, o SOE teria que adequar os estudantes e, principalmente, os “alunos problema” ao sistema de ensino e, futuramente, ao mundo do trabalho. Desse modo, mesmo que o discurso se pautasse no desenvolvimento das potencialidades individuais, por meio de uma educação embasada no conhecimento científico, o que se percebia de fato era a normalização dos

sujeitos. Importante ressaltar que o SOE brasileiro teve relevante influência do caráter psicométrico e clínico da época, um dos fundamentos da formação e atuação do orientador educacional e que se estendeu fortemente até a década de 1990.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira**: um estudo a partir de uma abordagem crítica do capital humano. 273 f. (Dissertação de Mestrado). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/RJ, 1940.

BARROS, Zilma Gomes Parente de. **Redefinição conceitual dos colégios de aplicação** (Série dissertações). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1988.

BRASIL. Decreto nº 4.073 de 30/01/1942a / Poder Executivo Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942414503-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. Decreto nº 4.244 de 09/04/1942b / Poder Executivo Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942414155-133712-pe.html>. Acesso em: 12 out. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.141 de 28/12/1943** / Poder Executivo Federal. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del6141.htm. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.053 de 12/03/1946a / Poder Executivo Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9053-12-marco-1946-417016-publicacaooriginal-1pe.html#:~:text=decreta%3A,matriculados%20no%20curso%20de%20did%C3%A1tica>. Acesso em: 18 maio 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.613 de 20/08/1946b/ Poder Executivo Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del9613.htm#:~:text=DEL9613%2D46&text=DECRETO%2DLEI%2ON%C2%BA%209.613%2C%20DE%2020%20DE%20AGOSTO%20DE%201946.&text=Art._profissional%20dos%20trabalhadores%20da%20agricultura. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 5.564 de 21/12/1968/ Poder Executivo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/15564.htm. Acesso em: 21 maio 2021.

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. **Regimento interno do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Sergipe, 1960.** (Pacotilha 25).

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. **Regimento interno do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Sergipe, 1975a.** (Pacotilha 25).

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. **Regimento interno do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Sergipe, 1981.** (Pacotilha 25).

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. **Projetos educacionais produzidos pelo SOE (1980 - 1989).**

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. **Planos de trabalho pedagógico produzidos pelo SOE (1980 - 1989).**

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. **Fichas de alunos encaminhados ao SOE (1980 - 1989).**

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. Aspectos da fundação e do progresso de “reconhecimento” do Ginásio de Aplicação revelados em remanescentes documentais no acervo do Cemdap. In: PAULILO, André Luiz; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da; CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza (org.). **A pesquisa em acervos da escola e da educação.** 1. ed. Campinas (SP): Mercado das Letras, 2023.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Gualhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Brasil, 1822/2022: 200 anos de escolarização. **Educação em foco**, Belo Horizonte (MG), ano 25, n. 46, p. 8-33, mai./ago., 2022.

FRANGELLA, R. C. P. Colégio de Aplicação e a instituição de uma nova lógica de formação de professores: um estudo histórico no Colégio de Aplicação da Universidade do Brasil. In: I Congresso Brasileiro de História da Educação. **Anais**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Educação, p. 1-13, 2000.

GRINSPUN, Mírian P. S. Zippin. **A importância da Orientação Educacional no processo educativo**. 1976. 428 f. Tese (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro/RJ, 1976.

GRINSPUN, Mírian P. S. Zippin. **A Orientação Educacional: conflito de paradigma e alternativas para a escola**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013. p. 263.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A legislação de educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas**. 367 f. (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2010.

MELO, Rafaela Cravo; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. O perfil estudantil do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1959-1968). Uma investigação de fontes seriais do arquivo escolar. **Boletim Historiar**, Aracaju (SE), v. 08, n. 04, p. 69-92, out./dez., 2021.

OLIVEIRA, Nayara Alves de. **A inserção de acadêmicos e licenciados do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe no campo educacional sergipano (1968-1978)**. 2017. 263 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2017.

PATTO, Maria Helena Souza. **Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

SOUZA, Rosa Fátima de. Preservação do patrimônio histórico escolar no Brasil: notas para um debate. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 199-221, jan./jun. 2013.

PARTE II

OUTROS TEMAS:
Instituições, modelos
educacionais, trajetórias
de professoras intelectuais
e reflexões sobre a
pesquisa histórica



O FRACASSO ESCOLAR DO ENSINO PRIMÁRIO BRASILEIRO REPRODUZIDO NO GRUPO ESCOLAR RURAL JOSÉ ROLLEMBERG LEITE (1954 - 1964)

ANDREZA CRISTINA DA SILVA ANDRADE

INTRODUÇÃO

Este capítulo analisa o desempenho dos estudantes do ensino primário do Grupo Escolar Rural José Rollemberg (GERJRL) na primeira década de funcionamento da instituição, entre os anos de 1954 e 1964. Trata-se de uma instituição pública de ensino fundada em 1953, localizada na periferia de Aracaju, capital do estado de Sergipe, na região Nordeste do Brasil. Este estudo está relacionado a uma pesquisa em desenvolvimento cujo objetivo principal é estabelecer compreensões sobre a história do GERJRL, entre os anos 1953 e 1974, dentro do contexto da campanha nacional de expansão do ensino primário brasileiro e do processo de expansão urbana da cidade de Aracaju.

Esta investigação utilizou a metodologia da pesquisa documental. Desta forma, para atingir o nosso objetivo analisamos os dados registrados em um livro de atas de promoção referentes aos exames de promoções e exames finais realizados entre os anos de 1954 e 1972, depositados no arquivo permanente da instituição. Na presente investigação, nos deteremos apenas às atas dos anos de 1954 até 1964, para analisarmos o desempenho dos alunos e estabelecermos compreensões sobre os primeiros anos de funcionamento da escola, que nesse período oferecia o ensino primário do 1º ao 4º ano.

O livro de atas aqui analisado é parte do patrimônio histórico documental do Grupo Escolar Rural José Rollemberg Leite depositado no arquivo permanente daquela instituição. Esse patrimônio histórico educacional é composto por uma vasta massa documental que traz consigo um grande potencial não só para análises sobre o desempenho dos estudantes, mas também sobre a configuração histórica da instituição nos primeiros anos de funcionamento, oferecendo pistas acerca da história do ensino primário sergipano e brasileiro na época mencionada. O patrimônio documental é bastante diverso e, além de ser composto por documentos confeccionados em suporte de papel, abrange também a arquitetura, o “lugar da escola”, móveis, quadros negros, cadernos de estudantes, cadernetas de professores, quadros parietais, equipamentos, fotografias, dentre outros objetos utilizados na rotina das instituições de ensino ao redor mundo (Mogarro *et al.*, 2010; Mogarro; Namora, 2016).

Os documentos dos arquivos escolares fornecem informações históricas sobre a escola, sobre a população que a frequentou e frequenta, sobre as práticas ali engendradas e ainda revelam as relações construídas com o bairro e a cidade (Vidal, 2005). De tal modo faz-se mister preservar estes locais de memória.

ASPECTOS DA REPROVAÇÃO E EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A reprovação e a evasão escolar como noção do fracasso do sistema educacional no Brasil tornaram-se um problema de cunho sociopolítico ao longo da história da educação pública brasileira. Esses indicadores ganharam notoriedade desde a década de 1930, tendo sido motivo de debates acadêmicos e servido de argumento para elaboração de políticas públicas voltadas para a educação. Esse problema não tem a ver com a melhoria ou

degradação da qualidade do ensino, nem com as capacidades de aprender dos sujeitos, ele deve ser pensado como uma construção social (Paulilo; Gil, 2019).

Os pesquisadores Paulilo e Gil (2019) destacam quatro fatores dentro da história da escola que promoveram o surgimento, a apreensão, a ampliação da reprovação e da evasão escolar e, por conseguinte, para o estabelecimento da noção de fracasso escolar: (1) os exames escolares; (2) os testes psicológicos e as notas escolares; (3) a implantação da escola seriada e a afirmação da obrigatoriedade escolar; (4) o aperfeiçoamento das estatísticas do ensino.

Os exames escolares estiveram presentes desde o século XVI com o surgimento da escola moderna e se expandiram no século XIX quando aparecem nas legislações provinciais, contudo, os seus resultados não eram vistos como sinônimo de fracasso ou êxito, eram realizados principalmente para marcar rituais de finalização escolar. Além disso, nem todos os estudantes que frequentavam a escola eram submetidos a tais provas e os registros dos referidos exames eram raros (Gil, 2018).

Somente a partir das primeiras décadas do século XX com o surgimento das escolas graduadas é que os exames e a atribuição de notas numéricas, assim como atrelar tais notas a testes psicológicos passaram a fazer parte da rotina da escola brasileira, classificando os estudantes a fim de garantir uma homogeneidade como representação da eficiência do ensino primário. Deste modo, na escola graduada, a reprovação nos exames criou a retenção, ou seja, o aluno que não lograsse êxito nos exames finais seria obrigado a cursar novamente a série que já havia cursado, resultando numa acentuada distorção idade-série e posterior evasão da escola. Essas práticas sistemáticas institucionalizadas na escola foram responsáveis pela exclusão de parcelas inteiras da sociedade brasileira (Paulilo; Gil, 2019).

A constituição de 1934 trouxe a educação como um direito do povo e uma obrigação do estado promovendo um movimento de ampliação e democratização da educação básica. Ante essas garantias legais, as estatísticas em torno da escola se tornaram mais detalhadas e mais rigorosas, deram conta de apresentar à sociedade os números relativos à quantidade de matrículas e do alcance ao ensino primário. Os números sobre educação do país, mesmo sem ter a intenção, acabaram por revelar os indicadores de reprovação e evasão que passaram a ser objeto de análises, discursos e debates sobre a eficiência do sistema educacional do Brasil e a se consolidar como um problema político-educacional (Gil, 2018).

As discussões acerca dessa temática se concentraram inicialmente não no modelo de escola, mas nas capacidades dos alunos. Somente a partir da década de 1970 os olhares sobre as causas do fracasso escolar mudaram o foco, ora tratado como uma produção social típica de uma sociedade de classes antagônicas, ora associado à diversidade cultural, sendo esta última uma perspectiva mais recente (Paulilo; Gil, 2019; Gina de Faria, 2009, p. 184).

Na década de 1940, os números do analfabetismo no Brasil eram preocupantes e o número de escolas era insuficiente para atender a população em idade escolar. Havia um déficit de mais 40.000 (quarenta mil) escolas, eram necessários mais de 100.000 (cem mil) professores primários e as escolas que existiam, principalmente as rurais, funcionavam em condições precárias (Inep, 1948).

No estado de Sergipe, o número de escolas entre as décadas de 1950 e 1970 saltou de 814 para 2.112, sendo que, segundo a dependência administrativa, os municípios tiveram um aumento maior no número de estabelecimentos de ensino, saltando de 275 para 1.333. As escolas estaduais, por sua vez, aumentaram menos que as municipais, saindo de 441 para 491 unidades esco-

lares (IBGE, 1953; 1965; 1977). A Tabela 1 demonstra a evolução no número de escolas por dependência administrativa no estado de Sergipe, no período supracitado.

Tabela 1 – Ensino primário – Ensino fundamental comum – Unidades escolares segundo a dependência administrativa – 1953/1974

Segundo a dependência administrativa					Segundo a localização			
Ano	Total	Públicas			Particulares	Nas sedes		Outras localidades (ensino rural)
		Federais	Estaduais	Municipais		Municípios (ensino urbano)	Distritos (ensino distrital)	
1953	814	1	441	275	97	254	28	532
1963	1.315	1	506	644	164	458	7	850
1974	2.112	11	491	1333	277	598	-	1514

Fonte: IBGE Anuário, 1953, 1965 e 1977. Tabela adaptada pela autora.

Apesar de ter havido, no período mencionado, um relativo crescimento no número de escolas primárias e, conseqüentemente, no número de matrículas, a quantidade de estudantes que conseguiam concluir essa etapa da educação básica era ínfima, quando comparada ao número de matrículas. Em 1952, por exemplo, dos cerca de 40.000 estudantes que ingressavam na escola primária em Sergipe, apenas 1.422 conseguiram concluir essa etapa dos estudos. Já na capital, Aracaju, dos cerca de 8.000 estudantes matriculados, somente 720 chegaram a concluir o ensino primário (IBGE, 1954). Este cenário demonstra que, embora as condições de acesso ao ensino primário tenham melhorado, essa melhoria não aconteceu em relação às condições para garantir a permanência dos estudantes nas escolas.

O Grupo Escolar Rural José Rollemberg Leite foi criado no cenário educacional descrito anteriormente. Esta instituição educacional foi entregue à comunidade do conjunto Agamenon Magalhães na inauguração desse residencial, em 27 de março de

1953. Contudo, sua regularização somente foi feita em 07 de novembro desse mesmo ano, por meio do Decreto-Lei nº 244/1953. A escola foi construída para atender às famílias que foram instaladas no primeiro conjunto habitacional de Aracaju, oriundas de comunidades extremamente pobres que ocupavam irregularmente os arredores do centro da capital de Sergipe.

A criação do grupo escolar rural na zona periférica de Aracaju deu-se por meio da campanha de expansão do ensino primário rural em voga em Sergipe e em todo o Brasil, liderada pelo INEP associado a órgãos internacionais que financiavam a construção de escolas primárias e de escolas normais rurais em todo o território nacional. Já em seus primeiros anos de funcionamento, o GERJRL foi marcado por altos índices de reprovação e evasão escolar, como será demonstrado a seguir, espelhando outros estados do Brasil.

Ao olharmos para o estado de São Paulo, por exemplo, embora tenha sido um dos percussores na campanha de expansão do ensino primário e do ensino rural, apresentava altas taxas de reprovação e evasão escolar na década de 1950. Esse quadro se repetia em Sergipe e em outros estados brasileiros. Almeida Júnior (1957), na Conferência Regional sobre a Educação Gratuita e Obrigatória, promovida pela UNESCO e realizada em abril de 1956, em Lima, capital do Peru, chamou a atenção para os números do ensino primário brasileiro, em especial do estado de São Paulo, relativos à reprovação e à evasão escolar desde o início da república até aquela década. Embora tenha havido evolução econômica e cultural naquele período, o estado apresentava números negativos na educação primária. Para sanar a situação do ensino paulista, Almeida Júnior sugere que São Paulo siga os exemplos americano e inglês com a promoção automática dos estudantes do ensino primário. Entretanto, seriam necessárias antes, segundo ele, algumas providências capitais: “1.º) aumento

da escolaridade primária; 2.º) cumprimento efetivo da obrigação escolar; 3.º) aperfeiçoamento do professor; 4.º) modificação da vigente concepção do ensino primário; 5.º) revisão dos programas e dos critérios de promoção” (Almeida Júnior, 1957, p. 15). Sem que houvesse tais providências, nem a “promoção em massa”, nem a “promoção por idade” e nem tampouco a “promoção automática”, medidas adotadas no ensino primário norte americano, inglês e em outros países, seriam convenientes ao ensino paulista e ao brasileiro. Para Almeida Júnior antes de tudo seria necessário modificar a visão sobre a escola primária, até então vista, inclusive por educadores, como uma instituição seletiva e, portanto, excludente (Barreto; Mitrulis, 2001).

DESEMPENHO ESTUDANTIL NO GRUPO ESCOLAR RURAL JOSÉ ROLLEMBERG LEITE

Os registros do livro de “Atas de promoção” revelaram as taxas de aprovação, reprovação, evasão escolar, organização das turmas, dentre outros aspectos do dia a dia do Grupo Escolar Rural José Rollemberg Leite. Além de trazer informações específicas sobre o GERJRL, uma análise dessas atas de promoção também nos ofereceu pistas, por exemplo, para buscarmos compreender melhor o perfil dos estudantes do ensino primário nas décadas de 1950 a 1970 em Aracaju e outras localidades de Sergipe. E ainda, realizar estudos comparativos com os dados de outras regiões do país, estabelecendo compreensões e problematizando aspectos da organização do sistema de ensino brasileiro e as políticas educacionais vigentes à época.

As atas estudadas registram que os exames de promoção aos quais eram submetidos os estudantes do 1º ano ao 3º ano e os exames finais realizados pelos alunos do 4º ano, eram realizados no final de cada ano letivo, em meados do mês de novembro, na pre-

sença de uma comissão que acompanhava o certame. A comissão era composta por uma presidente, geralmente a diretora do grupo, as professoras das respectivas turmas a serem avaliadas e uma fiscal, que geralmente eram professoras de outras turmas da mesma escola. Essa informação fica evidente quando comparamos as atas de anos diferentes e com os livros de ponto da época que trazem os nomes das professoras lotadas na unidade escolar no período em que foram realizadas as provas finais.

A partir da análise das atas da primeira década de funcionamento GERJRL, ou seja, dos anos de 1954 até 1964, período suficiente para ingresso e conclusão das primeiras turmas do GERJRL, verificamos que muitas turmas eram exclusivamente femininas ou masculinas, mas também havia as turmas mistas.

Os registros encontrados até 2025 não asseguraram que todos os estudantes matriculados nas turmas do GERJRL no referido arco temporal tenham sido submetidos aos chamados exames finais, posto que há atas com registros de apenas um ou dois estudantes promovidos na turma sem que haja a informação de que os demais não foram fazer os exames ou que tenham sido retidos. No estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, há relatos de que nem todos os estudantes do ensino primário participavam das referidas provas, apenas os alunos que os professores julgassem capazes eram submetidos ao certame; este fato nos leva a questionar os dados do ensino primário da época relativos às promoções, reprovações e evasões (Gil, 2018).

Tomando como base os registros das atas, o número de estudantes na primeira década de funcionamento do GERJRL variou pouco, como pode ser observado na Tabela 2 a seguir, sendo de aproximadamente 350 em média o número de estudantes ao longo da década. O ano com o menor número de alunos registrados foi 1959, com 214, e o ano com maior registro foi 1958, com 431 registros de exames.

Tabela 2 – Estatística dos resultados dos exames de
promoção e exames finais do GERJRL realizados de 1954 a 1964

ANO	Promovidos			Reprovados			Não Compareceram			Total
	MASC	FEM	%	MASC	FEM	%	MASC	FEM	%	
1954	39	44	37,7	91	46	62,3	-	-	-	220
1955	51	49	27,6	176	26	55,8	10	50	16,6	362
1956	41	47	33,7	119	10	49,4	31	13	16,9	261
1957	81	74	49,1	131	9	44,3	21	0	6,6	316
1958	72	59	30,4	123	98	51,3	79	0	18,3	431
1959	74	25	46,3	84	30	53,3	0	1	0,5	214
1960	113	122	59,0	99	45	36,2	19	0	4,8	398
1961	65	64	35,1	72	102	47,4	37	27	17,4	367
1962	58	61	39,8	47	62	36,5	41	30	23,7	299
1963	86	100	55,4	48	63	33,0	23	16	11,6	336
1964	72	81	39,0	98	66	41,8	51	24	19,1	392

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir do Livro de Promoções de 1954-1972 do GERJRL.

Observando a Tabela 2 acima, percebe-se que entre os anos de 1954 e 1964 foram registrados no livro de atas 3.596 alunos, dos quais 3.123 realizaram os exames de promoção ou finais no GERJRL. Do total de alunos que realizaram os exames no período em questão, apenas 1.478 foram promovidos, que equivalem a 47,3%, e mais da metade, 1.645, que equivalem a 52%, foram reprovados por não atingirem a média regulamentar da época. Também foram retidos na mesma série, por não terem comparecido aos exames, 473 alunos que correspondem a 13,2%. Na prática, ao somarmos o número de estudantes retidos por reprovação com o número de retidos por não terem comparecido, tivemos 2.118 retidos, correspondendo a 58,9% do total de alunos registrados nas atas do período. Significa dizer que a escola não cumpria o seu papel social de ensinar e garantir a evolução do alunado para a série seguinte, ao contrário, ela retinha os estudantes promovendo uma distorção idade-série e por conseguinte estimulava a evasão escolar. Nas atas observamos que mesmo os alunos do

ensino infantil já eram retidos na mesma série, muitos deles chegaram a reprovar por mais uma vez endossando as estatísticas do fracasso escolar. Eram utilizadas nas atas as expressões “fraco” e “forte” para designar algumas turmas, revelando que era utilizado como critério para a formação das turmas o desempenho dos estudantes, comum naquela época.

Dentre os alunos registrados, 2.152 (60%) eram do sexo masculino e 1.444 (40%) eram do sexo feminino. Dos que realizaram os exames e reprovaram, 66% eram meninos e 34% eram meninas. Os alunos do sexo masculino também eram maioria, 51%, entre os que ficaram retidos por não comparecerem para a realização dos exames. Proporcionalmente, as meninas reprovaram menos que os meninos, ou seja, dentro do universo de meninas que fizeram os exames (1.283), foram reprovadas 43% delas enquanto dentre os meninos que realizaram os exames (1.840) quase 60% deles reprovaram.

O fracasso escolar que aparece estampado nas estatísticas registradas no livro de atas de promoções do GERJRL entre os anos de 1954 e 1964 denota que o desempenho dos alunos daquela instituição não era muito diferente do panorama nacional que vinha sendo demonstrado desde os anos de 1930 e 1940, a exemplo dos dados revelados nos estudos de Anísio Teixeira e de Teixeira de Freitas. O problema da reprovação e da evasão escolar continuou sendo carreado no sistema educacional brasileiro nas décadas seguintes, como demonstraram as pesquisas de Romanelli (1978), Luiz Antônio Cunha (1977) e Patto (1993).

Esse cenário expõe as chagas da educação sergipana. Fica evidente que apesar da campanha de expansão do ensino primário no território sergipano ter estado muito presente nos discursos dos governadores de Sergipe desde os anos 20 até os anos 70 do século XX, sempre carregados de muitos números relativos à quantidade de escolas construídas e a matrícula do ensino pri-

mário, o que se via era a ineficiência das escolas que já existiam e, também, das recém-construídas. Em 1930, o governador à época, Manuel Correia Dantas, em sua mensagem à Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, mencionou que naquele ano foram matriculados nas 314 unidades escolares 16.834 alunos; destes, 3.535 evadiram da escola. Nesta mesma mensagem o governador atribui a culpa da evasão às famílias; segundo ele, os pais desviam os estudantes da escola por qualquer motivo (Sergipe, 1930).

Já na década de 1940, o governador José Rollemberg Leite elegera como principal meta de seu governo a ampliação da rede de ensino de Sergipe, em sua mensagem à assembleia em 1949, ele destaca que o nível de civilização de um povo se mede através do número maior ou menor de analfabetos, por isso, o programa dele estava voltado mais do que tudo para melhorar a educação sergipana, construindo escolas nos quatro cantos do estado, sobremaneira nas zonas rurais que eram as mais carentes (Sergipe, 1949).

O governador José Rollemberg Leite foi um grande entusiasta do programa nacional de ampliação do ensino rural promovido pelo INEP em associação com órgãos internacionais, principalmente em parceria com os Estados Unidos da América. O trabalho desenvolvido por José Rollemberg Leite junto com seu secretário Acrísio Cruz, na empreitada do INEP, colocaram o estado de Sergipe na condição de estado modelo para a campanha nacional de expansão do ensino primário rural. Ao final de seu primeiro governo ele havia construído 218 escolas em todo o território sergipano. Contudo, os seus adversários políticos – a exemplo de Nunes Mendonça, professor, jornalista e deputado estadual – questionavam o número de unidades construídas, bem como a qualidade do ensino ofertado nessas escolas.

De acordo com Nunes Mendonça (1958, 1961), os números de reprovação e evasão nas escolas de Sergipe eram “alarmantes”, sendo apontadas como causas a extrema pobreza e as más

condições de saúde da população e ainda, a ineficiência dos professores.

Para Patto (1993), o fracasso escolar das crianças das classes mais pobres era produzido por mecanismos seletivos internos próprios da dinâmica institucional, e não por consequência de possíveis deficiências cognitivas das crianças. O fracasso era legitimado por um discurso científico e naturalizado pelas pessoas envolvidas. A mesma autora considera ainda como possíveis causas para o fracasso escolar fatores intraescolares, através dos quais se dá a reprovação da clientela escolar pobre, como os critérios para a formação das turmas a cada ano letivo, a qualidade da formação dos professores, as relações de poder estabelecidas na escola entre os atores escolares e autoridades hierarquicamente superiores à escola. Com isso, valoriza essas relações de cunho histórico-sociais mais do que a origem social dos estudantes.

As estatísticas do GERJRL expõem o fracasso não só da escola local, mas se assemelha às estatísticas de outros estados do país e expõe a ineficiência do sistema educacional brasileiro da época aqui tratada e largamente estudado por Patto (1993), Faria (2008), Gil (2008, 2018), Paulilo (2017), dentre outros.

Para além dos números do desempenho apresentado pelos estudantes do GERJRL nos exames de promoção e finais realizados no recorte temporal investigado, deve-se questionar quais eram as condições de funcionamento daquela escola na época? Relatórios da Secretaria de Obras Públicas de Sergipe custodiados no Arquivo Público do Estado de Sergipe informam que em 1954, ano seguinte à inauguração do grupo escolar em tela, foram necessários inúmeros reparos na estrutura do prédio, dando a entender que a escola foi construída de maneira açodada para a inauguração junto com o conjunto habitacional. A disponibilidade de materiais para realização do trabalho das professoras e do funcionamento geral da escola também deve ser levado em conta.

Nessa mesma pauta, no livro de atas de reuniões pedagógicas do GERJRL, já na década de 1960, há registros da carência de materiais e de funcionários, fatores considerados pelas professoras como pontos que dificultam o trabalho delas (ACEJRL, 1961). Aliás, as carências e dificuldades de ordem estrutural e administrativas em escolas públicas de ensino primário no Brasil, tanto na década de 1950, quanto nas décadas que se seguiram, não eram uma prerrogativa somente do Estado de Sergipe. Quando tomamos como exemplo a moderna e planejada Brasília, inaugurada em 1960, veremos diversas denúncias publicadas entre 1960 e 1965, no jornal *Correio Brasiliense*, mais especificamente na coluna “Visto, Lido e Ouvido”, de autoria do jornalista Ari Cunha, que davam conta de expor as carências de materiais e estrutura s nas escolas de ensino elementar de Brasília, expondo dessa maneira que havia uma diferença entre o plano educacional de Anísio Teixeira, à época responsável pela pasta da educação da capital federal, e a realidade das escolas daquela cidade recém inaugurada, sobremaneira no bairro da Asa Norte, habitado por pessoas mais pobres (Anjos, 2022).

As questões relativas às condições de funcionamento do GERJRL no período aqui estudado merecem ser investigadas com base nos documentos oficiais depositados no arquivo escolar da instituição e em outros espaços de guarda documental. Outro ponto que merece atenção, não somente no GERJRL, mas também em outras unidades de ensino de Sergipe, é a formação das professoras que lecionavam naquelas primeiras turmas. De acordo com Nunes Mendonça (1958), as professoras não recebiam a devida formação para lecionarem, geralmente eram nomeadas por indicação política, apesar de documentos oficiais do governo federal propagarem que especialmente as professoras dos grupos escolares rurais recebiam a devida formação, como é destacado no relatório direcionado ao INEP em 1950 pelo correspondente internacional Robert King Hall, um dos colaboradores da cam-

panha nacional de expansão do ensino rural e também um dos responsáveis pela formação das professoras rurais.

Segundo Paulilo e Gil (2019), as explicações sobre as causas da reprovação e da evasão escolar que gravitavam em torno da marginalização e da carência cultural foram pouco a pouco superadas por uma crítica sistemática das condições de escolarização da população. Os exames e a seriação deixaram de ser vistos como as causas principais do fracasso escolar, dando lugar aos critérios da formulação dos exames e à forma como a escola classificava e discriminava os estudantes.

Observando a reprovação escolar através das lentes da Sociologia da Educação, o estudioso Pierre Bourdieu afirma que a escola contribui para a reprodução social da transmissão do capital cultural herdado da família, sendo que este capital é um “privilegio social”, um tipo de cultura que não é distribuído de maneira equitativa (Bourdieu, 2014). Nesse contexto, a escola fortalece as desigualdades sociais sob o disfarce de ser neutra e para todos, excluindo os filhos das camadas mais carentes através do fracasso escolar de maneira sutil e até mesmo imperceptível sob a ilusão de que todos, aparentemente, são providos de oportunidades iguais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do livro de atas dos exames finais e de promoções, realizados entre os anos de 1954 e 1964 no Grupo Escolar Rural José Rollemberg Leite, foi possível perceber que o desempenho dos estudantes das primeiras turmas da instituição coadunava com o cenário estadual e nacional, onde a maior parte dos estudantes que ingressavam no ensino primário reprovava e/ou evadía da escola. Embora tenha havido uma ampliação na oferta de matrícula com o aumento do número de escolas em Sergipe e em todo o país, as condições e incentivos para permanência na escola não foram sufi-

cientes para superarmos o problema do fracasso escolar e do analfabetismo entre a maioria da população brasileira.

O fracasso escolar na década de 1950 já era comum no cenário educacional brasileiro, este problema passou a ser exposto e amplamente debatido desde a década de 1930 com a implementação sistemática do uso das estatísticas escolares; a partir de tais números foi possível revelar as fragilidades do sistema público de educação do país trazendo este problema para o centro do debate acadêmico acerca das possíveis causas do retumbante fracasso e para a formulação de políticas públicas voltadas para melhorar a eficiência da escola brasileira.

A análise de parte do livro de atas de promoção possibilitou não somente revelar o fracasso escolar presente desde a primeira década de funcionamento do GERJRL, como também permitiu estabelecer comparações com outras realidades e suscitar questionamentos e investigações sobre as condições de funcionamento sob as quais estava submetida a comunidade escolar naquele momento. Os números do desempenho escolar aqui apresentados demonstraram que o fracasso escolar do ensino primário brasileiro era reproduzido no Grupo Escolar Rural José Rollemberg Leite.

REFERÊNCIAS

ACEJRL, Arquivo do Centro de Excelência José Rollemberg Leite. **Livros ata de promoção dos estudantes de 1955 a 1974.**

ACEJRL, Arquivo do Centro de Excelência José Rollemberg Leite. **Livro ata de reuniões de 1961.**

ACJERL, Arquivo do Centro de Excelência José Rollemberg Leite. **Livros de ponto dos funcionários de 1955 a 1974.**

ALMEIDA JÚNIOR, Antônio. Repetência ou promoção automática? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, n. 65, p. 3-15, jan./mar. 1957.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Ari Cunha e as críticas ao sistema de ensino de Brasília na coluna Visto, Lido e Ouvido (Correio Braziliense, 1960-1965). **Revista História da Educação (Online)**, 2022, v. 26: e120337 DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/120337>

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; MITRULIS, Eleny. Trajetória e desafios dos ciclos escolares no País. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 103-140, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9795> . Acesso em: 22 jan. 2025.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. Os herdeiros: os estudantes e a cultura. Tradução: Ione R. Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Ed. UFSC, 2014.

FARIA, Gina Glaydes Guimarães de. **Os ciclos do fracasso escolar: concepções e proposições**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2008.

FARIA, Gina Glaydes Guimarães de. O Fracasso Escolar nas Páginas de Cadernos de Pesquisa: Um Percurso de Investigação. **Educativa**, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 171-189, jan./jun. 2009. DOI: 10.18224/educ.v12i1.902 . Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/902> Acesso em: 22 jan. 2025.

GIL, Natália de Lacerda. Reprovação escolar no Brasil: história da configuração de um problema político-educacional. **Revista Brasileira de Educação** v. 23, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230037>.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil, 1953**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1953.pdf Acesso em: 09 abr. 2022.

MOGARRO, Maria João. *et al.* Inventário e Digitalização do Património Museológico da Educação – um projecto de preservação e valorização do património educativo. **História da Educação**, Pelotas, v. 14, n. 30, p. 153-179, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/12310>. Acesso em: 30 jul. 2022.

MOGARRO, Maria João, NAMORA, Alda. Educação e patrimônio cultural: Escolas, objetos e práticas, Perspectivas multidisciplinares sobre

a cultura material. *In*: MOGARRO, Maria João (coord.). **Educação e Patrimônio Cultural**: escolas, objetos e práticas. Edições Colibri; Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. 2016.

MENDONÇA, José Nunes. **A educação em Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina Ltda., 1958.

MENDONÇA, José Nunes. **Pelo desenvolvimento de Sergipe**. Aracaju: Centro Sergipano de Estudos Pedagógicos, 1961.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1993.

PAULILO, André Luiz. A Compreensão Histórica do Fracasso Escolar No Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47 n. 166 p. 1252-1267, out./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053144445>.

PAULILO, André Luiz; GIL, Natália de Lacerda. Fracasso Escolar: Debates Sobre Reprovação e Evasão na Escola Brasileira no Século XX. *In*: GIL, Natália de Lacerda; LIMA, Ana Laura Godinho (org.). **O Rendimento da Escola Brasileira em Questão**. São Paulo: FEUSP, 2019.

ROMANELLI, Otaíza. **O História da educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis: Vozes, 1978.

VIDAL, Diana Gonçalves. Apresentação do dossiê arquivos escolares: Desafios à prática e à pesquisa em História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 10, p. 71-73, jul./dez. 2005.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: A arquitetura como programa. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

INVESTIMENTOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO MODELO ESCOLA-FAZENDA NO COLÉGIO AGRÍCOLA BENJAMIN CONSTANT (1967 - 1985)

ARISTELA ARESTIDES LIMA

INTRODUÇÃO

Este capítulo integra os resultados da tese¹ intitulada “Aprender a fazer e fazer para aprender”: configurações do modelo escola-fazenda no ensino profissional agrícola (1967-1986), cujo objetivo central foi investigar “[...] o modelo escola-fazenda no processo de padronização técnico-científica e de expansão da rede federal de ensino profissional agrícola em âmbito nacional, bem como sua configuração no Colégio Agrícola Benjamin Constant/SE” (Lima, 2021, p. 16). Neste capítulo, destacam-se os investimentos realizados para a implantação do modelo escola-fazenda no antigo Colégio Agrícola Benjamin Constant, no período de 1967 a 1985, com ênfase nos financiamentos decorrentes de acordos e convênios internacionais firmados pelo Brasil.

As fontes utilizadas foram identificadas e coletadas em diversos arquivos e acervos, físicos e digitais, públicos e particulares, tais como o INEP-CIBEC, o Arquivo Nacional de Brasília, o Ministério da Educação, o Domínio Público e acervos particulares de pesquisadores. Destaca-se, em particular, o levantamento documental realizado no acervo do Campus de São Cristóvão do Instituto Federal de Sergipe, que preserva a documentação histórica

¹ Tese defendida pela autora em 2021, pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFS.

do Colégio Agrícola Benjamin Constant, além de entrevistas com ex-estudantes e ex-professores.

O modelo escola-fazenda foi implementado pelo Ministério da Educação em 33 escolas da rede federal de ensino profissional agrícola entre 1967 e 1986. Essa iniciativa resultou em transformações significativas no espaço e no tempo dos colégios agrícolas, além de ressignificações nas práticas pedagógicas, centradas na tríade ensino/trabalho/produção. Essa abordagem foi sintetizada no lema propagandístico “aprender a fazer e fazer para aprender”, que refletia a integração entre teoria e prática no processo educativo (Lima, 2021).

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA FAZENDA. INVESTIMENTOS INICIAIS

O processo de implantação do modelo escola-fazenda no Benjamin Constant teve início entre os anos de 1967 a 1969 por meio do convênio firmado pelo MEC/USAID/CONTAP II, na condição de escola-piloto, junto a outras três instituições: Colégio Agrícola São Lourenço da Mata/PE, Colégio Agrícola Frederico Westphal/RS e Colégio Agrícola de Brasília/DF (Maduro, 1979 *apud* Sobral, 2005). O convênio previa, inicialmente, a estruturação de três escolas-piloto de nível médio para a adaptação ao modelo escola-fazenda.

Com base no Livro de Protocolo do Colégio Benjamin Constant do ano de 1969, foi possível identificar alguns equipamentos e reformas destinados à reestruturação física da instituição, relacionados ao processo de implantação do modelo escola-fazenda (Brasil, CABC, 1969). Tais aquisições visavam proporcionar as condições necessárias para o desenvolvimento das práticas de campo, além de favorecer o funcionamento geral da instituição.

Apesar das limitações de informações disponíveis no livro de protocolo, foi possível identificar a participação de agências financiadoras de recursos, como o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a United States Agency for International Development (USAID).

Era necessário também que, além da implementação das condições físicas e estruturais, a escola cuidasse da “qualificação técnica e profissional dos professores e diretores” (Brasil, 1972a, p. 6). Neste sentido, no processo inicial de implantação do modelo escola-fazenda também foram observados investimentos em atividades de formação relacionados com a participação de funcionários em seminários e cursos.

Os 15 eventos relacionados no Quadro 1 a seguir representaram os investimentos realizados, em grande parte, sob a orientação do Ministério da Educação, para a qualificação dos recursos humanos do Colégio: diretores, professores e técnicos. Os três primeiros itens do quadro apresentam os encontros de diretores promovidos entre os anos de 1968 e 1969 pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e pelo Colégio Agrícola de Brasília.

Observa-se que a UFRPE promoveu seis dos quinze eventos em 1969, envolvendo o ensino agrícola. Este fato foi consequência do convênio realizado entre a UFRPE/SUDENE/MA em 1965, criando na Universidade de Pernambuco o CRETA - Centro Regional de Educação Técnico-Agrícola (Tavares, 2005). Algumas das atividades desenvolvidas na universidade eram os encontros de diretores dos colégios agrícolas do Nordeste, cujas finalidades eram a formação dos professores e a estruturação do ensino agrícola.

Quadro 1 – Aspectos da estruturação pedagógica do Colégio Benjamin Constant (1969)

Nº	Estrutura Pedagógica	Data	Realização
1	Relatório do II Encontro de diretores dos colégios agrícolas do Nordeste	17-22/06/68	UFRPE
2	III Encontro de diretores dos colégios agrícolas	2-7/06/69	UFRPE
3	IV Encontro de Diretores e técnicos da DEA	21-26/07/69	Colégio Agrícola de Brasília
4	Curso de treinamento para técnicos	1969	SUDENE
5	Cursos de Inseminação artificial	-	-
6	Curso de Oficinas Rurais	12 a 23/05/69	Colégio Agrícola de Brasília
7	Curso de Olericultura	10-15/07/69	UFRPE/SUDENE
8	Curso de Agricultura	07/69	UFRPE
9	Curso de abacaxicultura	8-26/09/69	Eloys Giacomelli UFRPE
10	Curso sobre a Escola-fazenda para diretores e professores	19-27/10/69	Shigeo Mizoguchi DEA
11	Curso de Zootecnia	17-11 a 6-12	UFRPE
12	Curso de Citricultura	1-15 de 12/69	UFRPE
13	Seminário de Ensino Agrícola	17-19/09/69	Secretaria da Educação da Bahia
14	Seminário de Pedagogia	7-9/05/69	Colégio B. Constant
15	Discussão com um técnico sobre o projeto Escola-fazenda	21/09/69	UFRPE/SUDENE

Fonte: Quadro construído pela autora a partir do Livro de Protocolo (Brasil, CABC, 1969).

No 4º encontro de diretores dos colégios agrícolas do Nordeste, ocorrido no período de 21 a 26 de julho de 1969, foi discutido o plano de curso das disciplinas técnicas com base no documento intitulado: Estrutura Curricular do Ensino Agrícola de Grau Médio. Este documento tratava das mudanças curriculares ocorridas a partir do ano de 1967, com inspirações na Lei de Diretrizes e Base da Educação e na ideia de um currículo integrado entre o

ensino geral e o profissionalizante. A ideia estava em conformidade com as novas configurações do ensino profissional agrícola, de um currículo integrado entre teoria e prática. A proposta era “[...] integrar a escola-agrícola média, de modo a interessá-la na solução dos problemas do meio rural ” (Alves, 1968, p. 91).

A proposta de ajustamento curricular do ensino agrícola ensejava a implantação de um modelo pedagógico específico para a preparação de técnicos agrícolas de nível médio capazes de atender ao mercado de trabalho já existente ou em formação, exigente de qualificações em extensão agrícola, crédito rural, produção e uso de máquina para a agricultura (Alves, 1968). Neste sentido, o convênio celebrado no ano de 1967 entre o Ministério da Educação e Cultura, a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e CONTAP deu continuidade aos sentidos do convênio anterior, de 1966, priorizando a adaptação pedagógica e administrativa, o ensino teórico com práticas agrícolas, a criação de cooperativas, a adaptação das escolas agrícolas a escolas-fazendas e o desenvolvimento de cursos de aperfeiçoamento para professores.

No ano de 1969, aproximadamente 15 eventos ocorreram envolvendo os diretores, professores e técnicos do Colégio Agrícola Benjamin Constant. Além dos encontros de diretores, também ocorreram cursos e seminários que trataram de conteúdos específicos do ensino agrícola, de Olericultura, Zootecnia e Agricultura. Dois desses eventos trataram diretamente do modelo escola-fazenda: o curso sobre a escola-fazenda para diretores e professores, com o Shigeo Mizoguchi, e uma reunião para discussão sobre o modelo. Nesse mesmo ano, o ex-diretor do Colégio, Laonte Gama, participou do curso sobre a escola-fazenda, com Mizoguchi. O ex-diretor destacou que o especialista, considerado pai do modelo escola-fazenda, era um profissional extraordinário e competente pelo seu compromisso com a implantação do modelo nas escolas agrícolas (Silva, 2019).

No processo de implantação do modelo no Colégio Benjamin Constant, Laonte Gama (2019) viajou para São Paulo, de acordo com as orientações de Mizoguchi, para conhecer as experiências de escola-fazenda em Presidente Prudente (SP) e em outras escolas agrícolas daquela região. Laonte Gama avaliou a implantação do modelo como um acontecimento importante, porque proporcionou a chegada de financiamentos do Governo Federal para a escola, os quais resultaram em mudanças na estrutura física do colégio e na qualificação do professor (Silva, 2019). Quanto à estrutura, os investimentos iniciais beneficiaram os pequenos animais, com a construção de novos aviários, na década de 1970.

A Figura 1 apresenta fotografia produzida em forma de “cartão postal” para a divulgação dos empreendimentos realizados no Colégio Agrícola Benjamin Constant sob a direção da Coordenação Nacional do Ensino Agrícola (COAGRI), no final da década de 1970. Nessa figura podem ser identificadas as seguintes instalações: (1) matriz para “ pinto de um dia ”, (2) galinha de postura, (3) frango de corte, (4) coelhário, (5) recria, (6) incubatório, (7) gerador de energia. A organização desses laboratórios disponibilizava uma estrutura para as práticas de campo nos aviários, coelhário e horta (Agricultura I e Zootecnia I).

Figura 1 - Reforma dos aviários, década de 1970 (Avicultura - Zootecnia I)



Fonte: Acervo do Colégio Agrícola Benjamin Constant

Os aviários eram compostos de uma estrutura e equipamentos modernos com o intuito de possibilitar aos estudantes o contato com as novidades da produção do setor avícola. Nesses espaços da escola-fazenda cabia aos estudantes desenvolver a manutenção de toda a rotina de produção, seja de frango para o abate ou a produção de ovos. Neste sentido, a vivência dos estudantes no aviário, principalmente no primeiro ano do curso, garantia a eles a formação e experiência para atuar nesse setor da produção animal (Lima, 2021).

Outros setores das denominadas Unidades Educativas de Produção (UEP) também receberam investimentos, através de reformas do espaço e compra de equipamento. Assim, o Colégio Benjamin Constant foi gradativamente implementando o modelo escola-fazenda, obedecendo às diretrizes pedagógicas e financiamentos do Ministério da Educação (Lima, 2021).

FINANCIAMENTOS RESULTANTES DE ACORDOS/ CONVÊNIOS INTERNACIONAIS

Esse direcionamento do MEC para os estabelecimentos de ensino agrícola da rede federal recebeu o aporte de acordos, convênios e empréstimos internacionais, instituídos na esfera de cooperação técnica e financeira entre o Brasil e os Estados Unidos da América. A esse respeito, durante o período de 1960 a 1970, o Colégio foi contemplado com financiamentos internacionais em virtude do seu processo de expansão e qualificação profissional, alguns dos quais podem ser observados no quadro seguinte.

Quadro 2 – Financiamentos recebidos pelo Colégio Benjamin Constant (1967-1975)

Nº	Financiamentos	Ano
1	Convênio - MEC/DEA/CONTAP/USAID	1967 - 1969
2	Convênio - MEC/USAID/SUBIM	1971- 1972
3	Empréstimo - BIRD 755- BR PRODEM/MEC/DEM	1971
4	MEC/PRODEM/BIRD	1974 - 1975
5	Contrato de empréstimo - 379/SF-BR PREMEN/BID	1975

Fonte: Brasil (1972b, 1974).

Foram identificados pelo menos cinco financiamentos internacionais investidos no Benjamin Constant entre as décadas de 1960 e 1970. A partir do convênio MEC/USAID/CONTAP (1967-1969), conforme relato feito anteriormente, introduziu-se no Colégio Benjamin Constant o modelo escola-fazenda, adequando-se às experiências já havidas na instituição. Nesse período, houve assistência técnica proveniente de cursos e reunião sobre o modelo e assistência financeira por meio da compra de equipamentos e de reformas estruturais, constituindo-se na etapa inicial da implantação do citado modelo na escola (Lima , 2021).

No ano de 1966 foi criado o EPEM (Equipe de Planejamento do Ensino Médio) para assessorar os estados na elaboração dos seus planos educacionais. Incluía as atividades do EPEM o pedido de expansão de ajuda financeira à USAID para a melhoria e expansão do ensino médio (construção de prédios adaptados ao currículo) (Arapiraca, 1982). No ano de 1971, conforme pode ser observado no quadro anterior (Quadro 2), foram identificados dois financiamentos: Convênio MEC/USAID/SUBIM e o Empréstimo BIRD 755- BR. O primeiro foi resultante dos acordos de cooperação técnica firmados junto à USAID e à Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN), ao final da década de 1960. O Colégio Benjamin Constant foi beneficiado, juntamente com mais oito colégios, de acordo com a tabela que segue.

Tabela 1 - Colégios beneficiados pelo convênio MEC/USAID/SUBIM (1971)

Nº	Colégios	Investimentos		Valor Financiado
		Mão-de-obra	Equipamentos	
1.	Colégio Agrícola Belo Jardim-PE	x	x	Cr\$ 76.320,32
2.	Colégio Agrícola Quissamã - SE	x	-	Cr\$ 58.041,18
3.	Colégio Agrícola Barreiros-PE	x	x	Cr\$ 56.519,72
4.	Colégio Agrícola Bambuí-MG	x	x	Cr\$ 55.422,82
5.	Colégio Agrícola Muzambinho-MG	x	x	Cr\$ 50.240,01
6.	Colégio Agrícola Santa Teresa-ES	x	x	Cr\$ 53.506,74
7.	Colégio Agrícola Alegre-ES	x	x	Cr\$ 28.264,48
8.	Colégio Agrícola Rio Verde-GO	x	-	Cr\$ 36.778,51
9.	Colégio Agrícola Brasília-DF	x	x	Cr\$ 223.414,98
TOTAL		-	-	Cr\$ 638.508,76

Fonte: Brasil (1972b).

A Tabela 1 apresenta a relação das escolas agrícolas beneficiadas pelo convênio MEC/USAID/SUBIM/1971. Foram financiados mais de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) para as nove instituições de ensino agrícola, e para o Colégio Agrícola Benjamin Constant² foi designada a cifra de Cr\$ 58.041,18 (cinquenta e oito mil, quarenta e um cruzeiros e dezoito centavos) para gastos com mão de obra. De uma forma geral, o intuito do convênio foi a estruturação das escolas, conforme o modelo escola-fazenda. Nesse mesmo ano de 1971, realizaram-se pelo MEC, além da as-

² No quadro o Colégio Benjamin Constant está identificado como Colégio Agrícola Quissamã.

sistência financeira, cursos, seminários e a implantação de cooperativas (Brasil, 1972b).

O segundo empréstimo (Bird 755-BR) contemplou o estado de Sergipe, e mais sete escolas agrícolas³, com investimentos destinados à ampliação, reconstrução e compras de equipamentos (Brasil, 1971). Esses investimentos envolveram o Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio (PRODEM), que manteve sua participação no ano de 1974, junto ao contrato MEC/BIRD, promovendo reestruturações nos estabelecimentos de ensino agrícola, inclusive a atualização de currículos e a formação dos recursos humanos. No Benjamin Constant, o contrato envolveu a continuidade das melhorias físicas e o treinamento de 11 profissionais da educação, com previsão para a continuidade até 1974 (Brasil, 1974).

A partir do ano de 1976, apesar de ter sido criada em 1973, a COAGRI iniciou suas atividades como órgão autônomo, cuja finalidade era oferecer assistência técnica e financeira aos estabelecimentos de ensino agrícola de 2º grau da rede federal de ensino (Brasil, 1983b). Nesse período, houve a continuidade das obras que já se encontravam em execução no Colégio Agrícola Benjamin Constant e nos colégios agrícolas de Rio Verde (GO), Brasília (DF), Castanhal-Manoel Barata (PA) e Belo Jardim (PE). Esse empreendimento ocorreu por meio do PRODEM com base no contrato 379/SF, junto ao PREMEN – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio. O diferencial nesse financiamento foi o incentivo à implementação de projetos agrícolas (Brasil, 1976). Os mencionados projetos representaram para as escolas agrícolas importante recurso metodológico do modelo escola-fazenda, cuja finalidade estava relacionada ao financiamento dos custos

³ Além deste colégio, outros sete também foram contemplados: Manoel Barata (PA), Belo Jardim (PE), Jundiá (SP), Santa Maria (RS), F. Westfalen (RS), Planaltina (DF), Rio Verde (GO) (Brasil, 1971).

do ensino e, também, à formação teórica e prática do técnico em agropecuária.

Por meio dos financiamentos empreendidos a partir do ano de 1974, oriundos dos contratos (MEC/PRODEM/BIRD; PREMEN/BID-379/SF-BR), a escola ampliou suas obras com a finalidade de melhor qualificação das práticas de campo. No ano de 1977, encontravam-se na fase de acabamento, na escola, obras resultantes do PRODEM. Nesse período, houve a aquisição de laboratórios de comunicação, agricultura, zootecnia, física, química e biologia (Nascimento, 2004).

Outras construções e ampliações no final da década de 70 do século XX, ocorridas no Colégio Agrícola Benjamin Constant, estão registradas na imagem da figura adiante. Na fotografia de propaganda institucional produzida pela Coordenação Nacional do Ensino Agrícola verificam-se, no conjunto das construções, alterações importantes no espaço escolar e outras configurações na cultura escolar do colégio direcionadas para alguns aspectos: difusão do cooperativismo e auxílio aos projetos da escola-fazenda - implantação e construção das instalações da cooperativa escolar (1); agregado à cooperativa foi construído o espaço para a comercialização de produtos para os alunos - a cantina (2); aumento da oferta de vagas, especialmente para o regime de internato - construção de três alojamentos para o internato (3); e implantação de inovações técnicas no processo de ensino-aprendizagem - construção do prédio e equipamentos para a agroindústria de laticínios (4).

Figura 2 – Novas edificações arquitetônicas no Colégio Agrícola Benjamin Constant. Alojamentos, agroindústria de laticínios e cooperativa-escola (1979)



Fonte: Acervo do Colégio Agrícola Benjamin Constant.

A imagem anterior apresenta a estrutura de novas edificações arquitetônicas criadas no colégio. A estrutura interna dos alojamentos era composta de dormitórios, com a capacidade para acomodar até 10 alunos, além de banheiros coletivos. Junto aos quartos existia uma sala de estudo com uma mesa e 10 cadeiras. Cada aluno tinha direito a um espaço para colocar botas e um armário para guardar suas roupas e seus pertences pessoais (Almeida, 2019).

Nas memórias de ex-professores observaram-se satisfatórias considerações feitas à Coordenação Nacional do Ensino Agrícola – COAGRI – e ao acordo MEC/BIRD, no tocante aos avanços da instituição até os anos de 1980, como a construção dos alojamentos, da cooperativa e dos laboratórios em geral.

Figura 3 – Laboratório de Agricultura (1982)



Fonte: Acervo do Colégio Agrícola Benjamin Constant.

A Figura 3 mostra o laboratório de Agricultura criado no Colégio Benjamin Constant, no final da década de 1970. Além desses dois laboratórios, também houve investimentos para os de zootecnia, química, física e biologia. Todos foram resultantes de financiamentos internacionais. Neste sentido, disse o professor Alberto Aciole: “[...] Então a escola avançou muito através desse acordo do MEC/BIRD. Um dinheiro que vinha dos Estados Unidos para ser aplicado diretamente dentro das escolas agrotécnicas, de uma maneira geral. Todas elas receberam algum benefício e São Cristóvão se desenvolveu e cresceu muito nessa época” (Bomfim, 2017).

Os benefícios recebidos para a estruturação do laboratório de biologia ocorreram no ano de 1982, após a elaboração de um documento preliminar intitulado “Equipamentos para Laboratórios de Biologia”. Esse documento foi construído com a participação de professores de Biologia de três escolas agrotécnicas federais: Sertão/RS, São Cristóvão/SE e Belo Jardim/PE (Brasil, 1982).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação e o funcionamento do modelo escola-fazenda na rede federal de colégios agrícolas no Brasil foram viabilizados por uma conjunção de fatores, incluindo financiamentos internacionais, diretrizes gerais emanadas do Ministério da Educação (MEC) e as condições específicas de cada instituição. Os recursos financeiros, provenientes de acordos e convênios com organismos internacionais – sobretudo aqueles liderados pelos Estados Unidos da América –, proporcionaram assistência técnica e financeira às escolas agrícolas. Esses investimentos resultaram na modernização de infraestruturas, aquisição de equipamentos e na qualificação de profissionais, alinhados à ideia de desenvolvimento e à política norte-americana para a região, fundamentada na teoria do “capital humano”.

A contrapartida exigida dos colégios agrícolas para receberem esses investimentos incluía a adoção do modelo escola-fazenda, a ampliação da oferta de vagas e a utilização das instalações e equipamentos nos processos de ensino-aprendizagem, especialmente em projetos agrícolas que visavam à produtividade. Esses projetos tinham uma dupla finalidade: funcionavam como campo de demonstração para a aprendizagem dos estudantes e como meio de autoabastecimento das escolas, contribuindo para a redução de custos operacionais.

No caso específico do Colégio Agrícola Benjamin Constant, os investimentos resultaram em transformações significativas na cultura escolar. Tais mudanças buscaram alinhar-se às diretrizes da Coordenação Nacional do Ensino Agrícola, que promovia o modelo escola-fazenda. Os impactos foram observados em diversas dimensões: na organização pedagógica, com a reformulação curricular para integrar teoria e prática; na qualificação dos recursos humanos; e na reforma e ampliação dos espaços fí-

sicos, desde os dormitórios até as áreas destinadas às práticas de campo. Além disso, houve um expressivo aumento no número de matrículas: em 1967, registravam-se 249 alunos matriculados, número que saltou para 471 em 1985.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Márcio Trindade. **Entrevista** concedida a Aristela Arestides Lima. São Cristóvão, 28 de março de 2019.

ALVES, Márcio Moreira. **Beabá do MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Gernasa, 1968.

ARAPIRACA, José Oliveira. **A Usaid e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano**. São Paulo: Editora Autores Associados, 1982.

BOMFIM, Alberto Aciole. **Entrevista** concedida à Aristela Arestides Lima. Aracaju, 21 de fevereiro 2017.

BRASIL. **CABC**. Livro de protocolo. Nº 72. Colégio Agrícola Benjamim Constant. São Cristóvão, SE, 1969.

BRASIL. **MEC**. Exposição de Motivos, nº 55, 1971.

BRASIL. MEC. PEÇANHA, Wolga (org.). **Manual da Escola-Fazenda**. CENAFOR. Brasília, DF: 1972a.

BRASIL. **MEC**. Relatório das metas e bases para a ação do Governo. Brasília, DF: 1972b.

BRASIL. **CABC**. Livro de Escrituração. Colégio Agrícola Benjamin Constant. São Cristóvão, SE, 1974.

BRASIL. **MEC**. COAGRI: Situação atual e perspectivas. Brasília, DF: 1976.

BRASIL. **MEC**. COAGRI. Relatório Geral. Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus. MEC. Brasília, DF: 1982.

LIMA, Aristela Arestides. **“Aprender a fazer e fazer para aprender”**: configurações do modelo escola-fazenda no ensino profissional agrícola (1967-1986). 2021. 264 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Memórias do Aprendizado**: oitenta anos de ensino agrícola. Maceió: Edições Cataventos, 2004.

SILVA, Laonte Gama da. **Entrevista** concedida a Aristela Arestides Lima. Aracaju, 11 de abril de 2019.

SOBRAL, Francisco José Montório. **A formação do técnico em agropecuária no contexto da agricultura familiar do Oeste Catarinense**. Tese (Doutorado em educação) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2005.

TAVARES, Carlos Alberto. A formação de professores agrícolas na Universidade Federal Rural de Pernambuco: histórico, realidade e perspectivas. In: **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, Recife, v. 2, p. 32-41, 2005.

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DA ACADEMIA SERGIPANA DE LETRAS¹

JOSÉ GENIVALDO MARTIRES

INTRODUÇÃO

O capítulo examina o papel das mulheres no processo de criação da Academia Sergipana de Letras (ASL), situando sua análise no contexto das transformações socioculturais e urbanísticas de Aracaju nas primeiras décadas do século XX. A pesquisa se insere na interseção entre história da educação e estudos de gênero, com ênfase nas dinâmicas de exclusão e inserção feminina em espaços literários e culturais.

Inicialmente, apresenta-se o panorama histórico da cidade de Aracaju, destacando as mudanças estruturais e os impactos da modernização urbana e educacional na constituição de novas redes de sociabilidade intelectual. Em seguida, analisa-se o surgimento de instituições culturais que fomentaram a produção literária e científica local, como o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), a Hora Literária e, posteriormente, a ASL. Especial destaque é dado às disputas e negociações que marcaram a exclusão das mulheres no momento de consolidação da Academia.

¹ Este capítulo faz parte da tese *Do Capelo ao Fardão*, inserção de professoras na Academia Sergipana de Letras, no século XX, defendida em 2020, no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação do Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição.

Através do cotejamento entre fontes e referências, o texto discute a relação entre gênero e poder nos campos literários e culturais de Sergipe, evidenciando práticas de exclusão das mulheres de espaço de consagração literária (Sapiro, 2019), local, como a Academia Sergipana de Letra. Por fim, a pesquisa destaca as contribuições das intelectuais sergipanas no campo literário e educacional, mesmo diante das barreiras impostas por um sistema predominantemente masculino.

ARACAJU NO ALVORECER DO SÉCULO XX. INSTITUIÇÕES CULTURAIS

Nas duas primeiras décadas do século XX, Aracaju passava por transformações estruturais com a criação de uma infraestrutura urbanística, como também de espaços voltados para a cultura letrada. Em relação a essas modificações, Ibarê Dantas (2004, p. 53-55) salienta:

O perfil da província monocultora, que marcou o período do império, foi sendo modificado com a diversificação de atividades sem precedentes em Sergipe, alterando o quadro social que adquiria maior densidade. Embora na primeira década republicana as opções de trabalho estivessem concentradas no campo, nos engenhos ou nas fazendas, paulatinamente as indústrias e os serviços, inclusive as casas comerciais foram proliferando no meio urbano e com elas aumentando o contingente de empregados. [...] a cidade inóspita do fim do século passado passou a ser atrativa. Os pântanos foram substituídos por bonitas praças. As condições sanitárias evoluíram, na terceira década a capital foi se impondo como opção de morada. Prósperos proprietários do campo e da cidade, sobretudo depois de 1914, foram investindo, construindo seus palacetes em estilo predominantemente eclético.

Novos atrativos urbanísticos, reorganização do espaço produtivo e de grupos sociais são características marcantes de Aracaju no início do século XX, nas primeiras décadas do regime republicano, conforme ressalta Dantas (2004). Essas transformações pelas quais Aracaju passou nas primeiras décadas do século XX ocorreram de forma gradual. A economia sergipana girava em torno dos produtos agrícolas, tais como cana-de-açúcar e o algodão, cuja exportação era destinada aos centros consumidores do sul e sudeste brasileiros. A capital já contava com duas indústrias têxteis (Sergipe Industrial e Confiança - Ribeiro Chaves), localizadas no Bairro Industrial. Apesar desse crescimento no setor produtivo, Aracaju enfrentava problemas urbanísticos. De acordo com a historiadora Maria Neli dos Santos (2002, p. 146):

O surgimento e ou ampliação de ruas não refletiu a transformação do espaço urbano e a reordenação da vida. Os problemas da cidade destoavam da modernidade anunciada. No verão, o pó vermelho, as areias muito alvas levantados das ruas descalças entranhavam-se nos poros e nas roupas dos bem-vestidos, nos trajes modestos da gente simples, causando desconforto. No inverno, precisava-se de disposição para sair de casa para a rua, vencer as camadas de lama e barro que pavimentavam os logradouros. Córregos, riachos ondulavam-se pela cidade.

Os problemas levantados nessa citação foram sanados aos poucos no decorrer da primeira metade do século XX, diferentemente do que ocorrera na capital federal a partir de 1903, com as reformas urbanísticas do prefeito Pereira Passos². No caso

² O engenheiro Pereira Passos fora convidado pelo Presidente da República Prudente de Moraes para administrar o município do Rio de Janeiro no intuito de promover modificações urbanísticas e sanitárias. Os casebres e cortiços foram demolidos, cedendo espaços às avenidas mais largas a exem-

de Aracaju, essas transformações urbanísticas ocorreram com maior intensidade no governo de Graccho Cardoso (1922-1926).

No tocante à vida cultural sergipana, nas primeiras décadas do século XX foi consolidado um grupo de intelectuais (homens e mulheres) que criaram diversas instituições culturais. No quadro em sequência são apresentadas essas agremiações:

Quadro 1- As entidades socioculturais em Aracaju, nas primeiras décadas do século XX.

Instituições	Ano
Loja Maçônica Cotinguiba	1872
Gabinete Literário Tobias Barreto	1889
Clube Literário 24 de julho	1898
Clube Esperanto	1907
Centro Operário Sergipano	1910
Sociedade Médica de Sergipe	1910
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe	1912
Centro Literário Educativo	1914
Liga Sergipense contra o Analfabetismo	1916
Centro Pedagógico Sergipano	1918
Centro Cívico Amintas Jorge	1918
Grêmio Tomás Cruz	1918
Academia Literária São Tomás de Aquino	1919
Sociedade de Medicina e Cirurgia de Aracaju	1919
Hora Literária Santo Antônio	1919
Centro de Propaganda do Voto Secreto	1923
Instituto Parreiras Horta	1924
Sociedade Odontológica de Sergipe	1928
Academia Sergipana de Letras	1929

Fontes: Souza (2001) e Nascimento (2012).

Era por intermédio desses clubes, agremiações e academias que intelectuais sergipanos estabeleciam as suas redes de sociabilidade, reforçando a caracterização do seu campo. No campo

plo das metrópoles europeias. Disponível em: <http://oswaldocruz.fiocruz.br/index.php/biografia/trajetoria-cientifica/na-diretoria-geral-de-saude-publica/reforma-pereira-passos>. Acesso em 10 jan. 2025.

educacional, o professor Magno Francisco de Jesus Santos (2013, p. 126) relata: “A educação tornou-se um dos principais veículos na disseminação da propaganda do novo regime, na guerra que os governos alegavam estar travando contra o analfabetismo e na construção da civilização brasileira”. Diversos intelectuais dessa época atuavam no Atheneu Sergipense, na Escola Normal, na rede particular de ensino³ e nos estabelecimentos de ensino profissionalizante (Escola de Comércio Conselheiro Orlando e a Escola de Artes e Ofício). De acordo com José Genivaldo Martires (2016, p. 11), esses intelectuais “[...] foram os porta-vozes da modernidade propagada pelo novo regime político, com suas propostas salvacionistas para o país e para o estado por meio das ideias educacionais, científicas e culturais”.

Outro aspecto que se percebe em algumas dessas instituições elencadas foi a participação das mulheres. Nesse sentido, a historiadora Maria Thétis Nunes (2008, p. 267) afirma:

Já atuavam na vida sergipana portadores de cursos superiores como a médica Ítala da Silva Oliveira, a farmacêutica Cezartina Regis, as dentistas Guiomar Calazans e Melo, Laura Amazonas, Ester Aranha, Mary Firpo, Maria Anita de Carvalho Leite, Dulce Menezes, Francisca Marsillac, as advogadas Alice Cardoso e, posteriormente, Maria Rita Soares de Andrade.

Além dessas mulheres elencadas por Nunes (2008), podemos destacar as professoras da Escola Normal: Etelvina Amália Si-

³ Colégios: Nossa Senhora de Lourdes (1903), Grêmio Escolar (1906), Salesiano (1911), Tobias Barreto (1909) e Instituto América (1920). Ver Dantas (2004).

queira⁴, Leonor Telles de Menezes⁵, Norma Reis⁶, Quintina Diniz⁷ e Penélope Magalhães dos Santos⁸, mulheres que contribuíram para a formação de gerações de normalistas em Sergipe.

O ensino superior em Sergipe não existia, exceto o Seminário Sagrado Coração de Jesus, criado em 1910, para a formação de sacerdotes. Na busca de continuidade dos estudos, os representantes das classes abastadas faziam seus cursos principalmente na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, em Direito, Medicina, Engenharia ou, seguiam a carreira militar.

-
- ⁴ **Etelvina Amália Siqueira** – Nasceu na cidade de Itabaiana/SE, em 05 de novembro de 1862, filha de José Jorge de Siqueira e Rosa Maria de Siqueira. Mudou-se para Aracaju, concluiu o curso normal em 1882, exerceu o magistério em colégios da capital e do interior, participou ativamente na campanha abolicionista por intermédio de seus artigos em jornais e no desempenho das suas funções de professora na Sociedade Libertadora Cabana do Pai Thomaz, organizada por Francisco José Alves. Escreveu vários discursos e poemas. Faleceu em 1935. Sobre Etelvina Amália de Siqueira ver Figueirôa (1994) e Pina (1994).
- ⁵ **Leonor Telles de Menezes** – Natural de Aracaju, do ano de 1890. Estudou na Escola Normal e foi professora deste estabelecimento de ensino. Notabilizou-se pelo seu vasto conhecimento na língua portuguesa. Escreveu vários discursos e poemas. Morreu em 1976. Ver Pina (1994).
- ⁶ **Norma Reis** – Nasceu no povoado Campinhos, município de Cristinápolis/SE, em 1888. Estudou no Colégio Nossa Senhora de Lourdes e Escola Normal. Foi professora de Francês da Escola Normal, criou o Colégio América (instituição particular de ensino), faleceu em 1985. Ver Pina (1994).
- ⁷ **Quintina Diniz** – Natural de Laranjeiras/SE, nasceu em 1878. Realizou os seus estudos na cidade onde nasceu. Iniciou o magistério no Colégio Santana, na cidade de Laranjeiras. Mudou-se para Aracaju, transferiu o Colégio Santana para a capital, foi professora da Escola Normal. Participou da luta em defesa do voto e da elegibilidade feminina, foi a primeira deputada estadual, em 1934. Faleceu em 1942. Ver Pina (1994) e Freitas (2003).
- ⁸ **Penélope Magalhães** – Natural de Laranjeiras, nasceu em 1886, onde fez os seus estudos. Foi professora na Escola Americana, na sua cidade Natal. Estudou na Califórnia, no período de 1898 a 1910. Ao retornar ao Brasil, lecionou na Colégio Ponte Nova, da igreja presbiteriana. Em seguida, voltou a Sergipe. Foi professora da Escola Normal e participou da implementação e organização do Jardim de Infância Augusto Maynard. Faleceu em 1982. Ver Nascimento (2002).

Entidades elencadas no Quadro 5 serviram como espaços de sociabilidade para propagar, entre outras ideias, o discurso de que seria possível retirar a população do país e do Estado da situação de ignorância e colocá-la nos trilhos do progresso. O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) foi um espaço de reunião de intelectuais com os propósitos de divulgar e mediar os conhecimentos científicos, análises socioeconômicas do Estado, preservação da História de Sergipe e a propagação da produção literária. De acordo com Itamar Freitas (2002, p. 17):

Funcionando como incubadora de diversas entidades, o IHGSE vai produzir os corpos que lhe tirarão a hegemonia, o prestígio em setores, como a promoção Literária (Academia Sergipana de Letras) e o fomento artístico (Sociedade de Cultura Artística de Sergipe).

A fundação do IHGSE foi marcada pela propagação dos ideais republicanos, tais como ordem, progresso e os valores cientificistas da época. Sob a liderança de Florentino Menezes e Prado Sampaio⁹, a edificação do IHGSE teve como propósitos discutir os principais problemas políticos e socioeconômicos do estado de Sergipe, e servir como um centro difusor de suas produções acadêmicas e literárias dos seus membros.

Dentre as entidades culturais criadas por intermédio dos integrantes do IHGSE, podemos citar a Liga Sergipana de Combate ao Analfabetismo, academias literárias e centro cívico. A Hora Literá-

⁹ **Joaquim Prado Sampaio Leite** - Aracajuano nascido em 03 de junho de 1865, filho do farmacêutico Joaquim do Prado de Araújo Leite e D. Lydia Carolina Alves. Estudou no Atheneu Sergipense, graduou-se Bacharel em Ciências Jurídicas em 1891, na Faculdade de Direito de Recife. Exerceu cargos nas magistraturas sergipana e pernambucana. Em 1907, foi nomeado lente catedrático de Literatura e Lógica do Atheneu Sergipense. Escreveu sobre várias temáticas, entre elas: história da geografia, filosofia e antropologia, poesias, direito etc. Faleceu em 13 de fevereiro de 1932. Ver Santos (2016).

ria (1919) e, posteriormente, a Academia Sergipana de Letras (1929) também foram criadas por um grupo de intelectuais que faziam parte do IHGSE. Com relação à ASL, verifica-se no quadro a seguir a relação de intelectuais do IHGSE que participaram de sua criação:

Quadro 2- Relação dos Intelectuais do IHGSE que participaram da criação da ASL

Nº	INTELECTUAIS	Data de nascimento	Data de falecimento	Nº da Cadeira
1	Abelardo Maurício Cardoso	12/06/1898	06/12/1976	29
2	Alfeu Rosas Martins	02/03/1888	26/07/1960	20
3	Arthur Fortes	28/07/1881	27/11/1944	10
4	Antônio Manuel de Carvalho Neto	14/02/1889	26/04/1954	25
5	Clodomir Silva	20/02/1892	10/08/1932	13
6	Luiz José da Costa Filho	03/10/1886	01/11/1948	11
7	Edison Ribeiro	21/08/1897	04/01/1957	32
8	Enock Santiago	10/11/1892	16/12/1957	30
9	Epiphânio Doria	07/04/1884	08/06/1976	40
10	Florentino Teles de Menezes	07/11/1886	20/11/1959	26
11	Gervásio Prata	18/06/1886	24/01/1968	28
12	Hermes Fontes	28/08/1888	25/12/1930	16
13	Helvécio Andrade	06/05/1864	19/08/1940	15
14	Humberto Olegário Dantas	13/12/1896	?	33
15	Hunald Santaflor Cardoso	02/09/1894	24/07/1973	36
16	João Passos Cabral	21/02/1900	13/04/1950	22
17	João Pires Wynne	05/09/1905	07/08/1974	19
18	José Augusto da Rocha Lima	22/07/1897	14/08/1969	04
19	José de Magalhães Carneiro	13/11/1880	28/04/1951	02
20	Mario Miranda Villas-Bôas	04/08/1903	23/02/1968	18
21	Joaquim Maurício Cardoso	12/02/1876	08/06/1870	21
22	Manuel dos Passos Oliveira Telles	28/08/1859	15/05/1935	17
23	Pedro Sotero Machado	13/05/1885	29/12/1939	37
24	Joaquim Prado Sampaio Leite	03/06/1865	13/02/1932	23

Fonte: Revista do IHGSE, 1917-1929

De acordo com as atas das assembleias do IHGSE, dos quarenta imortais escolhidos para a fundação da ASL, vinte e quatro eram sócios do IHGSE, inclusive participavam da diretoria do Instituto no momento da criação da ASL, a exemplo de Edison Ribeiro (2º vice-presidente), Florentino Teles de Menezes

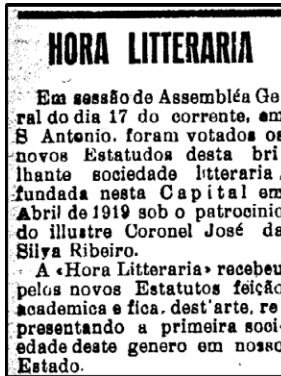
(1º secretário), Enock Santiago (2º secretário) e Epiphânio Doria (tesoureiro).

A ACADEMIA SERGIPANA DE LETRAS E AS MULHERES

Academia Sergipana de Letras foi fruto das atividades literárias desenvolvidas em “A Hora Literária General Calazans”, criada em 1919. Tratava-se de uma instituição de caráter recreativo e literário, onde poetas, escritores (as) e professores (as) pudessem debater temas, recitar poesias e difundir a cultura letrada em Aracaju. A sede da agremiação funcionava na residência do Coronel José da Silva Ribeiro¹⁰, nomeado patrono dessa associação literária.

Reunidos em assembleia ocorrida em julho de 1927, os membros da agremiação aprovaram o novo estatuto da entidade, formalizando os contornos acadêmicos na entidade, como evidencia a matéria jornalística a seguir:

Figura 1- Matéria da Hora Literária no Jornal Correio de Aracaju - 1927



Fonte: Jornal Correio de Aracaju, 1927

¹⁰ **José da Silva Ribeiro** - Nasceu em Simão Dias, mudou-se para Aracaju, onde desenvolveu atividades comerciais. Foi condecorado Patrono da Hora Literária e da Academia Sergipana de Letras, em razão da sua prática de mecenas com a produção literária do Estado. Faleceu em 1949. Ver Ribeiro (2005).

De acordo com essa modificação estatutária, a Hora Literária passou a contar, inicialmente, com 16 cadeiras fixas para os seus membros com os seus respectivos patronos e acadêmicos, propiciando uma estrutura embrionária para a academia de letras.

Quadro 3 – Relação dos (as) patronos (as) e acadêmicos (as) da Hora Literária José Calazans, em 1927

Nº	Patronos			Acadêmicos		
	Nome	Data de Nasc	Data de Falec	Nome	Data de Nasc	Data de Falec
1	Tobias Barreto	07/06/1839	26/06/1889	Antônio Garcia Rosa	08/12/1887	28/08/1960
2	Sylvio Romero	21/04/1851	18/07/1914	José de Magalhães Carneiro	13/11/1880	28/04/1951
3	Fausto Cardoso	22/12/1864	28/08/1906	Cleomenes Campos	10/08/1895	29/04/1968
4	Bittencourt Sampaio	01/02/1834	10/10/1895	José Augusto	22/07/1897	14/08/1969
5	Ivo do Prado	20/05/1860	24/04/1924	D. Antonio Cabral	08/10/1884	15/11/1967
6	Gumercindo Bessa	02/01/1859	24/08/1913	Manuel Santos Mello	05/12/1870	09/01/1941
7	Curvelo de Mendonça	29/07/1870	17/09/1914	Ranulfo Prata	04/05/1896	25/12/1942
8	Felisbelo Freire	30/01/1858	07/05/1916	Manoel Campos de Oliveira	08/01/1899	04/05/1969
9	Maximino Maciel	20/04/1866	02/05/1923	Rubens Figueiredo	10/06/1896	07/05/1978
10	Lapa Pinto	28/04/1839	22/11/1897	Jackson Figueiredo	09/10/1891	04/11/1928
11	Maria Perdigão	26/05/1895	14/08/1915	Etelvina Siqueira	05/11/1862	10/03/1935
12	Severiano Maurício Cardoso	14/03/1840	02/10/1907	Carlos Costa	27/10/1900	20/12/1974
13	Frei Santa Cecília	? / 1809	06/09/1859	Clodomir Silva	20/02/1892	10/08/1932
14	Horácio Hora	17/09/1853	01/03/1890	Gilberto Amado	07/05/1887	27/08/1969
15	Armando Guaraná	4/08/1848	10/05/1924	Helvécio Andrade	06/05/1864	19/08/1940
16	Pedro Calazans	29/01/1837	24/02/1874	Hermes Fontes	28/08/1888	25/12/1930

Fonte: Martires (2020).

Nesse quadro é possível observar o destaque na cor azul do item 11, onde há a presença de duas mulheres professoras – Maria Perdigão e Etelvina Siqueira – entre patronos e acadêmicos que formavam a Hora Literária, que foi a primeira proposta de formação dos acadêmicos para uma futura academia de letras. Sobre a participação de mulheres nessa agremiação, a professora Maria Lígia Madureira Pina (2004, p. 182) comenta: “Da Hora Literária participaram Etelvina Amália de Siqueira, Leonor Telles de Menezes e Cezartina Régis¹¹”. Entretanto, quando da fundação da Academia Sergipana de Letras, em primeiro de junho de 1929, as mulheres foram deixadas de lado na composição da agremiação literária. No quadro a seguir, pode ser verificado o rol de patronos e acadêmicos no momento da fundação.

Quadro 4 - Relação dos patronos e acadêmicos da ASL em 1929

Nº	Patronos			Acadêmicos Fundadores		
	Nome	Data de Nasc	Data de Falec	Nome	Data de Nasc	Data de Falec
1	Tobias Barreto	07/06/ 1839	26/06/ 1889	Antônio Garcia Rosa	08/12/ 1887	28/08/ 1960
2	Sylvio Romero	21/04/ 1851	18/07/ 1914	José de Magalhães Carneiro	13/11/ 1880	8/04/ 1951
3	Fausto Cardoso	22/12/ 1864	28/08/ 1906	Cleomenes Campos	10/08/ 1895	29/04/ 1968
4	Francisco Leite Bittencourt Sampaio	01/02/ 1834	10/10/ 1895	José Augusto da Rocha Lima	22/07/ 1897	14/08/ 1969
5	Ivo do Prado	20/05/ 1860	24/04/ 1924	D. Antonio Cabral	08/10/ 1884	15/11/ 1967

¹¹ **Cesartina Régis** – Nasceu em Laranjeiras/SE, em 1890. Fez o curso primário na sua cidade natal e o secundário na Escola Normal, em Aracaju/SE. Estudou o curso superior no Rio de Janeiro, onde se formou em Farmácia. Em Aracaju, exerceu a sua profissão, foi professora no Instituto Coelho e Campos, participou de diversas instituições culturais e das lutas femininas na primeira metade do século XX. Faleceu em 1980. Ver Pina (1994).

Nº	Patronos			Acadêmicos Fundadores		
	Nome	Data de Nasc	Data de Falec	Nome	Data de Nasc	Data de Falec
6	Gumercindo Bessa	02/01/1859	24/08/1913	Gilberto Amado	07/05/1887	27/08/1969
7	Manuel Curvêlo de Mendonça	29/07/1870	17/09/1914	Ranulpho Prata	04/05/1896	25/12/1942
8	Maximino Maciel	20/04/1866	02/05/1923	Rubens Figueiredo	10/06/1896	07/05/1978
9	Elizário da Lapa Pinto	28/04/1839	22/11/1897	Arthur Fortes	28/07/1881	27/11/1944
10	Francisco Antônio de C. Lima Júnior	04/06/1856	01/02/1929	Luiz José da Costa Filho	03/10/1886	01/11/1948
11	Severiano Maurício Cardoso	14/03/1840	02/10/1907	Carlos Camélio Costa	27/10/1900	20/12/1974
12	Frei José de Santa Cecília	?/1809	06/09/1859	Clodomir de Sousa e Silva	20/02/1892	10/08/1932
13	Horácio Hora	17/09/1853	01/03/1890	Manuel José Santos Melo	05/12/1870	09/01/1941
14	Manuel Armindo Cordeiro Guaraná	4/08/1848	10/05/1924	Helvécio Ferreira de Andrade	06/05/1864	19/08/1940
15	Pedro Calazans	29/01/1837	24/02/1874	Hermes Fontes	28/08/1888	25/12/1930
16	Ascendino Ângelo dos Reis	20/04/1852	16/09/1926	Manoel dos Passos de Oliveira Teles	29/08/1859	15/05/1935
17	Vigário José Gonçalves Barroso	21/03/1821	21/03/1882	Dom Mário Miranda Villas-Bôas	04/08/1903	23/02/1968
18	João Antônio Pereira Barreto	13/01/1876	07/08/1926	João Pires Wynne	05/09/1905	07/08/1974
19	José Luiz Coelho e Campos	04/02/1843	13/10/1919	Alfeu Rosas Martins	02/03/1888	26/07/1960

Nº	Patronos			Acadêmicos Fundadores		
	Nome	Data de Nasc	Data de Falec	Nome	Data de Nasc	Data de Falec
20	Francisco Antônio V. Caldas Junior	13/12/1868	09/04/1913	Joaquim Maurício Cardoso	12/02/1876	08/06/1970
21	Martinho Garcez	30/11/1850	11/08/1925	João Passos Cabral	21/02/1900	13/04/1950
22	Cyro de Azevedo	16/04/1858	16/01/1927	Joaquim Prado Sampaio Leite	03/06/1865	13/02/1932
23	Pedro Ribeiro Moreira	03/09/1848	30/01/1914	Júlio de Albuquerque	26/09/1878	03/09/1963
24	Antônio Dias Barros	19/12/1871	02/02/1928	Antônio Manuel de Carvalho Neto	14/02/1889	26/04/1954
25	Mons. Antônio Fernandes da Silveira	?/ 1795	30/01/1862	Florentino Teles de Menezes	07/11/1886	20/11/1959
26	Manuel Luiz Azevedo de Araújo	24/11/1838	21/10/1883	Benedito da Silva Cardoso	28/11/1903	12/07/1997
27	Salustiano Orlando de Araújo Costa	08/07/1834	23/08/1903	Gervásio de Carvalho Prata	18/06/1886	24/01/1968
28	Jackson Figueiredo Martins	09/10/1891	04/11/1928	Abelardo Maurício Cardoso	12/07/1898	06/12/1976
29	José Jorge de Siqueira Filho	01/02/1845	04/01/1870	Enock Matusalém Santiago	10/11/1892	16/02/1957
30	José Maria Gomes de Souza	15/03/1839	29/11/1894	João Esteves da Silveira	20/10/1868	21/06/1936
31	Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro	03/09/1851	29/06/1917	Edison de Oliveira Ribeiro	21/08/1897	04/01/1957
32	Manuel Joaquim de Oliveira Campos	01/06/1818	12/04/1891	Humberto Olegário Dantas	13/12/1898	?
33	Manuel Ladislau Aranha Dantas	27/06/1810	04/11/1875	Olegário Ananias Costa e Silva	06/07/1883	22/04/1956
34	José Lourenço de Magalhães	11/09/1831	23/11/1905	Augusto César Leite	30/07/1886	09/02/1978

Nº	Patronos			Acadêmicos Fundadores		
	Nome	Data de Nasc	Data de Falec	Nome	Data de Nasc	Data de Falec
35	Brício Maurício de Azevedo Cardoso	09/07/1844	23/11/1924	Hunald Santaflor Cardoso	02/09/1894	24/07/1973
36	José Joaquim de Oliveira	02/11/1820	16/09/1872	Pedro Sotero Machado	13/05/1885	29/12/1939
37	Guilherme Pereira Rabelo	05/06/1858	19/03/1928	Marcos Ferreira de Jesus	24/03/1893	01/12/1983
38	Joaquim Martins Fontes da Silva	22/08/1866	09/11/1918	Zózimo Lima	04/04/1889	19/01/1974
39	Balthazar de Araújo Góes	30/10/1835	13/01/1914	Epiphânio da Fonseca Doria e Menezes	07/04/1884	08/06/1976

Fonte: Martires (2020).

Ao compararmos os quadros 8 e 9, é perceptível, no que se refere ao ano de 1929, a retirada da patrona Maria Perdigão¹² e da acadêmica Etelvina Siqueira, as quais participavam da listagem de 1927. As razões dessa exclusão na recém-implantada academia foram apontadas por Jackson da Silva Lima (2017) como dois possíveis motivos: O primeiro representava uma solução para resolver uma disputa entre as tendências conservadora e renovadora, pela vaga da cadeira de Jackson de Figueiredo.¹³

¹² **Maria da Conceição Perdigão Ferraz** - conhecida como Concita Ferraz, nasceu em 26 de maio de 1895 e faleceu no dia 14 de agosto de 1915. Filha de Deusdedith da Silva Ferraz e Maria Amélia Perdigão. Na sua infância mudou-se para o Maranhão e, em seguida, para o Amazonas. Destacou-se como poetisa e redatora. Ver Pina (1994).

¹³ **Jackson de Figueiredo** - Nasceu em 09 de outubro de 1891, na cidade de Aracaju/SE, estudou Humanidades no Colégio Atheneu, concluiu o curso de Direito na Faculdade de Direito da Bahia em 1913. Foi professor e jornalista, atuou em vários jornais e revistas. Faleceu em 1928, na cidade do Rio de Janeiro. Ver Guaraná (1925).

Intervieram os moderados ou conciliadores de ambos os grupos ou alas em litígio para a superação dos desentendimentos, com meias proposições e panos quentes, como a da mudança do nome do patrono da cadeira 11 – Maria Perdigão (ocupada por Etelvina Amália de Siqueira), para Pedro de Oliveira Ribeiro, que seria preenchida por Edison Ribeiro (propenso a aceitar a proposta), ficando Abelardo Cardoso com a cadeira de Jackson Figueiredo, e resolvendo-se, assim, a pendência (Lima, 2017, p.18-19).

Segundo Lima (2017), essa disputa no campo persistiu durante o primeiro semestre de 1929, com acusações mútuas dos grupos, por intermédio de artigos nos jornais de Aracaju. Ess e conflito teve o seu término com a assembleia realizada no dia 13 de abril de 1929 e a posse da diretoria no dia 1º de junho do corrente ano, marco fundante da ASL.

O segundo motivo da exclusão de mulheres nos quadros da recém-criada academia, salientado por Lima (2017, p. 21), está relacionado com o “[...] modelo adotado: A Academia Brasileira de Letras, que, por seu turno, seguiu a congênera francesa, em cujos quadros não se permitia o belo sexo”, evidenciado no estatuto da agremiação no seu artigo 4º: “A Academia compõe-se de 40 membros efetivos, preferencialmente sergipanos residentes no Estado e de 20 membros correspondentes, brasileiros ou estrangeiros.” (Revista da Academia Sergipana de Letras, 1931, p. 47). A palavra “sergipano” foi interpretada de forma restritiva para acomodar apenas o gênero masculino entre os componentes da agremiação. Importante ressaltar que a escrituração das atas do período não apresenta registros relacionados com o “veto” da participação feminina na composição da ASL no momento de sua fundação.

De todo modo, o cenário intelectual da sociedade sergipana, na época da fundação da ASL, contava com mulheres intelec-

tuais que poderiam figurar como acadêmicas, e outras tantas que poderiam ser homenageadas como patronesses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do processo de criação da Academia Sergipana de Letras (ASL) revelou como as dinâmicas socioculturais e as estruturas de poder vigentes em Sergipe nas primeiras décadas do século XX moldaram as práticas de exclusão e inclusão nos campos literário e educacional. O estudo demonstrou que, apesar do protagonismo de mulheres intelectuais em instituições precursoras como a Hora Literária e em espaços educacionais significativos, a fundação da ASL consolidou um modelo elitista e masculinizado, fundamentado por padrões que privilegiavam os homens na composição de instituições sociais.

As tensões entre grupos conservadores e renovadores, somadas à adoção de modelos como a Academia Brasileira de Letras e a Academia Francesa, contribuíram para a exclusão das mulheres no momento de consolidação da ASL. Esse episódio evidencia como as relações de gênero foram historicamente estruturadas de forma a limitar a participação feminina em espaços de prestígio cultural, mesmo quando as mulheres já haviam conquistado posições significativas na educação e na literatura. Assim, as trajetórias de figuras como Etelvina Siqueira, Maria Perdigão e outras professoras da Escola Normal demonstram que, apesar das barreiras institucionais, as mulheres sergipanas contribuíram ativamente para a formação cultural e educacional do estado. Suas atuações evidenciam práticas de uma certa resistência e protagonismo que desafiaram as normas impostas pelo campo literário da época.

Por fim, este estudo reforça a importância de revisitar as narrativas históricas sobre o papel das mulheres na história da Aca-

demia Sergipana de Letras e, por conseguinte, de outros espaços de consagração intelectual, ampliando o olhar sobre os agentes e as instituições que moldaram a cultura educacional e literária sergipana. Ao destacar as contribuições das mulheres e as práticas de exclusão a que foram submetidas, busca-se contribuir para uma compreensão da história da educação e da cultura no Brasil, promovendo novas reflexões sobre a relação entre gênero, poder e produção intelectual.

REFERÊNCIAS

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe**: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

FIGUEIRÔA, Merivandra Soares. “**Matéria livre... Espírito livre para pensar**”: um estudo das práticas abolicionistas em prol da instrução e educação de ingênuos na capital da província sergipana (1881-1884). Orientador: Jorge Carvalho do Nascimento. 2007. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2007.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno. **Educação, Trabalho e Ação Política**: sergipanas no início do século XX. Orientadora: Zeila de Brito Fabri Demartini. 2003. 289 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Campinas, Campinas/SP, 2003.

FREITAS, Itamar. **A Escrita da História na “Casa de Sergipe” - 1913/1999**. São Cristóvão: Editora UFS, 2002.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro/RJ: Ed. Pongetti & C. 1925.

Hora Litteraria. **Correio de Aracaju**. Aracaju, 20 de julho de 1927, p.1. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

LIMA, Jackson da Silva. Prefácio: uma pesquisa notável. In: NASCIMENTO, José Anderson (org.). **Perfis Acadêmicos**. Aracaju/SE: Edise, 2017, p. 17-22.

MARTIRES, J. G. “**Flagrando a Vida**”: trajetória de Lígia Pina - professora, literata e acadêmica (1925-2014). Orientador: Joaquim Tavares da

Conceição. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2016.

MARTIRES, José Genivaldo. **Do capelo ao fardão: a inserção de professoras na academia sergipana de letras no século XX.** 2020. 324 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2020.

NASCIMENTO, José Anderson. **Olhares sobre a Loja Maçônica Cotinguiba.** Aracaju/SE: Criação Editora, 2012.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Historiografia Educacional Sergipana: uma Crítica aos Estudos de História da Educação.** São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2003.

NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe.** São Cristóvão/SE: Editora da UFS. 2008.

PINA, Maria Lígia Madureira. **A mulher na história.** Aracaju/SE: FUNDESE, 1994.

RIBEIRO, M. Discurso do Acadêmico Marcelo Ribeiro, em agradecimento à aposição de fotografia do Cel. José da Silva Ribeiro. **Revista da Academia Sergipana de Letras.** Aracaju/SE, n. 35, p. 249-254, 2005.

SAPIRO, Gisele. **Sociologia da Literatura.** Belo Horizonte/MG: Moinhos Contafios, 2019.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926).** São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2013.

SANTOS, Maria Neli. Aracaju na contramão da “Belle Époque”. **Revista de Aracaju.** Aracaju/SE: Gráfica Triunfo, n. 9, p. 143-156, 2002.

SANTOS, N. S. A Propósito do Sesquicentenário de Prado Sampaio: Notas Biobibliográficas sobre um Grande Intelectual Sergipano. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.** Aracaju/SE, n. 46, v. 1, 2016.

SOUZA, Cristiane Vitória. **A “República das Letras” em Sergipe: (1889-1930).** 2001. 183 p Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2001.

MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO FEMININA: VOZES DE EX-ALUNAS DO CENTRO DE ECONOMIA RURAL DOMÉSTICA SÃO JOSÉ (1954-1973)

JANYNE ROSSANA BARBOSA PEREIRA

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como foco o Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural promovido pela Associação de Proteção a Menores Abandonados São José (APMASJ), uma instituição criada para atender crianças e adolescentes em situação de pobreza no município de Maruim, Sergipe. Fundada em 19 de março de 1949 por iniciativa da professora Josilda de Mello Dantas¹, a APMASJ, segundo seu estatuto, tinha como objetivo “elevar a posição social da criança pobre, reconhecendo-a como um ser humano que é” (Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, 1949-1977, p. 1). Inicialmente voltada ao ensino primário, a instituição expandiu suas atividades para incluir a formação de adolescentes e jovens do sexo feminino em habilidades domésticas e gestão do lar.

Antes mesmo da fundação da APMASJ, em 1949, e da criação do Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural, em 1954, já existia uma iniciativa preliminar chamada Casa de Nazaré.

¹ A professora Josilda de Mello Dantas formou-se no magistério no Colégio Nossa Senhora de Lourdes em 1937 e, retornando à cidade natal, Maruim, começou a liderar o maior grupo de catequese do município, localizado no bairro São José. Iniciou um curso de primeiros pontos de bordado para meninas e jovens na Casa de Nazaré, “célula” do que em 1949 torna-se Associação de Proteção a menores abandonados São José.

Nessa fase inicial, as meninas aprendiam bordados simples. Com o estabelecimento do Centro de Economia Rural Doméstica São José e a parceria com a Escola Agrícola Benjamin Constant² e com a Diretoria do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura, a instituição passou a oferecer uma formação estruturada para meninas a partir dos 14 anos. Essa formação incluía alfabetização básica e práticas aplicadas, como preparo de alimentos, confecção de vestuário e trabalhos manuais.

De acordo com Nascimento (2004), o curso de preparação em economia doméstica rural “era um curso informal, considerado pelo Ministério da Agricultura como atividade escolar de extensão. Era uma espécie de contribuição do ensino agrícola para as populações femininas mais pobres” (p. 296).

Essa colaboração com instituições agrícolas possibilitou a ampliação do alcance educacional da APMASJ, consolidando um currículo que previa 34 horas semanais de atividades, conforme a Estrutura Curricular do Ensino Agrícola (Lemos, 1970). O objetivo não se restringia à qualificação para o trabalho doméstico; buscava-se também fortalecer as comunidades rurais por meio da capacitação das alunas, integrando conhecimento teórico e prático em um modelo educativo adaptado às necessidades sociais da época.

O acervo documental da APMASJ revela detalhes sobre a organização e os objetivos pedagógicos do curso. Entre os materiais analisados, o relatório de atividades do primeiro semestre de 1967 se destaca por explicitar a intenção de “estabelecer valores e ideais de educação como subsídio ao nosso centro. Não temos outros intuítos, senão, os de soerguimento da nossa Pátria, pelo levantamento de seus filhos” (Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, 1967).

² Atualmente a Escola Agrícola Benjamin Constant denomina-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) – Campus São Cristóvão.

Ao longo do século XX, a educação feminina em Sergipe atravessou um período de transformações significativas, marcadas pela criação de instituições como a Escola Normal Feminina e o Colégio Atheneu Sergipense (Freitas, 2003). Nesse cenário, a APMASJ, diferentemente de outras instituições, se posiciona como uma iniciativa singular ao oferecer formação para meninas em situação de pobreza, integrando-se a um movimento mais amplo de educação e profissionalização de mulheres. Este estudo examina os desdobramentos do curso de preparação de economia doméstica rural da APMASJ por meio do resgate das memórias de expressão oral de ex-alunas, utilizando, como fontes de estudo, documentos históricos, entrevistas e registros fotográficos. Busca-se identificar como essa experiência educativa contribuiu para a aquisição de habilidades práticas e o fortalecimento da autonomia das alunas, considerando também sua relevância no contexto da comunidade de Maruim. Além disso, o trabalho perfaz uma reflexão sobre as práticas educativas da instituição como ações voltadas para a educação feminina no contexto educacional sergipano.

Este estudo é parte integrante da dissertação de mestrado em andamento e baseia-se na análise de fontes documentais e na utilização da memória de expressão oral para compreender a trajetória e os desdobramentos do curso de preparação de economia doméstica rural da APMASJ. Foram examinados uma pasta de documentos do curso, relatórios de atividades, planos de aula, registros fotográficos e fichas estudantis, que incluem informações sobre frequência, notas e dados pessoais das alunas. Além disso, foram realizadas entrevistas com 6 ex-alunas do curso, buscando captar suas memórias e percepções sobre a experiência educativa na instituição.

Este capítulo está organizado em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, apresenta-se

o contexto histórico e social do Centro de Economia Rural Doméstica São José, destacando sua fundação, objetivos e primeiras atividades. Na segunda parte são analisadas as memórias das ex-alunas, enfatizando suas percepções sobre o impacto do curso em suas vidas. A terceira parte aborda as tensões entre objetivos institucionais e experiências pessoais, buscando identificar convergências e singularidades nas práticas pedagógicas. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados da pesquisa e suas contribuições para o campo da história da educação.

O CENTRO DE ECONOMIA RURAL DOMÉSTICA SÃO JOSÉ – MARUIM/SERGIPE

A Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, instituição que instituiu o Centro de Economia Rural Doméstica São José, foi fundada em um contexto de intensas transformações sociais e econômicas no Brasil, particularmente no Nordeste do Brasil. Em meados do século XX, a região enfrentava desafios relacionados à pobreza extrema, ao analfabetismo e à escassez de políticas públicas voltadas à infância e juventude. Nesse cenário, iniciativas como a APMASJ surgiram como respostas locais para atender a populações em situação de pobreza, oferecendo assistência social e educação básica.

O município de Maruim, localizado em Sergipe, onde a APMASJ foi estabelecida, era historicamente conhecido como um importante centro comercial do estado durante o século XIX, com destaque para a exportação de açúcar e algodão (História dos Municípios, 2002, p. 141). No entanto, com a decadência dessas atividades econômicas no início do século XX, a cidade passou por um processo de empobrecimento, marcado pelo aumento da desigualdade social e pela falta de oportunidades educacionais e profissionais. A fundação da APMASJ em 1949, por-

tanto, representou um esforço para enfrentar essas dificuldades, especialmente no que dizia respeito ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de pobreza.

A criação da APMASJ foi liderada por Josilda de Mello Dantas e inspirada por ideais cristãos. A instituição tinha como objetivo inicial oferecer ensino primário a crianças de ambos os sexos, complementando a alfabetização com valores morais e cívicos, próprios da época (Joana dos Santos, 2024). A expansão das atividades da APMASJ, com a inserção do Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural em 1954, reflete uma mudança estratégica na abordagem educacional da instituição. Essa iniciativa foi influenciada pelas políticas nacionais de ensino agrícola, promovidas pelo Ministério da Agricultura, que visavam integrar práticas pedagógicas com a formação técnica voltada para o meio rural (Brasil, 1946). A parceria com a Escola Agrícola Benjamin Constant foi fundamental para essa ampliação, permitindo que a APMASJ estruturasse um currículo que combinava alfabetização básica com habilidades práticas, como o preparo de alimentos, a confecção de vestuário e trabalhos manuais. Segundo Nascimento (2004, p. 297), “o curso preparava mão de obra para o exercício de funções como as de babá e empregada doméstica, ao mesmo tempo que alfabetizava as alunas”.

No contexto histórico mais amplo, a implantação do curso de Preparação de Economia Doméstica Rural também dialoga com as mudanças nas concepções de educação feminina no Brasil. Durante a primeira metade do século XX, muitas meninas nem sequer tinham acesso ao ensino primário, enfrentando barreiras sociais e econômicas que limitavam sua escolarização. Para aquelas que conseguiam estudar, as oportunidades eram restritas, com poucas possibilidades de acesso à educação técnica ou superior. Instituições como a APMASJ desempenharam um importante papel ao oferecer uma alternativa educacional que, em-

bora ainda restrita aos papéis tradicionais de gênero, buscava capacitar as alunas para contribuir economicamente e socialmente em suas comunidades. Assim, a APMASJ se insere em uma rede mais ampla de instituições educacionais e assistenciais que marcaram o cenário nordestino brasileiro no período. A análise de sua história e de suas práticas pedagógicas fornece uma visão amplificada sobre os desafios e as possibilidades da educação para parcelas menos favorecidas e/ou excluídas da população.

VOZES DAS EX-ALUNAS: MEMÓRIAS DE ENSINO- APRENDIZADO

Os relatos das ex-alunas do Centro de Economia Rural Doméstica São José oferecem uma visão abrangente sobre o funcionamento da instituição e os impactos de suas práticas pedagógicas. Implementado em um contexto de adversidades sociais, o Centro buscava fornecer formação educacional e profissional para meninas em situação de pobreza, articulando ensino primário e cursos de economia doméstica.

O cotidiano na instituição era estruturado em dois turnos. Durante as manhãs, as alunas participavam de aulas práticas, como corte e costura, arte culinária e bordado, enquanto as tardes eram dedicadas ao ensino primário. Maria Geni dos Santos (2024) relatou que “na parte da manhã era de arte culinária, era de bordado, era de corte e costura e à tarde era colégio, escola primária. [...] Eu fiz esse curso de arte culinária e de corte e costura em 2 anos. Nesses 2 anos eu fiz também o primário”. Essa divisão de atividades evidencia um esforço em aliar formação básica ao aprendizado de habilidades práticas, preparando as alunas para o trabalho doméstico e o mercado de trabalho.

A formação profissional oferecida pelo Centro era marcada por técnicas específicas da época. O uso de traçados da revista

Vogue, por exemplo, foi destacado por Maria Geni dos Santos (2024): “Os traçados eram da revista *Vogue*. [...] Foi através de Ana Maynard que ela ensinou traçado dessa revista. Ela aprendeu por correspondência”. Essa escolha reflete uma preocupação em proporcionar às alunas conhecimentos que pudessem diferenciá-las no mercado de trabalho, especialmente em áreas como confecção de roupas e bolos confeitados.

No entanto, é necessário refletir sobre os motivos que levaram à criação e manutenção de uma instituição com esse perfil. Atos de caráter altruísta, como a oferta gratuita de ensino e alimentação, geralmente estão inseridos em contextos históricos e sociais específicos. Nascimento (2004) aponta que a criação do curso de preparação em economia doméstica rural foi justificada pela visão da mulher campesina e pobre como um ser em estado de patologia, que precisava ser recuperado e reintegrado à vida social.

A fundação da APMASJ e, conseqüentemente, do Centro de Economia Rural Doméstica São José, pode ser compreendida como uma resposta às necessidades de uma comunidade marcada pela pobreza e pela exclusão social, mas também como parte de um projeto maior de moralização e controle social. Joana dos Santos (2024) lembrou que “eram meninas pobrezinhas, né? E ela [Dona Josilda] procurava todos para ajudar”. Essa narrativa, ao mesmo tempo que ressalta a assistência prestada, levanta questões sobre a relação entre caridade, poder e a reprodução de desigualdades.

As práticas pedagógicas do Centro de Economia Rural Doméstica São José também revelam intenções de disciplinarização e preparação das meninas para papéis sociais específicos. As alunas eram responsáveis por tarefas como cuidar de hortas e preparar alimentos que serviriam para a própria alimentação da escola. Joana dos Santos destacou que “cada um tinha sua horta,

seu pedacinho. [...] Servia para a alimentação, sopa de manhã e de noite”. Esse modelo, embora promovesse autonomia em certo grau, reforçava valores de trabalho e submissão a uma ordem social previamente estabelecida.

Outro ponto relevante é a forma como as avaliações eram realizadas. Maria Geni (2024) descreveu que, em arte culinária, as alunas sorteavam pratos para preparar: “Eu me lembro que o prato que eu tirei foi empada. No outro semestre foi um bife à milanesa”. Essa metodologia, ao mesmo tempo que incentivava a prática, também reproduzia a lógica de eficiência e desempenho, elementos centrais na formação de futuras trabalhadoras domésticas ou do setor de serviços. Anita Souza (2024), outra ex-aluna, ressaltou a importância da convivência e do aprendizado coletivo: “A gente fazia tudo junto, aprendia com as colegas e ajudava quem tinha dificuldade. Era como uma família”. Essa perspectiva reforça o caráter comunitário da instituição, evidenciando um ambiente de apoio mútuo e colaboração. Por outro lado, Maria Izabel dos Santos (2024) destacou aspectos marcantes da formação, como o ensino prático e as experiências no hospital: “A gente estudava enfermagem no hospital. Tinha o horário pra ir pro hospital. Tinha um enfermeiro chamado Gervásio. Ele era que era o nosso professor. Foi logo quando começou”. Sua fala demonstra como o curso buscava preparar as alunas para diversas áreas, como costura e enfermagem, oferecendo oportunidades de aprendizado voltadas à formação profissional e ao desenvolvimento de habilidades úteis para a vida cotidiana.

Os relatos das ex-alunas, ao destacarem os aspectos positivos da convivência e da formação, oferecem uma visão para análise, revelando os valores e objetivos que orientavam as atividades do Centro. No entanto, como argumenta Michael Pollak (1989, p. 8), toda memória coletiva é marcada por “zonas de sombra, silêncios e não-ditos”, que refletem tanto a seletividade da recordação

quanto as tensões em torno do que é possível ou desejável compartilhar. No caso da APMASJ, as memórias afetuosas e os relatos predominantemente positivos sugerem uma valorização do papel da instituição na vida das alunas. Contudo, aspectos menos evidentes, como possíveis dificuldades ou limitações da vivência escolar, podem estar implícitos nos silêncios que permeiam essas narrativas. Esses silêncios, segundo Pollak (1989), não são definitivos e podem se deslocar ao longo do tempo, emergindo em outros contextos sociais, políticos ou emocionais, à medida que novas vozes ou conjunturas permitam uma revisão das memórias institucionalizadas.

Essa perspectiva permite problematizar a natureza da assistência oferecida pelo Centro de Economia Rural Doméstica São José. Embora tenha promovido acesso à educação e à formação profissional, é necessário investigar até que ponto essas práticas estavam alinhadas com os interesses das próprias alunas ou se, em alguma medida, atendiam a demandas sociais e econômicas mais amplas, como a necessidade de mão de obra qualificada para funções específicas. Neste sentido, o trabalho do Centro não deve ser compreendido apenas como um ato de altruísmo, mas como parte de um contexto histórico em que a assistência social desempenhava também um papel de controle e organização social. Essa abordagem exige do historiador uma análise crítica, buscando compreender os porquês que fundamentaram as ações e escolhas da instituição, bem como os impactos que tiveram na vida das alunas e na sociedade em que estavam inseridas.

TENSÕES ENTRE OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E EXPERIÊNCIAS PESSOAIS

A análise das memórias de expressão oral das ex-alunas do Centro de Economia Rural Doméstica São José revela tensões entre os objetivos institucionais e as experiências vividas pelas meninas atendidas. A instituição foi fundada com a intenção de oferecer formação educacional e profissional, mas também desempenhou um papel de disciplinarização e moralização social. Enquanto algumas alunas destacaram os benefícios da formação recebida, como a aquisição de habilidades em corte e costura e culinária, outras memórias sugerem que as atividades também reproduziam uma visão limitada sobre o papel da mulher na sociedade.

O cruzamento entre as fontes orais e documentais permite refletir sobre as intenções e os resultados do curso. O objetivo da formação era proporcionar às alunas habilidades práticas para a vida cotidiana, como corte e costura, arte culinária e agricultura, além de possibilitar uma alimentação para os alunos da escola primária da instituição. Joana dos Santos recorda que, durante as aulas de culinária, “a gente já fazia para o almoço do povo”, e que as aulas de agricultura eram realizadas em uma área ampla da escola, onde plantavam hortaliças e legumes que eram utilizados para a alimentação. No entanto, embora essas atividades fossem importantes para o desenvolvimento de habilidades práticas, elas estavam muito focadas em tarefas tradicionais de gênero, como o cuidado com a casa e a família, sem promover uma verdadeira emancipação. As alunas aprendiam principalmente para atender às necessidades do lar ou para trabalhar para os outros, o que limita a ideia de uma preparação para uma vida mais autônoma ou para o mercado de trabalho em um sentido mais amplo.

No contexto histórico, a educação feminina era marcada por uma visão funcionalista, que visava preparar as mulheres para o cumprimento de deveres domésticos e sociais. No Brasil do período estudado, as desigualdades de gênero eram agravadas por condições econômicas e sociais adversas. As meninas atendidas pelo Centro de Economia Rural Doméstica São José pertenciam a um segmento menos favorecido da população, com poucas perspectivas de ascensão social. A formação oferecida, embora relevante dentro de suas limitações, não rompia com as barreiras estruturais que perpetuavam a pobreza e a exclusão social. Assim, o Centro de Economia Rural Doméstica São José pode ser visto como um reflexo das contradições de uma sociedade que oferecia assistência sem transformar as bases da desigualdade.

Para entender melhor as contradições do Centro de Economia Rural Doméstica São José, é fundamental observar como a assistência prestada às meninas, embora considerável, não conseguia romper com essas estruturas sociais que as mantinham em situação de pobreza. A formação oferecida pelo curso, voltada para atividades como corte e costura e culinária, refletia uma visão funcionalista da educação feminina, que visava preparar as mulheres para um papel restrito ao lar e ao serviço doméstico. Esse foco em habilidades específicas, embora valorizado pelas alunas em alguns casos, como a melhoria das condições de vida, também reforçava normas de gênero que limitavam as possibilidades de emancipação. Essa ambiguidade é ainda mais visível ao analisarmos o registro fotográfico de uma aula prática de preparo de alimentos, pela qual se substancia essa visão ao mostrar as alunas em um ambiente que reforçava a ideia de que seu lugar era no espaço doméstico, todas segurando panelas e recipientes com suas produções do dia, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Aula de preparo de alimentos no Centro de Economia Rural Doméstica São José (Década de 1970)



Fonte: Acervo de Gedalva Dantas (ex-aluna e ex-professora).

Embora possa ter atendido uma demanda por mão de obra qualificada para o mercado de serviços, a instituição também perpetuava uma visão limitada do papel das mulheres na sociedade. Por um lado, o curso proporcionou oportunidades de trabalho e melhoria de vida para algumas ex-alunas, mas, por outro, não desafiou as desigualdades de gênero e as barreiras sociais que perpetuavam a pobreza e a exclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre o Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural da APMASJ revelou a complexidade de uma iniciativa que unia assistência social e formação educacional em um contexto de profundas desigualdades sociais e de gênero. As memórias das ex-alunas destacam tanto os benefícios imediatos

da formação, como a aquisição de habilidades práticas, quanto as limitações impostas por um currículo que reforçava papéis tradicionais de gênero.

A análise crítica dessas memórias, à luz do pensamento de Michael Pollak (1989), permite compreender que, embora o Centro de Economia Rural Doméstica São José tenha desempenhado um importante papel na vida de muitas meninas, suas ações estavam inseridas em um contexto maior de disciplinarização e conformação social. Pollak argumenta que o presente influencia fortemente a maneira como o passado é lembrado, e, no caso das ex-alunas do centro, a memória coletiva parece responder a uma necessidade de ressignificar a experiência vivida em um contexto de desigualdade social. As memórias, portanto, destacam os aspectos positivos, como a aquisição de habilidades, para construir um senso de pertencimento e identidade, obscurecendo possíveis contradições ou dificuldades enfrentadas ao longo da trajetória da instituição.

Embora o Centro tenha atendido a demandas imediatas de subsistência, sua formação também sugere a limitação das possibilidades de emancipação plena ao reproduzir normas sociais que restringiam as mulheres a funções específicas. Neste sentido, o Centro de Economia Doméstica Rural da APMASJ reflete as contradições de uma sociedade que buscava mitigar os efeitos da pobreza sem alterar as estruturas que a perpetuavam. A compreensão dessa instrução oferece reflexões valiosas sobre a educação, o gênero e o desenvolvimento social, evidenciando como a educação pode ser utilizada tanto como instrumento de transformação quanto de manutenção de desigualdades. Para o historiador, investigar os motivos que levaram à criação do Centro de Economia Rural Doméstica São José é determinante para compreender as relações entre assistência, controle social e desenvolvimento comunitário. Essa abordagem crítica permite ir

além da celebração ou condenação das iniciativas, buscando situá-las em seu contexto histórico e social.

Como sugestão para futuras pesquisas, seria interessante explorar comparações com outras instituições similares no Brasil, investigando como diferentes contextos regionais influenciaram os objetivos e resultados de iniciativas voltadas para a educação de meninas. Além disso, estudos que incluam a perspectiva de outros envolvidos, como professores, gestores e membros da comunidade, podem oferecer uma visão mais abrangente sobre o impacto dessas instituições. Por fim, a análise das trajetórias de vida das ex-alunas em longo prazo pode contribuir para uma compreensão mais profunda dos efeitos dessas ações educativas de assistência e formação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MENORES ABANDONADOS SÃO JOSÉ. **Livro de Atas (1949- 1977)**.

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MENORES ABANDONADOS SÃO JOSÉ. **Pasta de Documentos da Escola de Preparação Doméstica Rural (1967)**: contendo Ofícios entre o Colégio Agrícola Benjamin Constant e a Associação de Proteção, planos de aula, recibos, relatórios de matrícula e conclusão, comunicados e solicitações, relatórios de prestação de contas.

BRASIL. **Lei nº 9.613**, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacao-original-1-pe.html>. Acesso em: 15 abr. 2024.

FERREIRA, Anita Santos. 2024. **Entrevista** concedida à mestranda Janyne Rossana Barbosa Pereira pela ex-aluna Anita Santos Ferreira em 18 de março de 2024.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX**. 2003. 310 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de

Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000297137> . Acesso em: 25 jun. 2024.

História dos Municípios. Aracaju: Cinform, 2002.

LEMOS, J. M. Santarém. **Estrutura Curricular do Ensino Agrícola de Grau Médio.** 2. ed. Brasília, DF: 1970.

MENESES, Gedalva Dantas. **Fotografia** do acervo da ex-aluna e ex-professora Gedalva Dantas (Aula de Nutrição e Preparo de Alimentos), 1970.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Memórias do aprendizado:** 80 anos de ensino agrícola em Sergipe. Maceió: Edições Catavento, 2004.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 02 dez. 2024.

SANTOS, Izabel dos. 2024. **Entrevista** concedida à mestranda Janyne Rossana Barbosa Pereira pela ex-aluna Maria Izabel dos Santos em 22 de março de 2024.

SANTOS, Joana dos. 2024. **Entrevista** concedida à mestranda Janyne Rossana Barbosa Pereira pela ex-aluna, ex-professora e ex-funcionária Joana dos Santos em 08 de março de 2024.

SANTOS, Maria Geni dos. 2024. **Entrevista** concedida à mestranda Janyne Rossana Barbosa Pereira pela ex-aluna Maria Geni dos Santos em 21 de março de 2024.

AGLAÉ FONTES E A VALORIZAÇÃO DA ARTE NO PROCESSO EDUCATIVO (1977-1982)

RÍSIA RODRIGUES SILVA MONTEIRO

INTRODUÇÃO

Em 1974, com formação nas áreas de filosofia e de música, quase duas décadas de experiência como docente e detendo saberes da prática nos campos do teatro e da comunicação, Aglaé Fontes chegou à Universidade Federal de Sergipe. A intelectual tinha outras especificidades: há muito tempo, vinha ampliando as suas ações como difusora da cultura popular sergipana nos textos produzidos para a sua Escolinha de Música¹, nas peças que escrevia para o seu Coral Expressionista e nas práticas educacionais implementadas nas instituições escolares por onde havia passado. Na UFS, a professora prosseguiria com suas pesquisas sobre o folclore sergipano e ampliaria suas ações e raio de alcance como mediadora cultural.

Aprovada em concurso da UFS para o cargo de Auxiliar de ensino nível 1, no Departamento de Ciências Educacionais da Faculdade de Educação, Aglaé Fontes lecionou no curso de Pedagogia as disciplinas: Introdução à Educação, Filosofia da Educação, Fundamentos da Psicologia da Educação I, Psicologia da Criança, Psicologia do Adolescente, Psicologia do Desenvolvimento I

¹ Escola fundada por Aglaé Fontes em 1955, após a primeira participação da professora nos Seminários Livres de Música, em Salvador (BA). A proposta da “Escolinha de Música”, como ficou conhecida, era oferecer iniciação musical para alunos de 4 a 13 anos de idade, incluindo aulas de piano. Para saber mais sobre o assunto, ver Monteiro (2021).

e Psicologia do Desenvolvimento II (Relatório de Atividades da Faculdade de Educação, 1977).

Nos programas das disciplinas Psicologia da Criança e Psicologia do Adolescente, foram confirmados alguns dos conteúdos curriculares, práticas docentes, entre outros aspectos rememorados por ex-alunas de Aglaé Fontes. Nas representações mais recorrentes das entrevistadas foram evidenciadas a admiração pela professora e suas práticas pedagógicas. Nesse sentido, a ex-aluna Iara Maria Campelo Lima recordou que:

[...] foi uma experiência diferenciada, uma vez que Aglaé não ficava presa à teoria, mas desenvolvia uma proposta de ensino-aprendizagem entrelaçando teoria e prática. Neste sentido, criava um espaço dialógico potencializando e valorizando as diferentes experiências dos alunos e alunas que enriqueciam a compreensão da teoria (Lima, 2020).

Em relação às aulas de Psicologia da Criança, lembrou a ex-aluna Maria Inês Melo Soares: “Jean Piaget era um teórico bastante estudado [...]. As aulas eram super dinâmicas a partir dos conteúdos programáticos da Educação Infantil: teoria e prática [...] com jogos, dramatização, brinquedos cantados, e daí surgiram os bonecos de vara e manipulados [...]” (Soares, 2020). O incentivo da professora Aglaé Fontes para o uso da arte como recurso pedagógico, com ênfase na cultura popular, foi também lembrado pela ex-aluna Neli de Almeida Tavares: “Ela envolvia a gente com essa força que ela sempre teve, essa visão de mundo, essa visão no campo da arte [...] era uma coisa que me atraía e eu levei pra minha sala de aula [...] ela estimulava muito pra que a gente trabalhasse em cima disso” (Tavares, 2020).

AGLAÉ FONTES NO CENTRO DE CULTURA E ARTE DA UFS E OS GRUPOS DE TEATRO

A valorização da arte no processo educativo por Aglaé Fontes contribuiu para o surgimento de grupos de teatro, como o grupo de teatro de bonecos Mamulengo de Cheiroso². Inicialmente, como um trabalho da disciplina Psicologia do Adolescente. Posteriormente, o grupo, trabalhando sobretudo temas da cultura popular sergipana, passaria a desenvolver suas atividades nas instalações do Centro de Cultura e Arte (Cultart)³, unidade da UFS, criada em 1974, responsável pelas ações de extensão relacionadas à cultura e à arte.

Em 1977, Aglaé Fontes foi designada para compor a comissão da UFS, presidida pela madre Albertina Brasil⁴, encarregada do plano de aplicação do programa “Bolsa Trabalho/Arte”, do Ministério da Educação (MEC), desenvolvido pela Fundação Nacional

² O grupo, que nasceu em 1978 como um recurso didático, continua ativo e é dirigido por Augusto Barreto, um dos seus primeiros integrantes. O Mamulengo de Cheiroso utiliza “bonecos” manipulados por atores em encenações que envolvem folguedos e histórias colhidas da cultura popular nordestina. Para saber mais, ver Monteiro (2021).

³ O Cultart foi criado em 1974 como Coordenação de Cultura e Arte da Universidade Federal de Sergipe, com o objetivo de promover e difundir atividades culturais e artísticas, aproximar a universidade da sociedade, oferecer cursos literários e artísticos, e manter grupos artísticos da UFS. Em 1978, passou a ser denominado Centro de Coordenação e Arte. Para mais informações, ver Lima e Souza (2018).

⁴ Albertina Brasil Santos (1925-2004) nasceu em Pouso-Alegre (MG), formou-se em Serviço Social (Campinas-SP) e fazia parte da Congregação Missionárias de Jesus Crucificado. Foi responsável pela criação da Escola de Serviço Social de Sergipe, que depois foi integrada à UFS. A professora foi uma das criadoras do FASC, em 1972, e teve grande envolvimento com outros projetos de extensão da Universidade Federal de Sergipe. Em 1978, foi convidada a trabalhar na Funarte; inicialmente foi cedida pela UFS por dois anos, mas a professora não retornou para essa universidade. Ver Lima (2012).

de Arte (Funarte), em parceria com outras universidades (Universidade Federal de Sergipe, 1977). A comissão contava ainda com os professores Clodoaldo Alencar Filho, Maria Olga Barreto e dois representantes do Diretório Central de Estudantes (DCE). O programa visava incentivar projetos artísticos por meio da concessão de bolsas para alunos dos cursos de artes ou envolvidos em atividades artísticas.

Como a UFS não oferecia cursos voltados às artes, foram estabelecidos critérios para seleção dos participantes. Os candidatos deveriam apresentar um projeto nas áreas de música, artes visuais ou artes cênicas; “possuir tendência artística comprovada; estar engajado em um grupo artístico da UFS ou da comunidade; ter rendimento escolar satisfatório; carência socioeconômica quando aliada à tendência artística” (Lima; Souza, 2018, p. 50). O aluno que atendesse aos critérios e tivesse o projeto aprovado pelo Cultart receberia, como suporte para o desenvolvimento da proposta, uma bolsa mensal de Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros)⁵ e cumpriria uma carga horária de 20h semanais.

Aglaé Fontes passou a atuar no Cultart em 1977, foi diretora substituta e interina dessa unidade em 1979 e coordenadora de cursos em 1980 e 1981. De 1980 a 1982 trabalhou no Cultart por tempo integral. Após esse período, a professora voltou a dedicar-se exclusivamente às atividades docentes em sala de aula (Monteiro, 2021). Como coordenadora de cursos e do Projeto Bolsa Trabalho/Arte, a professora orientou pesquisas voltadas ao teatro e à cultura popular. Vários artistas de grupos sergipanos, que posteriormente ganharam projeção local e nacional, participaram do programa Bolsa Trabalho/Arte na UFS. O ator e diretor

⁵ À época, o salário-mínimo em Sergipe correspondia a Cr\$ 78729. Informação disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/502250/publicacao/15706984>>.

do grupo de teatro Imbuuçá⁶, Lindolfo Amaral, que foi bolsista desse programa e, na época, era estudante do curso de Biologia na UFS, lembrou: “Meu primeiro trabalho de pesquisa foi sobre o teatro sergipano na década de 1930, orientado pela professora Aglaé Fontes. Tínhamos encontros individuais e coletivos [...] fomos muito bem orientados [...], ela não exigia que cumpríssemos horários, mas que apresentássemos produção” (Filho, 2018).

Paulo Roberto Nascimento, também ex-bolsista do programa, na época aluno do curso de Geografia da UFS, contou sobre as pesquisas de campo que realizou sob a orientação da professora Aglaé Fontes:

[...] Aglaé nos dava orientação sobre como fazer as pesquisas. [...] Todos os dias tínhamos reunião para discutir dias, locais, escolha dos grupos [a pesquisar]. Por exemplo, Reisado de dona Lalinha: histórico, local, número de componentes, a vida da responsável e dos componentes, músicas, instrumentos, bailados, coreografias, figuras dançantes etc. [...] Ela pegava o acordeom de oito baixo e cantava com o grupo para pegar os ritmos e tons das melodias. A equipe tinha direito a um gravador, fitas-cassete, cadernos para transcrever a pesquisa, máquina fotográfica, caneta, lápis, borracha e formulário para relatório que seria encaminhado para o MEC, para o Pró-memória, que confeccionaria livretos para distribuição [...] Fazíamos as pesquisas para a professora desenvolver trabalhos e encaminhar para o MEC. Esses livros eram encaminhados diretamente para o CULTART, secretarias de educação do estado e municípios, bibliotecas e para os grupos [folclóricos] e afins [...] (Nascimento, 2020).

⁶ O grupo Imbuuçá foi criado em 1977 e permanece atuante; já se apresentou em vários estados do país e no exterior (Amaral Filho, 2018).

Observa-se, na fala de Paulo Roberto Nascimento, que as orientações da professora Aglaé estavam voltadas para uma metodologia de pesquisa participativa, integrando pesquisador e pesquisados, com o compromisso de compartilhamento dos resultados das investigações com os sujeitos e grupos investigados. O produto das pesquisas seria ainda divulgado para diversos públicos. Esse trabalho estava em consonância com as orientações da Carta do Folclore Brasileiro, de 1951, atualizada em 1995, que incorporava recomendações da Unesco sobre a pesquisa, promoção e salvaguarda das tradições da cultura popular (Carta do Folclore Brasileiro, 1951).

Na década de 1980, o Cultart, antes instalado na Rua Itabaiana, 566, bairro São José, passou a funcionar no antigo endereço da Faculdade de Direito da UFS (Figura 1), num prédio histórico, construído em 1874, que dispunha de diversas salas, pátios, auditório e ampla área externa. Os três porões da nova sede foram limpos, pintados e passaram a ser utilizados por grupos participantes do Bolsa Trabalho/Arte.

Figura 1 - Fachada do prédio-sede da CULTART-UFS (Anos de 1980)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Centro de Criatividade.

Inicialmente, dois porões do antigo prédio foram ocupados pelos grupos Imbuauça e Mamulengo de Cheiroso; e o terceiro, por outros que utilizavam o espaço para guardar seus materiais, “[...] porque essa era também uma responsabilidade da UFS, dar apoio logístico aos universitários que estavam desenvolvendo projetos” (Agláé d’Ávila Fontes, 2020). O Grupo Mamulengo de Cheiroso, formado por alunas do Curso de Pedagogia da UFS, ganhava assim espaço adequado para as suas produções, como também para receber cursos de aperfeiçoamento. Segundo Neli Tavares (2020),

[...] a preocupação da professora Agláé era que a gente, como bolsista de arte, tivesse todo o embasamento do que estava fazendo. Tanto que ela trazia técnicos e diretores de fora que trabalhavam com teatro de bonecos. Teve o Augusto⁷ de Recife [...] A gente tinha aula de manipulação, de dicção, todos os aspectos necessários para a gente ser, como a gente diz hoje, um bonequeiro. Todo mundo fazia de tudo um pouco: a confecção dos bonecos, depois do corpo tinha a roupa, cenário, cenografia, sonoplastia. Era para a gente ter a visão de tudo, depois cada um ia se especializando [...] (Tavares, 2020).

Originalmente, o Mamulengo era formado por Neli de Almeida Tavares, Ninfa Maria Mendonça, Dária Maria de Melo Santos, Maria Inês Melo Soares, Sônia Mendonça de Oliveira, Florípedes Guimarães, Ana Emília Nunes Vieira e pela professora Agláé Fontes. Mesmo depois de concluírem o curso de Pedagogia, algumas das integrantes do Mamulengo de Cheiroso permaneceram

⁷ Neli de Almeida Tavares se refere ao mestre Fernando Augusto Gonçalves Santos, do Mamulengo So-Riso, fundado em Olinda (PE) no ano de 1975. Ver Biblioteca Itaú Cultural (2017). Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo115508/mamulengo-so-riso>.

no grupo por certo tempo e novos integrantes foram incorporados, entre eles Augusto Barreto, aluno do curso de Pedagogia na UFS, que assumiu o comando do Mamulengo. Aglaé Fontes é ainda a consultora do grupo e autora da maioria das peças encenadas pelo Mamulengo de Cheiroso.

A partir de atividades realizadas no Cultart, foram criados grupos parafolclóricos⁸, a exemplo do Grupo Kaçuá”, formados por alunos do Bolsa Trabalho/Arte, visto durante uma apresentação na figura a seguir.

Figura 2 – Grupo Kaçuá, apresentação do “Guerreiro Vencedor”, no IX FASC, São Cristóvão (1980)



Fonte: Assessoria de Comunicação da UFS. Acervo do Arquivo Central da UFS.

Na Universidade Federal de Sergipe, a professora Aglaé criou também o grupo de teatro Expressionista da UFS, formado por

⁸ São representações de grupos folclóricos autênticos feitas por grupos não folclóricos a partir de estudos e ensaios regulares. Ver Carta do Folclore Brasileiro (1951).

alunos do programa Bolsa Trabalho/Arte, outros universitários e, eventualmente, atores convidados. Diferentemente do Mamulengo de Cheirosa, que nasceu inicialmente como um recurso pedagógico, o Expressionista propunha-se a trabalhar o teatro como expressão artística. Aglaé Fontes escrevia textos, dirigia o grupo e participava eventualmente do elenco, integrado também por alguns dos seus ex-alunos da Escolinha de Música e de escolas do Serviço Social (SESI), que, àquela altura, eram universitários. Algumas vezes, a direção da peça era feita por Alencar Filho, à época, esposo da professora Aglaé. Entre as principais montagens do grupo estiveram: “A grande estiagem”, de Isaac Godim; “O Banquete”, de Lúcia Benedetti; “Brefaias” e “Ensaio Geral”, estas duas últimas de autoria de Aglaé Fontes, escritas na década de 1970. Manifestações da cultura popular sergipana, levantadas a partir de pesquisas da autora, eram evidenciadas nos seus textos. Assim, o cordel, os repentos, as crendices, os mestres e brincantes, com suas danças e folguedos, ganhavam também visibilidade nos palcos locais e de outros estados por meio da dramaturgia de Aglaé Fontes.

A crítica social e a linguagem do povo presentes nos textos eram também aspectos marcantes na obra da dramaturga, o que, por vezes, desagradava os censores encarregados de fiscalizar as produções teatrais levadas aos palcos na década de 1970, quando o país ainda vivia a ditadura militar instalada em 1964. Maria Conceição Vieira Santos, ex-aluna do SESI, a qual, nos anos finais da década de 1970, reencontrou no Grupo Expressionista sua antiga diretora, lembrou:

[...] Quando entrei na universidade vi que existia o grupo Expressionista. Fui lá conversar com ela [Aglaé] e dizer que eu tinha interesse, e aí foi muito bom. Ela na direção, e também tinha o apoio do professor Alencar, naquela época seu companheiro. E era uma época de ditadura, muito di-

fácil [...]. Então, através do folclore, principalmente, a gente fazia as críticas e as abordagens necessárias para não parar no tempo, e o teatro ser o grande viés de desenvolvimento das pessoas em pleno período ditatorial (Santos, 2020).

IMPACTOS DA CENSURA IMPOSTA PELA DITADURA MILITAR

Diante do contexto de Ditadura Militar, os textos produzidos e/ou encenados pelos grupos de teatro criados ou liderados por Aglaé Fontes tinham que ser submetidos à análise prévia do Departamento de Censura da Polícia Federal (DCPF) e só poderiam ser encenados após a liberação, na maioria das vezes, condicionada a diversos cortes.

No caso das peças de Aglaé Fontes levadas ao palco pelo grupo Expressionista da UFS, as restrições eram geralmente dirigidas a algumas palavras consideradas ofensivas. À peça “Brefaias” a censura impôs dez cortes. Sobre o ocorrido, Aglaé ponderou: “A peça se passa no mercado de Aracaju, tem que ter palavrão [...] faz parte até do linguajar. Quando você estuda a cultura popular descobre isso [...]. Tentei explicar esse fato para a Polícia Federal, mas sem grande sucesso” (Fontes, 2018). A figura a seguir apresenta o programa de Brefaias, apresentado informações sobre o texto, elenco, ficha técnica e direção da peça.

A ilustração da capa do programa de Brefaias (Figura 3), de autoria do xilogravurista Eneas, remete ao vendedor de cordel, personagem central da peça, e traz os nomes dos apoiadores do espetáculo: UFS, Secretaria de Educação e Cultura e Prefeitura Municipal de Aracaju. A página 3 apresenta o elenco e informa que o texto, de Aglaé Fontes, foi baseado em pesquisa feita no folclore sergipano. Dos atores que se tornaram conhecidos no estado estão: Bosco Seabra (falecido), Carlos Dias, hoje advogado, e

Isaac Galvão, que continua a atuar no teatro e preside atualmente a Sociedade de Cultura Artística de Sergipe (SCAS). O programa do espetáculo indica ainda que os dois filhos de Aglaé e Alencar, Jean Marcel Alencar e Lenora Edelweiss Alencar (com dez e oito anos de idade, respectivamente); a mãe de Aglaé, Mariêta Fontes, e o marido, Clodoaldo Alencar Filho, faziam parte do elenco. O programa da peça faz também referência ao grupo Guerreiro Treme-terra⁹, homenageado no espetáculo.

Figura 3 – Programa da peça Brefaias (1977?)



Fonte: Acervo de Aglaé Fontes. Ilustração de Eneas.

Lígia Maria Fontes de Oliveira, que era aluna do curso de Serviço Social, ex-aluna e depois professora da Escolinha de Música

⁹ O Guerreiro Treme-terra foi fundado por Mestre Euclides, sergipano do município de Capela, sob inspiração do Guerreiro de Alagoas. Ver Alencar (1998).

e integrante do Expressionista, lembrou de uma das viagens de que participou com o grupo para fora do estado.

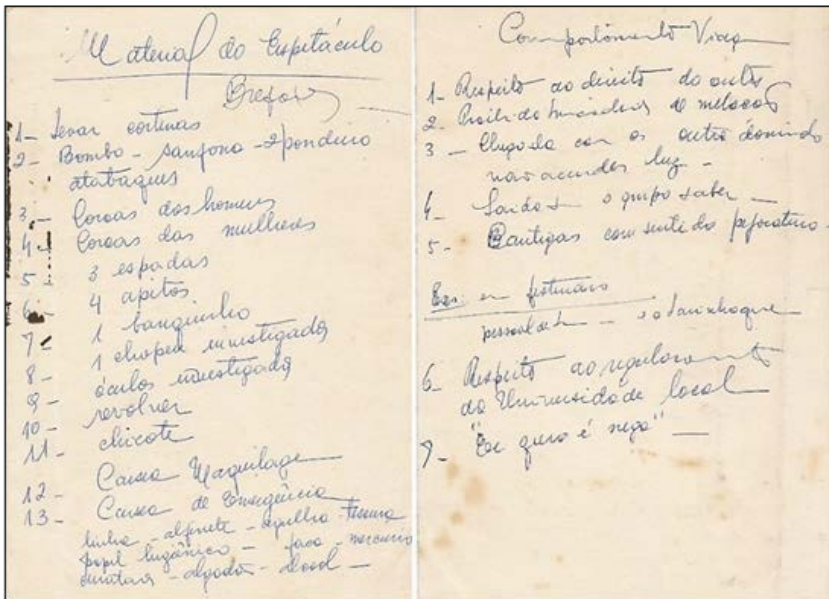
A gente se apresentou em muitos lugares como na Universidade Federal de Alagoas; em festivais em Campina Grande, Paraíba; na Bahia; no FASC em São Cristóvão e em outros municípios de Sergipe. O grupo era muito convidado para eventos culturais. O auge da gente foi uma apresentação da peça Ensaio Geral na Gama Filho, no Rio de Janeiro. A gente dançava Reisado, a história começava assim, um reisado. Ficamos hospedadas na própria faculdade, umas 25 pessoas. A viagem de ônibus durou dois dias. Aglaé levava acordeon, a gente cantava e ensaiava dentro do ônibus para passar o tempo. Fomos a convite da Gama Filho, e a nossa plateia era toda de alunos. Nos apresentamos uns dois ou três dias. Levamos o folclore de Sergipe para que os alunos de lá conhecessem (Oliveira, 2019).

Viajar com um grupo de jovens atores, para além da logística apropriada à realização do espetáculo, decerto pedia a definição de algumas regras para um bom convívio. Antigas anotações de Aglaé Fontes, acerca de uma excursão com o grupo Expressionista, indicam a postura da professora no comando dessas viagens, conforme apresentadas na Figura 4.

Na página apresentada à esquerda, na Figura 4, Aglaé Fontes listou o *Material para o Espetáculo Brefaias*, composto por cortinas, instrumentos, adereços, maquiagem, entre outros itens. Na página vista à direita, na figura anterior, a professora enumerou itens sobre o comportamento recomendado para a viagem. Entre esses lembretes estavam: respeito aos direitos dos outros; proibidas brincadeiras de melação; na chegada não acender a luz com o outro dormindo; cantigas com sentido pejorativo; respeito ao regulamento da universidade local e “Eu quero é nega” (Alencar,

s/d). Quanto à última observação, trata-se de uma fala de uma personagem da peça *Brefaias* que, certamente, atores e/ou atrizes estavam a proferir. Esse comportamento, pelo visto, não era aprovado pela diretora. Disciplinadora, exigente, organizada, talentosa, metódica e respeitosa no trato com todos foram algumas das características atribuídas à professora por entrevistados nesta pesquisa.

Figura 4 - Anotações para viagem do Grupo Expressionistas/UFS



Fonte: Acervo de Agláé Fontes.

Sobre as primeiras impressões que teve da atriz Agláé, rememorou o ator e diretor Lindolfo Amaral:

Primeiro eu vi a Agláé atriz, era uma excelente atriz, é uma excelente atriz [...] tinha um trabalho extremamente instigante, porque, além de ser uma excelente atriz concentrada no seu ofício [...], Agláé cantava muito bem, canta

muito bem. Toca sanfona, toca percussão, cria. Eu me lembro. Eu me lembro de Aglaé tocando num pote, com um abano. Então ver aquela mulher em cena, íntegra no seu ofício era uma coisa impressionante. Eu via no Atheneu, depois vi no Festival de Arte de São Cristóvão. [...] Como autora é uma pessoa que pesquisa muito na área popular, e ela leva esse trabalho para a dramaturgia [...] (Lindolfo Alves do Amaral Filho, 2018).

A mesma dedicação com que conduzia seu fazer artístico Aglaé buscava inculcar no grupo. Para a diretora teatral, apenas gostar de fazer teatro e ter talento não bastavam. Era preciso estudar, investir na técnica, manter a disciplina dos ensaios, trabalhar corpo, voz e assistir a espetáculos. Adiante, um fragmento de um texto datilografado, encontrado junto a *scripts* de peças que foram fornecidas pela autora. Nele, de forma espirituosa, são repassadas algumas orientações para atores.

Por favor, atores, tenham a bondade de dizer as coisas com naturalidade. Encher a boca, rouquejar num berreiro, tropejar, inchar as veias do pescoço, é para sargentos e leiloeiros. E não batam no ar dessa maneira com gestos tão pesados e tão grossos que logo, feitos bonecos de corda, perderão a graça [...]. Porque senão... dói. Dói no peito, dói no coração, dói até no saco ver um rapagão pretencioso pegar um texto com picareta para abrir no silêncio buracos como mineiro no fundo de uma mina em vez de abrir janelas [...]. Dói, dói e dá vontade de bater no fulano, que mal se vê num palco, quer se fazer mais piedoso que Cristo, quer se fazer mais cruel do que Herodes [...] sem ver que faz apenas papel de palhaço. Depois de Brecht, teatro não é isto de chorar piedosamente ou ganir de revolta. O ator antes de tudo é o próprio ator, teatro é discussão [...] (Jornal Primeiro Ato, 1976).

A crítica aos exageros performáticos, feita com certos gracejos, sobre como um ator não deve atuar, é referenciada como “um conselho de Hamlet com ideias de Brecht”, extraída de um jornal mineiro.

Ainda em relação às atividades de extensão e pesquisa ligadas à cultura e à arte desenvolvidas por Aglaé Fontes, na UFS, destaca-se a sua participação, juntamente com Cladoaldo Alencar Filho, na maioria das edições do Festival de Artes de São Cristóvão (FASC), criado em 1972, e no Encontro Cultural de Laranjeiras, iniciado em 1976.

Nas edições do FASC, Aglaé Fontes assumiu diversas funções, desde a coordenação de ornamentação (1972) à coordenação geral (1980). No festival, ela atuou também como mediadora cultural, trabalhando na divulgação do evento na imprensa, dispensando atenção a grupos folclóricos, e ainda dirigindo as apresentações dos grupos Expressionista, Orquestra Experimental da Escolinha de Música, Coral Expressionista e Mamulengo de Cheiroso (Santos, 2014).

No Encontro Cultural de Laranjeiras, Aglaé Fontes proferiu palestras, conduziu mesas de discussões, levou peças de teatro, estabeleceu diálogo com pesquisadores de vários estados do país e incentivou a participação de estudantes, representantes do folclore local e da comunidade no evento. Pensando na preservação da memória do Encontro, Aglaé Fontes cuidou, durante sua gestão na Secretaria Especial de Cultura do Estado, de uma publicação sobre os 20 anos do Encontro Cultural de Laranjeiras. Para a coordenação geral da produção, Aglaé convidou o folclorista Bráulio do Nascimento, que reuniu 33 comunicações apresentadas ao logo de duas décadas de realização do evento. Para Aglaé Fontes, o Encontro Cultural de Laranjeiras constituiu-se num foco de resistência cultural em defesa do folclore; portanto, as ideias defendidas por seus participantes precisavam ser registradas, evitando assim o caminho do esquecimento (Alencar, 1994).

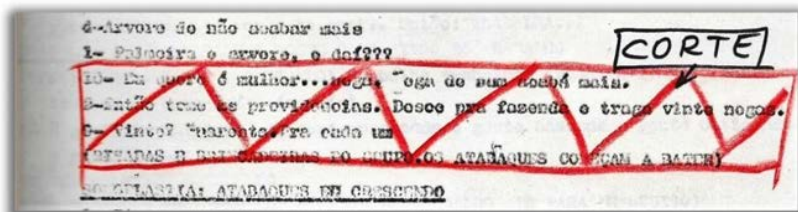
As peças *Ensaio Geral* (1974) e *Brefaias* (1976) foram ambas encenadas pelo grupo Expressionista da UFS. No programa de apresentação do *Ensaio Geral*, a autora informa: “[...] É uma peça didática, é uma aula por assim dizer. Com ela pretendemos levar a toda gente à história da formação do nosso folclore [...]” (Alencar, 1974, p. 2). As contribuições de indígenas, portugueses, franceses, holandeses e africanos na construção da cultura local são apresentadas numa espécie de ensaio teatral, no qual são destacados aspectos advindos do folclore português, com seus Guerreiros, Cheganças e Reisados, juntamente com as lendas, cantigas e ritmos de países africanos. Para a escrita do texto, a autora fez uso de pesquisas de campo realizadas por ela e Clodoaldo Alencar Filho (Alencar, 1974, p. 2).

Para apresentação no III Festival de Arte de São Cristóvão, que ocorreu em setembro de 1974, a peça *Ensaio Geral* foi encaminhada a Brasília a fim de ser submetida ao crivo do Departamento de Censura de Diversões Públicas (DPF), do Ministério da Justiça¹⁰. Retornou com nove cortes e proibida para menores de 14 anos. O ensaio final do grupo e algumas apresentações públicas eram acompanhadas por um censor local, que observava se as determinações da censura estavam sendo cumpridas (Fontes, 2019).

De acordo com a lei nº 5.536, de 21 de novembro de 1968 (Brasil, 1968), os textos que, no entender dos órgãos censórios, atentassem contra a segurança nacional, à ordem e contra o decoro público, seriam censurados parcialmente ou vetados por completo. A seguir, foram listados alguns trechos da peça *Ensaio Geral* proibidos pela censura.

¹⁰ Para saber mais sobre a censura imposta a artistas em Sergipe no período da ditadura militar, ver Dantas (2004).

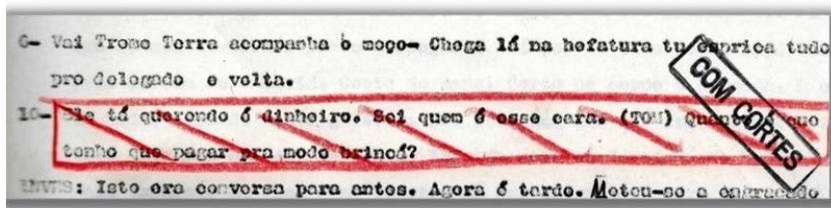
Figura 5– Cortes do Departamento de Censura de Diversões Públicas / Ministério da Justiça do Departamento da Polícia Federal à peça *Ensaio Geral* (1974)



Fonte: Texto da peça *Ensaio Geral*. (Alencar, 1974, p. 17).

Transcrição: “[...] 4 - Árvore de não acabar mais. 1- Palmeira é árvores, e daí??? 10 - Eu quero é mulher... nega. Nega de num acabá mais. 8 - Então tome as providências. Desce pra fazenda e traga vinte negas. 9 -Vinte? quarenta. Pra cada um [...]”.

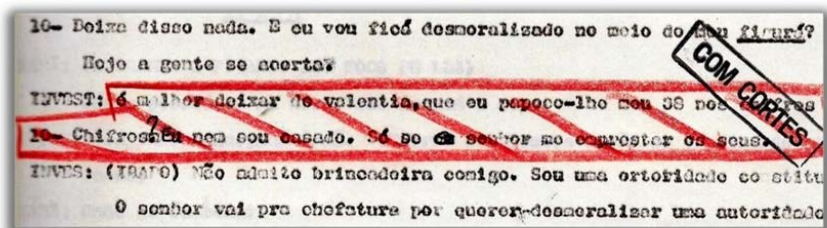
Figura 6 – Cortes do Departamento de Censura de Diversões Públicas / Ministério da Justiça do Departamento da Polícia Federal à peça *Ensaio Geral* (1974)



Fonte: Texto da peça *Ensaio Geral* (Alencar, 1974, p. 11).

Transcrição: “[...] 6-Vai Treme Terra acompanha o moço. Chega lá na chefatura e tu exprica tudo pro delegado e volta.10-Ele tá querendo é dinheiro. Sei quem é esse cara. Quanto é que tenho que pagar pra mode brinca? ALVES: Isto era conversa para antes. Agora é tarde. Matou-se o desgraçado [...]”.

Figura 7- Cortes do Departamento de Censura de Diversões Públicas / Ministério da Justiça do Departamento da Polícia Federal à peça *Ensaio Geral* (1974)



Fonte: Texto da peça *Ensaio Geral*, (Alencar, 1974, p. 11).

Transcrição: “[...] 10-Deixe disso nada. E eu vou ficar desmoralizado no meio do figurá?
Hoje a gente se acerta. Investigador- É melhor deixar de valentia que eu papoco o meu 38 nos seus... 10: Chifres? Eu nem sou casado. Só se o senhor me emprestar os seus. Invés: [ilegível] Não admito brincadeira comigo. Sou uma ortoridade co stitu
O senhor vai pra chefatura por querer desmoralizar uma autoridade [...]”.

As falas que fazem referência à exploração e desrespeito às mulheres negras, o xisto com autoridades e palavreado do povo, dito chulo, incomodaram o Departamento Federal de Censura, que cortou ainda do texto palavras como bunda, meretriz e amancebado.

A peça *Brefaias* (1976)¹¹ sofreu censura semelhante, recebendo 10 cortes. O texto retrata o povo e o cotidiano do mercado, com seus vendedores ambulantes, velhos, crianças, pedintes e outros tipos populares. Na feira, também se desenrola o drama do cordelista Chico Bento, que chega do interior com seus livretos e inocência em busca de melhores dias na capital. Compondo a paisagem sonora e “costurando as ideias”, a autora dá destaque aos brincantes do Guerreiro - folguedo do folclore sergipano. Na

¹¹ *Brefaias* é uma expressão popular sergipana que significa coisas velhas, guardados inúteis. O termo aparece no livro *Brefaias e Burundangaias do folclore sergipano*, de José de Carvalho Deda, escritor sergipano (19). No *Dicionário do Nordeste*, de Fred Navarro, aparece com o significado de blefe, logro, bochecha, engano. Ver Déda (2008) e Navarro (2013).

projeção estética do Guerreiro para o palco, Aglaé Fontes faz uma homenagem ao Mestre Euclides, fundador do grupo Guerreiro Treme-Terra de Aracaju.

No prospecto de apresentação do espetáculo, a autora informa:

Esta não é uma peça comum. Ela é o resultado de uma pesquisa feita no folclore sergipano. Por isso a sua linguagem, suas rezas, seus cantos, seus ditos e suas danças são o retrato vivo de um povo: o povo sergipano. Povo que vive nos mercados, nas roças, nos terreiros e na rua. Sua linguagem às vezes é carregada, forte, mas por detrás dela está toda a ingenuidade do povo que crê em mezinhas, rezas benditos e na maldição do diabo [...]. Ela deve ser assistida por pessoas cuja idade permita selecionar e identificar a linguagem do povo como resultante de sua cultura e possa acompanhar com emoção o drama do poeta de cordel, perdido na imensa solidão da cidade grande (Alencar, 1976, p. 2).

Para a produção do texto, Aglaé Fontes fez “laboratório” no Mercado de Aracaju, observando nas pessoas “o jeito de sentar, falar, rir e brincar até com a dor. O mercado é uma escola de vida que nem sempre as pessoas conhecem na sua integridade” (Aglaé d’Ávila Fontes, 2018). A linguagem do povo retratado, às vezes forte e desprovida de pudores, incomodou a censura¹².

¹² Sobre o olhar vigilante da censura à produção artística em Sergipe, é pertinente mencionar dois documentos a que esta pesquisa teve acesso e que podem inspirar pesquisadores interessados pelo assunto. O primeiro foi o “Auto de Entrega” do Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Superintendência Regional em Sergipe, de 22.11.1990, devolvendo 135 textos teatrais depositados nos arquivos daquela superintendência até 07.11.1990 (data do ofício que registra a ação). O documento (e os textos) foram recebidos por Aglaé Fontes, à época secretária de Estado da Cultura e Meio Ambiente. O segundo “Auto de Entrega” registra a devolução de 630 textos de letras musicais e mais 30 textos teatrais à mesma Secretaria de Estado em 06.09.1991. Ambos os autos trazem, anexa, a lista do material

Figura 8 – Corte do Departamento de Polícia Federal à peça *Brefaias* (1976)

MULHER 3- (FAZENDO GOZAÇÃO) Ai dona Juana dos Potes até que um amorzinho num fazia mal a ele..
MULHER 1- (ZANGANDO) Tu é descarada mesmo. (TOM) E num me chame de Juana dos Potes que te arrebento as fuças.
MULHER 3- (IRRITANTE) Ai está nervosinha? Dormiu de calças dona Juana dos potes. (EXAGERANDO) A senhora precisa arejar o ambiente. **CORTE**
MULHER 1- (IRADA) Sinhá muleca descarada. Num faça eu perder as estribeiras.

Fonte: Texto da peça *Brefaias* (Alencar, 1976, p. 6).

Transcrição: “[...] Mulher 3- (FAZENDO GOZAÇÃO) Ai dona Juana dos Potes até que um amorzinho num fazia mal a ele. Mulher 1-Tu é descarada mesmo (TOM) E num me chame de Juana dos Potes que lhe arrebento as fuças. Mulher 3 (IRRITANTE) Ai está nervosinha? Dormiu de calças dona “Juana” dos potes (Exagerando). A senhora precisa arejar o ambiente [...] (Irada) Sinhá muleca descarada. Num faça eu perder as estribeiras”.

Figura 9 – Corte do Departamento de Polícia Federal à peça *Brefaias* (1976)

HOMEM- uma coisinha. Sem falar que eu comprei “arruma”
Ih que lucrão dona Maria. (ZOMBA) Da pra senhora
Rio de avião.
(TODOS RIEM E COMENTAM A BRINCADEIRA) **CORTE**
MULHER1- (SEMPRE IRRITADA) PORRA!!!
É o segundo pote quebrado esta semana.(OLHA OS POTES
Lá se foi o meu ,lucro...

Fonte: Texto da peça *Brefaias* (Alencar, 1976, p. 1).

Transcrição: “Uma coisinha. Sem falar que eu comprei “arruma”. Homem- Ih que lucrão dona Maria. (ZOMBA). Dá pra senhora [ir para o] Rio de Avião. (TODOS RIEM E COMENTAM A BRINCADEIRA) MULHER 1- (SEMPRE IRRITADA) PORRA!!! É o segundo pote quebrado esta semana. (OLHA OS POTES)... Lá se foi o meu lucro...”.

devolvido que, segundo informou Aglaé Fontes, foi entregue ao Arquivo Público de Sergipe.

No programa de apresentação do espetáculo, a autora esclarece: “Esta não é uma peça comum. Ela deve ser assistida por pessoas cuja idade permita selecionar e identificar a linguagem do povo como resultante de sua cultura e possa acompanhar a emoção e o drama do poeta de cordel, perdido na imensidão da cidade grande” (Alencar, 1976). Para além de manifestações da cultura popular, questões existenciais e sociais permeiam a peça.

Como pode ser constatado nos trechos censurados em *Brefaias* e *Ensaio Geral*, os cortes não tinham relação com “atentado contra a segurança nacional”, mas com a linguagem popular utilizada, que era contrária aos valores morais defendidos pelo regime ditatorial. Os censores, no entanto, não tinham a sensibilidade de perceber que as críticas ao cerceamento da liberdade e à exploração dos trabalhadores estavam nas entrelinhas. Em *Brefaias*, o cordelista Chico Bento é morto ao tentar defender sua liberdade de expressão e comercializar suas histórias. Na figura a seguir, uma cena de *Brefaias* durante uma apresentação em Aracaju.

Figura 10 – Representação do Guerreiro na montagem de *Brefaias* com o Grupo Expressionista da UFS, no Teatro Atheneu-Aracaju (Década de 1970)



Fonte: Acervo de Aglaé d'Ávila Fontes.

No registro anterior, vê-se uma representação dos brincantes do Guerreiro em *Brefaias*. Ao centro, Bosco Seabra, e, da esquerda para a direita, Janice Sales, Maria Carmem Vieira Melo, Maria Conceição Vieira Melo e Eliane Porto.

No texto de *Brefaias*, Aglaé Fontes divulgou a cultura popular sergipana para vários públicos. A peça foi encenada pelo Expressionista da UFS e por outros grupos de teatro em Aracaju, no Festival de Arte de São Cristóvão, em Laranjeiras, Brasília, Feira de Santana, João Pessoa e Campina Grande (Santana, 2008).

As apropriações e representações de Aglaé Fontes a respeito da cultura popular, bem como as memórias da infância da autora, estão presentes nas suas produções. Na apresentação de *Brefaias*, a autora dedica a peça a Gulino, “[...] que na década de 40 morou na cidade de Riachuelo, e que povoou a minha infância com ingenuidade de sua loucura, ‘pedindo um cravo branco’ e dizendo a todos que era ‘dono do Brasil’” (Alencar, 1976). O reconhecimento e as homenagens registrados por Aglaé Fontes, principalmente a personagens pouco lembrados da cultura popular sergipana, são recorrentes na trajetória da educadora e folclorista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Aglaé Fontes na Universidade Federal de Sergipe revela sua significativa contribuição para a valorização da arte como elemento essencial no processo educativo e como veículo de preservação e promoção da cultura popular sergipana. Ao integrar disciplinas acadêmicas com práticas artísticas, como o teatro de bonecos, Aglaé promoveu uma abordagem pedagógica inovadora que dialogava com as raízes culturais e fortalecia a identidade local e regional.

A atuação da professora Aglaé Fontes no Centro de Cultura e Arte da UFS (Cultart) e em projetos como o Bolsa Trabalho/Arte

evidencia o interesse da intelectual pela formação de artistas e pesquisadores que, guiados por sua orientação, projetaram a cultura sergipana para além das fronteiras estaduais. Nesse percurso, Aglaé enfrentou os desafios impostos pelo contexto de censura promovida pela Ditadura Militar, que frequentemente restringia ou modificava suas produções teatrais. As peças *Ensaio Geral* e *Brefaias*, submetidas a cortes e revisões pelo Departamento de Censura da Polícia Federal, são emblemáticas dessa resistência cultural e de um período de exceção. Contudo, por meio de sua dramaturgia, Aglaé conseguiu denunciar as contradições sociais e preservar aspectos da cultura popular, mesmo diante das limitações impostas pelo regime ditatorial.

Essa resistência, aliada ao compromisso com a democratização do acesso à arte e à cultura, consolidou Aglaé Fontes como uma mediadora cultural que transformou o ensino e a extensão universitária em instrumentos de preservação da memória e da identidade cultural. De fato, sua obra transcende o ambiente acadêmico, promovendo o reconhecimento das manifestações culturais populares e inspirando educadores, artistas e pesquisadores a utilizarem a arte como ferramenta de resistência e transformação social.

Por fim, na Universidade Federal de Sergipe, a professora ampliou suas pesquisas institucionais voltadas ao campo da cultura popular, dando visibilidade a diversas manifestações presentes por todo o estado de Sergipe, atuando mais uma vez como difusora e mediadora cultural. Em todo esse trajeto percorrido, a intelectual foi consolidando relações de caráter pessoal, profissional, acadêmico, cultural, formando redes de sociabilidades.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Aglaé d'Ávila Fontes. **Brefaias** [Peça de teatro]. Aracaju (SE), 1976.

ALENCAR, Aglaé d'Ávila Fontes de. **Danças e Folguedos** – Iniciação ao Folclore Sergipano. Secretaria do Estado do Desporto e do Lazer (SE), 1998.

ALENCAR, Aglaé d'Ávila Fontes. **Ensaio Geral** [Peça de teatro]. Aracaju (SE), 1974.

ALENCAR, Aglaé d'Ávila Fontes. **Anotações sobre o espetáculo Brefaias** [4 páginas manuscritas], s/d.

ALENCAR, Aglaé d'Ávila Fontes. **Programa da peça Brefaias** – Grupo Expressionista da Universidade Federal de Sergipe. FASC [publicação em azul e bege], 1977.

ALENCAR, Aglaé d'Ávila Fontes. **Programa da peça Ensaio Geral** – Grupo Expressionista da Universidade Federal de Sergipe. 1974.

ALENCAR, Aglaé d'Ávila Fontes de Alencar. Apresentação. In: **Encontro Cultural de Laranjeiras**. NASCIMENTO, Bráulio do. Governo do Estado de Sergipe. Secretaria Especial da Cultura. Fundação Estadual da Cultura, 1994.

AMARAL FILHO, Lindolfo Alves do. **Entrevista** concedida à Rísia Rodrigues Silva em 2018. Aracaju (SE).

BRASIL. **Lei nº 5.536**, de 21 de novembro de 1968. Dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/15536.htm. Acesso em: 15 maio 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.9610**, de 28 de abril de 1977. Fixa novos níveis de salário-mínimo para todo o território Nacional. Senado Federal. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/502250/publicacao/15706984>. Acessado em 13 maio 2019.

CARTA DO FOLCLORE BRASILEIRO (1951). Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/geral/folclore/carta.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

DÉDA, José de Carvalho. **Brefaias e burundangas do folclore sergipano**. 3. ed. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade. 2008.

FONTES, Aglaé d'Ávila. Entrevistas concedidas à Rísia Rodrigues Silva Monteiro em 2018, 2019, 2020. Aracaju (SE).

JORNAL PRIMEIRO ATO. **Antologia** [transcrição/uma página datilografada]. 1976.

LIMA, Ana Paula Soares. **Educação e Cultura**: aspectos desenvolvidos pela professora Albertina Brasil em Sergipe. 2012. 88 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – UFS 2012.

LIMA, Ana Paula Soares; SOUZA, Josefa Eliana. Desdobramentos da extensão universitária na recém-criada Universidade Federal de Sergipe (1968-1980). **Revista Entreideias**, v. 7, n. 1, p. 51-58 jan./jul., 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/16991> . Acesso em: 5 set. 2020.

LIMA, Iara Maria Campelo. Entrevistas concedidas à Rísia Rodrigues Silva Monteiro em 2020. Aracaju (SE).

MAMULENGO Só-Riso. 2018. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo115508/mamulengo-so-riso>. Acesso em: 30 mar. 2020.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Auto de Entrega à Secretaria de Estado da Cultura e Meio Ambiente. Departamento de Polícia Federal/ Superintendência Regional de Sergipe. Consoante determinação contida no Ofício nº 049/90 [Devolução de textos teatrais depositados nos arquivos deste órgão SR/DPF/SE] em 22.11.1990.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Auto de Entrega à Secretaria de Estado da Cultura e Meio Ambiente. Departamento de Polícia Federal. Superintendência Regional de Sergipe. Consoante determinação contida no Ofício nº 049/90 [Devolução de 630 textos de letras músicas e mais 30 textos teatrais depositados nos arquivos deste órgão] em 06.09.1991.

MONTEIRO, Rísia Rodrigues Silva. **Os saberes e fazeres de Aglaé d'Ávila Fontes**: uma educadora e mediadora cultural sergipana (1955-2005).

2021. 316 f. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

NASCIMENTO, Paulo Roberto Gomes do. Entrevista concedida à Rísia Rodrigues Silva em 2020. Aracaju (SE).

NAVARRO, Fred. **Dicionário do Nordeste**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, Aracaju, Edise, 2013.

OLIVEIRA, Lígia Maria Fontes de. **Entrevista** concedida à Rísia Rodrigues Silva Monteiro em 2019. Aracaju (SE).

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO, 1977 (CECH/DED. Caixa nº 7, nº 13. Item 34).

SANTANA, André Luís de Jesus. **Da câmara escura à representação da vida**: a fotografia do espetáculo Brefaias, de Aglaé D'Ávila Fontes, como objeto de estudo. 2008. 78 f. (Monografia de especialização em Artes Visuais). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE), 2008.

SANTOS, Maria Conceição Vieira dos. **Entrevista** concedida à Rísia Rodrigues Silva Monteiro em 2020. Aracaju (SE).

SANTOS, Mislene Vieira dos. **Da ditadura à democracia**: o Festival de arte de São Cristóvão (FASC) e a política cultural sergipana (1972-1995). 2014. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – São Cristóvão. Universidade Federal de Sergipe, 2014.

SOARES, Maria Inês Melo. **Entrevista** concedida à Rísia Rodrigues Silva Monteiro em 2020. Aracaju (SE).

TAVARES, Neli de Almeida. **Entrevista** concedida à Rísia Rodrigues Silva Monteiro em 2020. Aracaju (SE).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Portaria 269/77**. Designada para compor a Comissão de Planejamento, execução e supervisão do Programa Bolsa Trabalho e Arte, 1977).

A CIÊNCIA MODERNA E OS CAMINHOS PARA A PESQUISA HISTÓRICA

MARLAINE LOPES DE ALMEIDA

INTRODUÇÃO

Debruçar-se sobre a pesquisa histórica educacional implica, antes de tudo, discutir o que faz da investigação histórica um fazer científico. Torna-se necessário entender a forma como os paradigmas científicos constituíram métodos de investigação e conferiram legitimidade aos seus objetos, ao uso de suas fontes, e a confiabilidade dos seus achados investigativos. Por este caminho, também é relevante perceber como é operada a postura adotada pelo pesquisador diante do ofício para constituir seu papel, de revelar a veracidade dos fatos e transformá-los em fatos históricos. Para tanto, o ponto de partida para o presente estudo move-se no sentido de trazer um entendimento acerca do surgimento da Ciência Moderna e apresentar uma compreensão da emergência de paradigmas que ao se contraporem ao paradigma dominante, formularam métodos de investigação científica que atendessem as peculiaridades dos objetos das Ciências Sociais, em particular dos estudos historiográficos em educação.

Para tanto, algumas literaturas foram visitadas e nelas procuramos compreender o surgimento da ciência moderna em Santos (2002), já os conceitos de paradigma e crise dos paradigmas, em Gamboa (2002), Brandão (2005), Frigotto (1987), Ribeiro Junior (1982), e Trivinho (1987); para a compreensão da pesquisa no campo histórico recorremos a algumas noções e categorias de Roger Chartier (1998); em Ginzburg (1989), o entendimento acer-

ca do Paradigma Indiciário; a compreensão de História e pesquisa histórica enquanto campo-científico, em Le Goff (1984), dentre outros autores que servirão de suporte compreensivo para explicar a temática em foco.

Iniciemos, então, um retorno histórico à constituição do saber científico na busca do entendimento do surgimento da ciência moderna e da emergência dos paradigmas.

No período medieval o conhecimento era representado pela razão cristã, o saber contemplativo fundado na teologia trazia explicações formais e finalistas para todas as coisas.

Ao tratar da busca do conhecimento no período da modernidade, Chauí (1999) afirma que a Ciência passa por uma grande transformação, decorrente de uma nova classe emergente, a burguesia, a qual se apresentava nesse cenário de forma instigante, fazendo surgir então a necessidade de um novo homem para a sociedade, o homem culto, o “gentleman” que atendesse as exigências do modo de produção que começava a vigorar, o capitalista, e para isso ele precisava superar os valores medievais. Não obstante, o seu saber não podia mais ser puramente contemplativo, a explicação das coisas e dos fenômenos precisavam transcender o dogma religioso. Deus não era mais a explicação para as coisas, o homem passa a se questionar, preocupar-se não mais com o “ser” dos fenômenos, mas em conhecer o “como”.

A Ciência Moderna sai da revolução científica do século XVI pelas mãos de Copérnico, Galileu e Newton, e dos cálculos esotéricos passa a preocupar-se com as respostas para as necessidades de transformações técnica e social. Galileu, ao geometrizar o espaço e matematizar a física, apontou a matemática como norte referencial para explicações racionais. “A matemática fornecia à Ciência Moderna não só o instrumento privilegiado da análise, como também a lógica da investigação, como ainda o modelo da representação própria da matéria” (Santos, 2002, p. 14). Nesta

concepção, conhecer significava quantificar, dividir, classificar. A precisão científica legitimava-se pelo rigor da medição.

Esse pensamento trouxe consequências definitivas, constituiu-se em uma nova visão de mundo, e dentre muitas delas destacou-se a laicização da consciência e o nascimento do mecanicismo. Para reforçar essa racionalidade proposta, a sociedade assiste dois movimentos que marcaram a consciência humana, um deles foi o advento do Iluminismo, e o outro movimento foi a Reforma Protestante. Ambos trouxeram questionamentos acerca do entendimento humano, instigaram a necessidade da descoberta, da inquietação, dos questionamentos em busca de um saber concreto, de forma que através do domínio do conhecimento o homem encontrasse a sua liberdade de viver, de pensar, de posicionar-se diante dos fatos e de encontrar as soluções dos problemas inerentes a ele mesmo.

O homem passa sentir a necessidade de instrumentalizar-se através do conhecimento e da técnica para se chegar às verdades absolutas que somente a razão era capaz de conhecer, assim essa nova ciência emergente assume um pensamento moderno, no qual o homem posiciona-se de forma racional, passando a discernir, comparar, distinguir, desenvolver uma mentalidade crítica, questionar o pensamento teocêntrico e colocar-se no centro de todas as coisas, buscando o significado e explicações na própria razão. O saber contemplativo dá lugar ao saber ativo. O homem submete os fenômenos à pesquisa, à análise, à observação, à experimentação, passa a unir à ciência a técnica para explicar a realidade, procura compreender e investigar a natureza para dominá-la e usá-la em seu benefício.

Desses moldes surge a ciência moderna, de uma revolução do conhecimento, de uma ruptura e adoção de uma nova linguagem. A base científica consolida-se no método experimental, procurando a objetividade dos fenômenos e buscando expli-

cações concretas para os fatos que pudessem ser comprovados através de métodos científicos. Descobria-se uma ciência que iria auxiliar no processo de desenvolvimento da sociedade e da vida prática do homem.

Essa inquietação e desejo de respostas racionais para a explicação dos problemas cotidianos estava coerente com as questões postas por Jean Jacques Rousseau quanto ao interesse real da ciência, às relações entre ciência e virtude dos sujeitos individuais e coletivos, e quanto ao papel do conhecimento científico para o progresso da humanidade (Santos, 2002).

Para a Ciência Moderna, a investigação científica tem como finalidade a demonstração da veracidade, ou seja, da descoberta do fenômeno, que ocorre ao submetê-lo às condições do método científico; a finalidade é tentar controlar a natureza, de modo a compreender os mecanismos nela presentes, para assim poder manipulá-la de acordo com seus interesses. A investigação científica dos fatos torna-se o instrumento de formulações e descobertas de leis que regem a natureza.

Para formular as leis do universo, o pesquisador percorre um caminho cientificamente válido para se comprovar a experiência, partindo da observação do fenômeno, a qual para ser científica não pode ocorrer de forma aleatória, mas deve ter um olhar crítico, cuidadoso, preciso, metódico e principalmente rigoroso, de forma a estar direcionada para a explicação dos fatos, o que possibilita o investigador estabelecer hipóteses acerca do ocorrido, uma explicação provisória do fenômeno.

As hipóteses podem ocorrer de forma indutiva, partido dos fatos mensuráveis para as leis, ou dedutivas, na qual o pesquisador, a partir de leis já existentes prevê a ocorrência de outros fenômenos para então formular novas leis. E a partir das hipóteses o pesquisador submete os fenômenos naturais a experimentos com fins determinados, para através das regularidades de ocor-

rência do fenômeno chegar a generalizações científicas, as quais explicarão a verdade absoluta dos fatos.

AS BASES DO PARADIGMA DOMINANTE E A PESQUISA EM CIÊNCIA SOCIAIS

O sucesso obtido nas pesquisas das ciências naturais legitimava seu método matemático quantitativo como modelo totalitário e carregava consigo o lema da unidade científica. Dos seus defensores destacaram-se como representantes Comte, Mill e Durkheim, os quais posicionavam-se na tradição empirista de Bacon, Hobbes, Hume, Locke e Newton, que por sua vez remontam a Galileu.

De acordo com Ribeiro (1982), Comte foi influenciado pela doutrina de Saint-Simon, e organizou a corrente do pensamento que mais orientou a pesquisa em educação e ciências sociais, o Positivismo, derivado do termo positiva, que designa o real frente ao quimérico, o útil frente ao inútil, segurança frente a insegurança, o preciso frente ao vago e o relativo frente ao absoluto.

Na concepção comtiana, para reformar a sociedade era preciso descobrir as leis que regem os fatos, e o caminho viável era o das ciências naturais. Comte foi o principal entusiasta das duas culturas, a humanística e a científica. Comte desenvolveu um raciocínio para fundamentar as fases de desenvolvimento da ciência na sociedade, criando a lei dos três estágios: Teleológico (com ênfase na busca das causas finais); Metafísico (destaque para forças abstratas, tais como a natureza) e o Positivo (conhecimento baseado na ciência e no método científico). Estes três estágios eram entendidos como processos inevitáveis da evolução da sociedade.

De acordo com Triviños (1987), no paradigma positivista os objetivos sociais deveriam ser tratados da mesma forma que objetivos

físicos nas ciências físicas, alegando que ambos os objetos têm uma experiência independente do observador e dos seus interesses. Nos pressupostos positivistas a pesquisa social deveria ser uma atividade neutra e objetiva, considerando a realidade como formada por partes isoladas, e não aceitava outra realidade que não fosse a dos fatos possíveis de observação. Ao positivismo interessava as causas dos fenômenos. Como os fatos observados eram seus objetos (da ciência), seu interesse era descobrir as relações entre as coisas. Para tanto as ciências sociais criaram instrumentos (entrevistas, escalas) privilegiando a estatística, assim o conhecimento deixava de ser subjetivo, alcançando a objetividade científica.

Augusto Comte despertou na Inglaterra o interesse de personagens como Spencer e John Stuart Mill. Este divulgou o positivismo e contribuiu para o aprimoramento metodológico baseado na lei da uniformidade da natureza. Santos Filho (2002) estabelece algumas diferenças entre o trabalho de Comte e Mill:

Para Mill, as leis sociais poderiam ser reduzidas às leis do comportamento individual, enquanto Comte entendia que a sociedade era o organismo com suas próprias leis. Mill sobrepunha o estudo da psicologia ao da sociedade; Comte via a impossibilidade de estudar a psicologia, dado que a mente não seria diretamente observável. Mill, examinando os efeitos ambientais sobre os pensamentos, sentimentos e comportamentos do indivíduo, denominou esse estudo de etnologia. A mais importante consequência de tal diferença teórica é que Mill colocou as bases da ciência psicológica na tradição positivista-empirista, enquanto Comte vinculou a essa tradição os fundamentos da ciência sociológica (Smith apud Santos Filho, 2002, p. 18).

Santos Filho (2002) destaca também a contribuição de Durkheim ao pensar, conduzir e formular regras metodológicas

e aplicá-las na pesquisa social. Para o autor, Durkheim baseou suas ideias na teoria comtiana de uma ciência social inspirada nas ciências naturais. Firmava-se no princípio de tratar o fato social como coisas, objetos de conhecimento, portanto passíveis de observação e experimentação, e tratados com a mesma neutralidade e espírito do cientista físico. Essa característica do paradigma positivista vai servir de modelo para aplicação do método experimental na psicologia e na educação.

Na segunda metade do século XIX, filósofos e pensadores contrapõem-se ao paradigma dominante, assumindo uma postura anti positivista por acreditarem que a analogia com as ciências naturais poderia destruir o que representa a essência da vida social. Neste sentido, emergem correntes que buscam o conhecimento científico, aumentando a sua importância à medida que diminuía a tradição totalitária do positivismo.

O paradigma interpretativo idealista representou uma das primeiras correntes a tecer críticas à adoção da teoria positivista pelas ciências sociais. Os pensadores que mais contribuíram para o desenvolvimento de um movimento filosófico tiveram sua origem no pensamento de Edmund Husserl, Dilthey, Rickert e Weber, dentro da corrente do idealismo filosófico.

Como preconiza Santos Filho (2002), o paradigma interpretativo idealista estava fundado na noção de intencionalidade, reconhecendo que não há objeto sem sujeito; estuda o universal, porém diferente do positivismo, busca a essência das coisas, no sentido de apresentar o fenômeno da forma como ele realmente é, depois de submeter-se a um isolamento total, a uma redução, eliminando qualquer influência da vivência com o mundo e com seus valores. Este paradigma assume um caráter histórico e conservador, estuda a realidade para descrevê-la, com o intuito de apresentá-la como ela é. Os entusiastas dessa linha criticavam as buscas pelas regularidades ou leis causais, justificando que a com-

plexidade da vida social e as interdependências dos indivíduos, assim como as diferenças culturais, não permitiam a aplicação das Leis em todo tempo e espaço. De acordo com Santos Filho (2002, p. 23), “para esses críticos o verdadeiro propósito das Ciências Sociais consistia na tentativa de se buscar uma compreensão interpretativa”. Essa base interpretativa ficou conhecida como “círculo hermenêutico”, que originalmente significa interpretação de textos. Seu processo de análise tem ênfase na necessidade de contextualizar o significado da expressão humana.

Triviños (1987) distingue três tipos básicos de paradigmas: o positivista, a fenomenologia e o crítico. Já Torsten Husén (apud Santos Filho, 2002) sustenta a existência de dois paradigmas: o científico, de base empírica, que estava representado pelo positivismo; e o humanístico, o qual abordaria três correntes: a idealista, a fenomenológica de Dilthey, e a teoria crítica, representada pelos filósofos neomarxistas, que articulariam à hermenêutica a abordagem dialética.

Para Triviños (1987), um dos posicionamentos críticos dos adeptos da fenomenologia é o de questionar os conhecimentos do positivismo, elevando a importância do sujeito no processo da construção do saber. Na fenomenologia o acesso às verdades é possível por intermédio da análise das relações, através da análise do texto e do contexto em que os fenômenos ocorrem. Todavia, por não estar preocupado com a historicidade dos fenômenos, nem com ideologias, nem com os conflitos sociais de classe, nem econômicos, dentre outros fatores, esse paradigma recebeu a crítica dos pensadores, no sentido que pouco podia contribuir para os problemas e necessidades imediatas mais carentes da sociedade.

Quanto ao entendimento acerca do Materialismo Histórico-dialético, Frigotto (1987) nos esclarece que este não para na compreensão dos significados, vai além de uma visão simplista

do real, busca a compreensão da realidade a partir das causas de sua existência. Triviño s (1987, p. 130) reforça esta concepção no entendimento de que esta abordagem não admite visões parceladas do real, “[...] suas relações [se dão] num quadro amplo do sujeito como ser social histórico, tratando de explicar e compreender o desenvolvimento da vida humana e de seus diferentes significados no devir dos diversos meios culturais”.

O Marxismo, criado por Karl Marx (1818-1883) na década de 1840, contou com as considerações contundentes das ideias de Engels (1820-1895) e posteriormente de Lenin (1870-1924). Esta corrente revolucionou o pensamento filosófico, adotava a concepção de que nada é eterno, nem absoluto. Diferente das ideias das abordagens discutidas anteriormente, o pensamento marxista concebia que todos os fenômenos econômicos ou sociais, todas as chamadas leis da economia e da sociedade são resultados da ação humana e, portanto, podem ser transformados por sua ação, à medida que não são leis eternas, absolutas ou naturais.

As ideias marxistas têm como princípio a historicidade dos fatos, pois como foi dito anteriormente, todas as teorias, correntes de pensamentos e interpretações não são concebidas como eternas, e devem ser entendidas na sua limitação histórica. O princípio da totalidade como categoria no pensamento marxista não demanda um estudo da totalidade da realidade porque esse elemento é infinito e inesgotável. Essa categoria significa a percepção da realidade social, levando-se em conta o todo orgânico, estruturado, no qual se pode compreender uma dimensão, um aspecto, sem esquecer a sua relação com o todo.

Um outro elemento do método dialético é a categoria da contradição. Uma apreciação dialética sempre propicia as condições internas da realidade. Uma análise dialética das ideologias ou das visões de mundo mostra necessariamente que elas são contraditórias, existindo um embate permanente entre as ideologias e

as utopias na sociedade entre as classes que a compõe. Portanto, na visão marxista a sociedade vive em constante conflito, esses conflitos se expressam pelas lutas de classe.

Os aportes teóricos para a pesquisa científica não se limitam ao que foi apresentado até aqui. No entanto, as abordagens explanadas representam a base das concepções teóricas que suscitaram uma visão dos paradigmas em busca de possibilidades a partir das opções filosófico-metodológicas no âmbito da pesquisa em ciências sociais.

PARADIGMA INDICIÁRIO: UM SUBSÍDIO CIENTÍFICO PARA A PESQUISA HISTÓRICO-EDUCACIONAL

Para refletir sobre a pesquisa histórico educacional, tomamos como base uma tensão central formulada por Certeau (apud Chartier, 2002), que diz respeito a pensar a História como uma prática científica possível, ao ponto que a ciência consiste na condição de estabelecer um conjunto de normas e procedimentos que permitem controlar as operações e produções de determinados objetos, identificar suas variações, as regularidades, estabelecer generalizações, formular regras e leis que tornem explicáveis os fenômenos.

Da resposta a esse tipo de tensão, como já demonstrado, surgem paradigmas que apontam a resistência para se fazer analogias entre as ciências sociais e as ciências naturais, pois pensar nessa relação faria com que se perdesse a essência da vida social. No âmbito da pesquisa histórica, surge um movimento de revolução historiográfica denominado Escola dos Analles, que confronta radicalmente a maneira de se escrever História, sugerindo novos olhares e novos métodos.

Ao discorrer sobre as consequências das crises dos paradigmas para a História da Educação, Mendonça (2005) reforça que

as ideias da Escola dos Analles não só emergiram , mas também ganharam força com a crise dos paradigmas, uma vez que a Escola dos Analles propunha o direcionamento do olhar do historiador para objetos de estudos até então não reconhecidos quanto a sua multiplicidade e seu potencial histórico e científico. Além de apontar outras saídas para a desmistificação do fato histórico, não mais percebido como uma história factual e descritiva, mas uma história interpretativa, na qual o critério de verdade desloca-se do fato para a interpretação, visão já preconizada em Burker (1997). Mendonça (2005) afirma que é dessa nova concepção que emerge a tensão entre o singular e o universal, objetividade e subjetividade, quantitativo e qualitativo. É neste sentido que defende que o trabalho historiográfico se concretiza a partir da construção do seu objeto e sujeito, permitindo ao historiador criar o seu “núcleo documental e a hipótese monumental” (Barreto apud Mendonça, 2005, p. 75).

Durante muito tempo os métodos utilizados para os estudos históricos educacionais na área das Ciências Sociais eram considerados contraditórios e incompatíveis com as técnicas de pesquisa quantitativa, as diferenças entre estas e as pesquisas qualitativas chegavam ao ponto de uma anular à outra. Hoje a associação das duas abordagens possibilita um aprofundamento maior no conhecimento do objeto.

No século XIX há uma eclosão no uso da temática quantitativa, porém uma das implicações dizia respeito às qualidades pessoais e competências de cada pesquisador, por ele ser fruto da realidade social e ter sido educado de acordo com as normas nele existentes, o que pesaria no trato dos dados e na sua veracidade. Para fugir da influência dessa individualidade, os cientistas das ciências sociais buscaram recursos que levariam a raciocinar sobre quantidades diretas ou indiretamente mensuráveis, como questionários fechados, e as estatísticas com suas porcentagens.

O esforço para ter o domínio da mesma objetividade das ciências naturais e exatas criava problemas de ordem metodológica que precisavam ser revistos e reformulados diante das especificidades dos objetos das ciências sociais.

No século XX as ciências naturais e exatas já não estavam tão certas e seguras de seus resultados, aos poucos comprovaram que as descobertas científicas sofriam influências e limitações da coletividade, as técnicas quantitativas não fugiam às injunções do tempo, espaço e poder. Desde então se admitia que o fator qualidade vinha em primeiro lugar, pois ao determinar um objeto de investigação o pesquisador precisava delimitar o que pretendia estudar, para tanto ele buscava o diferencial dentro de um universo físico, social e intelectual, distanciando-se do que era quantificável.

Conforme Queiroz (1992), as técnicas qualitativas procuram captar a maneira de ser do objeto pesquisado, isto é, tudo que o diferencia dos demais. O autor ressalta que as técnicas quantitativas são uma forma de ordenação do qualitativo de acordo com a maior ou a menor quantidade de elementos do fenômeno, ou até mesmo da maior ou menor intensidade com que se apresenta. Nestes termos o dado quantificável serve de suporte para a técnica qualitativa desvendar os predicados de uma sociedade e de suas divisões internas, para assim ser capaz de mensurar interesses manifestados pela coletividade.

A escolha da técnica é um requisito indispensável na composição investigativa,

As técnicas são maneiras de fazer bem definidas e transmissíveis, destinadas a produzir determinados resultados considerados úteis; sua função não é diretamente explicativa, busca operar reuniões de dados segundo esquemas específicos, com a finalidade de analisá-los, isto é, de, por meio da decomposição do todo em seus elementos chegar

a um arranjo dos dados que não existiam anteriormente (Queiroz, 1992, p. 25).

Tendo em vista que as técnicas são maneiras de reunir dados, percebemos a gama de possibilidades de se produzir informações a partir de métodos interpretativos, centrados sobre resíduos e vestígios reveladores de verdades inscritas no tempo e nos espaços. Assim, Ginzburg (1989) afirma que a pesquisa qualitativa “tem por objeto casos, situações e documentos individuais, enquanto individuais, e justamente por isso alcançam resultados que têm uma margem ineliminável de casualidade [...]” (1939, p. 156). Ginzburg marca uma forma de investigação científica voltada a perceber detalhes, vestígios e pormenores normalmente considerados sem importância, pistas e informações descartáveis, mas que podem revelar produtos elevados do espírito humano. Seu método trata exatamente do singular e se contrapõe ao paradigma galileano, justamente por esse ter uma natureza diversa, a qual adotava o lema escolástico de que “do que é individual não se fala” (Ginzburg, 1939, p. 156).

Ginzburg (1939) estabelece um diálogo que toma como referência os estudos do crítico Giovanni Morone, do romancista Conan Doyle e do psiquiatra Freud, tomando desses autores um conjunto de noções para construir o que chamou de “paradigma indiciário”, que consiste na construção do conhecimento da verdade através daquilo que aparentemente é negligenciável, um método histórico que toma as evidências, busca as explicações dos fenômenos através da observação minuciosa, por meio dos detalhes, tentando ver aquilo que está ausente e não está posto em relevo. É o que Conan Doyle apontou como “pistas”, “sinais”, e Freud chamou de “sintomas”, partindo do entendimento que são as insignificâncias que dão sentido à análise dos processos significativos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Por muito tempo as pesquisas em ciências sociais enfrentaram desafios referentes às tomadas de consciência do pesquisador ao questionar até que ponto era válido tomar para as ciências humanas o método de conhecimento da verdade das ciências naturais. O principal foco da crise e ruptura com o paradigma dominante centrava-se na posição totalitária, rígida e empírica de defesa de unidade científica e de negar o caráter racional de todas as formas de conhecimento que não se pautassem pelos princípios epistemológicos de um sistema teórico de validade universal.

Ao perceber que suas peculiaridades não podiam ser investigadas com a mesma objetividade das ciências naturais, os teóricos passaram a contestar a validade do método para as pesquisas em ciências sociais, sugerindo novos caminhos que adequassem a natureza dos problemas sociais pesquisados. A busca por alternativas satisfatórias consolidava-se não apenas pela percepção da incompatibilidade dos paradigmas para investigação do contexto social, mas principalmente pelas limitações éticas das características do campo social, imbricado de arranjos complexos das dimensões cultural, política e econômica diante da dinâmica social. Firma-se o olhar interpretativo e o rompimento com determinadas posturas metodológicas. Para o campo historiográfico faz-se necessário recuperar o sentido inicial da história narrativa. Não obstante, já não bastava uma narrativa como um recitativo factual, mas sim uma história problematizada, baseada em uma aceção científica capaz de construir seu objeto, explicar suas hipóteses, declarar seus procedimentos. Febvre (apud Santos, 2003, p. 19) ressaltava “que nunca se façam colecionadores de fatos [...] que nos deem uma história, não automática, mas sim problemática”.

A pesquisa histórica em ciências sociais pode, dentre muitas facetas, constituir-se de narrativa, cujas determinações devem ser buscadas através de uma prática investigativa delineada pela instituição técnica de um paradigma que deve ser pertinente ao tempo e espaço, submetido aos métodos específicos das ciências sociais e ao diálogo entre os fatos e suas fontes no sentido de constituir seus achados científicos.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História**. Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRANDÃO, Zaia. (org.). **A crise dos paradigmas e a educação**. Questões da nossa época. Coletânea de textos. São Paulo: Cortez, 2005.

BRANDÃO, Zaia. **A pesquisa em Educação**: conversa com os pós-graduandos. São Paulo: Loyola, 2002. p. 15-110.

BURKE, Peter. **A Escola dos Anales (1929 -1989)**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

CHAUÍ, Marilena. A atitude científica, a ciência na história, as ciências na natureza e as ciências humanas. In: **Convite a Filosofia**. São Paulo: Ática, 1999. p. 247-289.

CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. UFF-IESAEF/FGV, 1987.

GAMBOA, Silvio Sanches. Tendências epistemológicas: dos tecnicismos e outros "ismos" aos paradigmas científicos. In: GAMBOA, Silvio Sanches; SANTOS FILHO, José Camilo dos. (org.). **Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos. A História da Educação face à "crise dos paradigmas". In: BRANDÃO, Zaia. (org.). **A crise dos paradigmas e a educação**. São Paulo: Cortez, 2005.

LE GOFF, Jacques. História. In: **História e Memória**. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996. p. 17-165.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: **Revista Ciência e Cultura**. v. 3. São Paulo: USP, 1992.

RIBEIRO JUNIOR, João. **O que é positivismo**. São Paulo: Editora brasileira, 1982.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 13. ed. Porto: Afrontamento, 2002.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático. In: GAMBOA, Silvio Sanches; SANTOS FILHO, José Camilo dos. (org.). **Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

SOBRE OS AUTORES

Alfredo Bezerra dos Santos

Mestre em Educação e doutorando (PPGED/UFS), professor de Língua Portuguesa do Colégio de Aplicação da UFS e membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação: sujeitos, saberes e práticas educativas. Desenvolve pesquisa a respeito das práticas de escrita de professoras do Colégio de Aplicação.

E-mail: alfredob@academico.ufs.br

André Luiz Paulilo

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo, é docente na Faculdade de Educação da Unicamp onde coordena a Linha de Pesquisa Educação e História Cultural do Programa de Pós-Graduação em Educação. Atualmente, coordena o Centro de Memória-Unicamp. É pesquisador do CNPq.

Andreza Cristina da Silva Andrade

Doutoranda em Educação no PPGED/UFS, Mestre em Ecologia e Conservação (UFS), Especialista Gestão Escolar (FAVENE), graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas (UFS). É professora efetiva da rede pública de ensino de Sergipe (SEED/SE). Membro do Grupo de Pesquisas em História da Educação (GEPHED/UFS/CNPq), Sócia da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE).

E-mail: andrezacs.andrade@gmail.com

Anne Emilie de Almeida Cabral

Doutora e mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Graduada em Pedagogia. Professora da Rede Municipal de

Aracaju. Integrante do Grupo de Pesquisa em História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas. Desenvolve pesquisa relacionada as temáticas patrimônio educativo, acervo escolar, educação primária. Atuou como bolsista de Apoio Técnico do CNPq no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação.

E-mail: anneemiliecabral@gmail.com

Aristela Arestides Lima

Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação, na Universidade Federal de Sergipe (2021). Mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2005), com estudos em Disciplinas Isoladas de Mestrado na Pontifícia Universidade Católica (2003). Especialista em Educação de Jovens e Adultos, pela FANESE e graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe (1999). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação: memória, sujeitos, saberes e práticas educativas (Gephed/CNPq/UFS). Atualmente, ocupante do cargo de Pedagoga, no Instituto Federal de Sergipe - IFS. Responsável pelo Centro de Memória Benjamin Constant - CEMBEC/DG/IFS -Campus São Cristóvão.

E-mail: aristelar@hotmail.com

Janyne Rossana Barbosa Pereira

Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS), na linha História da Educação, e integrante do GE-PHED/UFS. Pós-graduada em Magistério Superior (2006) e graduada em Letras Português/Inglês (2001) pela Universidade Tiradentes. Integrante da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). Atua como docente - Estado de Sergipe e Prefeitura Municipal de Maruim.

E-mail: janyne-barbosa@hotmail.com

Jeane Gabriely Alves Bezerra

Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe (2021-atual). Atuou como Secretária Geral (2022) no Diretório Acadêmico Livre de História da UFS (DALH). Bolsista PIBIC (2022-atual) no projeto de pesquisa intitulado: “Identidade e responsabilidade histórica. Organização e preservação de documentos no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação - UFS (CEMDAP)”. Membro da equipe do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS - CEMDAP. Membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação: memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas - GEPHED/CNPq/UFS.

E-mail: jeanegabi4@hotmail.com

Joaquim Tavares da Conceição

Doutor em História (UFBA), pós-doutorado em Educação (UNICAMP). Professor Titular da UFS, com atuação no Colégio de Aplicação, no PPGED e no ProfHistória. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - PQ 2. Líder do Grupo de Pesquisa em História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/CNPq/UFS). Criou e coordena o Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS (Cemdap).

E-mail: joaquimcodapufs@gmail.com

José Genivaldo Martires

Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Professor de História do Ensino Básico Tec. Tecnológico da Universidade Federal de Sergipe, lotado no Colégio de Aplicação. Membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/CNPq/UFS).

E-mail: jgmartires@gmail.com

Juselice Alves Araujo de Alencar

Doutoranda e Mestra em História da Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Planejamento Educacional-UNIVERSO-Universidade Salgado de Oliveira/RJ. Especialista em Psicologia e Psicoterapia Transpessoal-Instituto de Educação Superior Unyahna/BA. Licenciada em Pedagogia com Orientação Educacional- Faculdade Pio Décimo/SE. Bacharela em Ciências Sociais-ULBRA/RS.

E-mail: tuca-alencar@hotmail.com

Marlaine Lopes de Almeida

Doutora em Educação - UFBA (2017); Mestre em Educação - UFS (2009); Graduada em Educação Física Licenciatura Plena - UFS (2004); Professora do quadro permanente do IFBA (2013-atual); professora da UFS com atuação no CODAP (2023- atual); Membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação: memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GPHED/CNPq/UFS).

E-mail: marlaineifba@gmail.com

Paulo Mateus Silva Vieira

Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Sergipe - UFS (bolsista CAPES); Mestre em Educação e graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), com especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica. Membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/CNPq/UFS).

E-mail: paulorowling7@gmail.com

Renilfran Cardoso de Souza

Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação: Memórias, Sujeitos, Saberes e Práticas Educativas (GEPHED/CNPq/

UFS). Professor de História da rede pública de ensino de Sergipe. Atualmente atua como coordenador pedagógico do Núcleo Gestor em Tempo Integral - SEDUC.

E-mail: renilfran@yahoo.com.br

Rísia Rodrigues Silva Monteiro

Doutora e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); bacharel em Comunicação Social (habilitação Jornalismo) pelas Faculdades Integradas Tiradentes; licenciada em Pedagogia pela Universidade Tiradentes (Unit) e especialista em Docência no Ensino Superior pela Faculdade Estácio de Sergipe. Pós-doutora em Metodologiasativas e uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TDICs) pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECIMA-UFS), com bolsa da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE). Membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação: memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/CNPq/UFS).

E-mail: risiarodrigues@destaquenoticias.com.br

Sayonara do Espírito Santo Almeida

Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Pós-graduanda em Neuropsicopedagogia clínica e institucional pela PUC/MG, Pós graduada em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França, Licenciada em História/UFS e Pedagogia pela Uninter. Atualmente é professora da rede estadual de ensino de Sergipe. Tem experiência docente em cursos de Ensino Superior nas modalidades presencial e EAD e Ensino Básico. É membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação: memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/CNPq/UFS).

E-mail: sayonaralmeida@hotmail.com

Thalya Emanuelle da Rocha Antão

Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe com bolsa CAPES (2023-atual). Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe. Pós-graduada em Educação Especial e Inclusiva pela faculdade Iguaçú. Pós-graduada em Metodologia do Ensino de História pela faculdade Iguaçú. Integrante do Grupo de Pesquisa em História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/CNPq/UFS).

E-mail: thalyaemanuelle37@gmail.com

Walna Patrícia de Oliveira Andrade

Doutoranda e mestra em educação pelo Programa em Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Universidade Cândido Mendes (2018), no Atendimento Educacional Especializado (AEE) pela Universidade Federal do Ceará (2014), em Educação Especial e Inclusiva pela Universidade Tiradentes (2004) e graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe (2002).

E-mail: walnaandrade77@gmail.com

As reflexões e os resultados da atuação do Grupo de Pesquisa em História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/CNPq/UFS) organizadas neste livro por Joaquim Tavares da Conceição são bem vindas por várias razões. Primeiro, a publicação merece atenção detida porque reúne contribuições originais acerca da história da educação em Sergipe. Depois, trata-se de iniciativa que mostra os resultados acadêmicos de uma dedicada atividade de formação na graduação e na pós-graduação. Em seguida, é preciso destacar o diálogo entre as pesquisas desenvolvidas no GEPHED e, assim, presta conta de um esforço coletivo de reflexão. Por fim, no trabalho de análise das fontes, notam-se as contribuições que o grupo deu à organização do acervo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS (Cemdap).

André Paulilo

Professor de História da Educação no Departamento de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação da UNICAMP



APOIO:

